

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**JUVENTUDE RURAL E PRODUÇÃO DE *CANNABIS*
NA FRONTEIRA SECA BRASIL-PARAGUAI**

TESE DE DOUTORADO

Benito Armando Solis Mendoza

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

**JUVENTUDE RURAL E PRODUÇÃO DE CANNABIS NA
FRONTEIRA SECA BRASIL-PARAGUAI**

Benito Armando Solis Mendoza

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural,
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Extensão Rural

Orientador: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Mendoza, Benito Armando Solis
Juventude rural e produção de cannabis na fronteira
seca Brasil-Paraguai / Benito Armando Solis Mendoza.-
2013.
215p. ; 30cm

Orientador: Joel Orlando Bevilaqua Marin
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural, RS, 2013

1. Juventude rural 2. Drogas 3. Cannabis sativa 4.
Tráfico 5. Paraguai I. Marin, Joel Orlando Bevilaqua II.
Título.

© 2013

Todos os direitos autorais reservados a Benito Armando Solis Mendoza. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: sbenitoarmando@gmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

**JUVENTUDE RURAL E PRODUÇÃO DE CANNABIS
NA FRONTEIRA SECA BRASIL-PARAGUAI**

elaborada por
Benito Armando Solis Mendoza

como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Joel Orlando Bevilaqua Marin, Dr.(UFSM)
(Presidente/Orientador)

Rosani Marisa Spanevello, Dra. (UFSM)

José Marcos Froehlich, Dr.(UFSM)

Maria Catarina Chitolina Zanini, Dra.(UFSM)

Paulo Cesar Pontes Fraga, Dr.(UFJF)

Santa Maria, 9 de agosto de 2013.

DEDICATÓRIA

Este trabajo dedico a mi finado padre *José Felix Solis Morla*, quien nació en el municipio de Mbujapey, Departamento de Paraguari, en el año 1920, y falleció en el distrito de Punta Porã Ñú, Departamento de Concepción, en el año 2011, llegue para él mi recordación considerando su constante apoyo en vida a mis estudios. Hoy ausente físicamente, pero seguiré acompañandome por el resto de mi vida su ejemplo de hombre: honrado, trabajador, luchador, modesto, servidor. Que en vida fuera una persona de campo que no tuvo la oportunidad de estudiar, pero, durante todo su andar sobre la faz tierra, se preocupó y se ocupó en gastar lo que tenía y lo que no tenía por la instrucción de sus hijos.

Se lo dedico también esta tesis a mis hijas, *Menchy Damaris, Micheli Isamar y Heidy Thalia*, y a mi hijo, *Diego Armando*, que supieron aguantar y comprender largas ausencias en la casa, con deseo de que esto les sirva como espejo para futuras actividades de ellos modestamente de ejemplo de lucha, perseverancia, paciencia. Porque no fue facil el trayecto para llegar hasta este punto. Y que mis niestos... puedan observar este paso en el dia de mañana um ejemplo y que les signifiquen alegría y motivación.

Por ultimo va mi dedicatória con este trabajo a mi mamá, *Daria Ermelinda Mendoza*, queme dió nacer en el recondito distrito de Punta Porã Ñú, lugar donde aprendi mis primeras letras y de esta manera le rindo mi homenaje también a esta comunidad y al río Aquidaban, lugar donde me bañe durante mi infancia. Com esto digo que soy de extracción campesina no importando el lugar donde me encuentre.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento a Deus Pai Todo-Poderoso, pela sua misericórdia, pela saúde, pela força, pelo tempo, pela sabedoria, pela paciência, pela vida, enfim, por tudo. Agradeço à amada Primeira Igreja Baustista de Pedro Juan Caballero, pelo apoio do seu Pastor e dos membros, pelas orações pedindo bênção e proteção para mim ao Salvador Jesus Cristo durante todo esse tempo.

Minha gratidão à Universidade Federal de Santa Maria, ao Centro de Ciências Rurais, ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, ao prédio 44 e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Agradeço também à Universidade Nacional de Asunción (UNA), à Facultad de Ciencias Agrarias, pela oportunidade de sair para estudar aos colegas de todo o Paraguai, que, sendo ou não professores da UNA, deram-me o seu apoio. Especialmente, à querida Pedro Juan Caballero.

Agradeço de grande maneira ao professor *Joel Orlando Bevilaqua Marin*, meu orientador, pelas orientações, pela paciência, pelo convívio, porque, se não fosse ele, seria difícil chegar à conclusão deste trabalho.

Meu grande obrigado a todos os cidadãos brasileiros que, através do pagamento dos seus impostos, concederam-me uma bolsa de estudo para poder me formar e manifestar que não foi em vão.

Agradeço aos colegas e também aos amigos que tive em Santa Maria, à cidade e ao bairro Camobi, onde morei durante todo esse tempo, na casa do Senhor *Divo Jose Bianchim Bortoluzizi*, sou grato a ele também por essa compreensão e apoio.

Meu agradecimento à minha esposa *Elvia Galeano de Solis*, por ter cuidado de nossa casa e dos filhos em todo esse tempo, fazendo papel de mãe e pai, honrando dessa maneira as *residentas* reconstrutoras do Paraguai ao concluir a guerra contra a Tríplice Aliança.

Agradeço às minhas filhas, *Damaris*, *Isamar* e *Heidy*, e igualmente ao meu filho, *Diego*, pela compreensão e apoio.

Por último, meu agradecimento a todos os parentes, amigos e colegas que sempre estiveram me incentivando e motivando para chegar até à consecução desta meta.

OBRIGADO – AGUYJE – GRACIAS

Deixarei contudo que o pouco que aprendi seja conhecido, de modo que alguém melhor do que eu possa adivinhar a verdade, provando e refutando meus erros com seu trabalho. Isso me dará prazer, pois terei sido um meio para trazer à luz a verdade.

Albrecht Dürer.

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

JUVENTUDE RURAL E PRODUÇÃO DE *CANNABIS* NA FRONTEIRA SECA BRASIL-PARAGUAI

AUTOR: BENITO ARMANDO SOLIS MENDOZA

ORIENTADOR: JOEL ORLANDO BEVILAQUA MARIN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 9 de agosto de 2013.

A tese estuda a vinculação de jovens rurais na produção da *Cannabis sativa* na região de fronteira seca do Paraguai com o Brasil. Na década de 80, organizações criminais passaram a explorar a produção dessa droga, aproveitando-se das vantagens agroclimatológicas regionais e da falta de ações eficazes de controle. A região tornou-se importante produtora da droga e passou a incorporar jovens rurais nas atividades ilícitas. O objetivo da pesquisa é compreender as razões que levam os jovens rurais a se vincularem nas atividades de produção, processamento e transporte da *cannabis*, destacando as condições e os riscos do trabalho ilícito. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, e o levantamento dos dados foi realizado no Departamento de Amambay, nos municípios de Pedro Juan Caballero e Capitán Bado. A principal técnica de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, dirigida para dez jovens rurais, 16 informantes-chave e dois pais de família. As entrevistas foram complementadas com a observação livre, a pesquisa bibliográfica e o levantamento documental. A vinculação dos jovens na produção de *cannabis* está associada à falta de alternativa rentável na produção agrícola lícita e de qualificação dos jovens para outras ocupações laborais, que ofereçam possibilidades de construir a autonomia pessoal e um futuro promissor. A carência de políticas públicas para a juventude rural é aproveitada pelas organizações criminais para incorporar jovens rurais empobrecidos na produção, processamento e transporte da droga. Conclui-se que as alternativas para o problema do envolvimento de jovens rurais na produção de *cannabis* passam pela institucionalização de programas de reforma agrária, de políticas de crédito juvenil, de educação e qualificação profissional dos jovens e pela legalização do cultivo da *cannabis*.

Palavras-chave: Juventude rural. Drogas. *Cannabis sativa*. Tráfico. Paraguai.

ABSTRACT

Doctoral Thesis
Postgraduate Programme in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

RURAL YOUTH AND PRODUCTION OF *CANNABIS* IN FRONTIER DRY BRAZIL-PARAGUAY

AUTHOR: BENITO ARMANDO SOLIS MENDOZA

ADVISOR: JOEL ORLANDO BEVILAQUA MARIN

Date and Place of Defense: Santa Maria, 9 of August, 2013.

The thesis studies linking rural youth in the production of *Cannabis sativa* in the region of dry border of Paraguay and Brazil. In the 1980s, criminal organizations started to explore the production of the drug, taking advantage of the advantages agro-climatic regional actions and the lack of effective control. The region has become a major producer of drugs and began to incorporate rural youth in illicit activities. The objective of the research is to understand the reasons why rural youth link up the activities of production, processing and transportation of *cannabis*, highlighting the conditions and risks of illicit work. The research follows a qualitative approach and the survey was conducted at the Department of Amambay in the municipalities of Pedro Juan Caballero and Capitán Bado. The main technique of data collection was semi-structured interviews, conducted for ten young rural sixteen key informants and two-parent families. The interviews were complemented with free observation, the literature search and survey documents. Linking young people in the production of *cannabis* is associated with lack of profitable alternative licit agricultural production and qualification of young people working for other occupations that offer opportunities to build personal autonomy and a promising future. The lack of public policies for rural youth is exploited by criminal organizations to incorporate youth in impoverished rural production, processing and transportation of drugs. It is concluded that alternatives to the problem of rural youth involvement in the production of *cannabis* pass through the institutionalization of the reform, juvenile credit policy, education and vocational training for young people and for the legalization of *cannabis* growing.

Keywords:Rural youth. Drugs.*Cannabis sativa*.Trafficking.Paraguay.

RESUMEN

Tesis de Doctorado
Programa de Post-Graduación en Extensión Rural
Universidad Federal de Santa Maria

JUVENTUD RURAL Y PRODUCCIÓN DE MARIHUANA EN LA FRONTERA SECA BRASIL-PARAGUAY

AUTOR: BENITO ARMANDO SOLIS MENDOZA

ORIENTADOR: JOEL ORLANDO BEVILAQUA MARIN

Fecha y Local de Defensa: Santa Maria, 9 de agosto de 2013.

La tesis estudia a la juventud rural vinculada a la producción de *Cannabis sativa* en la región de frontera seca de Paraguay y Brasil. En la década de 1980, las organizaciones criminales comenzaron a explotar la producción de la droga, aprovechando las ventajas de las condiciones regionales agro-climáticas y la falta de control efectivo. La región se ha convertido en un importante productor de drogas y comenzó a incorporar jóvenes rurales en actividades ilícitas. El objetivo de la investigación es comprender las razones por las que los jóvenes rurales a las actividades de producción, transformación y transporte de marihuana, destacando las condiciones y riesgos del trabajo ilícito. La investigación sigue un enfoque cualitativo y la encuesta se llevó a cabo en el Departamento de Amambay, en los municipios de Pedro Juan Caballero y Capitán Bado. La principal técnica de recolección de datos fue la entrevista semi-estructurada, aplicada para diez jóvenes rurales diez y seis informantes claves y dos padres de familias. Las entrevistas fueron complementadas con la observación libre, la investigación bibliográfica y el levantamiento de documentos. Vinculación de los jóvenes en la producción de marihuana se asocia con la falta de producción rentable alternativa lícita agrícola y capacitación de los jóvenes a fin de que trabajen en otras ocupaciones que ofrecen oportunidades para desarrollar la autonomía personal y un futuro prometedor. La falta de políticas públicas para la juventud rural es aprovechada por las organizaciones criminales para incorporar jóvenes en la producción rural, el procesamiento y el transporte de drogas. Se concluye que las alternativas de solución al problema de la participación de la juventud rural en la producción de marihuana pasan a través de la institucionalización de la reforma agraria, la política de crédito juvenil, la educación y la formación profesional para los jóvenes y por la legalización del cultivo de la marihuana.

Palavras-clave: Juventud rural. Drogas. *Cannabis sativa*. Tráfico. Paraguay.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa político e rodoviário do Paraguai	30
Figura 2 –	Tipo de planta preferida: não muito alta, com muitas buchas bem carregadas.	125
Figura 3 –	Secagem das buchas no meio da plantação, sobre lona de plástico negro	128
Figura 4 –	Interior de um acampamento, onde ficam alojados os produtores de cânabis ..	132
Figura 5 –	Sacos cheios de <i>cannabis</i> seca e pronta para ser prensada ou vendida em bruto	139
Figura 6 –	Prensa de <i>cannabis</i> e os diferentes moldes de prensagem	141
Figura 7 –	Equipamentos de prensagem utilizados nos locais de trabalho	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Municípios do Departamento de Amambay, área territorial e dados populacionais (em milhares de habitantes) de área	28
Quadro 2 – Evolução da população total (em milhares de habitantes) por faixa etária no Departamento de Amambay	28
Quadro 3 – Resumo das convenções que tratam sobre drogas	98

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDE	– Administración Nacional de Electricidad
ASAGRAPA	– Asociación de Agricultores del Alto Paraná
BID	– Banco Interamericano de Desarrollo
CAH	– Crédito Agrícola de Habilitación
COPACO	– Compañía Paraguaya de Comunicación
CV	– Comando Vermelho
DEA	– Agencia Americana de la Droga
DEAg	– Dirección de Extensión Agraria
DGEEC	– Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos
FAO	– Organismo de las Naciones Unidas encargada de la Alimentación y la Agricultura
IICA	– Instituto Interamericano de Cooperación Agropecuaria
MAG	– Ministerio de Agricultura y Ganadería
MCS	– Medio de Comunicación Social
MERCOSUR	– Mercado Común del Cono Sur
MP	– Ministério Público
MPN	– Manual de la Policía Nacional
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OEA	– Organización de los Estados Americanos
OIJ	– Organización Internacional de la Juventud
OLT	– Organización de Lucha por la Tierra
ONG	– Organização Não Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
PCC	– Primeiro Comando da Capital
PEA	– População Economicamente Ativa
PIB	– Produto Interno Bruto
PJ	– Poder Judicial
PN	– Polícia Nacional
PNUD	– Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo
REAF	– Red Especializada en Agricultura Familiar

SD	– Sentencia Definitiva
SEAG	– Servicio de Extensión Agrícola Ganadera
SENAD	– Secretaria Nacional Antidrogas
STICA	– Servicio Técnico Interamericano de Cooperación Agrícola
STP	– Secretaria Técnica de Planificación
THC	– Tetrahidrocannabinol
TIC	– Tecnología de la Información y Comunicación
UNDOC	– Organismo de las Naciones Unidas encargado de Droga y Crimen

LISTA DE TERMOS EM GUARANI

ACETE'I	– Pequena quantidade de azeite, aqui a água do arroio parece conter óleo
AMAMBAY	– Água que desce da cordilheira terminada a chuva
CANINDEYU	– Aves semelhantes aos tucanos que habitam esse lugar
CERRO CORA	– Montanhas em círculo
CERRO CORA'I	– Pequenas montanhas em círculos
CHOKOKUE	– Agricultor
ITAIPIÚ	– Barulho das pedras
KACHI	– Casimiro
KALO	– Carlos
KUÑATAÏ	– Moça, menina
LAKU	– Laureano
LEOÑO	– Celedonio
LOPO	– Leopoldo
LUCHI	– Luciano
NANDEJARA PUENTE	– A ponte de Deus
ÑEEMBUCU	– Falar largamente
NO'ONO	– Maximiliano
OÑONDIVEPA	– Todos juntos
PERÚ	– Pedro
PIKY	– Alevino
PORÃ	– Linda, bonita, bela
TA'IO	– Octávio
TARU	– Saturnino
TERERE	– Bebida tradicional preparada com a infusão da erva-mate em água fria
VICTORIA GUAZÚ	– Grande Vitória
VICTORIA'I	– Pequena Vitória
VITO	– Victoriano
Y'AMBUE	– Água de um tipo não comum
YBY YAU	– Comer terra
YBYPÉ	– Terra plana

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A –Roteiro de entrevista para jovens rurais	204
ANEXO B –Roteiro de entrevista para informantes-chave.....	209
ANEXO C –Roteiro de entrevista com os pais, mães e avós dos jovens rurais	212

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Metodologia da pesquisa	26
Plano da obra	35
CAPÍTULO I – JUVENTUDE E JUVENTUDE RURAL NO PARAGUAI.....	37
1.1 Juventude: uma construção social	38
1.2 A construção social da juventude rural.....	49
1.3 A construção Juventude rural no Paraguai	57
CAPÍTULO II – JUVENTUDE E CONSUMO DE DROGAS:CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA SOCIAL DAS DROGAS.....	72
2.1 Juventude e consumo de drogas	73
2.2 A construção social do problema das drogas	86
2.3 Os tratados internacionais	96
2.4 Legislação de combate às drogas no Paraguai.....	104
CAPÍTULO III – JOVENS RURAIS NO CULTIVO DA <i>CANNABIS</i>	109
3.1 A <i>cannabis</i> no Departamento de Amambay.....	110
3.2 Jovens rurais: cultivando a <i>cannabis</i>	118
3.3 Locais dos cultivos e vida nos acampamentos.....	130
3.4 Os jovens rurais no processamento da <i>cannabis</i>	137
CAPÍTULO IV – JOVENS RURAIS: NAS REDES DO TRÁFICO E DIANTE DA JUSTIÇA	145
4.1 Jovens rurais: envolvimento em relações perigosas.....	146
4.2 Os jovens rurais no transporte e comercialização de <i>cannabis</i>	157
4.3 Os jovens rurais diante da justiça	166
4.4 Uma luz no fim do túnel?	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
REFERÊNCIAS	196
ANEXOS	204

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, sobre parcelas significativas de jovens pesa um bom número de problemas de difícil resolução: pobreza, desemprego, violência e exclusão social. No entendimento de Feixa (2004, p. 259), o intuito não consiste em repetir sempre a história da secular persistência dos problemas dos jovens:

Persiste a necessidade de realizar estudo diacrônico e transcultural dessa construção que conhecemos como juventude, com o objetivo de evitar arguições etnocêntricas e não históricas, na tentativa de analisar a condição juvenil de nossos dias. Para chegar a esta realidade deve-se partir para um enfoque panorâmico que permita conduzir a bom porto um veloz retrospecto histórico-cultural por diversas sociedades e momentos que ilustram a enorme complexidade do fenômeno que conhecemos como juventude. Mas antes de iniciar essa viagem, é preciso situar algumas questões históricas de caráter mais geral. Entendida como fase da vida individual compreendida entre a puberdade fisiológica (uma condição natural) e o reconhecimento do status adulto (uma condição cultural), afirmou-se que a juventude constitui um universal da cultura, uma fase natural do desenvolvimento humano que se encontraria em todas as sociedades e momentos históricos explicados pela necessidade de um período de preparação e amadurecimento entre a dependência infantil e a plena inserção social. Inclusive se chegou a afirmar que as crises e conflitos que caracterizam este período seriam também universais, uma vez que estão determinadas por causas biológicas próprias a espécie humana.

No Paraguai, nas últimas décadas, surgiu um problema social que tem atingido, de maneira especial, a juventude rural. Trata-se do envolvimento de jovens rurais do Departamento de Amambay na produção de *cannabis*, como uma alternativa para gerar renda. A agricultura baseada nessa planta proibida é desenvolvida nessa fronteira de forma quase exclusivamente pelos jovens rurais, que se lançam na produção, no processamento e na circulação da droga, em substituição de outros cultivos tradicionais, praticados pelos agricultores nessa região de fronteira com o Brasil. Esse problema ganhou grandes proporções na região em decorrência de uma suposta qualidade que a erva ganhou no mercado mundial, o que conferiu ao Departamento de Amambay a fama de região produtora das melhores drogas. Por tal motivo, o Paraguai e o Departamento de Amambay têm ganhado o estigma de “marihuanero”.

A base da economia do Paraguai, desde a época dos jesuítas, foi à produção da erva-mate *Ilex paraguariensis*, sendo o país um dos grandes exportadores até meados da década de 60. O Departamento de Amambay foi, então, um dos maiores produtores, pois é considerado centro de origem dessa planta. Foram os comerciantes da erva-mate os fundadores da cidade capital desse departamento, que viajavam em comboios de carro de bois até a cidade portuária de Concepción, a fim de que essa mercadoria pudesse seguir de barco.

Nessa região de fronteira do Paraguai com o Brasil, a modernização da agricultura propiciou o desaparecimento de grandes extensões de florestas com árvores milenares, que atualmente são quase impossíveis de se observar pelo desmatamento. A modernização também apagou dos cenários da Cordilheira de Amambay milhares de hectares de erva-mate nativa, considerada “ouro verde” no Departamento de Amambay naquela época. O “ouro verde” foi substituído pela soja, às pastagens e os bovinos, que implicaram o aumento da concentração da terra e dos meios de produção. Nesse contexto, a *cannabis* surgiu como uma alternativa e uma tentação para os agricultores familiares pobres e excluídos dos processos da modernização da agricultura. Esse novo cultivo trouxe solução para alguns e muitos problemas para outros, tanto na zona rural quanto no ambiente urbano.

O envolvimento da juventude rural do Departamento de Amambay com produção, processamento e transporte da *cannabis* tem crescido paulatinamente, de forma especial com o incentivo realizado por grupos de traficantes organizados na fronteira, que operam na ilegalidade e com o uso da violência. Sob a expectativa de maiores ganhos com o cultivo ilícito, os jovens passaram a se dedicar ao lucrativo negócio das drogas. Essa mudança teve seu início na década de 80 e foi se consolidando ao longo da década de 90. No intuito de coibir a atuação do crime organizado, o Paraguai colocou em vigência a lei especial que penaliza o tráfico de droga, desde 1998. Em contrapartida, o crime organizado aproveitou-se da corrupção dos agentes do Estado, das contradições das estruturas econômicas produtivas, do subdesenvolvimento rural, da pobreza e das fragilidades da cidadania das populações rurais. Os agentes do crime organizado das drogas valeram-se, sobretudo, da falta de perspectivas para a juventude rural para estabelecer seus campos produtivos de *cannabis*, bem como para fazer o processamento e a circulação da droga. Trabalhando em tais condições, os jovens passaram a relacionar-se, por um lado, com agentes do tráfico – que atuam na ilegalidade e violência – e, por outro lado, com agentes estatais – que os prendem, julgam, condenam à prisão e, por vezes, os expropriam.

O Paraguai possui uma grande proporção de sua população economicamente ativa baseada na economia agrícola e uma importante taxa de crescimento da população rural. Estima-se que a população rural aumentou em torno de 30% na primeira década do século XXI. Comparando com os países do Cone Sul, a temática dos jovens é relevante na sociedade paraguaia. Não existe dúvida em dizer que o Paraguai possui um perfil de país jovem, caracterizado por uma alta taxa de natalidade (38,5%) e fecundidade (4,8%). Nas comunidades rurais, essas percentagens seriam ainda mais significativas. Tem-se falado que a

juventude rural não existe, no entanto, quando se trata do Paraguai, seria muito errado defender essa postura (CAPUTO, 1993).

O sistema educativo do Paraguai é um dos gargalos mais críticos. A qualidade da educação, especialmente a dirigida para as populações rurais, tem como agravante o fato de que os conteúdos são transmitidos em espanhol e, no entanto, a população fala e entende melhor o idioma guarani. Apesar de existir uma discussão de longa data sobre o ensino bilíngue intercultural, na prática não existe uma política educativa que execute uma proposta de tal envergadura. Isso permite extrair duas considerações importantes. Em primeiro lugar, resulta que a crítica realidade do sistema educativo formal, e de forma muito particular a precária situação da educação rural, não permite aos jovens desses lugares a aplicação dos conhecimentos adquiridos na prática, daí que muitos nem frequentaram a escola. Em segundo lugar, os jovens consideram que a escola rural implica muitas exigências em termos cognitivos, muito acentuadas nos jovens do sexo masculino (CAPUTO, 1993).

Caputo (1993) menciona outro fator limitante para a sociedade rural paraguaia, no início deste milênio: o analfabetismo. No Paraguai, a taxa de analfabetismo rural dos grupos de adolescentes, em 2002, era o dobro da dos adolescentes urbanos – 9,5 e 4,2%, respectivamente. No entanto, essa proporção se triplicava no caso de jovens maiores – 11,4 e 4,3% – para cada grupo. Outra tendência observada é o aumento do número de repetentes nas zonas rurais – em torno de 16,8%, contra 10,2% nas áreas urbanas. Contudo, deve-se reconhecer que houve uma melhoria paulatina no sentido de acabar com o analfabetismo estrutural (poucos anos na escola), pois existe atualmente, na consciência dos adultos, a ideia de que a nova geração do campo deve pelo menos chegar a concluir o nível primário da educação. Isso já significa um avanço para os jovens, uma vez que terão superado a educação que os pais tiveram. Dessa forma, pode-se pensar no planejamento de uma estratégia de desenvolvimento do campo almejando um futuro promissor.

A relação que existe entre o meio cultural dos agricultores familiares e a modernidade é relevante, especialmente no universo do jovem rural. Para o caso paraguaio, as principais vias de modernização seriam o mercado de trabalho, de insumos e produção, os intercâmbios migratórios, os meios de comunicação e a escolarização formal. Dessa forma, a possibilidade de obter novo mercado para os pequenos agricultores necessariamente implicará a informação e novos conhecimentos relativos aos funcionamentos dos mercados e às práticas relacionadas aos circuitos comerciais.

Amambay é o décimo terceiro departamento (estado) da República do Paraguai e faz fronteira com o estado de Mato Grosso do Sul. O departamento se encontra geograficamente

situado no extremo norte da Região Oriental do Paraguai, entre os paralelos 55°28' e 57°00' de longitude oeste e os meridianos 22°05' e 23°05' de latitude sul. Seus limites são: ao norte, o Brasil, separado pelo rio Apá e a Cordilheira do Amambay; ao sul, o Departamento de Canindeyú; a leste, o Brasil, separado pela Cordilheira do Amambay; e, a oeste, os departamentos de Concepción e San Pedro. Possui uma extensão territorial de, aproximadamente, 12.933 km² e se encontra dividido em três municípios: Pedro Juan Caballero, capital do departamento, Bella Vista Norte e Capitán Bado. Encontra-se neste momento em estudo no Parlamento Nacional o projeto de lei para criar um quarto município no departamento, que deve levar o nome de Zanja Pytã; isso constitui um anseio muito antigo dos amambaienses que vivem nesse lugar, pois permitiria impulsionar o seu desenvolvimento.

A *Cannabis sativa*¹ produzida nas terras do Amambay tem ganhado a fama no mercado mundial pela qualidade, avaliada pelo maior teor de Tetrahydrocannabinol (THC), substância química ativa que proporciona o efeito tóxico. A *cannabis* obtida em qualquer outra parte do mundo é menos concentrada em THC, o que se explica de alguma maneira pelas condições de clima e solo que caracterizam o Departamento de Amambay. O município de Capitán Bado tornou-se conhecido no mundo todo pela produção da *cannabis*.

Acredita-se que o cultivo da *cannabis* teria se iniciado no Paraguai no Departamento de Amambay, que se tornou importante produtor de maconha, aproveitando-se da sua condição de fronteira seca, escasso controle policial, corrupção das autoridades etc. Na atualidade, o cultivo tem se alastrado a outros departamentos da República do Paraguai, com a atuação, principalmente, de jovens nos trabalhos de produção da erva (SENAD, 2001). Essa situação se potencializa pela carência de políticas públicas destinadas aos jovens, que não encontram melhores alternativas para ganhar a vida e tentar assegurar o seu futuro no campo.

Segundo Cantaluppi (2010), o volume de dinheiro que mobiliza os grupos mafiosos ligados ao narcotráfico é muito grande nessa região de fronteira. Somente o “negócio” da cocaína encontrar-se-ia movimentando 80 milhões de dólares mensais, em Cerro 21, Bella Vista e Pedro Juan Caballero. Já o “negócio” da *cannabis* em toda a zona do Departamento de Amambay mobilizaria cerca de 150 milhões de dólares por mês. Esse montante renderia ganhos exorbitantes aos senhores da “hampa” fronteiriça, permitindo comprar a consciência de muitas pessoas: de particulares, de policiais, de promotores da justiça, de juízes, de políticos. Segundo Russo (2012), não existe a necessidade de comprar toda a polícia: “basta

¹*Cannabis sativa*, da família botânica das *Cannabaceae*, é conhecida nessa fronteira por vários nomes, como: maconha, fumo, bagulho, cânhamo, marihuana, hierva maldita, hierva bendita, planta maravilhosa, entre outros.

subornar a pessoa certa – e sempre haverá alguém disposto a aceitar uma pequena fortuna para olhar o outro lado” ou fazer “a vista gorda”.

O *Word Group Report* (ONU, 2008), órgão ligado às Nações Unidas contra a Droga e Delito (UNODC), divulgou que o Paraguai é o maior produtor da *cannabis* na América do Sul e o segundo maior na América. Por outro lado, o mesmo informe enfatiza que o país é um importante provedor de haxixe no mundo, encontrando-se entre os dez maiores fornecedores. Nesse país, foram coletadas aproximadamente 5.900 toneladas de *cannabis*, um pouco acima da metade da produção total da América do Sul, calculada em 10 mil toneladas. Dessa forma, o país se encontra apenas atrás do México, que registra uma produção de 7.400 toneladas coletadas anualmente. Porém, Araujo (2012) refere que o México continua a ser, na atualidade, o maior produtor de *cannabis* da América, com cerca de 21.500 toneladas ao ano. Em segundo lugar, encontra-se o Paraguai, que exporta 16.500 toneladas anuais. Embora os dados sobre o volume de produção sejam muitos difíceis de serem coletadas e comprovadas, as informações existentes indicam que o Paraguai continua a aumentar sua produção.

Segundo Araujo (2012), a maconha e o haxixe são drogas obtidas das flores e folhas das plantas fêmeas da *cannabis*, ricas em THC, seu princípio ativo mais importante. O produto comercial, que se obtém da planta de *cannabis*, é constituído majoritariamente das inflorescências (bucha) e uma pequena parte das folhas situadas na parte superior da planta. Já o haxixe é a resina que fica aderida na mão dos trabalhadores no momento de manipular a planta, semelhante ao que acontece quando uma pessoa manipula tabaco ou tomate. O haxixe é retirado, principalmente, da flor da planta fêmea, que seguidamente é aproveitada juntando-a em forma de bolinhas.

A definição clássica da geopolítica – conflito de poder para controle de territórios, das riquezas que estes possuem e dos homens que as produzem – com total pertinência é aplicada atualmente quando se fala em “geopolítica das drogas”. Nesse sentido, três quartos das grandes famílias das drogas ilícitas são derivados do ópio, da folha da coca e da *cannabis*. Tais drogas são elaboradas a partir de produções agrícolas que se estendem sobre regiões territoriais que podem atingir até 150 mil hectares (LABROUSSE, 2010).

Em relação às drogas de origem natural, as zonas de produção geralmente se encontram situadas nos países em vias de desenvolvimento, e o produto segue uma rota para chegar aos mercados de consumo, situados, neste caso, nos países desenvolvidos. No extremo dessa rota, encontram-se os mercados consumidores, daí surge à possibilidade de emergência de conflito entre as organizações que disputam o controle da distribuição de drogas. Por outro lado, não significa isso que, nas regiões produtoras, não funcione um mercado consumidor de

drogas, pois este mercado se encontra em franca expansão, portanto não é desprezado pela máfia do narcotráfico. Os consumidores dos países desenvolvidos possuem recursos econômicos que lhes permitem importar as drogas, e, considerando que o objetivo dos traficantes é acumular lucros, a prioridade em um primeiro momento consiste em atender às demandas que surgem nos mercados internacionais, mas sem descuidar a procura do mercado local.

No Departamento de Amambay, produzem-se anualmente toneladas de *cannabis*, graças à força produtiva dos jovens rurais vinculados a essa atividade ilícita. Ela é produzida porque existe, na outra ponta, uma rede com grande volume de dinheiro que se mobiliza para atender à demanda de um mercado consumidor de drogas. Segundo Santiago (2005), o narcotráfico se potencializou a partir de 1980, tornando-se uma verdadeira economia capitalista paralela, superando o volume de dinheiro que mobiliza o negócio do petróleo no mundo. Para o autor, o narcotráfico mobiliza ao ano 500 bilhões de dólares. Já segundo Iulianelli (2004), citando fonte da UNDOC, o sistema de drogas no mundo mobiliza 411 bilhões de dólares ao ano. Para este pesquisador, o que impera nesse âmbito é o narconegócio, em que o tráfico de drogas se constitui só na ponta do *iceberg* de um negócio mundial muito poderoso, que não hesita em utilizar a violência para se manter no topo.

Para Araujo (2012), existem várias semelhanças no mercado das drogas lícitas e ilícitas, mas a explicação mais característica nessa analogia consiste em que ambos os grupos produzem vícios. Nos dias de hoje, o crime organizado do tráfico de drogas encontra-se funcionando de modo muito firme, operando no mundo todo, apesar das repressões de parte das autoridades. Com o objetivo de manter firme o narcotráfico, segundo Araujo (2012), vale-se de duas armas: a corrupção e a lavagem de dinheiro. Mediante a corrupção, compra a consciência de policiais (transporte e liberação de carregamento de drogas), de promotores (enfraquecimento, roubo de inquéritos), de juízes (compra de sentenças), de políticos (financiamento de campanha); e, mediante a lavagem de dinheiro, coloca no circuito legal grande volume de dinheiro de origem truçulenta. A lavagem pode ser feita de várias maneiras, mas necessariamente passa por três fases: a colocação, a ocultação e a integração.

O Departamento de Amambay possui uma extensão de fronteira seca de 230 km com o Brasil, sendo que, em vários pontos, os dois países se encontram separados por alguns metros de distância. Porém, grandes extensões fronteiriças encontram-se completamente despovoadas, sendo, portanto, utilizadas por contrabandistas e traficantes de drogas para impor suas “leis” e seus “negócios”. Na região, são produzidos milhares de hectares da mais cotizada *cannabis* do planeta, que atrai poderosos traficantes de drogas, pois considera o

Departamento de Amambay um lugar muito propício para ganhar dinheiro no narcotráfico. Fontes do submundo da máfia de fronteira dão conta de que circulam pelo local, semanalmente, toneladas de *cannabis* e quilos de cocaína, provenientes da Bolívia e Colômbia. Toda essa estrutura mafiosa gera uma grande quantidade de dinheiro, que faz com que seus membros se tornem cada vez mais poderosa. Essas organizações mafiosas, para manter-se nesse âmbito, não hesitam em contratar serviços de sicários² e ameaçar, a fim de manter os seus privilégios.

O jornalista paraguaio Cándido Figueredo (2010) acredita que o negócio da *cannabis* constitui uma tentação irresistível para as famílias dessa região, muito das quais não se fixam nos riscos para sua produção, pois esta possibilita fabulosos ganhos e requer escasso cuidado, o que a diferencia enormemente do cultivo dos produtos tradicionais. Todas as famílias dessa região têm uma simples explicação: os trabalhos de semear e coletar *cannabis* proporciona um retorno grandemente superior ao das demais culturas agrícolas legais.

Do total da *cannabis* comercializada nessa fronteira, a maior parte chega às cidades fronteiriças transportada em veículos pertencentes ou que se encontram a cargo de um agente da Polícia Nacional (PN), ou de outra instituição estatal, como a *Compañía Paraguaya de Comunicación* (COPACO), como também da *Administración Nacional de Electricidad* (ANDE). A infiltração nas instituições estatais da máfia do narcotráfico explica por que, com tanta facilidade, toneladas de *cannabis* são colocadas em circulação na fronteira. Pode-se indicar como um dos grandes problemas a corrupção generalizada que perpassa essas instituições do Estado. Isso acontece porque os veículos conduzidos pelos agentes da PN e veículos com placas do Estado não são revistados nos postos de controle. Então, esses funcionários são tentados a realizar esse tipo de “trabalho” extra, realizando a circulação da *cannabis* já prensada.

Com maior frequência, nos países ricos, e inclusive nos países em desenvolvimento, são criados cenários de conflitos, que mobilizam policiais ou exércitos, na tentativa de controlar as rotas do narcotráfico, seja com o intuito de destruí-las, seja para negociá-las em proveito próprio. Em outras palavras, a mídia e a sociedade denunciam de forma insistente que, no escopo da PN e da Senad, as drogas apreendidas, em vez de serem eliminadas, são desviadas ou negociadas em proveito próprio. O desvio e a negociação pelas forças encarregadas de combatê-las constituem-se um paradoxo conhecido no âmbito penal paraguaio como violação criminal de depósito.

² Sicários são matadores de aluguel. No Brasil, recebem a denominação “pistoleiros” ou “jaguços”.

Pode-se dizer que o sistema de produção é coordenado verticalmente, sendo que os jovens agricultores que se encontram aderidos a esse sistema de trabalho somente são “os explorados” ou “os subordinados”, e não existe maior preocupação com o que eles pensam, sentem e sonham. Essa exploração esconde-se por trás de uma forma de produzir – coordenada verticalmente – em que existe apenas um contrato não escrito, que liga ambos os lados dos partícipes da cadeia. Partindo dessas constatações, esta pesquisa busca responder à pergunta: como e porque os jovens rurais participam da produção de *cannabis* na fronteira Paraguai-Brasil?

Na atualidade, a *Cannabissativa* constitui-se a droga ilícita mais consumida no mundo, daí que se justifica uma pesquisa que busca “olhar o outro lado” do problema social: o envolvimento da juventude rural nas atividades produtivas da droga, em uma importante região de produção do mundo. O *World Drug Report* (ONU, 2010) garante que a *cannabis* continua a ser a droga ilícita mais amplamente utilizada no mundo, referente ao número de pessoas que a consumiram uma vez até o final do ano de 2008. A instituição estima que entre 129 e 191 milhões de pessoas consumiram *cannabis*, o que representaria entre 2,9 e 4,3% da população mundial com idade entre 15 e 64 anos. Desses dados, desprende-se a grande importância, para a comunidade científica e acadêmica, de se levar a conhecer aspectos da problemática da *cannabis*, a fim de aumentar o conhecimento de aspectos da realidade da produção dessa droga ilícita e contribuir com a reflexão teórica sobre essa problemática complexa.

Uma pesquisa sobre essa característica se reveste de importância considerando que a *cannabis* transformada em droga atravessa a linha de fronteira, chegando às grandes capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, onde há grandes demandas. Do Brasil, a *cannabis* viaja para Europa, África, Ásia, por diferentes meios. Isso reforça a importância desta pesquisa no sentido de entender melhor como funciona a parte produtiva do ciclo, deixando claro que existe produção porque há uma grande demanda mundial.

Ao estudar as famílias que produzem maconha no Brasil, Fraga (2010, p. 13) notou que “a cultura ilícita não retira da pessoa e das famílias nela envolvidas sua condição de agricultor”. Mesmo que, do ponto de vista da legislação penal, o cultivo de maconha se constitua em uma flagrante violação, não se pode negar que o seu cultivo também se apresenta como uma atividade agrícola de produção, desempenhada por agricultores que, concomitantemente, realizam experiências e possuem práticas em culturas consideradas legais. O mesmo autor destaca que a cultura da planta ilícita desempenha um papel compensador relativo às perdas que o agricultor sofre com culturas de plantas legais.

A pesquisa de atividades ilícitas constitui-se em um campo que envolve dificuldades e perigos, pois implica lidar com os interesses dos agricultores, dos atravessadores, das instituições de repressão, dos financistas etc. A fronteira seca Paraguai-Brasil apresenta certas facilidades de trânsitos para os foragidos da justiça, tanto para os que chegam ao Brasil quanto para os que saem do país. Tais condições implicam até mesmo riscos de morte para o pesquisador. Portanto, é preciso contar com boas estratégias para realizar as entrevistas, mobilizar-se no lugar e nos contatos e manter a paciência, tranquilidade e perseverança em todos os momentos da pesquisa.

Este trabalho não tem a intenção de julgar os jovens que lidam com essa produção, mas juntar dados dispersos sobre essa temática e transformá-los em uma informação sistematizada, tendo em conta a carência de materiais publicados a esse respeito nessa fronteira. Considerando que essa atividade arrasta muitos jovens para uma vida cheia de riscos no trabalho clandestino, os quais muitas vezes acabam perdendo a vida também antes de realizar os seus objetivos e sonhos, espera-se que os resultados obtidos nesta pesquisa possam servir de subsídios para que o Estado paraguaio possa melhorar a sua política de combate à produção de *cannabis* no país, tendo em conta que o cultivo dessa planta tem se estendido a grande parte do território nacional. Com políticas públicas adequadas aos jovens rurais, espera-se evitar que mais jovens tentem a sorte com o cultivo da *cannabis* no Paraguai.

O objetivo geral desta tese é compreender as razões que levam a juventude rural do Departamento de Amambay a se vincular às atividades e enfrentar os riscos implicados na produção da *Cannabis sativa*, na fronteira seca Brasil-Paraguai. Os objetivos específicos são: a) descrever a construção histórica do conceito de juventude, juventude rural e a juventude rural no Paraguai; b) debater a temática droga no âmbito do consumo e a problemática social construída em torno dela em nível nacional e mundial; c) relatar como os jovens rurais realizam o cultivo e o processamento da *cannabis* na fronteira do Paraguai com o Brasil; e d) apontar como os jovens agricultores nos municípios de Pedro Juan Caballero e Capitán Bado se iniciam na atividade ilícita de produzir, transportar e comercializar *cannabis* obtida nesses lugares.

Acredita-se que os jovens rurais que vivem em torno da fronteira seca Brasil-Paraguai se dedicam ao cultivo e à produção de *cannabis* pela falta de políticas públicas que estimulem os jovens a desenvolver trabalhos lícitos rentáveis. Essa incorporação em atividades ilegais é incentivada pelo desejo do consumo dos jovens rurais, imposto pela sociedade atual, e porque o Estado aparece com todas as suas forças para reprimir a mencionada atividade, daí ela se tornar “invisível”. A ausência do poder público é aproveitada pelo crime organizado para

incentivar esse tipo de trabalho, e os jovens aderem a ele pelo sonho de ganhar dinheiro rapidamente trabalhando menos.

Metodologia da pesquisa

A etimologia da palavra *Amambay* tem suscitado controvérsia. A palavra guaraníca *Amambay*, que é o nome do 13º departamento da República do Paraguai, remete a uma planta tropical semelhante à *samambaia*. Por outro lado, alguns autores brasileiros afirmam que *Amambay* vem de uma forma corrompida ou equivocada de escrever *samambaia* (GONZALEZ, 1986). Para contrariar os conceitos anteriores, Jara (1999, p. 131) aponta que *Amambay* é uma palavra guaraníca *composta* e *aglutinante*, que significa, literalmente, “água da chuva que corre”. Ou seja, *Amambay* é um substantivo composto de três ideias: *ama* – chuva; *MBA* – término ou fim; e *y* – água, sendo que *y* é apocopado de *ry*. *Ama-mba-y* significa, finalmente, água que corre (pelas cordilheiras) depois da chuva.

A população do Departamento de Amambay, cuja capital é a cidade de Pedro Juan Caballero, é constituída por, aproximadamente, 114.917 habitantes, dos quais 60% são pessoas com menos de trinta anos de idade, segundo dados estatísticos da *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC, 2002), apresentados nos quadros 1 e 2. Situado a nordeste do país, sobre a Cordilheira do Amambay, esse departamento tem a maior altitude do Paraguai, com, aproximadamente, 704 metros. Possui uma superfície total de 12.993 km², que compreende três municípios.

Pedro Juan Caballero, capital departamental cujo nome homenageia um dos heróis da independência do Paraguai, ainda guarda o lugar – Cerro Cora – onde foi encerrada a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança, com a morte do Mariscal López, em 1870. O município foi fundado no ano 1889, sendo então Presidente da República Juan Gill Gonzalez. A cidade mantém uma fronteira seca com a cidade brasileira de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, cujo nível de desenvolvimento é muito mais alto se comparado com o de outras cidades do Paraguai. Essa terra de fronteira é conhecida como “terra de ninguém”, pois as pessoas cruzam de Pedro Juan Caballero até Ponta Porã em qualquer ponto e sem muito controle. Esse município compreende um território total de 3.054 km² e uma população total de 88.189 habitantes. A grande maioria da população é urbana, atingindo 64.592 habitantes, o que significa que a cidade experimentou uma dinâmica atividade comercial, sobre a base do chamado “turismo de compra”.

No ano de 1902, durante a presidência de Hector Carvalho, foi fundado o município de Bella Vista, apesar de existirem referências históricas abundantes sobre o processo de ocupação de a zona ter se iniciado ao redor do ano de 1860, em tempos em que Carlos Antonio Lopez era presidente do país. O município tem suas costas irrigadas de forma generosa pelo rio Apa e é separado por meio de uma pequena ponte de 100 metros de extensão do município brasileiro de nome semelhante, Bela Vista. Compreende um território de 3.901 km² de extensão e possui uma população total de 9.611 habitantes. O município destaca-se por apresentar uma dinâmica atividade agrícola e comercial. Mais da metade de sua população reside no meio rural. Nas proximidades, existem importantes atrativos turísticos, tanto do lado brasileiro como do lado paraguaio, pelo que a cidade serve como um espaço de trânsito para os turistas.

Já o município de Capitán Bado homenageia o herói da Guerra do Paraguai que acompanhou o Mariscal López até Cerro Cora. Esse município foi fundado em 1914, durante a presidência de Eduardo Schaerer, e encontra-se situado sobre a Cordilheira do Amambay. Compreende um território extenso, de 5.378 km², habitado por 17.117 pessoas, das quais a maioria vive no meio rural; a população propriamente urbana soma um total de 7.578 pessoas. Capitán Bado ganhou notoriedade no passado muito recente porque era a via do contrabando de madeira ao Brasil, mas a sua fama incrementou-se sensivelmente pela instalação dos cartéis de mafiosos vinculados com o tráfico de drogas.

Duas questões estigmatizam todo o Amambay: a influência determinante do Brasil sobre a zona, que é enormemente facilitada pela extensa fronteira seca e os altos níveis de violência que derivam das atividades delitivas; bem como a influência decisiva dos grupos mafiosos ligados ao tráfico de drogas, muito especialmente no município de Capitán Bado e no vizinho Pedro Juan Caballero.

Deve ser criada ainda em 2013, a criação de um novo município no departamento, cujo centro urbano fica a 18 km da capital Pedro Juan Caballero. Segundo os antigos habitantes desse lugar, o povoado tem origem inclusive anterior à própria capital departamental e, portanto, merece ser declarado como município e os habitantes anseiam ter a oportunidade de eleger o seu prefeito e projetar seu progresso. Com a criação desse novo município, Pedro Juan Caballero perderia, em território, 50 mil hectares em um primeiro momento; por outro lado, significaria perda em arrecadações em impostos. Também outro fato importante digno de ser mencionado é que considerável número de eleitores, que, em outras épocas, participava em eleições na capital departamental, terá de realizá-lo nessa nova cidade.

Município	Ano de Fundação	Território km ²	População total	População rural
Pedro Juan Caballero	1889	3.054	88.189	23.597
Bella Vista	1902	3.101	10.400	4.700
Capitán Bado	1914	5.378	16.390	8.290

Quadro 1 – Municípios do Departamento de Amambay, área territorial e dados populacionais (em milhares de habitantes) de área

Fonte: DGEEC (2002).

Faixa etária/ano	1962	1972	1982	1992	2002
Menores de 15 anos	16.248	31.285	29.377	44.097	45.568
De 15 a 29 anos	8.644	16.240	19.565	25.960	31.870
De 30 a 59 anos	7.559	14.608	16.143	24.237	30.352
Com 60 ou mais	1.654	2.978	3.310	5.566	7.127

Quadro 2 – Evolução da população total (em milhares de habitantes) por faixa etária no Departamento de Amambay

Fonte: Censo (2002); DGEEC (2002).

Os dados apresentados precedentemente indicam um departamento com, aproximadamente, 94% de sua população composta por pessoas com menos de trinta anos de idade. Dessa maneira, o principal problema do Departamento de Amambay é a falta de fonte de trabalho, que força os jovens a migrar em busca de um futuro melhor. Persiste ainda a necessidade de escolas técnicas, por esse motivo muitos jovens passam a fronteira para procurar melhores oportunidades. Somam-se ainda o crescimento da economia informal pelo progressivo aumento do urbanismo, o desmatamento, o contrabando, o desaparecimento de antigos povoados, que se transformam em estâncias, e os problemas ligados às drogas, muito especialmente a *cannabis*.

No mapa do Paraguai (Figura 1), observam-se as principais rodovias (“rutas”) que interligam o país, com sua numeração oficial, conforme as seguintes denominações: Ruta n° 1 Mariscal Francisco Solano López, que faz a ligação entre Asunción e Encarnación, fronteira com a Argentina; Ruta n° 2 Mariscal José Felix Estigarribia, que conecta Asunción com a cidade de Coronel Oviedo; Ruta n° 3 General Elizardo Aquino, interligando Asunción a Bella Vista Norte (nordeste); Ruta n° 4 General Eduvigiz Diaz, usada para ligar Misiones com Ñeembucú; Ruta n° 5 General Bernardino Caballero, que se estende de Pedro Juan Caballero

até Pozo Colorado (Chaco); Ruta n° 6 Dr. Juan León Mallorquin, que interliga Encarnación e Minga Guazú; Ruta n° 7 Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia, que une Coronel Oviedo com Ciudad del Este; Ruta n° 8 Dr. Blas Garay, realizando a ligação da cidade de San Estanislao com Coronel Oviedo; Ruta n° 9 Dr. Carlos Antonio López, que une a cidade de Asunción à fronteira com a Bolívia, cidade de Boquerón; Ruta n° 10 Las Residentas, que liga Villa del Rosario até Candideyu; Ruta n° 11 Juan de Lara, que vai de Antequera até Capitán Bado; e Ruta n° 12 Vice Presidente Sánchez, que parte de Villa Hayes e chega até Tinfunké.

Para chegar a Asunción, capital do país, partindo da cidade de Pedro Juan Caballero, toma-se a rodovia n° 5, General Bernardino Caballero, até o município de Yby Yau e, a partir daí, segue-se pela rodovia n° 3, General Elizardo Aquino. A distância entre as cidades é de 435 km. Também se encontra distante 350 km da capital do estado de Mato Grosso do Sul – Campo Grande –, cujo acesso se dá pela BR-167.

O levantamento de dados foi realizado nos municípios de Pedro Juan Caballero e Capitán Bado. Ambas as cidades são fronteiriças com Coronel Sapucaia e Ponta Porã, situadas ao sul de Mato Grosso do Sul e a nordeste do Paraguai. Como já destacado, a pesquisa com drogas ilícitas envolve muitos riscos, especialmente por se tratar de uma região de fronteira seca. Ciente desse problema, o pesquisador tem a necessidade de aplicar várias técnicas para a sua coleta de dados de campo. Dessa forma, esta pesquisa combinou diversas técnicas de pesquisa, envolvendo pesquisa bibliográfica, levantamento documental e entrevistas.

A pesquisa bibliográfica teve como fim atualizar o estado da arte sobre o campo da juventude, juventude rural e juventude no Paraguai e a problemática gerada em torno da cânabis, no âmbito da juventude rural na fronteira Paraguai-Brasil. Na pesquisa bibliográfica, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 54), “é conveniente localizar, obter e consultar estudos anteriores, livros, revistas científicas, ensaios, teses, fóruns e página da Internet, material audiovisual, testemunho de especialista”. Neste caso particular, não foi possível encontrar trabalhos de pesquisas que tratassem da problemática da juventude e da produção de cânabis na fronteira em questão. No entanto, procurou-se conhecer o envolvimento de jovens rurais na produção de drogas ilícitas em outros países latino-americanos.

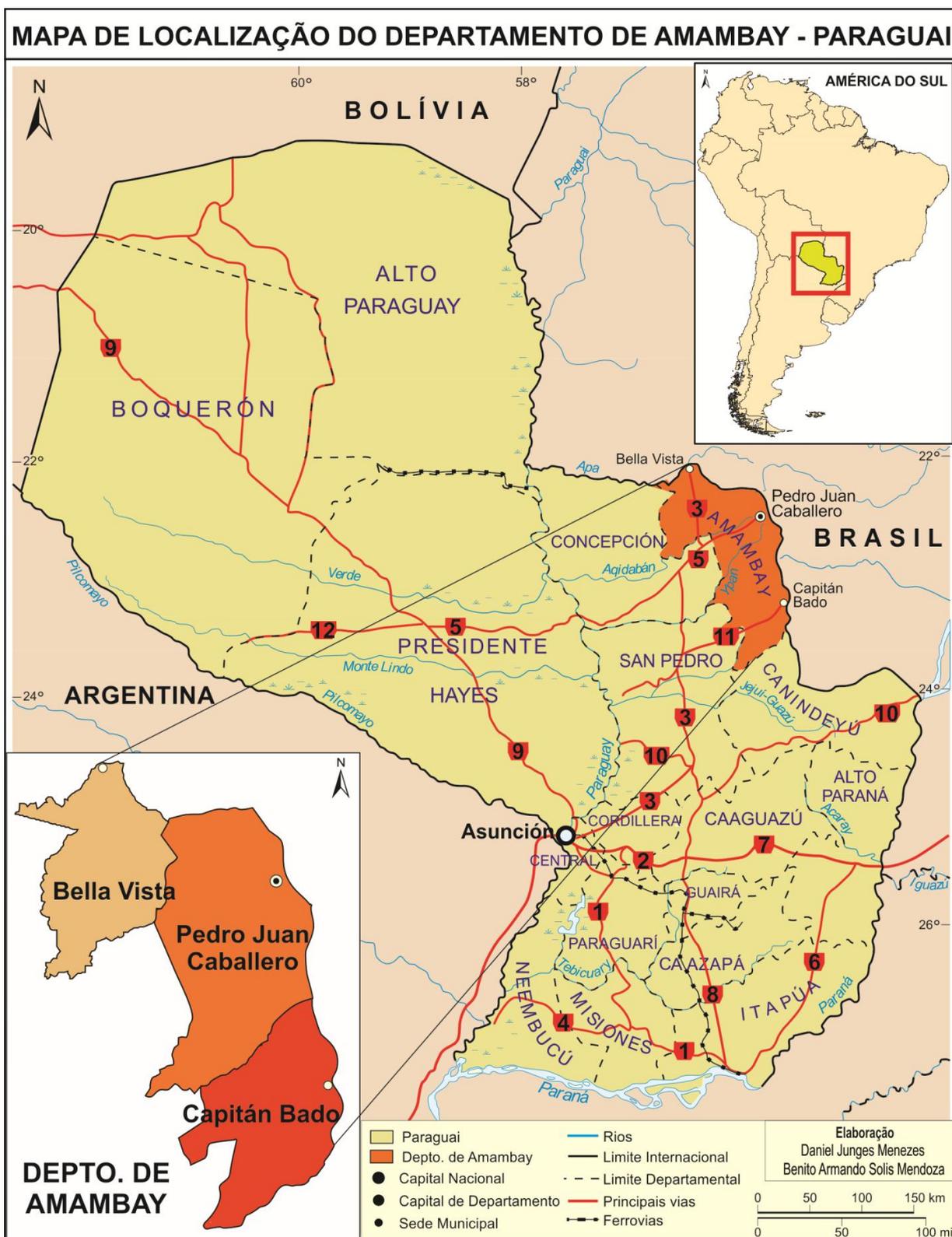


Figura 1 – Mapa político e rodoviário do Paraguai

No intuito de entender os dispositivos legais internacionais e nacionais e as políticas que orientam a atuação das instituições encarregadas da prevenção e do combate ao

narcotráfico, foi realizado um levantamento documental. Os documentos utilizados foram: os convênios internacionais, como a Convenção Única sobre Drogas, de 1961, a e Convenção sobre Drogas e Substâncias Psicotrópicas, de 1998; a Constituição Nacional do Paraguai; os códigos Penal, Processual e Penal; as leis que estabelecem a Carta Orgânica do Ministério Público, da Polícia Nacional e da Secretaria Nacional Antidrogas.

A pesquisa documental foi utilizada nesta pesquisa como elemento complementar dos dados obtidos por intermédio de outras técnicas de pesquisa. Neste ponto, foram analisados os documentos, inquéritos policiais, processos no Ministério Público (MP) e Sentença Definitiva (SD) no Poder Judicial (PJ), a fim de entender a atuação dessas instituições e a vinculação da juventude nesses processos.

A principal técnica de coleta de dados utilizada nesta pesquisa foi a entrevista semiestruturada. Nesse procedimento, os agentes entrevistados foram 16 pessoas residentes nessa fronteira como informantes-chave, representantes das diferentes instituições atuantes no âmbito local e nacional. Nesse sentido, foram entrevistados dois chefes policiais em atividade, que relataram os procedimentos realizados pela polícia no combate ao tráfico e ao consumo de drogas nessa fronteira e a vinculação de policiais no submundo do tráfico. Outro policial licenciado foi abordado para tratar da questão da corrupção policial. Foram entrevistados três agentes vinculados à justiça: um promotor de justiça, um juiz de garantia e um juiz de sentença, a fim obter dados sobre como os processos e processados chegam aos juízos orais e públicos. Foram entrevistados também um político que ocupa o cargo de vereador municipal e é conhecido lutador contra o consumo de droga nessa fronteira, além de um agente da Secretaria Nacional Antidrogas, que tratou das questões relativas à repressão ao tráfico, embora esse agente não tenha permitido a gravação da entrevista. Ainda como informante-chave, foi entrevistado um jornalista que trabalha exclusivamente na cobertura das repressões feitas pela polícia e que, ainda, comenta sobre as autoridades de todas as instituições. Também foi entrevistada como informante-chave uma pessoa que declarou trabalhar no tráfico, mantendo vínculos com os jovens rurais produtores e os “patrões” do tráfico. Um cacique da etnia Pora Kui³ também foi entrevistado como informante-chave, considerando que, nos territórios indígenas, foram localizadas plantações de *cannabis*; em outros casos, os jovens indígenas vendem sua força de trabalho para outros produtores dessa planta. Esse líder indígena falou sobre a utilização dos territórios indígenas e a vinculação dos jovens indígenas do departamento à produção de *cannabis*. Igualmente, foram entrevistados dois agricultores

³ Nome fictício para fins desta pesquisa.

familiares, cujos filhos têm vínculo com a produção de *cannabis* nesse departamento: o primeiro deles tinha dois filhos condenados a oito anos de prisão por possuir e traficar *cannabis*, o segundo abordou os esforços familiares no sentido de como evitar que os filhos se envolvam nesse tipo de trabalho ilegal.

Referente aos principais protagonistas da produção de *cannabis* na fronteira seca Paraguai-Brasil, a cujo estudo se propôs a tese, foram entrevistados dez jovens rurais nos municípios de Pedro Juan Caballero e de Capitán Bado, todos filhos de agricultores familiares residentes nas zonas rurais de ambos os municípios. A fim de preservar o seu anonimato, no marco desta tese, os jovens ganharam nomes fictícios em guarani: Kalo (21 anos), Perú (27 anos), Luchi (24 anos), Kachi (26 anos), Leoño (23 anos), No'ono (28 anos), Ta'io (20 anos), Taru (32 anos), Vito (25 anos) e Lopo (22 anos). São jovens com baixo grau de escolarização, sendo que alguns frequentaram a escola até concluir o nível primário (sabem pelo menos escrever seu nome), outros nem frequentaram a escola (neste caso, nem seus nomes escrevem e, em muitos casos, nem possuem registro de nascimento). Em outras palavras, alguns jovens entrevistados nesta pesquisa não existem civilmente.

Para realizar as entrevistas com os jovens rurais, foi preciso recorrer a dois mediadores, que conheciam os jovens envolvidos na produção de *cannabis* nos municípios estudados. Ambos os mediadores são agricultores familiares que facilitaram, enormemente, os contatos entre o pesquisador e os jovens rurais. Esses mediadores também repassaram informações importantes sobre aspectos da vida dos jovens rurais envolvidos no tráfico, uma vez que a convivência com eles durou semanas. O longo contato com os mediadores foi condição necessária para minimizar os riscos para concretizar os encontros com os jovens rurais envolvidos na produção de *cannabis*.

Em todos os casos, os jovens agricultores que cultivam *cannabis* concederam as entrevistas depois de muita negociação, envolvendo uma pessoa conhecida de ambos os lados que atuou como mediador, pois, de outra forma, tornava-se praticamente impossível chegar a esses jovens agricultores. Então, destaca-se o papel do mediador nesta pesquisa como uma pessoa de confiança de ambos os lados, porque existiam medos e riscos. Pode-se dizer que os mediadores participavam na negociação para a realização das entrevistas, mas não estiveram presentes no momento da entrevista propriamente dita, posto que o seu trabalho era facilitar as interconexões para que esta se concretizasse.

A utilização dessas diferentes técnicas de levantamento de dados da pesquisa teve como fim abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do fenômeno social aqui em estudo – a juventude vinculada com a produção da *cannabis* –, partindo do

princípio segundo o qual resulta impossível conceber a existência de um fenômeno social sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma realidade muito maior no âmbito social. Por último, salienta-se que, no momento da execução das entrevistas, foi realizada uma atenta observação dos próprios entrevistados e do seu entorno, que foi registrada no caderno de campo, com especial atenção aos detalhes que não formavam parte do roteiro de entrevista semiestruturada.

Para Marconi e Lakatos (2010), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, com a finalidade de que uma das partes obtenha informações sobre determinado assunto, por intermédio de uma conversação de natureza profissional. “É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de materiais ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.” (p. 178). Neste estudo, a entrevista semiestruturada constituiu-se em uma técnica de pesquisa importante para o levantamento de dados sobre aspectos da realidade dos jovens rurais que se encontram incorporados na produção da *cannabis* nos municípios de Capitán Bado e Pedro Juan Caballero. A utilização dessa técnica tem o intuito de captar o que acontece no cruzamento individual com o contexto social desses jovens rurais, bem como visa a obter elementos que tenham fundamentos em acontecimentos do passado, bem como as perspectivas e os sonhos futuros dos jovens. Com esse procedimento, pretendeu-se realizar uma análise de forma retrospectiva, atual e futura dos jovens rurais entrevistados. O esforço de captar passado, presente e futuro, sob a perspectiva dos próprios jovens, permitiu uma visão total dos processos de envolvimento dos jovens rurais no cultivo de *cannabis* e, dessa forma, acercar-se o máximo possível de suas vivências.

Os jovens rurais, ao aderir ao plantio da *cannabis*, entram em uma rede que coloca em risco suas vidas e suas condições de trabalhador. Eles vivem em um estado eterno de tensão e contradição, uma vez que essas atividades produtivas são, sabidamente, ilegais. Chegar e concretizar uma entrevista nesse ambiente igualmente representa risco para o entrevistador, pelo fato de que os trabalhadores podem desconfiar das reais intenções do entrevistador e temer certas delações diante das autoridades. Por essa razão, o pesquisador, para conseguir agendar essas entrevistas, procurou trabalhar cuidadosamente o processo de imersão social, desde muito tempo. O propósito foi vincular-se a algumas pessoas conhecidas do lugar (os mediadores), para agendar as entrevistas com os jovens rurais e suas famílias, bem como mediar e acompanhar, em todos os momentos, o pesquisador. Dessa forma, o pesquisador chegou até à moradia das famílias trabalhadoras e, depois dos cumprimentos iniciais, o mediador fazia uma apresentação pessoal e profissional do pesquisador. Esperava-se, dessa forma, criar condições mínimas de confiança e, na sequência, realizava-se a entrevista

propriamente dita. Ao iniciar sua fala, o pesquisador se dirigia aos membros da família para agradecer a colaboração com a pesquisa, mencionando que o objetivo do estudo era acadêmico e que haveria total sigilo quanto à identidade de cada informante, de sua família e das informações concedidas. Explicitava-se também que o pesquisador se encontrava ali pela primeira vez, mas que poderia voltar em outro momento para outras entrevistas igualmente sigilosas. Na sequência, propunha-se ao entrevistado que indicasse um lugar considerado por ele ideal para iniciar a entrevista, a fim garantir privacidade e evitar interrupções. Nesse local, então, era realizada a entrevista, que era gravada com o devido consentimento do entrevistado.

Assim, vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas nos domicílios dessas pessoas, com uma duração máxima de uma hora, e registradas em um gravador de pequeno porte. A maioria dos jovens rurais não concordou em mostrar seus cultivos porque temia que pudesse haver uma delação ou que os “sócios” ficassem sabendo que eles estiveram no lugar de cultivo na companhia de um estranho. Apenas três jovens rurais concordaram em mostrar a localização dos seus cultivos. Nesses casos, a entrevista se prolongou, pois, considerando a distância a ser percorrida em direção à localização do cultivo, essa viagem durava, aproximadamente, uma hora até chegar ao ponto onde se deixava o veículo para continuar caminhando ao lugar da plantação. Nesses momentos, o jovem entrevistado se encontrava à vontade para falar sobre sua vinculação com essa produção, pois ele se sentia seguro de que nenhuma outra pessoa estava lhe ouvindo, à parte do pesquisador. No desenrolar das entrevistas, alguns jovens rurais, produtores de *cannabis* do Departamento de Amambay, disponibilizaram-se em apresentar ao entrevistador os acampamentos e observar a plantação. Um jovem perguntou: “*Quer conhecer? Então, vamos até o acampamento agora de imediato e olhar o cultivo.*” Dessa forma, a entrevista com ele foi bastante fluida, e pesquisador e entrevistado dirigiram-se aos locais conversando, tanto na ida quanto na volta. Ainda com relação às entrevistas dos jovens rurais, outra particularidade importante a ser ressaltada: 95% das entrevistas foram feitas em idioma guarani, daí que o pesquisador teve que fazer a tradução ao espanhol.

A utilização nesta pesquisa de diferentes técnicas de levantamento de dados teve o intuito de realizar uma boa triangulação dos materiais coletados. Dessa maneira, obteve-se a produção de dados mais acurados, abrangentes e objetivos do fenômeno social investigado. Considerando que a pesquisa tematiza um problema social de alta complexidade e riscos, surgiu a necessidade de aplicar mais de uma técnica de levantamento de materiais.

Plano da obra

A tese se estrutura em quatro capítulos. O primeiro capítulo se detém na análise da construção social e teórica que originou a categoria denominada “jovem” na era da modernidade, na sociedade ocidental. Na sequência, realiza-se um debate sobre a construção social da juventude rural, com destaque nos países latino-americanos, mencionando os esforços institucionais para planejar ações em prol do reconhecimento público da categoria e, através delas, modernizar o campo que era, naquele momento, sinônimo do atraso. Realiza-se ainda o debate acerca da categoria juventude rural no Paraguai, país este onde até agora existe certa invisibilidade dessa categoria, tanto no âmbito do governo e quanto no das instituições de pesquisa, notada pela carência de políticas públicas direcionadas e escassez de pesquisa voltada aos jovens rurais.

O segundo capítulo aborda as interfaces das temáticas das drogas e do consumo e as iniciativas institucionais antidrogas. Em persecução, esse capítulo traz um debate sobre o problema social que se cria em torno das drogas, considerando que as restrições legais e os conceitos mudaram nos contextos das nações organizadas e ao longo da história. O capítulo, então, encerra com uma análise de duas convenções internacionais tocantes ao tema das drogas: a Convenção Única, promulgada em 1961, e a Convenção sobre Drogas e Substâncias Psicotrópicas, promulgada em 1998. Ambas as convenções são de alcance universal e foram publicadas sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, não querendo dizer, com isso, que elas sejam as únicas sobre esse respeito.

O terceiro capítulo discute a chegada e produção comercial da *cannabis* na fronteira do Paraguai com o Brasil. A segunda parte desse capítulo apresenta a cultura da *cannabis* no Departamento de Amambay, alavancada pelo trabalho dos jovens agricultores rurais. Na sequência, o estudo enfoca a vida dos jovens nos acampamentos onde se produz a *cannabis*, na tentativa de explicar a organização da vida das pessoas naqueles lugares de trabalho, as rotinas de trabalho, o tempo de permanência, os perigos enfrentados e as regras impostas. Encerra-se o capítulo com um debate sobre o processamento pelo qual deve passar a *cannabis* para torná-la droga pronta para o consumo.

O quarto capítulo ocupa-se em apresentar como se dão os contatos iniciais entre os jovens agricultores e os “sócios” e outros tipos de relações estabelecidas na comunidade, com as autoridades. Em consecução, o debate se debruça sobre o tema do transporte e comercialização da *cannabis*, partindo do seu lugar de produção até os locais de negociação da “mercadoria” ilícita. Na sequência, apresenta-se uma análise da situação dos jovens rurais

produtores de *cannabis* quando presos pelas forças encarregadas pela repressão do tráfico, observando os processos na tentativa de um maior entendimento sobre a aplicação da lei de parte das autoridades. Também se analisam algumas possibilidades de solução da problemática do envolvimento dos jovens rurais no tráfico de drogas no ambiente fronteiriço.

CAPÍTULO I

JUVENTUDE E JUVENTUDE RURAL NO PARAGUAI

A juventude moderna é uma categoria social que surgiu na época da Revolução Industrial, mais especificamente no final do século XIX e princípio do século XX, baseada principalmente na obra de Rosseau (1762). Como sujeito empírico e como objeto de pesquisa, a categoria jovem, desde o seu princípio, é objeto de uma difícil definição. Porém, o conhecimento científico e acadêmico sobre os jovens é uns dos cenários mais importantes na construção da categoria jovem, assim como as disputas de saberes e das plataformas epistêmicas com as quais se observam e representam os/as jovens. A juventude rural, por sua vez, também surgiu nesse período, nos países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos, como uma estratégia de modernização da agricultura. Posteriormente, a categoria juventude rural foi internacionalizada, chegando aos países latino-americanos, através dos organismos multilaterais e fundações filantrópicas; a ideia era de que eles fizessem a troca de mentalidades do país no setor rural, no sentido de abraçar a modernização do campo como uma alternativa válida.

No Paraguai, em específico, os processos de construção social da juventude ainda não foram devidamente estudados, o que indica certa invisibilidade dessa categoria. Em alguns contextos sociais específicos do Paraguai, a juventude rural está inserida na produção da *cannabis*, uma planta que contém uma substância considerada psicotrópica. Por falta de oportunidades em atividades rentáveis e lícitas, que permitam aos jovens rurais paraguaios forjar um futuro com dignidade no lugar onde vivem, muitos decidem colocar sua força de trabalho a serviço do narcotráfico.

O objetivo deste capítulo é descrever os processos históricos e sociais que envolvem a construção como categoria social “juventude” e, mais especificamente, a juventude rural, destacando as condições sociais da emergência dessa categoria. Particularmente, sobre o Paraguai, realiza-se uma abordagem no intuito de compreender como foi se construindo socialmente o entendimento sobre a juventude que vive nos espaços rurais.

Portanto, a fim de compor este capítulo, foi utilizada a técnica de levantamento de dados baseada na pesquisa bibliográfica e documental, permitindo atualizar o estado da arte sobre o vasto campo da juventude e sua construção social, bem como consultar estudos anteriores sobre a temática.

O capítulo está organizado em um conjunto de três seções que lhe dão corpo e sequência lógica. Na primeira seção, será realizada uma aproximação teórica à construção do conceito de juventude. Na segunda, enfoca-se o surgimento, no âmbito da modernidade, da juventude rural, especialmente nos países latino-americanos, bem como a situação em que se encontra a mencionada categoria com o surgimento das novas ruralidades. Na sequência, busca-se compreender as problemáticas da população juvenil rural do Paraguai, com o intuito de torná-la mais visível, pois são quase nulos os trabalhos visando a essa categoria social muito importante para o presente e o futuro do país, considerando que essa população rural no Paraguai representa, na prática, a metade da população que habita esse país.

1.1 Juventude: uma construção social

De acordo com Feixa (2006), a juventude pode ser entendida como a fase da vida individual compreendida entre a puberdade fisiológica – uma condição natural – e o reconhecimento do *status* adulto – uma condição cultural – e tem sido vista como uma condição universal, uma fase do desenvolvimento humano que se encontra em todas as sociedades e momentos históricos. Segundo esse ponto de vista, a juventude se situa na necessidade de um período de preparação entre a dependência infantil e a plena inserção social, assim como nas crises e conflitos que caracterizam esse grupo de idade, que estaria determinado pela natureza da espécie humana. Partindo da perspectiva antropológica, Feixa (2006, p. 28) afirma:

La juventud aparece como una ‘construcción cultural’ relativa en el tiempo y en el espacio. Cada sociedad organiza la transición de la infancia a la vida adulta, aunque las formas y contenidos de esta transición son enormemente variables. Aunque este proceso tiene una base biológica, lo importante es la percepción social de estos cambios y sus repercusiones para la comunidad: no en todos los sitios significa lo mismo que a las muchachas les crezcan los pechos y a los muchachos el bigote. También los contenidos que se atribuyen a la juventud dependen de los valores asociados a este grupo de edad y de los ritos que marcan sus límites. Ello explica que no todas las sociedades reconozcan un estadio nítidamente diferenciado entre la dependencia infantil y la autonomía adulta. Para que exista la juventud, deben existir, por una parte una serie de condiciones sociales (es decir, normas,

comportamientos, e instituciones que distingan los jovenes de los otros grupos de edad) y, por otra parte, una serie de imágenes culturales (es decir: valores, atributos y ritos específicamente asociados a los jovenes). Tanto unas como otras dependen de la estructura social en su conjunto, es decir de las formas de subsistencia, de las instituciones políticas y las cosmovisiones ideológicas que predominan en cada tipo de sociedad.

Considerando que a juventude é um constructo histórico-social, Feixa (2006), apresenta uma diversidade de situações em que podem ser agrupados os modelos de juventude, que correspondem a diferentes tipos de sociedades: os “púberes” nas sociedades sem Estado ou primitivas; os “efebos” nos antigos Estados; os “mozos” nas sociedades pré-industriais camponesas; os “muchachos” da primeira industrialização; e os “jovenes” das sociedades modernas pós-industriais. Os modelos citados não são unidirecionais, mas podem ser considerados “tipos ideais” que permitem colocar em ordem a heterogeneidade referente à etnografia e à própria história.

Se considerarmos que os jovens constituem uma categoria sociológica, surge a necessidade de defini-la teoricamente, a fim de evitar confusões correntes baseadas na fisiologia e psicologia, pois uma definição nesses âmbitos não reveste nenhuma conotação social. Se a juventude é um fenômeno social – e não só psicológico ou fisiológico –, deve ser definida em termos sociológicos; qualquer outra definição carece de valor teórico, pois se constitui em um simulacro. Principalmente as definições espontâneas da juventude confundem a maturidade física, psíquica e social que, no fim das contas, remete ao termo “idade” (ZÁRRAGA, 2004).

Segundo Zárraga (2004), a juventude também não se define por um grau de maturidade do desenvolvimento físico ou psíquico. Mas o autor reconhece que certo grau de maturidade – a modo de limiar mínimo – seja uma condição necessária para o processo de construção da juventude em toda a sociedade. Descartando prejuízos psicofisiológicos, observa-se que os fenômenos da juventude na sociedade atual e em outras sociedades históricas – igualmente outros fenômenos análogos socialmente que se produzem em sociedades distantes da atual – correspondem a um período da vida do indivíduo – mais ou menos longo e mais ou menos definido, formal ou informalmente, no seu início e sua conclusão – em que o sujeito alcançou a maturidade física e psicofisiológica necessária para atuar como adulto – é dizer, para poder desempenhar os papéis que são atribuídos nessas sociedades aos adultos.

Zárraga (2004, p. 107), define a juventude desde o ponto de vista sociológico ao afirmar: “lo que caracteriza a la juventud en todas las sociedades es esa específica asignación

de papeles sociales, diferenciada de la asignación de papeles a los adultos (a los agentes sociales plenos), es decir una condición social distinta”. O autor agrega: “la juventud social no puede definirse por la edad; la edad es rasgo necesario – y, aún hay que advertir que en la mayoría de las sociedades lo es sólo en términos imprecisos – pero en ningún caso suficiente”. A idade não basta para definir a juventude em nenhuma sociedade. Não se deve confundir que uma determinada idade seja parâmetro convencional, em algumas sociedades, para concluir ou iniciar o processo de juventude – ou alguns dos seus aspectos marcados por cerimônias –, no intuito de que a juventude seja uma questão de idade. A idade é um traço formal.

A definição da categoria juvenil quase sempre é feita tendo como ponto de partida caracteres biológicos observáveis, mas de forma fundamental sustentada nas pautas socioculturais em cada comunidade e sociedade. Esse argumento foi massivamente difundido por Pierre Bourdieu, na sua famosa entrevista de 1978, em que o mencionado sociólogo evidenciava que a “juventude e a velhice não são dadas, muito pelo contrário são construídas socialmente, isto implica luta entre os velhos e os jovens” (BOURDIEU, 1989, p. 164). Em resumo, essa postura considera a juventude uma categoria social, construída e definida culturalmente. Portanto, sua caracterização e duração dependem da sociedade e do estrato em que ela se encontra inserida. A conclusão desse período fica estabelecida cultural e socialmente, como acontece nas nossas sociedades ditas ocidentais, pela plena consolidação de uma vida independente dos laços familiares, autonomia pessoal, inserção no mercado de trabalho, constituição de uma família própria etc. Bourdieu acredita que a conquista de espaço de parte dos jovens não é gratuita, mas “imposta” pelo mundo do adulto, através da subordinação e da exclusão, pelo fato de essa construção ser sociocultural, guiada pelo controle do poder do adulto.

Pela análise de Feixa (2006), fica evidente que, na maior parte das sociedades primitivas, não existia um longo lapso de tempo de transição anterior à inserção social plena nem se podia perceber que existia um conjunto de imagens culturais que marcasse claramente a separação de um grupo de idade de outros. Já na sociedade antiga, a juventude se tornou uma idade-modelo. O surgimento do Estado moderno, carregando com ele a hierarquização social, a divisão do trabalho e a forma de vida urbana, permitiu a emergência de um grupo de idade, para o qual eram negados os direitos sociais plenos, dos quais desfrutava anteriormente, passando a ter responsabilidades desse momento para adiante nas novas tarefas educacionais e militares. Nas sociedades do Antigo Regime – a Europa Medieval e Moderna –, não era fácil visualizar uma etapa da vida que tenha correspondência com o que na

atualidade pode ser entendido como juventude. Nos tratados pseudocientíficos dessa época, a idade de fato foi muito popular. O termo para a nomeação dos jovens foi “moço” e “moça”, na mesma designação foram incluídos menores de idade, como os solteiros e serventes, uma forma com relativa independência a respeito da idade cronológica; noutras palavras, desconsiderava-se a idade cronológica.

Savage (2009), em seu livro *A criação da juventude: como um conceito de teenage revolucionou o século XX*, realiza um meticuloso levantamento histórico sobre a origem do conceito de juventude e as representações sociais associadas a esse grupo. O autor coloca no último quarto do século XIX acontecimentos que pressionam a sociedade daquela época a reconhecer que “não era adequado pensar que a idade adulta vinha seguidamente à infância” (p. 28), mas que existia uma etapa da vida – entre a infância e a idade adulta – que apresentava particularidades e que ainda não tinha nome.

Contudo, Savage lembra que, um século antes, Rousseau, na sua famosa obra *Emílio* (1762), já havia indicado essa etapa como “momento crítico” ou “um segundo nascimento” e apontava os efeitos mentais e emocionais dessa fase da vida. Essas ideias foram desenvolvidas por Goethe, na Alemanha, também no século XVIII, no romance *Os sofrimentos do jovem Werther*. Nessa obra, ficou “marcada ‘a visão romântica’ da juventude como assediada por um fervilhar de ideias e inquietações, tanto que a morte prematura por acidente ou por suicídio era sintomática” (SAVAGE, 2009, p. 29).

Feixa (2006), em sua obra intitulada *De jovens, bandas y tribus*, procura compreender como a “juventude” foi construída em todas as sociedades. O autor formula algumas perguntas: quando surge, pois, a realidade social que viemos a denominar “juventude”, na sociedade ocidental? Quando é generalizado um período da vida compreendido entre a dependência e autonomia adulta? Quando são difundidas as condições sociais e as imagens culturais que hoje associamos à juventude? O autor explica que a Revolução Industrial teve uma influência fundamental no surgimento da juventude e utiliza uma metáfora de Frank Musgrove (1965, p. 45), que afirmou: “o jovem foi inventado ao mesmo tempo da máquina de vapor. A máquina por Watt 1765 e jovem por Rousseau 1762”.

Feixa (2006), afirma igualmente que, em *Emílio*, o filósofo realiza uma descrição da adolescência como se fosse uma espécie de segundo nascimento, uma metamorfose interior, a etapa da existência na qual acordavam o sentido social, a emotividade e a consciência. Rousseau insiste, segundo Feixa (2006), que nessa etapa da vida é bastante natural a instabilidade de suas crises, percebendo a necessidade de separação do mundo dos adultos, o que influenciou as teorias posteriores de pedagogos e psicólogos. O autor, porém, faz uma

advertência: “não se pode identificar o nascimento da juventude com uma data precisa nem confundi-lo com o surgimento de teorias sobre este período da vida [...]” (FEIXA, 2006, p. 45). Como condição social difundida entre as diversas classes sociais e como imagem cultural nitidamente diferenciada, a juventude não apareceu massivamente no cenário público até o limiar do século XX.

Segundo Ariès (1981), de forma progressiva, amadurecia a ideia de que as crianças não se encontravam nas mesmas condições de vida dos adultos, o que gerou a necessidade de serem submetidos a um regime especializado de educação, dando-se início, dessa maneira, à escolarização. Isso resultou no nascimento das instituições educacionais específicas para a infância e adolescência:

A infância foi prolongada além dos anos em que o garotinho ainda andava com auxílio de ‘guias’ ou falava seu ‘jargão’, quando uma etapa intermediária, antes rara e daí em diante cada vez mais comum, foi introduzida entre a etapa da túnica com gola e a época do adulto reconhecido: a etapa da escola, do colégio. As classes de idade em nossa sociedade se organizam em torno de instituições. Assim, a adolescência, mal percebida durante o Ancien Régime, se distinguiu no século XIX e já no fim do século XVIII através da conscrição, e mais tarde, do serviço militar. O écolier – o escolar – e esta palavra até o século XIX foi sinônimo de estudante, sendo ambas empregadas indiferentemente: a palavra colegial não existia – o écolier do século XVI ao XVIII estava para uma infância longa, assim como o conscrito dos séculos XIX e XX está para a adolescência (ARIÈS, 1981, p. 187).

Para Savage (2009, p. 151), “em meados do século XIX, o termo ‘geração’ era usado para descrever ‘todos os homens que viviam mais ou menos na mesma época’”. Na América, ele descrevia a assimilação de imigrantes na sociedade: primeira ou segunda geração. Mas, a partir de 1900, a palavra tomou uma conotação juvenil: termos como “a geração nova” se tornaram comuns, e esse uso devolveu à palavra sua raiz latina – literalmente “vir a ser”. O autor entende que:

A definição de juventude como uma classe em destaque ocorreu ao mesmo tempo que o uso geral do sufixo ‘geração’ como controlador de ideias sócias. Entretanto, os adultos também haviam promovido a autoconsciência daquela classe recém iluminada – com imprevisíveis resultados, da mesma forma como o monstro de Frankenstein virou-se contra o seu criador. Consciente ou inconscientemente, os novos partidários da juventude perceberam que o primeiro passo na reivindicação do poder era anexar a palavra aos núcleos de todas aquelas disciplinas adultas. Durante a década de 1900, portanto, ‘geração’ deixou de ser uma palavra controladora, tornando-se, ao contrário, o toque de um clarim extremista (SAVAGE, 2009, p. 151)

Savage (2009, p. 45), menciona que o termo definitivo no longo hiato entre infância e idade adulta foi cunhado pelo psicólogo G. Stanley Hall (1898):

Ele deu à sua primeira definição de idade o que chamou de 'adolescência'. A sua grande realização foi perceber que, na sociedade americana e ocidental, o estado intermediário que Rousseau havia ao mesmo tempo exaltado e feito advertências a respeito, não era só determinado biologicamente, mas socialmente construído.

A juventude é uma noção sobre a qual resulta bastante difícil se obter um consenso quando a ideia é conceituá-la. Pode-se considerá-la como uma faixa etária, uma etapa de transição da vida de todas as pessoas, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração. De forma geral, a categoria juventude – como objeto de reflexão – é um produto da modernidade ocidental que ganha espaço significativo no imaginário social especialmente a partir de meados do século XX (TRASSI; MALVASI, 2010).

Quando o foco é a juventude com finalidades socioantropológicas, deve-se considerar os critérios socioculturais objetiváveis que definem esse segmento da população e a sua cultura particular. Nesse sentido, para Muñoz (2004, p. 61):

Adolescente es todo aquel que no está inserto en el proceso productivo de forma estable y remunerada, que no tiene domicilio propio, que no ha establecido relaciones intersexuales que posibiliten su reproducción y que no participa de forma activa en los procesos de comunicación de la sociedad en la que vive, su localización concreta es extraordinariamente complicada.

Sob essa perspectiva, o critério das idades não constitui um recorte analítico válido para a delimitação da categoria jovem. Mas deixam de ser jovens aqueles que se liberam da dependência familiar, ao satisfazer suas necessidades básicas, não importando a idade em que acontece a liberação, se aos 22, 24, 26 ou mais anos, quando então conquistam a emancipação pessoal. Estudar esse grupo baseado nos citados critérios supõe, desde o ângulo metodológico, a passagem de um modelo estatístico, tendo a idade como base, para um modelo baseado em critérios de constrições, os quais são submetidos em um coletivo na sua relação com seu entorno. Dessa forma, a categoria juventude encontra-se em função da superação de um repertório de dependência concreta (MUÑOZ, 2004).

Grosso (2000, p. 15) afirma que, “para que possamos dar conta da diversidade na vivência desta fase de transição, ou de socialização secundária denominada juventude”, deve-se aceitar o que sugere Cláudia B. Rezende (1989), no seu trabalho intitulado “Identidade: o que é ser jovem”, sobre fazer um uso sociológico no plural do termo “juventude”. A noção em plural desse termo adverte para a existência na realidade de dois grupos sociais de forma concreta, de juventudes pluralizadas: em cada recorte sociocultural – classe social, estrato, etnia, religião, gênero, rural ou urbano etc. – surgem subcategorias de pessoas jovens, com caráter, símbolos, comportamentos e sentimentos particulares. Todos os grupos de juventudes

reinterpretam no seu modo o que é “ser jovem”, sendo diferente não somente relativo às crianças e aos adultos, mas também em relação às outras juventudes. Ao se referir à categoria juventude, Groppo (2000, p. 15) destaca:

A juventude como categoria social não apenas passou por várias metamorfoses na história da modernidade. Também é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido a sua combinação com outras situações sociais – como a de classe ou estrato social –, e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como as distinções de etnia e de gênero.

Considerando que cada sociedade, a partir das últimas décadas do século XIX, vem construindo a nível mundial a categoria juvenil, Reguillo (2000, p. 17) chama a atenção para os modos em que as diferentes sociedades contemporâneas vêm construindo a categoria “jovem”, enfatizando que:

Como sujeito social, constituem um universo social instável e descontínuo que suas características são produto de uma negociação-tensão entre a categoria sociocultural outorgada pela sociedade particular e a atualização subjetiva, que são feitos por sujeitos concretos a partir de uma interiorização diferenciada dos esquemas da cultura vigente.

As sociedades dos países desenvolvidos chegaram a um nível de esperança de vida que, em épocas muito recentes, era impensado, isso de imediato teve um reflexo direto na chamada vida socialmente produtiva e, logicamente, a inclusão de gerações para substituir as gerações mais adultas foi se retardando. Os jovens deveriam ser mantidos por muito mais tempo nas instituições educativas. De igual forma, observa-se o aparecimento de poderosa indústria cultural, que colocava pela primeira vez “bens” destinados de forma exclusiva para a população juvenil (REGUILLO, 2000).

Pode-se considerar que a realização tecnológica e suas consequências, na organização produtiva e simbólica da sociedade, na oferta e consumo cultural e nos discursos jurídicos, constituem alguns dos elementos que dão sentido e especificidade ao mundo do jovem, muito além da fixação dos limites biológicos da idade. Resulta evidente que a realização tecnológica e os valores que lhe são aderidos, longe de encurtar a brecha entre os que possuem e os que não possuem; entre o débil e o poderoso; entre aqueles que se encontram dentro e aqueles que se encontram fora; têm incrementado a possibilidade de acesso à vida digna (REGUILLO, 2003).

Para Feixa (2006), as juventudes do final do século XX podem ser consideradas como a juventude da “era digital”. Baseadas no impressionante progresso do *mass media*, as crianças desses dias são as primeiras gerações que atingem a maioria nesta era. Essa geração foi

denominada pelo escritor Douglas Coupland como “geração X”, por fazer referência a uma geração cuja marca fundamental é a incerteza e o paradoxo da sociedade pós-moderna. Não é que eles constituam um grupo de idade somente com maior acesso aos computadores e à internet e que eles desenvolvam as suas vidas nas voltas dos *bites*, *chats*, *e-mails* e *webs*. O fundamental é o choque cultural dessas tecnologias novas: desde os versos, já se desenvolvem em volta dos instrumentos digitalizados (*videogame*, relógio digitais), isso configura sua visão de vida e de mundo. A brecha entre as gerações em décadas anteriores foi marcada por grandes fatos históricos, com a guerra civil de maio de 68, ou pela irrupção de grupos musicais, com os *Beatles* e os *Sex Pistols*. Atualmente, com muitas propriedades, a mesma brecha de uma geração a outra é dada pela *bc* (*before computer*) e *ac* (*after computer*) (FEIXA, 2006).

Segundo Feixa (2005), se a última geração do século XX foi batizada com o termo “geração X”, a proposta é batizar os jovens que transitam no século XXI como a “geração @”. O autor pretende com essa denominação expressar três tendências de modificações que interferem nesse processo: em primeiro lugar, o acesso universal, que pode ser entendido como o acesso geral às novas tecnologias da informação e da comunicação; em segundo lugar, a queda das fronteiras tradicionais entre os sexos e os gêneros; e, em terceiro lugar, o processo de globalização da cultura, que conduz a novas formas de exclusão social. O autor, ao batizar os nossos jovens de hoje como “geração @”, não persegue o objetivo de postular uma hegemonia absoluta do relógio cultural.

Feixa (2006) distingue cinco fatores fundamentais para a consolidação da cultura juvenil. Em primeiro lugar, o estado de bem-estar que cria condições para um crescimento econômico e para a proteção social dos grupos, com o aumento das oportunidades de estudo, de ócio e de seguridade social. Em segundo lugar, consolida-se a crise da autoridade dos pais sobre os filhos, isso conduz a uma ampliação veloz da liberdade juvenil: a revolta contra todas as formas de autoritarismo tinha sua base na “revolta contra os pais”. Em terceiro lugar, nasce um mercado interessante, o *teenage market*, isto é, um mercado que tem um alvo específico, a juventude, com uma capacidade de compra incrementada: adorno, modas, música, revista, locais de ócio são alguns dos segmentos de mercados dirigidos à nova geração. Em quarto lugar, emergem os meios de comunicação de massas, que ajudam a consolidar uma verdadeira cultura juvenil internacional-popular, criando uma linguagem universal através do *mass media*, o rádio, o disco e o cinema; isso facilitou que membros de uma classe e etnia se identificassem mais com seus coetâneos. Em quinto lugar, dessa vez no plano dos usos e costumes, a modernização erodiu a moral puritana, sendo vencida por uma moral consumista

frouxa e menos monolítica, cujos portadores foram os jovens. Um dos resultados disso foi a denominada “revolução sexual”.

Pode-se entender como *cultura juvenil* o sistema de elementos e formas simbólicas que expressam conhecimentos e discursos, com formas múltiplas de percepção, pensamento e linguagem próprias, em que podem ser encontrados diversos tipos de jovens. A conceitualização sobre o juvenil pode ser construída desde vários ângulos: a forma mais comum em que é feita é a baseada na questão biológica, reconhecendo as modificações fisiológicas e psicológicas para (re)afirmar as identidades e o descobrimento da sexualidade; do ponto de vista socioeconômico, poderia ser entendida como a transição a etapas de trabalho produtivo; quando se foca o nível cultural, as variáveis são muitas maiores, e uma delas seria colocar o juvenil dentro de um limite de idade, além da questão do gênero, contextos, as formas de relacionamento etc. Em um sentido amplo, Feixa (2006, p. 105) afirma que culturas juvenis:

Se refieren a la manera en que las experiencias sociales de los jóvenes son expresadas colectivamente mediante la construcción de estilos de vida distintivos, localizados fundamentalmente en el tiempo libre o en espacios intersticiales de la vida institucional. En un sentido más restringido, definen la aparición de ‘microsociedades juveniles’, con grados significativos de autonomía respecto de las ‘instituciones adultas’, que se dotan de espacios y tiempos específicos, y que se configuran históricamente en los países occidentales tras la segunda guerra mundial, coincidiendo con grandes procesos de cambio social en el terreno económico, educativo, laboral e ideológico

Na obra do antropólogo Oriol Romani, intitulada *Las drogas: sueños y razones*, é empregado o termo “cultura juvenil” para se referir:

A todos aquellos modos de vida, forma de relacionarse, de comunicarse, de trabajar, de expresarse, de pensar, etc. atribuída a un grupo social determinado, en este caso ciertos grupos de edad que, en nuestra sociedad, se caracterizarían sobre todo por estar en una etapa de transición entre los roles totalmente dependientes de la infancia y aquellos otros (supuestamente) autónomos propios de la vida adulta. No se habla aquí de hechos biológicos: aunque la referencia a ellos sea clara, cada cultura los elabora, percibe y manipula de forma diferente. Hablamos fundamentalmente de una construcción social que habría que analizar en una perspectiva procesual, y contextualizada en nuestras sociedades, si queremos entender los valores y significados que en ellas se les atribuyen como propios. Lo cual requerirá, a su vez, un análisis de las distintas imágenes culturales de la juventud (ROMANI, 1999, p. 87).

O importante neste ponto é falar de culturas, e não de subculturas, a fim de evitar os desvios que predominam neste segundo termo. Fala-se de culturas juvenis, no plural, mas não de cultura juvenil, no singular, sendo o uso da segunda forma, porém, mais difundido na literatura. Todavia, a utilização do termo no plural permite ressaltar a heterogeneidade interna

dessas culturas. Essa modificação terminológica também permite uma troca na “maneira de enxergar” o problema, que transfere a ênfase da marginalização para a identidade, das aparências para as estratégias, do espetacular ao cotidiano, da criminalidade para o lazer, das imagens aos atores (FEIXA, 2006).

Se forem consideradas as condições sociais, como a infraestrutura das culturas juvenis, surge seguidamente a necessidade de analisar como as imagens culturais são apresentadas no cenário público, a partir do conceito de estilo, que pode ser definido como:

La manifestación simbólica de las culturas juveniles, expresadas en un conjunto más o menos coherente de elementos materiales e inmateriales, que los jóvenes consideran representativos de su identidad como grupo. La organización activa de objetos con actividades y valores que producen y organizan una identidad de grupo (FEIXA, 2009, p. 118)

A fim de se entender como é construído um estilo, Feixa (2009), utiliza conceitos da semiótica¹. Em primeiro lugar, surge o conceito de *bricolage*², para a compreensão da forma como objetos e símbolos são desconectados, reordenados e recontextualizados para comunicar novos significados. Em segundo lugar, surge *ahomologia*, termo que remete à simbiose que se estabelece, para cada cultura de forma específica, entre os artefatos; isso identifica aos membros do grupo com objetos específicos, que são ou que até podem ser homólogos aos seus interesses focais. Nesse sentido, a noção de “cultura corrente” enaltece o papel dos jovens como ativos produtores de cultura.

O estilo se constitui em uma combinação hierárquica de elementos culturais, que pode se ressaltar como mais relevante. De acordo com Feixa (2009), em alguns grupos juvenis, determinados estilos poderiam se apresentar com maior profundidade: em primeiro lugar, aparece a *linguagem*, a juventude como sujeito social é acompanhada de expressões orais, característica que distingue a categoria em contraposição aos adultos; em segundo lugar, surge a *música*, a produção musical e a audição são elementos *number one* em algumas culturas juvenis especialmente com o surgimento do *rock and roll*. No terceiro momento, emerge a *estética*, porque a maioria dos estilos tem como identidade alguns elementos estéticos visíveis (corte do cabelo, vestimenta, acessórios etc.). No quarto plano, surgem as *produções culturais*, que, segundo o autor, não são receptoras passivas dos meios audiovisuais, mas se manifestam de forma pública pelas séries de produções culturais como: grafite, revistas, fanzines, pinturas, murais, rádios livres, tatuagem, cinema etc. Em quinto lugar, encontram-se

¹ Semiótica: é a ciência geral dos signos, que estuda todos os fenômenos culturais como se fossem sistemas de signos e sua significação.

² Bricolage: é um conceito que aplicou Lévi-Strauss (1971) em *Pensamento selvagem*, para se referir a um sistema total de signos compostos por elementos *heterocíclicos*.

as *atividades focais*, que são identificadores de determinadas subculturas, as quais frequentemente se concretizam com a participação em alguns ritos e atividades de foco, particulares de cada estilo: o consumo de cânabis ligado aos *hippies*, a paixão pelos *scooters* ligados aos *mods* e os *skinheads* relacionada à violência nos estádios de futebol. Os estilos estão longe de ser estáticos e suas origens são processos sincréticos de *fusão* de outros estilos anteriores, que seguidamente experimentam processos de *difusão* em outros estratos sociais, assim como de *fissão* em tendências dicotômicas, portanto não se pode falar de um estado “concreto” em que o estilo não sofra contaminação (FEIXA, 2009).

De acordo com Reguillo (2000), na pesquisa intitulada *Emergência de culturas juveniles estrategias del desencanto*, os jovens, como categoria socialmente construída, não têm uma existência autônoma ao restante da sociedade, na medida em que se encontram aderidos na rede de relações e de interações sociais múltiplas e complexas.

Para situar al sujeto juvenil en un contexto histórico y sociopolítico resultan insuficientes las concreciones empíricas, si estas se piensan con independencia de los criterios de clasificación y principios de diferenciación social que las distintas sociedades establecen para sus distintos miembros y clase de edad (REGUILLO, 2000, p. 17)

Gonzalez Aviión (1994), realiza uma explanação no sentido de que o fenômeno juvenil como fenômeno social e a condição juvenil como condição humana, apesar de sua existência em outras culturas e com outro grau de complexidade social, do modo como hoje são conhecidas, são uma realidade que pode ser atribuída de forma quase exclusiva ao desenvolvimento da sociedade industrial, muito especialmente na sua forma capitalista. Ainda dentro dessa sociedade, só depois da Segunda Revolução Industrial começaram a existir tempo para o lazer, exigências formativas e um grau de urbanização adequado para o aparecimento de uma cultura juvenil. Dessa forma, pode-se localizar o surgimento da cultura juvenil – ou culturas juvenis – coincidente com a aparição das vanguardas artísticas. Apenas quando as vanguardas, entendidas no seu sentido amplo, tornaram-se popularizadas, especialmente na sua aliança com as mudanças, com o espírito revolucionário e com o hedonismo mais ou menos materialista, surgiram movimentos especificamente juvenis de massas e generalizáveis para toda a cultura universal.

Existem numerosas definições de juventude que variam de acordo com a disciplina do campo de estudo da qual provenha, do âmbito em que se defina e os objetivos que se persigam com ela. Mas a grande maioria a definem como uma etapa da vida que começa com a puberdade (aspecto biológico) e termina com a assunção plena das responsabilidades e a

autoridade de um adulto (aspecto sociocultural). Por motivos práticos toman-se os 15 anos como idade de início, devido à informação estatística (demográfica) disponível na maioria dos países. Em outros casos (como para o Banco Mundial), se toma os 12 anos como ponto de partida. Para a idade tope existem maiores diferenças, por tratar-se em geral de um limite sociocultural, é difícil defini-lo a priori. Mas para fins práticos na maioria dos estudos fixam uma idade que varia entre os 24 e os 29 anos na maioria dos casos e que em certos contextos (principalmente em Europa) se estende até os 34 anos de idade (ZAVALETA, 2006). Critério empregado neste trabalho.

1.2 A construção social da juventude rural

Frequentemente, o termo “juventude” é empregado de forma genérica, sendo associado a um grupo de idade particular ou a uma etapa específica do ciclo da vida, que apresenta características comuns em todas as populações. Na realidade, a juventude de um território, um país ou uma região sempre é composta de grupos e setores heterogêneos, com condicionantes de vida que nunca são iguais e com variação relativa às formas de se apropriarem do meio natural, cultural e social. Na natureza heterogênea da juventude, formam parte desse jogo outros fatores, como a subjetividade, o substrato étnico-cultural, o gênero, a pertinência a um estrato socioeconômico dado e o contexto histórico geracional e intrageracional de cada jovem. Portanto, o estudo da juventude rural requer a compreensão dos processos de construção social nas especificidades dos contextos históricos em foco.

De acordo com Marin (2009), um dos inventos da sociedade industrial foi a juventude rural. A invenção da ideia de juventude rural, como uma construção sociocultural, começou a ser desenhada nas últimas décadas do século XIX e foi se consolidando no começo do século seguinte, nas sociedades industrializadas. Em seguida, com a industrialização tardia dos países em desenvolvimento e a correlata modernização da agricultura, a ideia de juventude rural foi formando parte dos discursos e das práticas das instituições encarregadas dos programas de desenvolvimento instituídos nos países latino-americanos. Disso se pode entender que, antes da industrialização, não se falava em jovens rurais, mas de moços e moças que viviam nas sociedades camponesas sem que houvesse nítidas diferenciações dos ciclos da vida dos indivíduos.

Para Marin (2009), a sociedade europeia testemunhou um crescimento considerável nas últimas décadas do século XIX, nas áreas das ciências e das tecnologias, que contribuiu para modernizar a sua agricultura. Nesse período, surgiram universidades e centros de experimentação agrícola, com o objetivo de criar novos conhecimentos e inovações tecnológicas em todas as áreas. Os avanços nas investigações científicas contribuíram para o progresso e desenvolvimento do capital, nesse sentido os novos conhecimentos obtidos na área agrícola e pecuária deveriam ser absorvidos pelos métodos produtivos, a fim de aumentar a eficiência. Dessa forma, surgiram em diversos países europeus serviços de extensão rural, que também visavam à integração dos filhos dos agricultores nas instituições e políticas de desenvolvimento rural.

Ainda segundo Marin (2009), no final da última década do século XIX, também surgiu na sociedade norte-americana o debate sobre a importância das escolas das zonas rurais, que contemplassem disciplinas e assuntos específicos da vida rural e que fossem orientadas para a formação profissional da juventude rural, em vez de reproduzir o modelo das escolas urbanas. Nesse viés, aflorou-se o cuidado com a educação formal e informal na formação técnica e intelectual dos jovens rurais norte-americanos.

Terminada a Segunda Guerra, a categoria juventude rural se tornou uma categoria social universal, em virtude da participação de vários organismos internacionais, que pregavam a inserção de moços e moças rurais nos processos de desenvolvimento em todo o planeta. Os investimentos tiveram a orientação direcionada na criação de uma consciência coletiva relacionada ao reconhecimento da juventude rural, como uma fase da vida ideal para inculcar novos conhecimentos, hábitos e valores vinculados à modernização da agricultura. Por outro lado, foi se formando uma consciência pública desencadeada por organizações internacionais que iniciaram trabalhos no sentido de institucionalizar leis e programas educativos e orientar profissionais para a juventude rural, com base no paradigma dos países desenvolvidos (MARIN, 2009).

De acordo com a compreensão de Marin (2009, p. 643), “os agentes de desenvolvimento pensavam que a transformação das mentalidades das gerações adultas era um processo muito difícil e lento, uma vez que os conhecimentos, hábitos e crenças já se tinham internalizado”. Nesse contexto, entusiasmar os jovens rurais a se mobilizarem, em programas de desenvolvimento rural, originados depois da Segunda Guerra, tinha em seu fundamento “a esperança de acelerar as trocas de mentalidade, na população rural, como condicionante da promoção de transformações nas bases tecnológicas no campo” (MARIN, 2009, p. 643). Colocar os jovens nas escolas e clubes agrícolas se tornou fundamental, não

apenas na formação de futuros agricultores e donas de casas, preparando-os para obter maior rendimento nas atividades agrícolas e aperfeiçoando os métodos de produção, mas principalmente “por la posibilidad de influir en el cambio de mentalidad de los adultos en la mejoría de las condiciones de vida de la familia rural” (MARIN, 2009, p. 643). Dessa forma, o trabalho educativo direcionado aos jovens tinha como propósito adequá-los para o desenvolvimento rural, na expectativa de mudar a realidade rural por intermédio da juventude e, principalmente, mudar a mentalidade dos pais por meio dos filhos.

Salienta Marin (2009), que a mobilização da juventude rural, em projeto de extensão rural, tornou-se uma realidade pela criação de clubes agrícolas juvenis, concordando com a orientação de princípios metodológicos e educacionais calcadas nos Clubes 4-H, dos Estados Unidos. Considerando os países da América Latina, Europa, África, Ásia e Meio Oriente, a quantidade supera o número de setenta clubes que criaram trabalhos de organização social dos jovens rurais. O trevo de quatro folhas da cor verde se tornou a insígnia do movimento juvenil internacional da juventude rural. O emblema originado nos Estados Unidos teve algumas modificações, especialmente nas letras brancas impressas em cada uma das folhas do trevo, com o propósito de ajustar os idiomas e significados simbólicos do vocabulário de todos os países. Porém, os países latino-americanos aderiram ao trevo verde de quatro folhas como representando os valores da juventude, do progresso, do futuro, da paz e do patriotismo. De igual forma, havia o chamado à racionalidade, aos sentimentos favoráveis ao progresso, ao trabalho e à saúde individual e pública, expressados em cada uma das letras do emblema.

A juventude rural, como constructo teórico, permaneceu descuidada pelas Ciências Sociais. Isso devido ao fato de que a construção “juventude rural” implica lidar com uma junção de dois fenômenos aparentemente “antagônicos” entre si: a “juventude”, por um lado, e o “rural”, por outro. Dessa forma, a construção teórica surge como água e óleo; noutras palavras, origina-se de forma contraditória e irreconciliável. O primeiro se forja e ganha conceito com a entropia da “máquina de vapor” (MUSGROVE, 1964 apud FEIXA, 2006), portanto um fruto amadurecido no auge do capitalismo, da industrialização, da urbanização e da modernização (ARIÈS, 1981; GILLIS, 1981), tendo como premissa superar a fase da sociedade comunal, “tradicional”, “simples”, “rural”. Nessa perspectiva, na história ocidental, a juventude descansa no âmbito da modernidade-urbana, que se constitui no fruto e no motor de sua expansão, fortalecendo-se ela mesma com a complexa rede criada pela *urbe* – invenção da família, a escola e a infância, como formula Philippe Ariès –, com as transformações econômicas e tecnológicas, a migração campo-cidade, a necessidade da especialização etc. O semântico e o teórico “do rural”, elaborados classicamente desde a ideologia da modernidade

industrial, são um mito do atraso, reacionários, conservadores, homogêneos, cujo protagonista é o camponês, homem e adulto (GONZÁLEZ CANGAS, 2003).

A Organização das Nações Unidas definiu o ano de 1985 como o Ano Internacional da Juventude, como uma forma de dar impulso e visibilidade a esse grupo etário. Nas zonas rurais, como indica González (2004), para o caso da Espanha, o silêncio foi cortado pela manifestação de agricultores que, fazendo ostentação do seu moderno instrumento de trabalho – os tratores –, deram uma advertência ao resto da sociedade sobre a existência de uma classe que alguns já haviam dado por morta: “unos, porque con el desarraigo migratório perdieron la memoria, otros, en cambio; porque bajo los efectos hipnóticos del desarrollismo, dieron por supuesto el fin del campesinado como simple consecuencia del progreso” (GONZÁLEZ, 2004, p. 127). O autor acrescenta:

Sistemáticamente el habitat rural tal como suponía el imaginario colectivo de la época, la juventud rural no existía. Durante los años sesenta y setenta, la juventud fue exclusivamente percibida como un colectivo en trasvase y, por tanto, de extinción, y así fue como sus problemas quedaron olvidados y sustituidos por los tópicos al uso: la imagen de un campo despoblado, o cuando menos, despoblado de jóvenes. Imagen paulatinamente complementada por la impresión de que los pocos jóvenes que quedaban en el campo eran en su mayoría varones y que, por eso mismo, quedaban condenados a la soltería (GONZÁLEZ, 2004, p. 127).

Gonzalez (2004, p. 128), salienta que os jovens rurais que se consideram ativos agrários e os que se manifestam de forma contrária não devem ser entendidos como sintoma de desapego ou menosprezo ao trabalho agrário, mas como evidência da realidade em que vivenciam: “os jovens encontram-se dispostos a dedicar-se à agricultura, porém rechaçam a precariedade e a inviabilidade” em que, aos seus juízos, desenvolvem-se geralmente as explorações familiares.

Na sua pesquisa, Gonzalez (2004), partiu do suposto de que a juventude rural se encontrava acobertada por um duplo efeito da decomposição das estruturas tradicionais agrárias e da liquidação de expectativa de desenvolvimento urbano-industrial, pois, em um primeiro momento, a inacabada modernização do campo transforma em excedente boa parte da mão de obra juvenil e, em um segundo momento, o fluxo migratório para as cidades já ficou liquidado pela crise industrial. Diante dessa crise, subsiste a tendência dos jovens rurais ao abandono da agricultura, mas tem desaparecido a sua objetividade, chegando inclusive a advertir-se, em certas regiões, sobre os sintomas ameaçantes do retorno migratório.

Para Romero Cabrera (2004), a juventude é definida pelas oportunidades de participação na sociedade. A existência ou a ausência de oportunidades para os(as) jovens definem as maneiras em que desempenham os seus papéis, assim como suas possibilidades de

adquirir, reforçar ou ampliar habilidades básicas para sua inserção no mercado de trabalho e o seu desenvolvimento no contexto social, cultural e político.

De acordo com Durston (1998), existem processos distintos, porém simultâneos na medida em que uns influenciam os outros, que devem ser considerados na conformação do jovem rural: o ciclo vital da pessoa, a evolução cíclica do lar em que a pessoa se encontra vivendo e as relações inter e intrageracionais que surgem em grande parte da interação entre o ciclo de vida do filho(a) e a evolução do seu lar de socialização. O autor enfatiza algumas diferenças relacionadas à juventude rural ao afirmar:

El joven rural presenta condiciones objetivas y subjetivas, características socioculturales que lo distinguen de otro joven. En este sentido, los jóvenes rurales se plantean estrategias de vida en el presente y para el futuro que estarán orientadas por el contexto socio-económico-productivo y cultural del espacio social del cual forman parte. Pero también el hogar juega su papel. Es por ello que entendemos al mismo la unidad domestica, de residencia y consumo, que cuenta con un solo presupuesto familiar y donde se suele cocinar y comer juntos, el cual posee un proceso de creación, ampliación, escisión y declinación (DURSTON, 1998, p. 10).

No lar rural latino-americano, segundo Durston (1998), a determinação de uma estratégia comum é a conclusão de uma interação e uma transação entre os interesses dos seus membros, porém nem sempre convergentes. As características da unidade produtiva, seja do perfil empresarial familiar, seja do produtor familiar, ou camponês, encontram-se associadas com o ciclo do desenvolvimento do lar e, muito especialmente, com o ciclo de vida do chefe do lar/unidade produtiva. Por esse motivo, na medida em que avança a evolução cíclica do lar, o chefe do lar/unidade produtiva controla cada vez mais recursos, fato que é legitimado socialmente pelos membros do lar, incluindo os filhos jovens, que, por seu interesse, pressionam na tomada de decisões no que tange à distribuição dos fatores de produção, um deles a terra. Ainda a esse respeito:

Predomina la tendencia que a medida que avanza el ciclo de vida del jefe, en el ciclo de desarrollo del hogar aumenta paulatinamente tanto el número de miembros como la relación entre trabajadores activos y dependientes; en consecuencia también tiende a incrementarse la cantidad de tierra poseída (DURSTON, 1998, p. 11).

Assim, pode-se entender a juventude como uma etapa de especial tensão intergeracional, em que os interesses do chefe do lar/unidade produtiva (maior de trinta anos) apresentam a possibilidade de começar um ciclo de possível acumulação e escapar da pobreza ao possuir a força de trabalho de seus filhos(as) maiores, noras e genros. Isso coincide com o tempo no qual há o maior interesse dos filhos(as) em concretizar e adiantar a ruptura dessa

relação de dependência e controle. Ao mesmo fato pode-se agregar o interesse dos jovens pela troca cultural e pelas novas possibilidades de poder econômico independente que possibilitam a educação e o trabalho assalariado. Sobre o mesmo assunto, Romero Cabrera (2004, p. 172) considera que:

Podemos resumir que el objetivo prioritario del jefe de hogar/unidad productiva joven es el de la subsistencia/consumo; el de mediana edad se centra en la acumulación/capitalización; y finalmente, el jefe mayor da prioridad al objetivo de maximizar su prestigio sobre la base de acumulación de riqueza, poder, generosidad y servicio, mientras que entre aquellos jóvenes que no poseen tierra la presión inter-generacional es la de poder acceder a la misma y conformar su hogar o aumentar sus activos educativos.

Ao considerar que os jovens rurais são grupos heterogêneos, Stropasolas (2006) sustenta que não existe uma única juventude rural, mas diversas juventudes. Na sua pesquisa, o autor também conclui que a juventude das zonas rurais se encontra dividida em dois grupos cujas diferenças sociais e ideológicas são consideráveis. Em um primeiro momento, observam-se carências e privações, como a baixa formação, falta de emprego, baixa inclusão social e política e ainda precária definição de si. Em um segundo momento, a inversão, ou seja, a total presença de todos os indicadores de uma integração social e econômica, mesmo que isso não tenha acompanhamento de uma integração política em níveis desejados.

Na visão de Stropasolas (2006), tudo isso afeta a mesma estrutura da sociedade e perpassa as visões juvenis e adultas, além de surgirem muitas outras variáveis que afetam a vida juvenil. Os jovens rurais não se encontram nas comunidades, mas se encontram interagindo em diferentes cenários; dessa forma, não é a mesma coisa um jovem rural e um jovem no rural; parte-se das diferenças biológicas óbvias, mas existe uma diferença ainda maior e, portanto, mais importante: a da *distinção social*. Para o autor, a juventude rural de um município é diferente da de outros municípios, e no âmbito dos estados e países verifica-se a mesma situação. Segundo o autor, a invisibilidade social dessa categoria é a consequência de uma escassa cultura de investigação e da falta de informação especializada.

Durston, como um pesquisador dos temas da exclusão e invisibilidade social dos jovens rurais na América Latina, afirma:

La juventud rural es uno de los sectores sociodemográficos más excluidos de la sociedad latinoamericana. Su exclusión se asocia a dos fenómenos propios de su condición de jóvenes rurales: tienen pocos o nulos derechos de voz en las tomas de decisiones familiares y comunitarias y de control sobre recursos, por la herencia gerontocracia y patriarcal de las culturas campesinas; y carecen de espacios propiamente juveniles en el campo. A estas dos formas de exclusión propias de la juventud se les suman otras más generales – como la exclusión que afecta a todas las comunidades rurales del tercer mundo, la que afecta a los sectores pobres y con

poca educación formal, también hay formas particulares de exclusión sobre subsectores de la juventud rural como la indígena y la femenina (DURSTON, 1997, n.p.).

A invisibilidade pode ser considerada como uma das principais causas de exclusão social, considerando que o olhar urbano sofre de invisibilidade porque, como se trata de uma categoria variável, instável, transitória, o mundo acadêmico não o observa; é invisível porque a gerontocracia manda nas zonas rurais, excluindo os jovens; é invisível também pelo fato de que ela migra muitas vezes, só compreendida como migrante. A juventude rural da América Latina sofre, então, segundo Durston (1997), três tipos de exclusão por parte de quem administra as decisões políticas.

Es casi invisible en muchos institutos nacionales de juventud, por el fuerte sesgo urbano en sus programas que en muchos casos son trasladados a las zonas rurales sin adaptación a las realidades específicas de los jóvenes rurales. – Es invisible en la gran mayoría de programas de combate a la pobreza rural, los cuales no suelen tomar en cuenta las diferencias entre participantes por edades – a pesar de que muchos programas de desarrollo rural la mayoría activos y entusiastas son jóvenes con fortalezas y problemas muy diferentes a sus mayores – En tercer lugar, la juventud rural es incluso invisible entre los investigadores sociológicos, casi todos ellos de origen urbano y entre los cuales hay muy pocos ‘juvenólogos’ especializados en juventud rural. A nivel regional, en consecuencia, hay pocas publicaciones serias, con riqueza conceptual y con base empírica (DURSTON, 1997, n.p.).

Segundo a compreensão de González Cangas (2003), a invisibilidade explica-se pela contradição entre os dois termos da expressão “juventude rural”. Juventude refere-se a um personagem da modernidade e, conseqüentemente, ligado ao setor urbano e ao mercantilismo capitalista. Pessoas jovens – em relação à faixa etária – sempre haverá. Porém, a construção de uma identidade juvenil e de uma atenção social juvenil diferenciada, que interfere na conformação societária, seria um fenômeno da modernidade. Por outro lado, o termo “rural” remete a um pré-moderno, o mundo do tempo ritmado, sincopado, regido de forma absoluta pela natureza e tradição.

Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010), apontam que, aproximadamente, a cada meia dúzia de jovens no Mercosul, um mora no campo. Não obstante, os estudos científicos e as políticas públicas das últimas décadas têm ignorado a população juvenil rural e em geral têm igualado o *juvenil* com o *urbano*, e o *rural* com o *adulto*. As grandes transformações sociais atuais têm motivado um novo olhar sobre as realidades juvenis rurais. Em um primeiro momento, as múltiplas crises – financeira, energética, alimentar, ecológica, climática e inclusive sanitária (potenciais pandemias) – têm levado a um sério questionamento sobre o modelo de desenvolvimento vigente, que

particularmente influenciou nos acelerados processos de urbanização e industrialização. Em um segundo momento, a juventude passou a ocupar um lugar centrado nas novas relações sociais, em virtude dos avanços em matéria de educação e da constante expansão do mercado, baseado fundamentalmente na inovação tecnológica que é recebida e adotada com maior facilidade e interesse pela nova geração.

Emerge, então, um questionamento: qual é o papel dos jovens no contexto da luta pela terra? Segundo o Pnud (2010), o acesso a terra é uma das maiores demandas dos movimentos dos camponeses. Para diversas organizações, como a *Organización de Lucha por la Tierra* (OLT), no Paraguai, e o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (MST), no Brasil, sua identidade se define a partir da falta de acesso a terra. Analisar a juventude rural, nesse contexto, não é uma tarefa fácil. Algumas correntes teóricas têm questionado a existência da juventude rural, dado que o surgimento da categoria social juventude se encontra profundamente ligado à urbanização e industrialização. Com essa visão, a realidade do campo, a necessidade de assumir funções de adultos, os matrimônios e a inserção laboral precoce e a ausência de tempos de formação prolongados encurtam ou diretamente anulam esse período de vida caracterizado como juventude. O fato mencionado impede a formação de um corpo social com identidade – uma juventude nas áreas rurais – e torna necessária a utilização de termos como *campesinos de menos edad* ou *obreros de menos edad*. Essas ideias são reforçadas nas conclusões de González Cangas (2003, p. 11), “ao considerar que as juventudes rurais se transformam em sujeitos, só na medida em que entram em contato com a realidade urbana e a modernização”.

A pouca identificação geracional dos jovens rurais, como fase específica da vida, é percebida de forma muito fácil nos discursos, em que quase sempre são colocadas em igualdade as próprias realidades com as dos adultos, apesar de muitas vezes os jovens criticarem o autoritarismo existente, atribuindo-o, em certas ocasiões, a padrões adultocêntricos e, às vezes, responsabilizando as estruturas socioeconômicas e políticas mais profundas (PNUD, 2010). Porém, nos últimos tempos, estão sendo cobradas visibilidade e importância às ações realizadas por jovens rurais no espaço público, o que tem fortalecido o seu papel de protagonistas e se constitui na peça fundamental para o surgimento da nova consciência sobre a realidade que os jovens das zonas rurais vivenciam.

Segundo o PNUD (2010), até a década de 90, as orientações que visavam à promoção do papel que protagoniza a população juvenil foram feitas quase exclusivamente por organizações não governamentais e alguns organismos internacionais. Os Estados, partir de então, têm tido uma ação mais decisiva na discussão e promoção das políticas dirigidas às

populações juvenis, não obstante o setor ter ficado muito para trás, apesar de existirem algumas iniciativas. Nesse sentido, destaca-se a constituição do Grupo Temático da Juventude no interior da Rede Especializada em Agricultura Familiar (Reaf), no Mercosul, que deu início à sua atividade em 2006 e conseguiu inserir um debate nos seios dos governos e algumas organizações da sociedade civil.

A queda da população rural, o avanço da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e a integração da cadeia agroalimentar fizeram com que as identidades das fronteiras entre o rural e o urbano desaparecessem. Partindo dessa nova realidade, surgiram novos conceitos, como a “rururbanidade” (CARNEIRO, 2008) ou “ruralidade metropolitana” (ALENCAR, 2008). Através de constantes interações, dos habitantes das zonas rurais – que realizam trabalhos temporais nas cidades –, de residentes metropolitanos que se juntam, as áreas rurais ou de migrantes vão construindo novas relações sociais, fundadas em identidades nas quais passam por alto os valores da urbanidade e da ruralidade.

1.3 A construção social de juventude rural no Paraguai

De acordo com Marin (2009), na América Latina, a Fundação Ford, a *Asociación Internacional para el Desarrollo Económico y Social* (AIA) e a *Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación* (FAO) foram pioneiras nos trabalhos de organização social da juventude rural, por meio dos clubes juvenis agrícolas, seguindo o modelo dos Estados Unidos. De fato, uma publicação da Fundação Ford (FORD MOTOR COMPANY, 1962), traz um relato sobre a organização social dos jovens paraguaios na aldeia de Caazapa, destacando que as famílias eram grandes, as granjas pequenas e o solo pobre, os gados fracos, os insetos e doenças afetavam seriamente a produção das culturas e dos animais. Sob tais condições técnicas e sociais, as granjas então produziam apenas para o mantimento das famílias. Para mudar tal situação, Juan Molinas, líder nacional do clube 4C, e seus companheiros de Extensão viram com bastante preocupação o caso de Caazapa. Notaram que as principais plantações eram milho, mandioca, batata e feijão e concluíram que qualquer programa para melhorar a alimentação das famílias do local seria bem recebida. Decidiram, então, que a primeira ação a fazer era cultivar verduras, porque as hortaliças não ocupariam muito terreno e toda a família se envolveria no trabalho, até mesmo as crianças poderiam ajudar na produção, depois da colheita poderiam ser dadas demonstrações sobre a preparação

de pratos com as verduras. Em 1956, ali se organizaram clubes 4C e, em princípio de 1958, iniciou-se um programa de hortas para as famílias do lugar, com a distribuição de sementes de alface, couve, beterraba, cenoura, rábano, cebola e tomate. Segundo o relato, até então, não havia na região uma família que tivesse uma horta, mas a atuação do clube juvenil 4C ajudou no estabelecimento delas.

Em setembro de 1959, ainda segundo o relatório da Fundação Ford (FORD MOTOR COMPANY, 1962), menos de dois anos depois da fundação do primeiro clube 4C, todas as famílias da região tinham horta. Nesse mês, o clube 4C “Fe y Esperanza” fez sua primeira exposição anual de verduras. Os funcionários da Extensão visitaram a horta de “Papi”, Eligio Barrientos, de 15 anos de idade, e horas depois ele iria ganhar o primeiro prêmio, que consistia em um novilho puro sangue, pela sua produção de hortaliças. Visitaram Adrian Rios, de 14 anos, cujo grande cesto de diversos legumes ganhou o segundo prêmio, juntamente com valioso jogo de ferramentas.

No Paraguai, segundo Aguilera (2004), a organização da juventude rural foi iniciada pelo *Crédito Agrícola de Habitación* (CAH), uma política criada a partir de 1949 com a formação dos clubes femininos entre as filhas e esposas dos prestamistas, denominados de “Clubes Agros”. Posteriormente, o *Servicio de Extensión Agrícola Ganadera* (Seag) foi se somando ao movimento juvenil agrário paraguaio, como no mês de março de 1953, na aldeia de Capitán Miranda, Departamento de Itapúa, com a criação do primeiro clube agrário juvenil do Paraguai, denominado “Juventud Alegre”. Por iniciativa do Seag, um grupo de crianças e jovens recebeu uma campanha educativa de processo extraescolar, que confluía no programa de clubes agrários juvenis 4C, que, em 1973, somavam 540 clubes juvenis, com 11.065 sócios, em 22 comunidades do Paraguai (SEAG, 1973).

Para Aguilera (2004), o programa de Clubes Agrários Juvenis no Paraguai foi se desenvolvendo muito rapidamente com o nome de clubes 4C. O clube adotou como emblema um trevo de quatro folhas, levando de forma impressa uma “C” em cada folha, que significa: Cabeça, para pensar melhor; Coração, para sentir melhor; Capacidade, para produzir melhor; e Cooperação, para servir melhor a sua família, a sua comunidade, a pátria e a Deus. Salienta-se que o CAH e o Seag foram as primeiras instituições criadas para trabalhar com a população juvenil rural no Paraguai, sendo que ambas nasceram no ano de 1949, antes inclusive da criação do Ministério de Agricultura e Ganaderia (MAG), em 1951. O Seag foi a instituição encarregada de levar assistência técnica aos agricultores em todo o Paraguai, e na atualidade denomina-se *Dirección de Extensión Agraria* (DEAg).

Em 1967, quando o Seag foi entregue pelo Serviço Técnico Interamericano de Cooperação Agrícola (Stica) ao Ministério de Agricultura e Ganaderia, funcionavam no país 467 clubes juvenis rurais, com 10.405 sócios 4C; 860 líderes voluntários, dos quais 520 eram homens e 340 mulheres; e um Comitê Nacional Pró-Desenvolvimento de Clubes Agrários Juvenis 4C, com pessoa jurídica reconhecida. Essa entidade se encontrava integrada por representantes dos bancos e do comércio da capital, sendo seu objetivo apoiar o desenvolvimento da juventude rural paraguaia. Os clubes foram organizações de jovens de ambos os sexos que se constituíram para modernizar a agricultura, sob o lema pedagógico “*aprender haciendo*” (AGUILERA, 2004, p. 143).

Os clubes 4C eram grupos de adolescentes e jovens de ambos os sexos que se associavam para receber orientações e educação em melhores práticas agropecuárias, econômicas, sociais, cívicas e morais, organizados pelo Seag do Paraguai, com o apoio do Comitê Nacional Pró-Desenvolvimento de Clubes Agrários Juvenis 4C. Os objetivos dos clubes juvenis eram exercitar a vida de associação em grupo e a ação cooperativa; ensinar as vantagens e necessidades dessas associações na vida do lar e na comunidade; realizar promoções aos jovens e amas de casa no desenvolvimento para o trabalho rural, os afazeres domésticos, a vida na comunidade; desenvolver uma consciência cívica para o exercício da responsabilidade dos seus atos; promover o melhoramento do nível de vida nos lares e nas comunidades; promover, entre os sócios, ambições dignas e o desejo constante de seguir o aprendizado e de se superar; participar em programas com atividades diversas e variadas, tais como: excursões, demonstrações práticas de trabalhos, lazeres, festas, acampamentos, competições, exposições e férias; apreciar e valorar os recursos naturais e constituir-se com os sócios em zelosos defensores e inteligentes usuários de tais recursos; promover e desenvolver projetos que contribuam a complementar o orçamento familiar e a criar fonte de renda (AGUILERA, 2004).

Na década de 80, Verdecchia (1985) advertia para a inexistência de programas específicos direcionados aos jovens, destacando o papel desenvolvido pelas organizações sociais e a participação dos jovens no interior das organizações de adultos, portanto os jovens desenvolviam suas atividades como uma ajuda aos pais e não em benefício deles propriamente. O autor conclui insistindo na análise das inter-relações entre os diversos elementos que conformam a realidade juvenil e organizacional no contexto rural, contemplando uma série de critérios e recomendações, que poderiam conduzir a uma inserção mais orgânica e participativa dos jovens no meio rural (VERDECCHIA, 1985).

Em trabalho intitulado *Juventud campesina hoy*, Galeano (1985) abordou alguns problemas básicos e opções para a juventude campesina paraguaia, antecipando-se, dessa maneira, ao que viria ser a década de 90. Nesse processo, o autor destacava o papel estratégico dos jovens: “lo que suceda con el país en los años venideros, inmediatos o mediatos, necesariamente tendrá que ver con el destino que le corresponda encarar al campesinado”, e ainda “del papel que en ese destino le pueda corresponder a la juventud” (p. 5). O autor se detém na análise das discriminações socioeconômicas, tanto do homem como da mulher jovem, segundo as condições econômicas da família rural e a região de origem. Enfoca também a extensão do tempo de trabalho na propriedade familiar e, na unidade doméstica, as extremas dificuldades para trabalhar e estudar e evidencia a incidência dos critérios culturais diante dos desafios da modernização.

Em outro trabalho, Galeano (1986) faz referência aos condicionamentos e modificações em diversos âmbitos do setor rural, considerando a globalização e os processos de modernização. A partir de um enfoque antropológico-cultural, formula várias hipóteses de estudo relativas às consequências paradoxais (individualismo-solidariedade) do processo modernizador da economia campesina. Afirma o autor que é na juventude que se observam, com maior clareza, os efeitos sobre as pautas de comportamento, que atuam favorecendo os nexos de dependência e subordinação a respeito dos agentes de modernização.

A pobreza do setor rural é um fenômeno de gravidade maior e mais profundo do que se imaginava até o presente momento. Atualmente, a *Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos* utiliza-se de uma metodologia que permite maior precisão para pesquisar melhor as situações de pobreza no campo. Em um primeiro momento, permite conhecer de forma mais apropriada a condição social juvenil rural e, em um segundo momento, estimular o Estado a realizar uma discriminação positiva referente à juventude rural. Mas conhecer o jovem campesino paraguaio, nas suas subjetividades, resulta em uma tarefa árdua e complicada. Nesse sentido, são importantes as considerações de Caputo (2011, p. 1):

La juventud campesina es uno de los colectivos sociales para los cuales menos se trabaja con políticas públicas y menos se escribe e investiga; constituyendo una población de mínimo interés real para los partidos políticos y los gobiernos. Consecuentemente, se dejan de lado sus rasgos y se limitan los aportes decisivos que esta juventud puede hacer al desarrollo nacional. Desde los imaginarios o sistemas de representación de vastos sectores sociales, surgen notables expresiones, que, con el uso, se transforman en discursos aparentemente verdaderos, algunas de esas expresiones son: ‘a la juventud rural solo le interesa dejar su comunidad, son sujetos pasivos, solo quieren consumir, necesitan ser encaminados desde el poder adulto’.

Esses preconceitos colocados à tona pelo autor evidenciam a total falta de valor concedido às capacidades da juventude campesina. Particularmente, esse tipo de atitude termina confirmando-se em uma realidade que estigmatiza os jovens rurais, que se concretiza em um desprezo e silêncio da sua verdadeira condição.

No Paraguai de hoje, o modelo rural de desenvolvimento rural encontra-se de forma inegável assentado no paradigma emergente dos “agronegócios”, entendido aqui como sendo a implantação predominante da pecuária extensiva e do cultivo da soja transgênica, com seu inseparável glifosato. A realidade de hoje é a uma continuação da privatização do território rural desencadeada depois da guerra contra a Tríplice Aliança e da época da ditadura stronista, seguida de um período de transição democrática obscurecido por uma classe política caracterizada pela apropriação de recursos públicos e das terras de domínio público. Agora, na segunda década do século XXI, assiste-se à chegada dos grandes empreendimentos agropecuários, que aprofundam muito mais as expropriações – nesta altura, quase em definitivo – de territórios para jovens e crianças indígenas e camponeses.

O Paraguai, mesmo sendo um país pequeno e sem saída direta ao mar, encontra-se incorporado no processo globalizador do chamado livre-comércio, justamente por isso não pode ficar fora do circuito da imposição global da apropriação, muito especialmente, dos espaços naturais que são os de maior diversidade e riqueza. Olhando de forma retrospectiva, a inserção da juventude campesina na sociedade tem sido complexa. Seguida a primeira subjugação colonial (1519-1811), que foi superada parcialmente com o governo de Francia e López, como consequência da guerra contra a Tríplice Aliança, as diferentes gerações de jovens e outros grupos foram novamente submetidos a preconceitos raciais e nacionais, pela falha cometida pelo Estado, que é a transnacionalização do campo, pela chegada de capitais, a colocação na mão de estrangeiros das terras e a perseguição aos verdadeiros donos os campesinos (CAPUTO, 2011). A partir disso, as diversas gerações de jovens campesinos têm sido moldadas pelos exportadores transnacionais, baseados no eufemismo do “mercado internacional”, constituindo-se os jovens das áreas rurais objetos de exploração econômica permanente dos latifundiários. Isto, segundo o autor, configura o controle material do poder.

Salienta Caputo (2011), que, com a modernidade tardia do Paraguai, a colonialidade do poder se impôs e não tem apenas sua base *objetiva/material*, mas também uma base *subjetiva/cultural*, forma de poder caracterizada pelo reducionismo, eliminando a base racial de tudo aquilo considerado primitivo. Dessa forma, somadas a dominação política e as regras de deter o poder à *fase cultural* de ser *jovem e todavia camponês*, o autor reflete que:

Los monocultivos productivistas adicionan nuevas discriminaciones, que profundizan y agravan las tradicionales. A los duraderos estigmas ligados al origen campesino, se agregan otros que también expresan formas de opresión y exclusión: rasgos de edad, ser mujer, idioma, clase social. El ser Joven Campesino se configura entonces con varios rasgos ‘negativos’ o ‘inferiores’, a los ojos sesgados de los neo-colonizadores, que tergiversan ex profeso una realidad en las que las juventudes campesinas son, antes que nada, portadoras de valores propios y particulares (CAPUTO, 2011, p. 3).

A figura jurídica medieval da encomenda, segundo Caputo (2011), extinguiu-se no ano de 1542, mas os “encomenderos contemporâneos”, as elites internas, continuam submetendo setores como a juventude campesina ao poder, promovendo o agronegócio no país. Nesse esquema de conquistadores/conquistados, os primeiros assumem a tarefa de expulsar os/as jovens do campo, através de mecanismos de atração para as metrópoles, com todos os problemas que isso acarreta.

Caputo, Palau e Segovia (2009), em *Ser joven hoy: realidades y percepciones de la población paraguaya*, salientam que os jovens sem terras participaram nas lutas campesinas desde as décadas anteriores, mas tiveram uma nova motivação em 2008, quando Fernando Lugo assumiu a presidência da República. Ainda nas suas primeiras semanas, as organizações de campesinos decidiram empregar o método de luta histórica, a “ocupação de terras”, como um modo de pressionar e dar um caráter político às suas lutas, para que o novo presidente pudesse avançar na concreção das reivindicações sociais, de forma fundamental o início da reforma agrária.

Os autores chamam a atenção para o fato de se considerar hoje a histórica luta cultural e alimentária do camponês paraguaio – no sentido de reclamar a recuperação do território, que foi expropriado ou perdido, subtraído das comunidades indígenas e campesinas –, que se iniciou desde a época da “conquista dos espanhóis”, mas segue pela expansão da produção do tipo capitalista. Em relação à problemática de “concentración de las tierras”, os dados dão conta de que apenas 1% dos proprietários de terras são donos dos 77% das terras (PNUD, 2008) em um processo iniciado nos finais do século XIX, pela crise em que ficou o país em função da derrota na guerra contra a Tríplice Aliança, que foi se agravando com a prática prebendária de sessão de terras do fisco durante o século XX, principalmente pelo governo de Stroessner e pelos assentamentos mal adjudicados concedidos aos militares, dirigentes do partido colorado, brasileiros etc. Na atualidade, o avanço das grandes plantações de soja vem expulsando comunidades campesinas de forma massiva (CAPUTO; PALAU; SEGOVIA, 2009).

De acordo com Caputo, Palau e Segovia (2009), o avanço da agricultura mecanizada durante os anos 90 e a iniciativa de grandes capitalistas, especialmente brasileiros, orientados a *commodities* agrícolas, tiveram vários efeitos no país. O principal foi um crescimento macroeconômico notável, que registrou um aumento no Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 6,8% no ano de 2007. Sem dúvida, no Paraguai de hoje, o fenômeno principal é a moderna produção agrícola industrial, mas vale assinalar que o aumento na produção e renda extraordinária prejudicou enormemente a agricultura familiar, provocando quedas nos cultivos de autoconsumo e perdas dos seus territórios aos estrangeiros. Somam-se ainda os problemas ambientais causados pelos agrotóxicos em suspensão no ar, contaminando as comunidades rurais e indígenas, que agora se deparam com novos vizinhos, as grandes propriedades.

Para Caputo Palau e Segovia (2009), as ações de descontentamento do movimento juvenil campesino pelos envenenamentos se multiplicaram em dez Departamentos, sendo os prejuízos para os campesinos e indígenas mais evidentes principalmente em Caaguazu (Coordinadora de Lucha por la Vida, la Tierra y el Medio Ambiente), São Pedro (Frente Popular de Defensa Oñondivepá) e Alto Paraná (la Asociación de Agricultores del Alto Paraná [Asagra]). Nos mencionados lugares, as mobilizações tinham o *slogan* “paren de fumar”. Pela falta de cumprimento das leis ambientais, as famílias campesinas e indígenas, com centenas de jovens, acampavam nos acessos aos estabelecimentos, a fim de evitar as fumigações de suas comunidades e rechaçar as plantações de soja transgênica. A modalidade de protesto consistia em conformação de “cadenas humanas en los caminos rurales”, com a intenção de impedir a passagem das maquinarias.

No que tange à questão das migrações, Caputo, Palau e Segovia (2009) enfatizam que, nos últimos cinco anos, 15,1% das e dos paraguaios trocaram o seu município de residência. Dessa percentagem, 52,4% mudaram de um município urbano para outro similar; 17,7% migraram do campo para a cidade; 12,3% transferiram-se de uma localidade rural a outro; 10,8% mudaram de uma cidade ao campo; e 5,4% vieram de outro país. Pode-se dizer, então, que o fluxo migratório nos últimos cinco anos no Paraguai é bastante significativo. A pesquisa indica que, nesse período, 2,7% da população abandonou o campo. Em termos absolutos, no Paraguai, significa aproximadamente 163.500 pessoas, partindo de um total de 6.054.976 (DGEEC, 2007). Significa também que, em média, a cada ano migram das zonas rurais em torno de 33 mil pessoas, equivalente a mais ou menos cem pessoas que diariamente chegam até às cidades.

Relativo ao reconhecimento dos direitos dos jovens, Caputo, Palau e Segovia (2009) enfatizam a existência de experiências e sentimentos de discriminação que suporta uma boa parte da sociedade do Paraguai, pelo lugar “onde vive”, pela “aparência”, pelo fato de ser “pobre” ou, em alguma medida, pelo uso do idioma “guarani” como língua. Em alguns casos específicos, aos jovens se agregam sentimentos de “indiferença”, de lógica negadora do “protagonismo no presente” e de imagens pejorativas, que se tornam entraves ou criam obstáculos para o desenvolvimento do protagonismo dos jovens paraguaios neste início do século XXI no país. Os autores destacam que a sociedade paraguaia está fundada em critérios biológicos, patriarcais e autoritários, que formam os sistemas de valores dos adultos e condicionam enormemente os direitos gerais e, muito especialmente, da juventude. Tais problemas acarretam efeitos profundos na autopercepção depreciativa que os jovens produzem de si próprios.

Os mesmos autores afirmam que essas percepções a respeito da juventude implicam não apenas a falta de confiança na categoria, mas também o papel que se lhes imprime de “prepararse para el futuro”. Isso revela que se encontra fortemente impregnada no imaginário coletivo da população paraguaia a ideia de juventude-moratória, principalmente nos adultos, que ainda estão longe de reconhecer o exercício dos direitos políticos, sociais, econômicos e culturais da juventude. Finalmente, os autores agregam:

Es más, tal confianza virtual o mas reclamativa se diluye en los senderos vitales particulares, mientras aparecen varios signos de la vigencia de una idea que complementa aquella de la juventud como moratoria, convirtiéndola en algo peor: la juventud como problema (CAPUTO; PALAU; SEGOVIA, 2009, p. 147).

O Paraguai encontra-se longe de contar pelo menos com uma incipiente política direcionada à juventude e, mais longe ainda, com políticas cujos objetivos sejam a promoção do protagonismo juvenil. Considerando as percepções da sociedade paraguaia relativas ao papel do Estado nas temáticas referentes à juventude, deduz-se a carência de alternativas reais para o setor juvenil. É evidente a inexistência de políticas públicas, desenhadas para as pessoas jovens, que sejam duradouras no tempo. Em outras palavras, a situação é bastante complicada, pois o que se observa é a falta de marco normativo claro, não existe um paradigma em juventude assumido, e menos ainda se conhece o conceito de “políticas de juventud”. O que se aproxima um pouco desse conceito são as bolsas de estudos, financiadas pela Itaipu, mas, antes de ser uma política de juventude, é uma política educativa, que também apresenta muitas falhas, como o clientelismo político (CAPUTO; PALAU; SEGOVIA, 2009).

No universo juvenil, os mais jovens têm, por sua vez, o maior peso demográfico: 37,2% do total (657.891) são pessoas que têm entre 15 e 19 anos, 34,3% (606.010) são de 20 a 24 anos, e 28,5% (504.826) são os considerados jovens adultos, de 25 a 29 anos. Vale lembrar ainda que os jovens-adolescentes não somente são numerosos, mas também os mais dinâmicos, pois constituem o único segmento que experimentou um crescimento entre os anos 2007 e 2008. Esses dados apresentam efeitos diversos, fundamentalmente relativos aos requerimentos educacionais, pois o direito que os assiste estabelece que devem estar frequentando os colégios (OIJ, 2009).

Construir conhecimentos em torno do fenômeno juvenil se faz em um contexto em que a juventude experimenta profundas transformações em várias situações, como fisionomia e identidade. Existe hoje um consenso entre os pesquisadores da juventude e também entre grande parte dos planejadores de trabalhos com gerações jovens em torno da multiplicidade de situações e condições juvenis, tendo-se, dessa maneira, um relativo entendimento (acordo) sobre a heterogeneidade dos mundos juvenis. Dessa forma, nos últimos tempos, a tendência tem sido não falar da “juventude” sem considerar um arquétipo de jovem paraguaio, explicada pelas distintas biografias, situações familiares, especificidades de locais, relacionamento com os agentes de socialização, características do entorno departamental e municipal e processos de urbanização, a globalização das atividades econômicas, produtivas, culturais e ambientais, como também o cruzamento das questões nacionais e locais.

Vale ressaltar que, após um prolongado silêncio, a juventude emerge como protagonista do processo de transição democrática no Paraguai. As jovens gerações paraguaias se potencializaram em importância desde 1989, com a troca política no país, pelo seu peso na hora das eleições, sua relevância como força de trabalho, especialmente o seu impacto cidadão na mobilização de março de 1999. O protagonismo juvenil tem reflexos na imagem dos compromissos com as instituições democráticas e a opinião pública. Durante as últimas décadas, os estamentos relacionados com esse setor, organizações governamentais e privadas, vêm acelerando suas exigências organizativas (STP, 2009).

A *Encuesta Permanente de Hogares* (2008) sobre a estrutura etária indica que o Paraguai é um país com predomínio de jovens, sendo que, dos 6.163.913 habitantes do país, 27,4%, ou seja, 1.692.546 são jovens na faixa etária de 15 até 29 anos de idade. Por outro lado, uma das características distintivas da juventude paraguaia refere-se à sua distribuição espacial, tendo um alto índice de ruralidade quando comparado ao contexto do Mercosul. O Paraguai ainda tem 37,9% (640.572) dos seus habitantes vivendo nas zonas rurais. Conserva, apesar do crescente e forte fenômeno da migração interna na direção das cidades, uma das

mais altas proporções de despovoamento rural jovem na América Latina. Por consequência, ocorre um envelhecimento do meio rural.

Considerando a juventude como grupo demográfico majoritário do Paraguai, ela não pode permanecer isenta das transformações políticas, sociais e econômicas, porque a afetam em maior ou menor grau, segundo as particularidades do setor. Apesar da referência à juventude como um conjunto, sua conceitualização é heterogênea; noutras palavras, diversa e complexa. Igualmente, exige uma aproximação concreta quando se pretende uma análise desse grupo, considerando a importância das diferenças quando se fala de jovem residente na zona urbana ou rural, de sua condição social, considerando a questão gênero: homens e mulheres. A visão que considera a juventude como uma etapa de trânsito se torna leve e dificulta a construção de um sujeito com identidade e direitos próprios (STP, 2000).

Tal como mostra o documento *Juventud y Cohesión Social en Iberoamérica*, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e a Organização Internacional da Juventude (CEPAL; OIJ, 2008), aparecem a pobreza e a exclusão social com força nos jovens, uma vez que a juventude:

Constitui uma parte fundamental na temática intergeracional. Os mesmos se encontram na fase da vida em que se executa mais intensamente a dialética que vincula o desenvolvimento das capacidades adquiridas com sua capacitação em oportunidades efetivas. A juventude remete pelo seu lado às capacidades acumuladas em etapas prévias. O mais provável é que um jovem pobre tenha nascido numa família também pobre, e ele carrega desta maneira a possibilidade de vir a se tornar um adulto pobre. Neste sentido, é o 'jovem quem transporta a pobreza de uma geração a outra' (CEPAL; OIJ, 2008, p. 34).

Para Fogel (2001), outro problema que emerge do atual processo de desenvolvimento diz respeito às políticas de assentamento rural. O autor alerta para a destinação limitada de terra e de recursos para os beneficiários dos programas de reforma agrária instituídos no Paraguai. A política de “asentar la mayor cantidad posible de colonos” tem como efeito imediato a limitação da terra em quantidade e qualidade, além da falta de assistência aos colonos para o seu assentamento. Tais descasos terão implicações sobre o desenvolvimento das unidades produtivas, uma vez que, na maioria dos assentamentos, ficam largados à própria sorte. O autor traz ainda uma reflexão sobre a modernização rural no Paraguai:

La modernización rural no se origino en las colonias sino en la emergente empresa agrícola. En ese sentido, desde el punto de vista político, la consolidación del régimen prebendarlo autoritario permitió un formidable impulso desde el Estado, al proceso de modernización de la producción primaria, orientado a la constitución y consolidación de la grande empresa de tipo capitalista. Este proceso implicó la transferencia masiva de capital al campo; al capital comercial se sumo el financiero y el agroindustrial corporizado en la empresa transnacional, que opera con

tecnología de punta y los mismos grupos ligados al Estado constituyen un empresariado rural criollo. El desarrollo capitalista de la agricultura al valorizar la tierra intensifico la asignación prebendarías en grandes fracciones, revendidas luego a extranjeros, básicamente a brasileños, con esa valoración de la tierra aumentaron constantemente las diferencias entre campesinos y latifundistas, y ganaron intensidad los conflictos por la tierra (FOGEL, 2001, p. 47).

Seguindo o raciocínio de Fogel (2001), tal processo repete a estrangeirização da terra no Paraguai, muito especialmente nas zonas de fronteira nos departamentos de Amambay, Candindeyu e Alto Paraná, que são precisamente os departamentos com população campesina mais empobrecida. A prolongação do segmento de modernização da agricultura brasileira, nos termos mencionados, em muito pouco tempo determina o desaparecimento das colônias de campesinos paraguaios, que se espalham pelo impulso seja do mercado – “venta de ‘derechera’ a brasileños” – seja pela compulsão, como no caso de Amambay, onde colônias inteiras (incluído as pessoas e suas terras) foram vendidas, com as suas escolas, cemitérios, templos formando parte de “fazendas” em franca expansão.

Morinigo e Britez (2001), publicaram o trabalho intitulado “Situaciones y percepciones de la juventud rural”, no qual caracterizaram a situação laboral da juventude rural como sendo definida pelo trabalho informal, pois o setor terciário absorve 21,6% da população economicamente ativa (PEA) jovem total e 44,3% da PEA jovem rural. Porém, as pessoas jovens vinculadas às atividades primárias (agricultura, pesca, atividade florestal, extrativismo, extração e transporte de madeiras) representam um total de 26,0% da PEA jovem total e 60% da PEA rural jovem. Isso significa que aproximadamente 270 mil jovens que desenvolvem atividades primárias vivem no meio rural.

Em um contexto em que a juventude passa por mudanças, de nenhuma forma poder-se-ia pensar que as identidades em questão permaneçam estáticas e eternas. Entendida dessa forma, a juventude paradoxalmente desfruta, de um lado, de regimes democráticos de governo que desenvolvem massivamente os “direitos da humanidade”, mas, por outro lado, são contraídas as oportunidades efetivas para a juventude. Tudo isso significa diminuição das liberdades de ação necessárias para a realização como indivíduo. A pobreza e a exclusão social geram, como expressa Castells (1998), uma situação pela qual é impedido à juventude, de forma sistemática, o acesso a posições que poderiam determinar uma condição autônoma no interior dos níveis determinados pelas instituições e valores em um contexto determinado. Na América Latina, nesse sentido, ao que parece, “son cada vez más los incluidos dentro de la exclusión social que aquellos que logran escapar de esta condición, dependiendo de las

condiciones de trabajo, el acceso a la educación significativa, los prejuicios y características socio demográficas” (CAPUTO, 2001, p. 4).

Assim, Caputo (2001) considera que a construção da categoria juvenil manifesta-se com muitas contrariedades de apropriações, expropriações e ressignificações, contendo hoje, mais do que nunca, antes oposições e rupturas que uma regularidade e um produto monolítico e imutável. Dessa maneira, os/as jovens encontram-se experimentando uma *tríplice crise*: 1) “de identidade e intimidade” e relação ante ao outro; 2) “de participação”, posicionamento e integração diante da sociedade; e finalmente 3) “de transcendência” como pessoa, é dizer, sentir-se importante por outros, ainda a se comprovar que suas vivências persistem deixando rastros. Para a juventude, cada relacionamento com o mundo constitui-se em apropriações da realidade. Os relacionamentos sociais, percepções, pensamentos e sentimentos vão criando formas de conhecimento que são indispensáveis para o desenvolvimento interior, mediante as quais os/as jovens sentem-se em condição de enfrentar os problemas, por isso as crises que geram o aleijamento familiar e comunitário podem chegar a ser construtivas, para demonstrar-lhes a capacidade de se manter de forma autônoma e movimentar-se em meio a situações complicadas.

Caputo (2001), lembra que abordar o tema da identidade juvenil remete necessariamente: 1) às chances que se possa ter para conseguir uma organização vital; 2) às possibilidades/dificuldades identitárias; 3) às oportunidades materiais, 4) à capacidade de planejar; 5) ao acesso a escola, informação e novos sistemas comunicacionais; 6) a aprender fazendo; 7) à rotina cotidiana; 8) ao sentido de pertencimento cultural, 9) à interação com outros jovens e grupos sociais; e 10) ao grau de segurança. Esses elementos, conjugados com o hábitat, a origem social e a idade, são os que definem a identidade do jovem. Sem dúvida, todos esses aspectos têm se modificado muito nos últimos decênios no Paraguai. Segundo os critérios, deve-se ter em conta, para ponderar a juventude, as seguintes considerações: a idade, as expectativas como jovem, a vitalidade, os comportamentos lúdicos, a educação, a sexualidade, a vida afetiva, a socialização, a assunção de papéis de adultos, o desenvolvimento de condutas etc.

Pode-se dizer que esses critérios são visões convencionais, nas quais faltam dois aspectos fundamentais. Por um lado, quando a pretensão é refletir sobre o problema da identidade juvenil, não se pode evitar avaliações que os jovens realizam relacionadas aos objetos materiais e imateriais, sobre suas conquistas, modo de ser, de estar, de fazer, de viver. Torna-se necessário, por outro lado, deixar claro o fenômeno da “asuncion de no alcanzada de los roles adultos” (CAPUTO, 2001, p. 6), a fim de compreender o incremento das

contradições que se apresentam nas transições juvenis longe do modelo de análise predominante, como acontece no caso das juventudes rurais.

Rubin (1999), por sua vez, reflete sobre a falta de acordo que existe entre os seminários, congressos e outros eventos acadêmicos em matéria de agricultura e desenvolvimento rural realizados no Paraguai. A autora insiste na importância da difusão massiva através dos Meios de Comunicação Social (MCS), especialmente aqueles esforços que visam a capacitar e atrair os jovens para incursionar nas produções alimentícias e outras, por exemplo, a medicina popular que, na atualidade, é muito bem aceita nos diferentes mercados do mundo. Outra preocupação central da autora se manifesta na necessidade de que os jovens tenham as possibilidades de gerar trabalho, procurando a otimização das atividades, utilizando fertilizantes biológicos, para recuperar os solos. Para levar adiante tal proposta, a autora aponta que os agrônomos e engenheiros agrônomos do país deveriam passar por capacitações, a fim de constituir-se em formadores de formadores. Finalmente, Rubin ressalta sua preocupação em relação aos(as) jovens que se transformam em vendedores(as) de qualquer coisa nas cidades, “vuelvan al campo y los que estan en la ciudad tengan deseo de ir al campo”, mas para que isso possa acontecer deve ser gerado “un Gran Plan Nacional” de capacitación de jóvenes y mujeres para el trabajo agrícola” (RUBIN, 1999, p. 4).

Segundo Caputo (1993), no caso paraguaio, é mais claro e objetivo falar de juventude campesina, antes de juventude rural. Em um primeiro momento, porque a conceitualização de juventude “campesina” configura um estilo de vida que vai além de uma mera referência ao lugar de residência. Em um segundo momento, refere-se diretamente a um grupo de pertença, “el campesinado”, pelo fato de se encontrar localizado na sua estrutura produtiva, bem como por pertencer a essa categoria social. A juventude de forma geral e, de forma particular, a juventude campesina constituem no país um setor que nunca teve a mínima atenção por parte dos sucessivos governos paraguaios, mas que implementou políticas educativas caracterizadas pelo controle e coação da juventude.

Palau e Caputo (1993), ao analisarem a situação educacional, notam o papel inovador da juventude no contexto rural, a percepção do futuro e as necessidades sentidas pela juventude. Esse estudo não teve uma plataforma teórica definida, apesar de indagar empiricamente faces interessantes da realidade da população rural juvenil paraguaia. Em um primeiro momento, os autores relacionam a situação escolar da juventude campesina, quantidade de terra que possui a família, número de animais e dimensão familiar e comprovam a não existência de uma relação direta entre a quantidade de terra que a família possui e os anos de estudo dos jovens. Na sequência, realizam uma aproximação das atitudes

dos jovens diante dos estudos ao abandono escolar, à qualidade e exigência da escola rural, à questão do Serviço Militar e às difíceis condições de vida das juventudes das áreas rurais.

Na segunda parte, os autores tratam do papel inovador da juventude supondo que as transformações na sociedade e a economia campesina são condições indispensáveis para dar início às capacidades juvenis e à redução das desigualdades sociais no setor campesino. Os autores analisam também as consequências da modernização agrária para o setor juvenil e o vínculo existente entre a juventude rural, a cultura campesina e o papel das pessoas na adoção de inovações produtivas. Na terceira parte, buscam conhecer, desde a ótica da juventude, os problemas nacionais e os específicos mais comuns, como a possibilidade de os jovens constituírem um lar; e, finalmente, procuram determinar quais são os problemas que afetam de maneira direta a juventude rural (PALAU; CAPUTO, 1993).

A Constituição Nacional do Paraguai, no seu capítulo IV – Derecho de Familia, Artigo 56, expressa: “Se promoverán las condiciones para la activa participación de la juventud en el desarrollo político, social y cultural del país”. Também em outros parágrafos da Carta Magna, nos Códigos Laboral e Civil, algumas outras leis específicas estabelecem que o Estado deve proteger e garantir assistência sanitária, laboral e educacional ao menor. Não obstante os avanços constitucionais, lamentavelmente, os direitos não são garantidos efetivamente para as crianças e os jovens paraguaios, haja vista a enorme brecha que separa a lei e sua aplicação na realidade cotidiana.

No ano de 2006, foi apresentado no Parlamento o “Anteproyecto Ley Nacional de Juventud y Organismos Publico de Juventud”, a iniciativa do “Viceministerio de la Juventud” e a “Red de Juventud del Paraguay”, com o apoio do Fundo das Nações Unidas (UNFPA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a *Organización Iberoamericana de Juventud* (OIJ). Já se passaram vinte anos da promulgação da nova constituição e seis anos da apresentação desse projeto ao parlamento, mas o Paraguai ainda não conta com uma lei nesse âmbito.

No anteprojeto da Lei da Juventude e Organismos Públicos de Juventude, ficaram definidas as políticas de juventudes do Paraguai como “um eixo transversal nas políticas de desenvolvimento do país”. O anteprojeto se encontra dividido basicamente em quatro eixos substantivos: direito de juventude; criação da Secretaria Nacional da Juventude com *status* de Ministério; criação do Conselho Nacional da Juventude como órgão de consulta, composto por representantes de diversas instituições governamentais e da sociedade civil; e criação de organismos de juventude em entidades descentralizadas (departamentais e municipais). Diante

de tantos organismos dispostos, questiona-se: o que, efetivamente, tem-se feito em prol da juventude?

Pelo mostrado neste capítulo, a juventude existe há muito tempo na Europa, porém surgiu como categoria social no final do século XVIII. A ideia de juventude corresponde à consciência da natureza particular daqueles caracteres que realizam uma distinção do jovem, da criança e do adulto. A sociedade, então, assumiu e reconheceu a juventude como uma fase específica da vida na qual – através de um conjunto de práticas institucionalizadas –, impõe-se ao indivíduo certas demandas e tarefas que norteiam e canalizam seus comportamentos de “jovem”, as quais supõem uma relação com a ideia de categoria juvenil (FEIXA, 2006). Relativo à juventude rural, observa-se que ela surgiu igualmente na Europa e nos Estados Unidos, e, à iniciativa deste país e de organismos multilaterais, implementou-se uma política em prol dessa categoria anteriormente desconsiderada em todos os países da América Latina, com o intuito de modernizar os setores rurais, pois até então a visão sobre esse setor era sinônimo do atraso que impedia o desenvolvimento. Os trabalhos se iniciaram seguidamente à conclusão da Segunda Guerra, com os programas históricos mencionados nos dias de hoje, 4H, 4S e 4C. No caso da juventude no Paraguai, urbana ou rural, nota-se uma carência muito grande, para não dizer que não existam programas e projetos direcionados para essa categoria social, no âmbito da política pública nacional, departamental e municipal. Todavia, no âmbito acadêmico-científico, persiste uma falta de trabalho de pesquisa, a fim de melhorar a reflexão teórica sobre essa categoria da juventude rural, haja vista a sua importância numérica no país. Agora, na véspera da assunção de um presidente da República, espera-se que haja a inclusão dos jovens da cidade e do campo no desenvolvimento do país coração da América do Sul – o Paraguai.

CAPÍTULO II

JUVENTUDE E CONSUMO DE DROGAS: CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA SOCIAL DAS DROGAS

A utilização descontrolada das drogas tornou-se um problema social que, direta ou indiretamente, afeta a sociedade nos tempos contemporâneos. Com muita frequência, o problema das drogas está associado às populações juvenis, seja pelo desconhecimento das consequências do uso descontrolado ou dos riscos da dependência química, seja pela violência social associada ao tráfico das drogas. Em todos os âmbitos, existe certa ambiguidade ou até uma confusão quando se mencionam o termo “droga” e suas estratégias de controle. A confusão existente acarreta mais problemas no sentido de encarar uma luta de forma eficiente contra os abusos na sua utilização, uma vez que os órgãos de combate às drogas estão centrados, quase de forma exclusiva, no âmbito conhecido como a “guerra contra o tráfico”, descuidando de aspectos sociais, educacionais, culturais e ambientais que o enfrentamento do problema requer. A falta de clareza na compreensão da questão das drogas propiciou a criação de tudo que é ilícito explicado conforme valores morais considerando-as como “coisa ruim”, o que gera curiosidade de parte dos jovens.

O Paraguai é signatário da Convenção Única sobre Estupefacientes e da Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas. Portanto, assumiu compromissos internacionais no sentido de cumprir o estabelecido nas convenções e de extremar esforços na luta contra o tráfico de drogas e, em particular, da cânabis. Ambas as convenções foram ratificadas e postas em vigência pelas leis nacionais do país. Em virtude do compromisso assumido pelo Paraguai na luta internacional contra as drogas, foi promulgada no país a Lei nº 1.340/1988, que penaliza o tráfico de drogas no território paraguaio.

Este capítulo pretende analisar as interfaces entre os temas juventude, consumo de drogas e construção social do problema das drogas, que se desencadeou principalmente a partir do século XX. Visa também a evidenciar os principais documentos internacionais tocantes à temática das drogas, que são regidos pelas Nações Unidas, e ao cumprimento

obrigatório por todos os países signatários. O capítulo está construído em quatro seções relacionadas. A primeira centra-se na temática do consumo das drogas pela juventude, considerado um problema de maior interesse para toda a humanidade, pelo uso e abuso que se faz delas na sociedade moderna. A segunda seção detém-se na análise da problemática social que as drogas ocasionam, considerando que o problema social é novo na nossa história, apesar de o uso de drogas ser milenar. A terceira seção enfoca a análise de dois dos convênios e tratados internacionais sobre a temática das drogas, considerando a sua implicância no tempo de hoje. A quarta seção se detém na análise do estabelecido na Constituição Nacional e nas leis do Paraguai que criam algumas instituições encarregadas da temática droga.

2.1 Juventude e consumo de drogas

Distinguiram-se quatro famílias de drogas: 1) as psicodessoras, que se caracterizam por uma ação calmante, soporífera e ansiolítica: álcool, as originadas do ópio, barbitúricos, tranquilizantes (sedativos e hipnóticos) ou solventes (éter e terebrina); 2) as psicoestimulantes, como a cocaína e seu derivado, o *crack*, as anfetaminas, o *ectasy*, inclusive a cafeína e a nicotina; 3) as psicodélicas, conhecidas também como alucinógenas, como o LSD, algum cogumelo e o haxixe; e 4) certos remédios com efeitos psicotrópicos. Deve-se destacar que as drogas não são apenas diferentes quanto à sua natureza; o destaque muito especial radica em que apresentam efeitos psicoativos diferentes, por apresentarem uma variabilidade quanto ao seu poder de drogar. Algumas ainda apresentam toxicidades severas e comprovadas, inclusive em doses pequenas, porém outras são consideradas menos agressivas ao organismo humano (BERGERON, 2012).

A distinção até o ponto de se tornar canônica (entre a dependência psicológica e física), que se constitui uma referência cognitiva de base que prevaleceu muito tempo nos campos sanitário e clínico, tende a ser posta em questão pelos progressos das neurociências. Sem a intenção de questionar o fundamento dessas definições e classificações médicas, é importante chamar a atenção para o fato de que a dependência “revela uma dimensão essencial da definição de drogas” (BERGERON, 2012, p. 15): essas substâncias mais ou menos tóxicas não apenas apresentam o poder de alterar os estados de consciência, mas também podem ser o suporte de um investimento pessoal considerado de substância e objeto de uma dependência poderosa, porém em grau bastante diferenciado.

Adverte Bergeron (2012, p. 17), que nem todos os produtos com efeitos psicoativos e/ou que podem conduzir à dependência recebem a classificação como entorpecentes na lei. A categorização de uma substância como “droga” é “originada numa convenção social e cultural arbitrária”, de modo que a droga é socialmente definida como tal pela sociedade e juridicamente classificada como tal pelo Direito. Os remédios psicotrópicos, como o álcool, igualmente o café e o tabaco, no entanto, que apresentam efeitos psicoativos e cujo uso pode levar à dependência, não são considerados drogas nas legislações. Para definir uma substância como droga, não basta ter em consideração o seu poder farmacológico, muito apreciado pelos usuários. Sua capacidade de intoxicar e seu potencial dependem de vários fatores: “ao mesmo tempo, com efeitos, as drogas designam também as substâncias psicoativas proibidas, cujo uso é proibido na lei” (BERGERON, 2012, p. 17); de modo geral e espontâneo, um limiar simbólico considerável persiste entre as duas classes de produtos.

Segundo Bergeron (2012), ainda nos dias de hoje, é atribuída à droga o poder para subjugar as almas, dissipar toda moralidade, perverter as vontades e arrebatá-las os sujeitos física e psicologicamente vulneráveis em uma viagem sem volta. Cada pessoa apresenta o seu argumento para consumir, alguns manifestam ter escolhido de forma livre, outros explicam pelo lado do prazer e não entendem por que vêm a ser condenados. Outros, porém, dizem passar por ela a fim de desenvolver certas capacidades com as quais não se consideram de forma natural agraciados, como: dotes artísticos, espirituais, esportivos, associabilidades etc. Não importando quais sejam as motivações, a verdade é que o consumo de droga é moralmente reprovado, médica – mentalmente apreendido – e juridicamente sancionado.

Nas sociedades atuais, o uso de “drogas” atingiu um ponto de preocupação central no debate público, devido ao perigo para a saúde individual e grupal, bem como pela sua vinculação com a criminalidade e a violência urbana. Esse tem sido considerado um problema social na medida em que ameaça a saúde, a família, a juventude e a ordem pública, pois as drogas organizam em grande percentagem o debate do tema, promovendo uma distorção que consiste em atribuir a existência de “drogas” à “encarnação do mal” e considerá-las uma dificuldade “conjuntural que poderia ser definitivamente eliminada por meio da repressão e proibição” (SIMÕES, 2008, p. 13).

A utilização das “drogas” por parte da juventude, segundo Simões (2008), traz pelo menos dois sérios problemas. Em primeiro lugar, a discussão se centra ao “âmbito da patologia da drogadição”, portanto nas drogas e nos usos pelos “viciados” ou “dependentes” e nos problemas acarretados à saúde pessoal e à ordem pública. Em segundo lugar, a existência das “drogas” de forma unilateral é colocada como um perigo em si, um bicho-papão para a

sociedade. Dessa forma, no mesmo cenário familiar, inicia-se a “guerra às drogas”, com a conhecida seqüela de “estigmatização, violência, cinismo, e estreiteza intelectual, numa espécie de espiral viciosa” (SIMÕES, 2008, p. 14), que torna natural a ilegalidade e fortalece a repressão.

Socialmente candente, resulta uma questão e um campo de trabalho de vários profissionais, especialistas e cientistas, que a colocam em pauta diária dos meios midiáticos e acadêmicos e conversas cotidianas. Esse é o campo que vem se construindo ao redor dessa cadeia que envolve a produção, o comércio e o consumo de algumas substâncias, as quais se convencionou chamar de “drogas”, conformando, dessa maneira, a “questão das drogas”. De acordo com Labate, Fiore e Goulart (2008, p. 23), “o consumo sistemático de um grande conjunto de substâncias capazes de alterar o comportamento, a consciência e o humor dos seres humanos é comprovadamente milenar”. Porém, sua elevação à categoria de problema social é historicamente recente, ultrapassando muito pouco mais de um século. Desde então, uma série de atores sociais e instituições estatais e privadas se ocupam dela direta ou indiretamente. Com o problema das drogas, é costumeira a associação a outros problemas sociais, a exemplo da violência, miséria e doenças do consumo de drogas, jogando-as no panteão dos males que afetaram a humanidade desde o século passado. Assim, Labate, Fiore e Goulart (2008, p. 23), afirmam:

Que muito do conhecimento produzido sobre o uso de ‘drogas’ se construiu sob o ponto de vista do enfrentamento, do combate a um mal. Em outras palavras, desde que as drogas e seu uso se tornaram uma questão social relevante, a produção de conhecimento a seu respeito foi, com raras e valiosas exceções, pautada pela lógica da negatividade: não se pode estudar, pensar e discutir a questão do uso de ‘drogas’ sem um posicionamento claramente entrincheirado – a trincheira capaz de conter esse mal.

Para Romani (2010), um fenômeno muito relacionado com a utilização das drogas é a *automedicação*, que apresenta características marcantes ao longo da história humana. A *automedicação* consiste no tratamento autônomo, baseado em emplastos, ervas, beberagens e medicações de distintos tipos (incluídos entre eles os fármacos), que podem ser encontrados em quaisquer sociedades. Dessa forma, faz-se referência a uma coisa muito maior que o fenômeno contemporâneo da automedicação com medicamentos industriais. O autor acrescenta o seguinte:

Las drogas han sido, y continúan siendo en muchas sociedades, componentes importantes de los procesos de automedicación y autoatención, ya sea como remedios empíricos, como elementos simbólicos (en el contexto de múltiples rituales sociales), o como ambas cosas a la vez. E incluso en las sociedades urbano-industriales contemporáneas en que ‘el problema de la droga’ y, por lo tanto, ‘la

droga' como tal ha adquirido una entidad muy específica, desconocida antes y que no se asocia sistemáticamente con los citados procesos, podemos encontrarnos con muchos casos de consumo de drogas – por lo menos en ciertas fases de los mismos – que, desde luego, responden a su función de automedicación como un componente de la autoatención en salud (ROMANI, 2010, p. 54).

Segundo Romani (1999, p. 86, grifos do autor), as inter-relações dos temas juventude e drogas se relacionam pelo menos com três elementos fundamentais no surgimento das sociedades industriais:

a) El conjunto de hechos a los que se refieren tienen una íntima relación con el consumo, elementos básicos de estas sociedades. Al mismo tiempo la existencia de dichos conceptos permite una manipulación de la realidad tendiente a la máxima rentabilización económica de distintos niveles de la misma; b) posibilita también unos tipos de control social distintos de los existentes en la sociedades tradicionales, y muchas veces más sutiles y eficaces, sobre todo porque usos y/o actividades relacionados con la juventud o las drogas pueden verse en referencia a ciertas 'necesidades' bio-psicológicas del hombre (ligadas al ciclo vital o al control de sus estados emocionales), con que resultan fácilmente manipulables por distintos tipos de poder, c) han contribuido a la elaboración de cierto consenso en torno a aquellos valores básicos, pues se han podido presentar como 'problemas' en sí mismo (cosa que ha permitido muchas veces enmascarar aspectos de la realidad y desviar la atención de los verdaderos problemas estructurales) y crear o consolidar ideas acerca del 'futuro' de la sociedad, de la 'naturalidad' de cierto tipo de jerarquización social, de aquello que es propio e impropio, sano e insano y, por lo tanto, bueno o malo, etc.

Para Romani (1999), no contexto espanhol, distinguem-se dois tipos de subculturas ligadas ao haxixe, que o autor distingue como *jipi-freak*¹ e *jipis de laguache divine*². O autor procura compreender como uma droga, desconhecida para essa cultura, integrou-se a ela através dos mencionados grupos de jovens. Romani observa que esse fato aconteceu não apenas com os derivados da cânabis, mas com todas as drogas ilegais.

No paradigma dominante sobre a droga, tem se tornado muito fácil a ligação entre “joven” e “drogadicto”, dando origem ao mito da droga, via ideologia dominante, de signo indubitavelmente obscurantista, limpando o caminho para identificar com ela os grupos juvenis. Dessa forma, houve a estigmatização desses grupos sociais, a fim de poder exercer um melhor e maior controle sobre eles e expandir o mercado desses produtos para setores até aquele momento – anos 70 – alheios a eles.

No entendimento de Romani (1999), os grupos juvenis não ficaram na passividade, pois de algum modo mostraram os seus repúdios ao tipo de sociedade. Um dos elementos

¹ Grupo específico, com sentido de solidariedade entre seus membros e de “diferença” a respeito da “normalidade”, pois tratam de viver de forma distinta; dentro dessa forma de vida, também trocam as drogas, do haxixe ao LSD em determinado momento.

² Intelectuais e profissionais que não rompem com sua vida anterior, senão através de seus canais profissionais e sociais, em que realizam seus contatos com a contracultura, que os permitirá estendê-la qual boa nova sobre os pobres ibéricos.

simbólicos empregados foi o uso de certas drogas não normalizadas unindo-as à transgressão, aos grupos sociais diferentes (étnicos, índios, negros etc.) e às culturas exóticas. Isso tem aprofundado a mitificação negativa das drogas; porém, não porque seja negativa, deixou de ter uma das principais características de mito, mas pelo fato de surgir uma ação de parte dos estigmatizados, que muitas vezes acabaram aderindo ao terror criado não só pelo critério dominante da época sobre a questão, como também por amplos setores mais “convencionais”, que se “uniram” em um processo de reação social.

Na situação atual, na qual os usos de drogas de parte da juventude têm significados distintos, conforme reflexões de Romani (1999, p. 93):

Esta etapa de transición a la vida adulta se caracteriza por una serie de elementos contradictorios, como pueden ser – aparte de la misma constitución de la juventud como un modo diferenciado que, como hemos visto, se percibe de forma contradictoria – el mayor distanciamiento entre generaciones (producto de una sociedad basada no ya en la repetición de la tradición, sino de la especialización y la innovación); el retraso de la incorporación a la vida adulta, a través de la escolarización general cada vez más prolongada, y que tiene su justificación en la exigencia de una mayor formación en todos los terrenos; pero al mismo tiempo, una desvalorización de la mano de obra juvenil, tanto por razones ligadas a la evolución tecnológica como a estructura del mercado de trabajo.

Como se pode observar, o uso das drogas sempre foi marcado por contradições, pois, em um primeiro momento, pode se constituir em elemento de rendas (em um sentido geral, de possibilitar identificações, recursos, relações etc.). Em um segundo momento, o uso das drogas na vida de muitos indivíduos – jovens – pode ser facilitador do aprofundamento, quanto menos na “gestação”, de certas patologias psicossomáticas e anomias sociais de marginalização, de exploração e de manipulação das populações juvenis. Romani (1999, p. 94) salienta que, nas sociedades atuais,

La integración, en las últimas fases de desarrollo de las sociedades urbano-industriales, de dos tipos de procesos sociales contemporáneos pero, en principios distintos (juventud y drogas), ha propiciado la aparición de unos usos específicos de drogas por la juventud que debemos considerar como un nuevo fenómeno social (y dentro del cual hay que contemplar – aunque formando parte también de un fenómeno más general de drogodependencia – la drogodependencia juvenil); fenómeno en el que se establece una falaz identificación entre droga y cultura juvenil que, si bien no responde a la realidad de los hechos por lo que a los consumos se refiere, sí es muy sintomático de algunos de los principales problemas que se tiene planteados nuestra sociedad.

Ao estudar a construção social da juventude norte-americana, Savage (2009), observou que, no contexto do desenvolvimento industrial, a paixão pela excitação, o desejo de sair da monotonia da vida, induziu os jovens a experimentarem bebidas e drogas de forma

surpreendente. A cocaína, em particular, dava estímulo ao desejo de sonhar e ter visões. Na relação dos jovens americanos com as drogas, o autor destaca:

As drogas eram uma parte integrante da vida americana: os tônicos ideais para os cidadãos de um país que exigia qualidades sobre-humanas na sua corrida para o crescimento econômico. A Guerra Civil introduzira o uso da morfina em todo país, enquanto que os chineses haviam trazido o ópio para os bairros mais pobres. A cocaína, na época era considerada um narcótico ainda mais pobre, uma reserva para uso próprio das prostitutas, gangsteres e crianças dos bairros miseráveis. Oferecendo efeitos ao mesmo tempo estimulantes e analgésicos, excitando-os e tornando-os insensíveis à dor, era uma droga bem adequada para as suas duras condições de vida. Entretanto, a droga na época não era associada à ideologia de uma geração crítica: pelo contrário, fazia parte de uma cultura urbana pobre, de profunda dissolução, que aderiu aos valores tipicamente americanos. Embora deixando o público em geral muito alarmado, este gosto ilegal ecoava a obsessão da América por remédios patenteados. No início da década de 1890 o refrigerante Coca-Cola, que tinha como ingrediente básico a cocaína, era anunciado como uma bebida estimulante. Ao mesmo tempo, remédios populares vendidos legalmente sem receita como Ryno's Hay Fever e Catarrh Remedy eram quase 100% cocaína pura. Seus consumidores, sem saber disso, ficavam viciados: 'Está acabando com os nossos meninos', um pai escreveu para as autoridades do US Bureau of Chemistry. 'Tenho um filho que vem usando e desde o ano passado tento fazer com que largue, mas não adianta, já que ele consegue arranjar'. O uso de drogas fortes combinava como o ambiente excessivamente estimulado da metrópole americana, assim como reforçava os anseios dos novos contingentes por sonhos de qualquer tipo. Ao mesmo tempo, o uso exagerado encurtava as vidas dos jovens gangsteres, já reduzida pela pobreza e o perigo inerente ao seu estilo de vida. A cocaína era mais perturbadora do que a morfina porque seus efeitos eram eufóricos. Exigindo um reabastecimento quase instantâneo, ela transforma os jovens criminosos nos consumidores mais ávidos, ao mesmo tempo que os deixava travados num eterno presente (SAVAGE, 2009, p. 76).

Romani (1999) afirma que, como fenômeno relevante para a sociedade, o problema do consumo das drogas surgiu nas sociedades urbano-industriais contemporâneas centrais, que, por influência destas, foram se impondo nas sociedades subalternas quase sempre ligadas à urbanização, uma vez que as cidades dão condições para o surgimento do fenômeno. A dependência das drogas, na sociedade, pode ser associada com drogas institucionalizadas, a exemplo do álcool, barbitúrico, ou não institucionalizadas, como a heroína e cocaína. Contudo, tal recorte faz referência a uma parte do fenômeno, pois a dependência às drogas pode estar ligada à identidade de grupo, à curiosidade etc. Tais aspectos não podem ser deixados de lado. Todavia, o campo das drogas encontra-se estigmatizado, especialmente porque muitos falam dela sem conhecimento de causa, realizam intervenções, pesquisas, sem se perguntar, partindo dos conceitos estigmatizados, estereotipados, e dos prejuízos decorrentes das drogas.

Para Romani (1999), o surgimento do fenômeno da dependência das drogas vem de longa data: ele começou a ser notado em alguns países, como a Inglaterra, ainda no final do século XVIII e persiste até os dias de hoje. Considerando o ponto de vista socioeconômico, a

expansão do mercado mundial e a Revolução Industrial são fatores decisivos nesse processo. Na Europa, o mercantilismo gerou um grande potencial econômico, motivado por diferentes necessidades sociais que têm conduzido a grandes transformações tecnológicas. Um dos fatos marcantes é que a circulação das mercadorias é um dos alicerces do sistema capitalista, o que leva a se poder converter quase tudo em mercadoria e gerar benefícios. Tal processo acontece também com a maioria das drogas de forma coerente com essa lógica. O sistema fabril propiciou a produção em série, muito especialmente no último terço do século XIX, com o grande desenvolvimento das indústrias químicas e farmacêuticas (produção em série e síntese de novas drogas etc.), que até hoje continua sendo um dos setores econômicos mais dinâmicos que existem.

Romani (1999), acrescenta que o aumento das comunicações e dos transportes contribuiu positivamente para a expansão dos mercados e, dessa forma, facilitou que as drogas chegassem a todas as partes, permitindo que fossem conhecidas e utilizadas fora do contexto no qual tinham sido usadas anteriormente. Segundo o autor, a expansão das vias de transporte e comunicação acarretou um importante efeito em cascata na modificação do uso das drogas, considerando que, junto ao produto em questão, são transportados também notícias, conhecimentos, estereótipos, que facilitam sua inserção nos mercados. Isso significa que as drogas são acompanhadas de conjunto de ideias e argumentações, que justificam a sua difusão e racionalização. No campo sociocultural, Romani (1999, p. 57), afirma que:

Todo ello se relaciona con grandes migraciones y situaciones de desarraigo más o menos profundo, pues hay una significativa concentración de poblaciones que provienen de sitios distintos en espacios – nuevos radicalmente transformados – como son las minas o las fábricas; formación de nuevos grupos y clases sociales alrededor de una nueva organización del trabajo; crisis de las pautas tradicionales del comportamiento, de las formas de sociabilidad y, más en concreto de las formas de control social informal y formal predominantes hasta el momento; aparición de nuevas condiciones de vida urbana, que modelan desde las relaciones de géneros, parentesco y vecindaje hasta el ritmo de la vida social, cambios culturales en la percepción del tiempo y el espacio, la fragmentación de roles sociales que puede jugar un individuo, etc. A nivel individual las tensiones provocadas por la explotación, la alienación o por ciertos estilos de vidas urbanos y la inseguridad que pueden provocar situaciones ante las cuales se dispone de pautas de comportamiento poco claras o incluso contradictorias, pueden encontrar una vía de salida en ciertos usos de drogas.

Quando se ouvem, em determinados contextos, as palavras “dependência” ou “viciado”, de forma muito clara a mensagem que chega é de que se trata de um fenômeno muito perverso. Mas, como destaca Romani (1999, p. 58), o homem “es un animal con una programación genética abierta, con una orientación muy general de sus instintos, que es modelado de una manera decisiva por su cultura, la cual incorpora a través de la interacción

social y el aprendizaje”. Essa dependência do meio ambiente sociocultural se constitui em um aspecto crucial na vida de cada indivíduo. Portanto, o mais importante é formular um conjunto de conhecimentos e ações para encaminhar soluções positivas para que o indivíduo e a sociedade consigam enfrentar as pequenas – ou não pequenas – dependências que se configuram na vida cotidiana e viver como seres humanos. O autor afirma que são muitas as formas de dependências:

A las drogas, al juego, al trabajo, al orden, al sexo, al dinero... Para algunos individuos y en determinadas condiciones, algunas pueden ser entendidas como patológicas y qué duda cabe que, a partir de nuestro nivel actual de conocimientos, podemos afirmar que ciertos fármacos pueden precipitar, coadyuvar, fijar, etc., estos procesos patológicos de dependencia. Por tanto, es más pertinente, a pesar de todas sus limitaciones abordar la dependencia en relación al ‘estilo de vida’ determinado, sobre para señalar que no se trata única y principalmente de los efectos farmacológicos de una sustancia sobre un individuo, sino que estamos ante un constructo sociocultural en que confluyen procesos de identificación, de construcción del yo, estrategias de interacción, negociación del rol, en fin todo un entramado de relaciones sociales y expectativas culturales que contribuyen a la construcción del sujeto y a través de la que éste orienta su existencia. Situaciones, desde luego, en las que lo farmacológico tiene su papel, pero no puede complementarse como el factor causal de las mismas, tal como se ha tendido a hacer de manera simplista desde el modelo biomédico, sino articulado a los demás niveles que configuran este fenómeno que hemos dado en etiquetar de esta manera(ROMANI, 1999, p. 60).

Segundo Araujo (2012), as drogas são assunto polêmico, sobre o qual não existe consenso. Procurando conhecer o problema a partir da perspectiva biomédica, o autor afirma que as drogas psicotrópicas se caracterizam pelo poder de causar a dependência química, que informalmente se denomina vício. Estima-se que 12,6 milhões de pessoas morram a cada ano por questões ligadas ao abuso de drogas, o que significa o perigo mais radical do seu uso. A utilização de drogas, na maioria das vezes, inicia-se como procura de prazer que, em seguida, transforma-se em uma inesgotável fonte de dificuldades de saúde, de trabalho, de estudo e de relacionamento. Pode-se dizer que as drogas não são sempre um dragão com sete cabeças, mas “também é verdade que elas estão longe de ser uma brincadeira inofensiva” (ARAUJO, 2012, p. 146).

De acordo com Araujo (2012), é importante perguntar: por que as pessoas usam drogas? Pelo fato conhecido como a recompensa. Fisicamente, o sistema de recompensa se compõe em um grupo específico de neurônios, concentrado em uma região do cérebro, com ramificações em outros pontos da massa craniana. O alvo preferencial das drogas psicotrópicas é justamente essa parte do cérebro que a humanidade usa na tentativa de encontrar um “barato”. Isso se explica pelo fato de as drogas psicotrópicas atuarem sobre a concentração da dopamina, neurotransmissor empregado pelos neurônios para comunicar a

recompensa. As substâncias ativam diferentes caminhos, diretos ou indiretos, que aumentam a quantidade de receptores de dopaminas ocupadas, resultando, em todos os casos, em uma estimulação extra do sistema de recompensa – que para o corpo significa prazer.

Para Fiore (2008a), há uma percepção geral, por parte do conhecimento médico tradicional, de que o consumo dessas substâncias não constitui um hábito saudável; inversamente, implicaria riscos e danos para o homem. Dessa forma, emerge a questão: como a medicina concilia esse pressuposto de negatividade atribuído ao consumo de “drogas” com um consenso no que respeita à relação direta entre essa prática e prazeres que produz o consumo? Aqui surge a grande controvérsia:

Ocorre uma operação discursiva que desconecta o consumo de ‘drogas’ do prazer, pelo menos daquele sentido mais comum que atribui a esse termo. Dessa maneira, tal relação não é negada, ela é reafirmada, partindo de outro sentido, conferindo ao uso de ‘drogas’ uma especificidade. Consumir ‘drogas’ pode proporcionar um tipo de prazer, mas ele é portador de negatividades intrínsecas. Essa negatividade parece assumir diferentes formas, agrupadas, com objetivos analíticos, em dois tipos de analogia mais comuns: ilusão e artificialidade. Quer se atentar aqui menos para o sentido semântico desses prazeres, que obviamente não se excluem, mas para regimes discursivos diferenciados que tais analogias podem revelar. O prazer proporcionado pelo consumo de ‘drogas’ é capaz de um efeito temporal funesto. Esse seria o principal sentido ilusório do prazer causado pelas ‘drogas’, pelas formas assumidas por esse termo nos discursos médicos preponderantes. Ele esconde uma espécie de armadilha, cujas poucas saídas possíveis são dolorosas, o que se contrapõe, dessa maneira, a sua fase inicial, quando se tratava de uma espécie de ‘prazer-isca’ capaz de atrair o indivíduo desavisado. Por um período variável, mas finito, o consumidor obtém através do consumo da ‘droga’ uma sensação prazerosa, mas que pode, ao longo do tempo, torná-lo perigosamente ligado a ela. Caso não interrompa ou regule essa relação, estará condenado a buscar no consumo da ‘droga’ a simples evitação dos sofrimentos impostos pela sua falta. Esse estágio seria, enfim o que caracteriza um quadro de dependência, no qual o indivíduo não estaria no domínio dos prazeres, mas, sim, próximo do alívio. Se essa sensação de alívio pode ou não ser considerada prazerosa importa pouco, já que emerge desse discurso uma forma de progressão cronológica entre o prazer e o seu nefasto duplo: primeiramente, a busca por novas sensações, experiências, tidas como positivas; depois, a evitação da falta, abstinência, um prazer eminentemente negativo (FIORE, 2008a, p. 145).

No entendimento de Fiore (2008a, p. 145), pode-se representar o prazer ilusório, de forma simplificada, como se fosse uma escatologia de autodestruição, no entanto nele também se encontra presente, de alguma forma, um potencial de manutenção dos prazeres: “a moderação, o controle ou a natureza da substância consumida podem ser variáveis determinantes para a manutenção de um prazer gerado que impede a instauração de um quadro de dependência”. A ambiguidade dos saberes médicos exemplifica-se nitidamente no caso do álcool, cujo consumo regulado, socialmente legitimado e circunscrito a algum momento específico de interrupção da vida cotidiana continua proporcionando a ilusão do prazer, sem que, necessariamente, este se torne apenas um alívio para evitar sofrimentos.

Dessa maneira, à premissa de que o consumo de “drogas” é negativo porque, entre outras coisas, esconde uma armadilha, vem acompanhado o potencial de que dela se pode escapar desde que se possa interromper uma cronologia traçada entre o primeiro uso e a dependência. Essa ambiguidade é muito mais explícita em algumas substâncias, notadamente as legais, como o álcool.

Ainda sobre a construção do problema das drogas sob a perspectiva biomédica, Araujo (2012)m acrescenta que as drogas são capazes de mudar o comportamento e a percepção das pessoas, somente uma vez que tenham chegado até ao cérebro. O fato de colocar diretamente no crânio uma substância não resulta fácil; muito pelo contrário, é bastante complexo. Daí que as pessoas utilizam a corrente sanguínea como meio de transporte para poder enviar as substâncias ao seu destino. Em outras palavras, as drogas chegam até ao cérebro “pegando uma carona no sangue”. Resumidamente, pode-se mencionar que *fumando e inalando* uma droga, ela passa ao aparelho respiratório e, por meio do sangue, segue para o cérebro. Quando a pessoa *cheira* uma droga sólida (pó), igualmente vencendo o mecanismo do nariz de proteção do aparelho respiratório, chega até ao sangue e depois ao cérebro para atuar. Se *secomer ou beber* uma droga, o aparelho digestivo trabalha para realizar a absorção e, então, a droga entra no sangue e vai ao cérebro. Quando é *injetada* diretamente na veia, “vai para o lado direito do coração, antes de ir para o pulmão, ou seja, dá uma ‘volta’ um pouco maior”. Mas, se a droga for aplicada em uma artéria, “demora mais ainda, já que nesse caso o sangue está indo para algum órgão ou tecido”. Os usuários apelam para esse método, porque uma pequena parte da substância se perde: “tudo o que se coloca na seringa chega ao cérebro” (ARAUJO, 2012, p. 158).

O psiquiatra e educador Içami Tiba (2007), destaca que a passagem entre o segundo e o terceiro milênio se mostra pelo grande avanço no campo tecnológico em todos os âmbitos da sociedade. No campo das drogas, acontece o mesmo, uma vez que a cada momento surgem novas drogas, no intuito de serem oferecidas aos usuários experientes e também visando a conquistar os mais jovens e iniciantes no “mercado consumidor”. Sobre a curiosidade, o autor faz a seguinte reflexão:

Muitos jovens curiosos, problemáticos ou aventureiros são assolados pela propaganda enganosa e acabam mergulhando nas drogas. A partir daí, a droga atinge os mais preservados recônditos bioquímicos dos neurotransmissores e seus receptores e pode trazer sensações de prazer. Então antes mesmo de nosso jovem perceber que não consegue mais se livrar dela, a relação entre droga e usuário começa a ficar mais séria, pois foi instalado um novo vínculo – o vício. Um viciado pode separar-se da droga, mas nunca do vício, que fica adormecido no ex-usuário. Por essa razão, temos de lutar muito diante da tormentosa questão do envolvimento de nossos jovens com o mundo das drogas. A maioria dos jovens não pensa na

própria família quando se associa com a droga, mas é a família que tem de arcar com as consequências desse problema, e todos sofrem a síndrome (TIBA, 2007, p. 24).

Um dos grandes problemas sociais que acompanham a temática das drogas refere-se ao narcotráfico. Os narcotraficantes enriquecem envenenando os jovens, com o surgimento de drogas mais potentes e nocivas, e o crime organizado fica mais lucrativo e poderoso. O sistema antidrogas global é inadequado ao enfrentamento do problema, em grande parte porque foi concebido em um país e aplicado em todo o mundo, sem dar autonomia alguma para os atores locais. Esse sistema enriqueceu os piores criminosos e ampliou os poderes dos grupos de traficantes que se endinheiravam com o comércio ilícito de drogas, uma vez que dinheiro é poder. Uma “organização criminosa” não é igual a uma empresa, que tem responsáveis legais, endereço fixo, CNPJ. Ela é mais que uma rede conectando indivíduos; cada um deles trabalha para si próprio, movimentando-se pelo interesse individual de muitas pessoas surfando no tsunami da demanda, e a rede funciona segundo os critérios do acúmulo de capital e poder, sendo que o Estado interfere mais especificamente no âmbito da repressão (RUSSO, 2012).

Nesse sentido, segundo Reguillo (2010), o México se encontra em um momento histórico em que os cartéis da droga disputam o controle do território de forma intensa, a fim de explorar novas rotas para tráfico das drogas. Uma das estratégias mais importante nessa luta é o aliciamento dos jovens. Segundo alguns estudiosos em delinquência organizada, as drogas vêm acompanhadas por um cenário social de maior violência, explicada pela pouca experiência dos novos sicários. Nesse sentido, os novos sicários são jovens de 15 até 20 anos de idade que passam a formar parte dos grupos de delinquentes, conforme explicações:

Estos jóvenes ingresan como victimarios a la órbita del narcotráfico, pero también como víctimas. ‘La vida del narco es un ejemplo para ellos, aspiran al poder económico y al reconocimiento del grupo al que se han integrado (narcotráfico); sin embargo su inexperiencia se demuestra en la excesiva violencia que ejercen con sus víctimas ‘y’ la vida útil de los nuevos reclutas es muy corta dentro de una organización de este tipo; son asesinados por los integrantes de una organización antagónica o los meten en la cárcel, por ello aceptan el encargo de cualquier ejecución y la violencia que ejercen es para demostrar su valía’ (REGUILLO, 2010, p. 38).

Uma das dificuldades, assinaladas por Reguillo (2010, p. 39), é o acesso ao mercado formal de trabalho de parte dos jovens que buscam oportunidade de emprego, com o fim de obter renda própria: “La tasa de desempleo juvenil duplica, y hasta triplica el desempleo adulto según el país, y la tasa de desempleo entre jóvenes de familias de bajos ingresos es mucho mayor que entre jóvenes de sectores mas favorecidos.” Isso ocasiona uma situação de

vulnerabilidade e obstáculos para a inserção e inclusão dos jovens. O problema é ainda maior quando se refere aos jovens que não estudam nem trabalham, pela questão de que a escola não tem como atendê-los e o mercado de trabalho não os integra. “Se encuentran duplamente desafiados.”

No ano de 2003, a ONU apresentou um informe geral sobre a juventude no mundo, examinando as dez prioridades do Programa de Ação Mundial para os jovens até o ano 2000. Uma das dez prioridades colocadas foi a utilização indevida de drogas, sendo que o álcool, o tabaco e a *Cannabis* foram mencionados como as drogas mais consumidas pelos jovens de todo o mundo. O consumo do álcool forma parte de muitas culturas e, para muitos jovens, a primeira experiência com o álcool se produz, com frequência, no âmbito familiar. Apesar de ser considerado benigno, o álcool representa a maior carga para a saúde pública e é responsável por um grande número de incidentes graves, tais como atos de violência e acidentes. As doenças relacionadas com o tabaco se encontram entre as principais causas de mortes que poderiam ser prevenidas no mundo. Uma das medidas de enfrentamento desse problema seria a educação das novas gerações, uma vez que os fumadores se iniciam na adolescência ou inclusive na infância: calcula-se que 20% dos fumadores de todo o planeta começaram a fumar antes de completar dez anos de idade (ONU, 2003).

De acordo com relatório da ONU, o consumo de *cannabise* de outras substâncias ilícitas indica certa estabilização em patamares relativamente altos na maioria dos países desenvolvidos. Os índices de consumo na Europa central e oriental têm chegado a níveis da Europa ocidental. Observa-se, em alguns países, uma tendência a não aplicar penalização ao consumo sem legalizar tecnicamente as drogas. Logicamente, os países que consideram que é necessário muito rigor em matéria de drogas não concordam com essa política. Todas as comunidades, todos os países empregam um conjunto de estratégias para a redução da demanda que responda às suas condições particulares, empregando os recursos de que dispõem. Uma estratégia eficaz para diminuir a demanda consiste em combinar prevenção seletiva, redução de danos, prevenção indicativa e atividades de tratamento. Sob a perspectiva da ONU, dispõe-se de muita informação para basear as estratégias e programas para a redução da demanda. Isso não significa, necessariamente, que as intervenções estudadas possam ser aplicadas com êxito em mais de uma ou duas partes do mundo. Os programas devem estar relacionados às famílias e à população em geral e orientados a desenvolver as aptidões de comunicação, os conhecimentos disciplinares e a competência, a fim de encaminhar enfrentamentos adequados ao consumo de álcool, tabaco e cannabis nas primeiras etapas da adolescência. As mensagens que exclusivamente focam na questão negativa do consumo de

drogas podem ser eficazes para aqueles destinatários mais jovens, mas talvez percam credibilidade entre os adolescentes de mais idade, que estejam recebendo outro tipo de informação e enfrentando maior pressão do grupo para consumir (ONU, 2003).

Segundo Russo (2012), em 1998, na sede da ONU em Nova York, foi realizado um encontro para planejar uma ofensiva final contra o “vampiro”. Com o *slogan* “Um mundo livre de drogas: é possível”, foi traçada uma meta ambiciosa e todos os países-membros concordaram: eliminar as drogas da face da terra de uma vez por todas em dez anos. Teria sido na história da política internacional o mais amplo consenso. Passados mais de dez anos, o resultado dessa ofensiva é muito claro: as drogas não só não foram eliminadas como também o seu consumo se incrementou no mundo todo. O consumo de *Cannabis* aumentou 8,5%, o de cocaína 25% e o de heroína e outros opiáceos 34,5%. Todavia, registrou-se que, quanto mais perigosa for a droga, maior será o aumento do consumo. Também foi observado o surgimento de drogas mais potentes e nocivas, bem como do crime organizado lucrativo e poderoso.

Ainda que as pessoas de todas as idades possam usar drogas, os jovens encontram-se mais expostos a esse tipo de perigo por vários motivos: influência dos amigos, abandono dos estudos, desemprego, ausência dos pais, inexperiência etc. Quando uma pessoa se torna dependente de algum tipo de droga, toda a sociedade sofre. Sobre essa situação, Rossi (2006, p. 35) escreve:

De fato, o consumo de droga afeta diferentes níveis: o individual, o comunitário, o social e o econômico. No nível individual está em jogo a saúde mental e psíquica do consumidor, que termina por influir em todos os seus aspectos no microcosmo social constituído pelo âmbito familiar, o círculo de amizades e de trabalho, a comunidade, afetando os vínculos comunitários para depois estender-se como fenômeno, em sua globalidade, à sociedade em seu conjunto. Esta deve enfrentar os custos dos problemas relacionados ao uso de drogas em condições de clandestinidade ou semiclandestinidade determinadas estas por legislações punitivas e condenação social, tais como a violência, a insegurança, o progressivo isolamento e marginalização dos indivíduos e grupos sociais identificados de alguma forma com as substâncias psicoativas. Esta situação de puramente social vai derivando numa problemática de tipo político, entrelaçada e complexificada pelo crescente conluio imaginário ou real, dependendo dos países, com os fenômenos delitivos em aumento, que tornam as sociedades menos tolerantes e mais predispostas à aplicação de medidas restritivas e punitivas. Aos custos sociais e políticos há que somar aqueles em termos econômico-financeiros de uma maquinaria judicial e penitenciária que se ocupa dos crimes relacionados com as drogas, sem deixar de lado os danos causados pelos delitos contra o patrimônio associados a seu uso. Estas problemáticas se expressam em toda sua gravidade na falta de um marco de contenção e de estratégias de intervenção que não sejam a pura repressão.

Desde a aparição do ser humano sobre o planeta Terra, a droga já teria aparecido também, ou seja, ela foi evoluindo com a evolução da espécie humana e o seu uso nunca antes ocasionou transtorno para o desenvolvimento da vida humana, como vem acontecendo na

atualidade, devido principalmente à propaganda da proibição, que se constitui na sua maior promoção para os jovens (GALEANO, 2012). Pelo fato de que o proibido é justamente que os jovens gostam de experimentar.

2.2 A construção social do problema das drogas

Por muito tempo, as drogas foram pensadas apenas no âmbito do Direito e da Medicina, porém os usos e as toxicomanias logo passaram a ser objeto de um olhar propriamente sociológico, que descreve, desmistifica e desconstrói, a fim de tentar, em maior ou menor medida, compreendê-los, bem como explicá-los. Eis aí uns dos maiores desafios que a Sociologia da droga já teve de enfrentar: pode-se considerar uma ousadia mostrar que determinados crimes ou atos de delinquência poderiam ser interpretados como algo corriqueiro, tal ambição parece mais “fora de propósito” no caso de tratar do uso de drogas. Os trabalhos sociológicos procuraram, em sua maioria, de forma explícita ou não, as crenças do senso comum, tanto quanto contrapor os resultados e/ou revelar os limites das teorias etiológicas da predisposição psicológica ou biológica que logo passaram a constituir o essencial do *corpus* científico sobre o assunto (BERGERON, 2012).

Não existe manual de Antropologia ou de Sociologia histórica que fale sobre os usos de drogas que não comece lembrando que o consumo de produtos psicoativos é um fenômeno antigo e universal. A droga também serve para marcar diferenças sociais e seu uso regulado constitui um meio de reafirmar a hierarquia social que existe entre os membros da coletividade e aqueles que gozam de acesso exclusivo à utilização dessas substâncias. Os antropólogos e sociólogos insistem nas relações entre cultura, ou subcultura, e substâncias psicoativas, com o objetivo de revelar a existência de afinidades eletivas entre valores e normas particulares e as propriedades de certos produtos. Na Índia tradicional, certas castas consomem somente álcool, outras preferem o consumo de maconha; isto privilegiava a sua capacidade de distanciamento do mundo e o retiro contemplativo, comportamento socialmente valorizado (BERGERON, 2012).

Segundo Romani (1999), no âmbito sociocultural, deram-se processos em nível macrossocial e, mais especificamente, do tipo político, que no fim desencadearam de forma concreta o denominado “problema da droga”, da forma como é conhecido na contemporaneidade. Tudo se iniciou com a Guerra do Ópio do século XIX e o proibicionismo

nos Estados Unidos no século passado. Esses dois fatos são as bases do proibicionismo moderno:

A principios del siglo XIX el té era un producto bastante consumido en distintos países europeos, y cuyo único productor era China, que sólo aceptaba su pago en plata que a su vez procedía mayoritariamente de la que los españoles habían obtenido de América. Hacia 1820 esta plata se agotó. Fue entonces cuando entro en escena el opio, producto extraño en la cultura China pero que, habiendo sido introducido por los holandeses en Indonesia durante el siglo XVIII, pronto será utilizado por las clases altas de la etnia Chan, en China. Mientras, los ingleses controlaron las plantaciones de opio de Bengala, a partir de 1773. Entonces el opio se introducía de contrabando hacia China (donde estaba prohibido), se cobraba en plata, invirtiendo la balanza de pagos. Esto provocó una situación social explosiva (los campesinos no podían pagar sus impuestos pues lo hacían en plata) y la dinastía Manchú reprimió tanto a los consumidores a los consumidores del país como a los traficantes europeos. La reacción europea no se iso esperar y una alianza anglo-francesa consiguió a través de las dos guerras del opio (1839-1842 y 1856-1860), que China aceptara el libre comercio de este producto, la cual cosa la convirtió en un inmenso mercado del opio de uno cien millones de consumidores, que eran la fuente de un tercio del total del as rentas del Imperio británico(ROMANI, 1999, p. 45).

A situação descrita no parágrafo anterior não teve maior importância, até que se deram diversas situações, acontecidas no princípio do século passado nos Estados Unidos, onde a luta sindical seguindo a linha de tradição europeia se opôs à sobre-exploração e à dependência, que significava não apenas o consumo, mas, muitas vezes, também o recebimento do salário em espécies como o álcool e o láudano. Ademais, pode-se mencionar a propagação dos ideais moralistas das organizações religiosas com grande poder de influência e os interesses do governo federal. Inicia-se então a “lucha contra la droga”, que, não por coincidência, teve origem com a luta contra o ópio e se concretizou na Conferência de Shangai (1909) e nos Tratados de Haya (1912 e 1914), que serviram de alicerce para os tratados posteriores, como o de Versalles, em 1919, e de Genebra, em 1920 (ROMANI, 1999).

A luta contra o ópio, segundo Romani (1999), relaciona-se com três grandes interesses da política exterior dos Estados Unidos, que naquele momento emergia como potência em ascensão: 1) a anulação de uma importante base de dinheiro da Inglaterra, até aquele momento a primeira potência no mundo e, por conseguinte, a sua única barreira; 2) a abertura do imenso mercado chinês; e 3) a liderança no mundo, que em muitos sentidos poderia oferecer essa iniciativa, muito oportuna para o momento expansivo da primeira potência emergente. Também, em nível interno, a consolidação da grande nação americana, que se iniciou sobremaneira com o genocídio dos indígenas, pois precisava de um modelo homogêneo, considerando a grande heterogeneidade sociocultural da qual se originava. Para Romani (1999, p. 46), esse modelo apresentou:

La imagen de la clase media WASP (blanca, anglosajona y protestante) y aquí es donde hay que situar la influencia de las organizaciones religiosas puritanas. Las drogas resultaron ser un buen chivo expiatorio para no enfrentarse a las verdaderas causas de todos los tipos de conflictos con los que tropezaba la construcción de la gran nación y se les atribuyó la causa de muchos males, los cuales se identificaban con diversas minorías étnicas que el modelo no contemplaba: el alcohol con los irlandeses parranderos, el opio con los chinos intrigantes, la coca con los enloquecidos negros del sur, la marihuana con los mexicanos indolentes. Así, en las décadas de los años veinte y treinta se fueron fiscalizando todos estos productos, fiscalización que fue, además, uno de los pilares de un modelo de control social coercitivo que encontraba de esta manera una legitimación en el interior de una sociedad democrática.

Romani (1999), reflete sobre a questão da “droga”, como construção de um problema social, a partir da elaboração dos principais modelos de percepção e gestão que foram se estabelecendo ao longo dos processos histórico-sociais. Para o autor, o problema surgiu nos Estados Unidos, nos primórdios do século XX, e se estendeu para todo o mundo de forma progressiva, adquirindo maior força a partir dos anos 60. Os modelos de pensar e encaminhar a questão das drogas estão fundamentados “basicamente en una óptica penalista, que instaura la fiscalización de algunos productos y la criminalización de los usuarios” (p. 47). Partindo disso, o autor afirma que o problema social da droga foi abordado sob o prisma de “drogados” e “pervertidos”. Assim, para Romani (1999, p. 60), a construção social do “problema das drogas” tem passado por várias etapas na história, que foram se dando para sua consolidação. O autor define esse fenômeno como:

Aquel conjunto de formulaciones que se sitúan el tema de las drogas como un problema social. Más allá de que en todas las épocas y sociedades pueda haber habido individuos que hayan tenido relaciones problemáticas con las drogas; e incluso más allá de la existencia de la drogodependencia que hemos definido como fenómeno social problemático característico de las sociedades contemporáneas; en estas sociedades ha aumentado de forma espectacular, tanto cuantitativamente como cualitativamente, llegando a adquirir características inusitadas antes (ROMANI, 1999, p. 60).

De acordo com Romani (1999, p. 61), os esforços sociais para construir “el problema de la droga” foram definido-se desde a década de 80, pelas autoridades internacionais, como um dos problemas mundiais, especificamente em relação à morbidade e aos efeitos sociais negativos, como a pobreza de infraestrutura, persistência das formas de exploração humanas mais brutais, conflitos bélicos, violência política, sinistralidade no trabalho, acidentes no tráfico, “para poner sólo algunos ejemplos que deberían ser clásicos, nos situaría los problemas relacionados con las drogas mucho mas abajo del *ranking*”. Para Romani (1999, p. 61), as funções das drogas podem ser múltiplas e variadas:

La articulación de determinadas visiones del mundo en torno de la cuestión de las drogas; los espejismos ideológicos y la manipulación política que pueden distorsionar y enmascarar otros problemas fundamentales en ciertos momentos críticos, ya que su versión más habitual de 'droga como culpable', ya en la más específica para grupo juveniles de 'a la revolución por la droga'; la legitimación de formas de control social a través de esta cuestión, de la que las relaciones de Estados Unidos con Latinoamérica a partir de los ochenta 'el pretexto represivo' que ofrece 'la droga' respecto a ciertas disidencias sociopolíticas. En definitiva, se puede afirmar que la actual configuración del 'problema de la droga', más que de modelo puede jugar el papel de caricatura de las principales contradicciones del rol que se asigna a las conductas adictivas generales dentro de las sociedades de consumo: es decir, mientras que por un lado hay aspectos que son estimulados, que se nos presentan como deseables o incluso indispensables para alcanzar el éxito en las metas sociales que se nos proponen, por el otro lado todo tiene un precio y exige un cierto control. Elementos todos ellos de una gestión que se apoya, entre otras cosas, en el establecimiento de frutas prohibidas, y nos enseña que no se pueden transgredir las normas establecidas en la sociedad sin caer en un extrañamiento que será individual y social al mismo tiempo.

Ainda segundo Romani (1999, p. 61), a definição do conceito unificador e estigmatizador de droga dominante na atualidade originou-se, de um lado, nos Estados Unidos, durante a passagem de século, mas o controle teve início nas Filipinas, com o controle do ópio, sendo que, baseado nos critérios da proibição, veio a vigorar o “paradigma da proibição”; e, de outro lado, durante os anos da Primeira Guerra na Europa, com a elaboração dos principais tratados internacionais para fiscalizar determinados produtos, acompanhado da criminalização dos seus consumidores. Por esses caminhos, construiu-se o “modelo penal”, que se baseia:

En el paradigma de tipo jurídico-represivo en el que todo lo relacionado con lo que se ha definido previamente a través de las leyes y sus reglamentos, como 'la droga' además de la mencionada criminalización y estigmatización de sus usuarios, la creación de un mercado negro cada vez más potente (sobre el que desarrollará, primero, la mafia americana y, más tarde, las redes ilegales de producción y comercialización que ahora conocemos como el 'el narcotráfico') con todas sus secuelas de corrupción, la creación, ampliación y especialización de cuerpos policiales y burocráticos, la dependencia o por lo menos, el condicionamiento progresivo (con todas sus contradicciones) de las políticas de mayoría de Estados del mundo respecto de quien tiene más influencia en 'la guerra contra la droga' (Estados Unidos, directamente o a través de la ONU). Se habrá construido, en fin, un poderoso sistema de control social, con facetas formales e informales, basado en la figura del 'drogadicto' como chivo expiatorio (ROMANI, 1999, p. 62).

O modelo jurídico penal foi adquirindo progressiva relevância, sendo que atualmente é aplicado mundialmente como “coluna vertebral” no encaminhamento do problema das drogas. Contudo, partindo da constatação empírica, o paradigma da proibição que domina no tocante ao campo das drogas pode ser considerado, segundo Romani (1999, p. 63), um “fracaso en relacion a sus objetivos manifiestos o explicitados teóricamente”, ou seja, na eliminação do

consumo de drogas. Romani acrescenta que o “modelo médico” também não conseguiu dar soluções adequadas ao problema das drogas:

En la época de las ‘toxicomanías clásicas’ – que por lo menos en Europa, se podría situar a grosso modo en las primeras cinco décadas del siglo pasado – la intervención médica tenía un papel central, que quedó un tanto ofuscado a causa de la importante presencia social que fue adquiriendo el modelo anteriormente descrito. Pero ya en los albores de la década de los setenta fue resurgiendo con fuerza la idea de que el ‘drogadicto’ – se utilizaba todavía esta etiqueta sin demasiadas distinciones ni sutilidades – no era tanto un delincuente como enfermo al que, por lo tanto, había que diagnosticar, prescribir y tratar como cualquier otro enfermo e introducirlo en los dispositivos médicos que implicaban su institucionalización, como enfermo primero, como convaleciente más tarde, y en algunos casos, a medio camino entre una modalidad de reinserción y la manifestación de una cierta cronicidad, otorgándole un nuevo rol social como ‘ex toxicómano’ (ROMANI, 1999, p. 63).

Na avaliação de Romani (1999), o modelo médico também apresenta equívocos, ao comentar o exemplo da afamada “síndrome amotivacional”, que é atribuída à *Cannabis*. Até hoje, manuais de referência clínica, como o *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (DSM IV), continuam a dizer que a mencionada síndrome deve-se ao consumo da *Cannabis*, sendo dessa forma atribuídos ao consumo da *Cannabis* fenômenos como:

Apatía, pérdida de interés por el futuro, los estudios o el trabajo, gusto por fantasía, relajamiento de costumbres, infantilismo, etc. Es decir, se señala como efecto biosociológico de una sustancia lo que, en todo caso, es un comportamiento transgresivo, o no convencional. Está claro que, en ciertas situaciones, un comportamiento de este tipo puede resultar socialmente negativo para sus propios practicantes; e incluso que el uso reiterado de la Cannabis en dichas situaciones tiende a complicarlas más. Pero lo que se puede hacer es confundir las relaciones causa-efecto (ROMANI, 1999, p. 64).

Segundo Bergeron (2012, p. 7), a utilização de certas substâncias se tornou uma prática social comum no âmbito recreativo e ocasional, ainda que certo número de consumidores recorra a elas com extrema regularidade e alguns deles façam um uso que pode se denominar compulsório. Existe uma dimensão essencial da experiência com as drogas quando se fala de toxicomania: “a continuidade de uma prática certamente agradável por um lado, mas que se conhece como nociva” (BERGERON, 2012, p. 7). Porém, o consumo no âmbito recreativo, ligado à diversão e à festa, constitui cada vez mais uns dos aspectos mais significativos do quadro que descreve a utilização de drogas nestes dois primeiros decênios do século XXI. O pensamento social que associa habitualmente a droga e a toxicomania é sombrio: “o fato de experimentar produtos, ou pelo menos alguns deles, é com muita frequência concebido como a mãe potencial do vício, do crime, da morbidez e da marginalidade social” (BERGERON, 2012, p. 7).

É importante lembrar o que na atualidade acontece com as chamadas drogas ilegais. A maior parte das drogas que hoje é considerada ilegal já foi legal. Por exemplo, a cocaína, até cerca de 1920, era uma droga comercializada, normalmente, nas drogarias brasileiras. Até mesmo a cocaína já foi vendida em latinhas, nas farmácias do Brasil todo, e algumas pessoas gostavam de levá-las para as festas, onde aspiravam como ao rapé. Os princípios farmacológicos da cocaína foram mais bem conhecidos no final do século XIX e no início do século XX, bem como o de outras substâncias, como o ópio, a heroína e o haxixe. Foi uma época de grandes descobertas com relação aos componentes químicos das substâncias que agiam de modo a se obter algum tipo de alteração da consciência (MISSE, 2010).

É um fato comum, de parte de muitos agentes sociais, que uma ação determinada seja ilegal, mas que a natureza dessa ação nem sempre guarda uma relação com a sua ilegalidade. Segundo Misse (2010, p. 20), “a ilegalidade resulta de um conflito moral a respeito do que se deve fazer com aquela ação”. Muitas vezes, o conflito moral gerado não representa relações com a natureza daquela ação. O exemplo conhecido no mundo é o da “Lei Seca”, promulgada nos Estados Unidos, que proibia a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas. A proibição teve sua origem em uma campanha moral, de uma parte da sociedade, exigindo a criminalização do consumo e comercialização do álcool, nos anos de 1920, em alguns estados americanos. Essa campanha moralizante resultou em uma lei e coube à administração de justiça e às polícias a missão de coibir e reprimir aqueles sujeitos que negociassem ou consumissem substâncias alcoólicas. Porém, “nunca foi nem será da natureza do álcool ser ilegal” (MISSE, 2010, p. 18). O fato acarretou um conflito moral, em que uma parte da sociedade, cujo argumento era contrário às bebidas alcoólicas, triunfou sobre a outra parte, que se posicionava a favor da liberação do álcool.

Segundo Rossi (2006, p. 43), as atividades ligadas às drogas produzem uma fragmentação do tecido social na população, não exclusiva de setores marginalizados e excluídos que não têm esperança de deixar sua situação atual:

Esta fragmentação abre caminho a outras fragmentações, onde a ausência de perspectivas, em longo prazo, possibilita principalmente aos jovens uma visão de 'não futuro'. Aqui é onde se produzem as rupturas, onde os valores vão se dissolvendo substituídos por contravalores ou ausência de valores, onde o 'ser' é substituído pelo 'ter' ou somente subsiste na medida em que 'se ter' é alentado para cultura imperativa do consumismo. Pelo fato de não poder ascender, nem sequer satisfazer as necessidades básicas, se instala nessas pessoas a sensação de que a vida de cada uma delas nada vale; e se sua vida nada vale 'nada mais vale'. E, portanto 'tudo vale', qualquer meio vale, por mais danoso que seja conseguir o que se quer, pois a uma perda do significado da vida humana em geral.

As pessoas nessa situação encontram-se dispostas a tudo, como viver o imediato, situação em que podem as suas próprias vidas ser ceifadas. Essa perda de sentido alcança outros setores, em que se experimenta a sensação de impunidade, ocasionada pelo funcionamento de forma seletiva da justiça característica dos países latino-americanos em geral.

Muitos outros cultivos úteis para a espécie humana também foram proibidos, muito antes que a *Cannabis* sofresse o mesmo. A erva “nicot”, que, posteriormente, foi conhecida como erva “nicotaine” e, por último, como “tabaco”, foi objeto de proibição de parte de Luís XIII em 1620, durante o seu reinado na França. A *Ilex paraguariensis*, conhecida como erva-mate, também foi proibida na Era Colonial, na província gigante das Índias, Paraguai, tanto pelas autoridades espanholas como pelos jesuítas, a fim de evitar que os índios a consumissem. A proibição da erva-mate na época da conquista foi justificada com argumentos muitos similares aos que se aplicam agora para penalizar o uso da *Cannabis*. O argumento da época era que o consumo da erva-mate tornava os índios “preguiçosos” e “viciosos” e, por conseguinte, revoltosos. “En aquel tiempo, cualquiera de ellos que era pescado consumiendolo dicho cultivo, lo castigaban con severos azotes” (MELAMED, 2009, p. 71).

Melamed (2009), acrescenta que a proibição no período colonial deu um giro de 360° no momento em que as autoridades espanholas e os padres se deram conta da grande demanda e do potencial que apresentava a erva-mate na região compreendida pelo Rio da Prata. A partir desse momento, ambos os agentes, “os conquistadores” e “os evangelizadores”, promoveram o cultivo da erva-mate utilizando a exploração da mão de obra dos índios. Para esse efeito, então, eles começaram a receber chibatadas, a fim de que produzissem sem parar. Dessa forma, originaram-se os dois primeiros cartéis da história do Paraguai. Já no ano de 1610, “os conquistadores” tiveram mais força que os “evangelizadores”, conseguindo a expulsão dos jesuítas com o apoio da Coroa, e não existe nenhuma dúvida de que “foi com o fim de monopolizar o cultivo, a produção e o tráfico da *Ilex paraguariensis*” (MELAMED, 2009, p. 72).

O problema radica no fato de que a ilegalidade não só não corresponde à natureza da substância, como também não pertence à “natureza” das ações individuais ou sociais. A ilegalidade apenas pertence à “natureza” das relações sociais. O sociólogo Émile Durkheim tem ensinado que o crime não se encontra no evento, no fato em si. O crime está no fato social, no fato de um indivíduo ter transgredido uma regra, daí que o fato ou o evento é *uma transgressão*, como refere Misse (2010). A autora apresenta uma reflexão sobre a questão da transgressão:

Mas a mesma ação pode não ser uma transgressão, é preciso uma regra para discernir quando uma mesma ação é transgressora e quando não é. A ação em si mesma não ‘carrega’ qualquer ‘natureza’ transgressora. Muitas vezes nós imaginamos que matar alguém seja naturalmente um crime. Não é. Na guerra, por exemplo, nós matamos alguém que é denominado ‘inimigo’ e somos condecorados. Então, matar alguém é crime em certas circunstâncias e, portanto, desde que aquela circunstância esteja na definição de uma transgressão a uma regra. Se não significar uma transgressão a um código penal, por exemplo, não é crime. O evento em si, na sua natureza, permanece indiferente ao que nós pensamos dele. A dificuldade que se coloca, portanto, quando nós discutimos termos como ‘violência’, ‘drogas’ e ‘sociedade’, resulta mais das confusões, das dificuldades de tornar claras e precisas palavras que são polissêmicas e cujo emprego pode apontar para uma transgressão, do que propriamente da natureza dos eventos a que essas palavras se referem (MISSE, 2010, p. 20).

Dessa forma, depara-se com uma encruzilhada na qual existem drogas lícitas e ilícitas, apesar de que, quando se faz referência ao termo “drogas”, na generalidade dos casos a referência é às drogas ilícitas, ou seja, drogas ilegais. Mas que o torna lícita uma droga e torna ilícita outra droga? As ilegais assim o são porque uma campanha moral, em algum momento e contexto histórico-social, argumentou que essas drogas eram ilegais e, a partir disso, elas ganharam esse estatuto classificatório. No comércio dessas drogas, as diferenças não se originam em nenhum momento das drogas, mas têm a ver, sim, com as condições sociais perante as quais o comércio encontra-se organizado, radicado-se então na maior ou menor competitividade e desigualdade social dos operantes desse mercado (MISSE, 2010).

Segundo Fiore (2008a), certas drogas são ilícitas porque provocam uma subjetivação *pré* e *contrassocial* que ofende a estabilidade ou esse efeito é fruto da proibição que, legalmente, destitui seu uso de usos públicos e atenção científica. A questão é que esse fenômeno é uma criação tanto da natureza quanto da sociedade:

Indexar certas substâncias na ilegalidade oferece um caráter produtivo: é bom, sobretudo para quem proíbe. Funcional e produtiva, a proibição distingue aquilo que é social contra aquilo que é marginal. Assim é que a vida social dependeria das substâncias ilícitas, modificadoras de consciência, para se caracterizar como estável. Aquilo que é estável é evidente por si mesmo – é tão tautológico como dizer que o social explica-se pelo social (Durkheim). Daí que a proibição pareça mais um entorpecente político e epistemológico que impede a sociedade de refletir sobre si própria. Ela é o ponto de fuga dessa sociedade, uma questão do tipo caixa-preta, mal repousada no berço do indiscutível e do incontroverso. Como caixa-preta, prevalece o tabu que impede sequer desconfiar de substâncias e associações entre coisas já estabelecidas como naturais, como se fossem dadas e autoevidentes. A caixa-preta resume o impossível, agrega numa só categoria as drogas, ela é cada vez mais frágil e frouxa, uma variedade díspar de substâncias que só se associam como tal mediante a força e a proibição. Como caixa-preta, enfim, a caracterização das drogas mostra-se sem dúvida eficaz para fazer silenciar debates e evitar reflexões que, se levadas a cabo em suas consequências, provocariam em rede um questionamento geral dessa ordem que se quer mantida pela noção, tão natural quanto social, de estabilidade. Provocaria, da Natureza à sociedade, uma tão temida crítica total. De fato, vamos notando, as drogas são perigosas (FIORE, 2008b, p. 174, grifos do autor).

Ainda de acordo com a análise de Fiore (2008b), os psicoativos ilícitos teriam o poder, supostamente, de ameaçar a estabilidade social, uma vez que as propriedades de suas substâncias foram natural e cientificamente marcadas como instáveis. O risco centrar-se-ia no desgarre social do indivíduo, aquele que então se torna o viciado, o louco, o marginal, perdido em uma subjetivação marginal, em uma subjetivação incontrolada. Mas não existe indivíduo sem sociedade. Ambas as noções nascem simultaneamente, uma em contraste com a outra. Uma deve sua existência à outra. São criações fundadoras da modernidade. *Contrato Social*, que funda a estatal moderna, é um contrato feito idealmente entre indivíduos livres. São idealmente livres para escolher as restrições, mas também as liberdades da vida social. Fiore (2008b, p. 176, grifos do autor) enfatiza que:

Esse escrutínio tão pessoal dado pela noção do indivíduo gerou historicamente a noção de um eu interior, um eu subjetivo que de novo só tem existência e sentido em contraste com essa outra entidade de que depende: a sociedade. O indivíduo existe para a sociedade e a sociedade para o indivíduo. A subjetividade individual faz o contraponto da objetividade social. É como se a vida social, que se realiza como uma espécie de outro eu internalizado no indivíduo (o eu social), estivesse ameaçada de se desfazer pela ação da vida excessivamente subjetiva do mesmo indivíduo, que então precisa manter o equilíbrio, que é o equilíbrio social, a estabilidade. Manter a consciência é manter a estabilidade e é manter a sociedade – eis a ordem.

Para Simões (2008), não são muitos os fenômenos que remetem a tão grandes e complicadas redes de significados históricos e culturais. Mas, ao mesmo tempo, eles se prestam a formas extremadas de conceituação simplificada e politicamente manipulada, como o termo “drogas”. Deve-se frisar que nem mesmo entre os profissionais especializados das ciências biomédicas existe concordância a esse respeito, no sentido de conferir precisão ao termo “drogas”. O autor distingue, na linguagem comum, as drogas como: “[...] substâncias psicoativas ilícitas (maconha, cocaína, crack, heroína, LSD, ecstasy, etc.), cujo uso é tido necessariamente como abusivo e que é alvo dos regimes de controle e proibição” (SIMÕES, 2008, p. 14).

Nesse plano, as drogas fazem referência a substâncias diferentes, como a cerveja, a cocaína, a jurema e o diazepam. “Psicoativo” é uns dos termos empregados para se referir às substâncias que modificam o estado de consciência, humor ou sentimento de quem esteja usando – essas modificações podem variar de leve estímulo, como o provocado por uma xícara de café, um mate de chimarrão, até mais intensas, referentes à percepção do tempo, do espaço ou do próprio corpo, como as que podem ser desencadeadas por alucinógenos de origem vegetal, a exemplo de ayahuasca ou “anfetaminas psicodélicas”, produzidas em laboratórios, ou como a MDMA, conhecida como êxtase (SIMÕES, 2008).

A percepção do “problema de droga” é bastante recente, mas medidas visando ao controle ou à proibição simples e pura de determinadas substâncias que hoje são conhecidas como drogas vêm de longa data, especialmente em certas maneiras de uso de um conjunto específico de substâncias. A restrição da categoria droga a modo de uso não médico de um conjunto particular de substâncias, as psicoativas, não é recente, mas é contemporânea da partilha moral entre drogas de usos ilícitos e lícitos de uso livre, tolerado ou controlado (VIANA, 2008).

Para Viana (2008), dois fatos chamam a atenção nas políticas que vigoram nas atualidades relativas a drogas. Por um lado, observa-se uma impressionante linha reta nas políticas oficiais nos mais diversos países, relativas às drogas, que tem relação com a imposição paulatina de um “controle internacional compulsório cooperativo”. Viana (2008, p. 55) deixa claro sobre a proibição:

Há cerca de um século praticamente nenhuma droga, de uso como medicamento ou não, era objeto de controle, quanto mais sujeita à criminalização. No entanto, ao longo do século XX, praticamente todos os países do mundo viriam a implementar políticas mais ou menos repressivas em torno do uso de certas drogas. Exceções à parte, tais políticas caracterizaram-se pela criminalização da produção, do tráfico e do uso de drogas com propósitos não terapêuticos e pela crescente ampliação de substâncias consideradas drogas de uso ilícito. Por outro lado, foram os saberes médico-farmacológicos os nominalmente acionados, na grande maioria dos casos, para fundamentarem cientificamente tais políticas de repressão. Não é à toa que a criminalização de certo conjunto (de usos) de substâncias se deu em conjunção com a invasão farmacêutica e com o crescimento da importância social das atividades biomédicas. Também não é à toa que a restrição do sentido do vocábulo drogas tenha sido contemporânea desses processos. Daí que, em todos esses casos, as políticas de repressão a partir de então tornadas hegemônicas em torno das drogas consideradas ilícitas tiveram, nominalmente, um duplo fundamento: médico e jurídico. É por conta desse duplo fundamento que, ainda e, sobretudo, hoje, quando as medidas de repressão pura e simples começam a ser mais intensamente criticadas, seja pela ineficácia em fazer reduzir a demanda por drogas, seja pelos efeitos perversos oriundos de sua implementação – como o crescimento inaudito do crime organizado em torno da produção de drogas (máfias, cartéis, etc.) –, as alternativas oficiais atualmente em discussão tendem a tratar o problema nem tanto como sendo, apenas, da alçada jurídica, mas, também, da alçada da saúde pública: cadeia para produtores e traficantes e clínica de tratamento para usuários.

De acordo com Pardo (2010), a política de combate às drogas é simplista, uma vez que a lógica de afetar a oferta tem como único efeito o encarecimento da matéria-prima para a obtenção de qualquer que seja a droga. O autor menciona várias anomalias do paradigma atual de luta contra as drogas – a guerra das drogas – porque foca muito fortemente as substâncias de origem natural, descuidando as de origem química; criminaliza os usos terapêuticos e médicos de forma igual e ignora os usos tradicionais ou religiosos dessas plantas. Dentro da classificação de proibidas, incluem-se substâncias que não são psicoativas e vice-versa: “no

todas las sustancias que producen alteraciones mentales estan prohibidas; ni todas las sustancias prohibidas producen alteraciones mentales” (PARDO, 2010, p. 168). Caso típico disso é a *cannabis*, que não contém substância psicoativa e é de origem natural e ainda proscrita. São excluídos da proscrição derivados químicos – sintéticos – produzidos por multinacionais das indústrias farmacêuticas.

O fracasso do atual paradigma se deve ao fato de que ele tentou e segue tentando resolver uma questão complexa, como as drogas, de forma simples e valendo-se de relações diretas de causa e consequência. No caso das drogas, depara-se com um sistema complexo, em que os componentes são muitos e interconectados. Todas as vezes que se mexe em um componente desse sistema, ele desencadeia outro; este, por sua vez, leva a outro subsequente. É por esse motivo que sistemas complexos podem gerar consequências inesperadas (RUSSO, 2012).

2.3 Os tratados internacionais

No começo do século XXI, existe um grande número de drogas psicoativas proibidas, embora exista farta legislação relacionada aos psicoativos, presentes em normas domésticas e internacionais. O aparato legal relacionado às drogas tem como propósito estabelecer critérios para controlá-las e, para os mais otimistas, erradicá-las. O pacote de regras organizadas de forma sistemática nos encontros patrocinados pela ONU foi construído a partir de 1960, com o principal propósito de estruturar padrões universais sobre o tratamento dos psicoativos, com a demarcação de parâmetros, de pautas comuns aos Estados e de compromissos na observação desses acordos. O mais visível resultado desse esforço consiste na atual coerência e identidade das leis sobre drogas em todo o planeta, sendo que, desconhecendo as particularidades encontradas dos diferentes locais, todos os países trabalham direcionados por um denominador comum: a proibição (RODRIGUES, 2008). Isso significa que os esforços da ONU resultaram na padronização, em nível internacional, dos dispositivos legais relativos à proibição das drogas.

De acordo com Rodrigues (2008), nos finais do século XIX e princípios do século XX, remontam-se as pressões moralistas contra as drogas, que assumiram formas particulares nas Américas, Europa e Ásia. Se na atualidade a proibição encontra-se fixada nas normas internacionais, não se pode desconsiderar que durante quase um século houve um vazio jurídico que deixou intocada uma regulamentação legal, enquanto que o mercado de drogas

psicoativas encontrava-se muito vigoroso e mobilizava importante interesse econômico. Vale mencionar que as forças sociais contrárias às drogas, organizadas em grupos ou de forma difusa na sociedade, procederam à elaboração das primeiras regulamentações morais sobre os psicoativos, que no decorrer dos tempos foram utilizadas como base para governos em todos os continentes criarem seus estatutos legais.

O Paraguai mantém vários convênios bilaterais, firmados com diferentes países das Américas, Europa, Ásia e África, que tratam sobre questões de interesses comuns cujo pano de fundo é o tráfico de drogas. Entanto, efetua-se aqui uma análise da Convenção Única sobre Estupefacientes e da Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas. Ambos os tratados encontram-se vigentes no Paraguai, uma vez que é um país signatário de tais convenções.

A seguir (Quadro 3), é apresentado um resumo das convenções anteriores a 1961 que tratam sobre as drogas.

Tratados anteriores à Convenção Única		
Data e lugar de assinatura	Tratado	Data de entrada em vigor
Janeiro de 1912, Haya, Países Baixos.	Convenção Internacional do Ópio.	Junho de 1919.
Fevereiro de 1925, Genebra, Suíça	Acordo relativo à fabricação, ao comércio interior e à utilização de ópio preparado.	Julho de 1926.
Fevereiro de 1925, Genebra, Suíça.	Convenção Internacional do Ópio.	Setembro de 1928.
Julho de 1931, Genebra, Suíça.	Convenção para limitar à fabricação e regulamentar à distribuição de estupefacientes.	Julho de 1933.
Novembro de 1931, Bangkok, Tailândia.	Acordo para a supressão do hábito para fumar ópio, no Oriente Médio.	Abril de 1937.
Junho de 1936, Genebra, Suíça.	Convenção para a supressão do tráfico ilícito de drogas nocivas.	Outubro de 1939.
Dezembro de 1946, Nova York, Estados Unidos.	Protocolo de Lake Success, que modifica os acordos e convenções, e protocolos sobre estupefacientes conveniado em Haya em 23/01/1912; em Genebra em 11 e 19/02/1925 e 13/07/1931; e em Bangkok em 27/11/1931 e em 26/06/1936.	1948.
Novembro de 1948, Paris, França.	Protocolo de Paris, de fiscalização internacional de drogas não contempladas na Convenção de 13/07/1931, que limita a fabricação e regulamenta a distribuição de estupefacientes, modificada pelo protocolo assinado em Lake Success (NY) em 11/12/1946.	Dezembro de 1949.
Junho de 1953, Nova York, Estados Unidos.	Protocolo do Ópio (NY), para limitar e regulamentar o cultivo da adormidera e a produção, o comércio internacional, o comércio no atacado e uso do ópio.	Março de 1963.

Quadro 3 – Resumo das convenções que tratam sobre drogas

Fonte: elaborado pelo autor.

A Convenção Única sobre Estupefacientes da Organização das Nações Unidas foi promulgada no dia 30 de março de 1961, com a assinatura de representantes de 73 países, em uma conferência sediada na cidade de Nova York. O objetivo dessa convenção foi estabelecer as bases para a fiscalização dos estupefacientes na era da Organização das Nações Unidas, após a conclusão da Segunda Guerra. Outro objetivo foi substituir a grande quantidade de tratados multilaterais que existiam nesse campo por um instrumento único, de alcance internacional, bem como diminuir o número de órgãos internacionais criados em virtude dos diversos tratados que se ocupavam do controle das drogas e das disposições para regulamentar a produção de matérias-primas para estupefacientes.

A Convenção Única sobre Estupefacientes encontra-se em vigência há meio século e, assim, ficou sujeita a várias críticas com o passar do tempo. É importante observar alguns detalhes dessa convenção, pois, quando foi promulgada, a ideia que primava era de um contínuo ininterrupto, que remontava à primeira década do século passado. Mas, na atualidade, a visão que se tem dela é muito mais de rupturas e diversidades nos formatos de como a comunidade internacional enfrenta a produção, comércio, consumo e fiscalização de estupefacientes. A denominação “única”, cunhada no intuito de acabar com todas as outras convenções, tornou-se frustrada, pelo fato de que muitos países continuaram sua fiscalização no âmbito das convenções de 1971 e 1988, dando lugar a incoerências e pluralidade de entendimentos. Pode-se dizer que a Convenção Única realiza um corte com o sistema anterior de controle das drogas, dando supremacia ao espírito proibicionista, obrigações penais, controle sobre plantas e eliminação dos usos tradicionais de plantas como a coca.

Uma das disposições-chave da Convenção Única encontra-se no artigo 4º das obrigações gerais, que estabelece: “Las partes adoptarán todas las medidas legislativas y administrativas [...] (c) Sin perjuicio de las disposiciones de la presente Convención, para limitar exclusivamente la producción, la fabricación, la exportación, la importación, la distribución, o el comercio el uso y la posesión de estupefacientes a los fines médicos y científicos.” Diante da inclusão, na Convenção Única, como uma “obrigação geral”, é significativo indagar por que se considerou que a convenção deveria votar um artigo que se referisse às “obrigações gerais”, se, como acontece com todos os tratados, aguarda-se que cada parte interprete o instrumento e determine suas obrigações. Considerando que, nas convenções anteriores, o cumprimento dessa parte foi muito modesto, os autores da Convenção Única provavelmente tiveram o intuito de ressaltar as obrigações de forma inovadora e torná-las “obrigações especiais” (BEWLEY-TAYLOR; JELSMA, 2011, p. 7).

As disposições penais da Convenção Única se tornam fundamentais na medida em que destacam a importância e o caráter extraordinário ou “especial” do artigo 4º (c). O artigo 36, inciso 1 (a) estabelece:

A reserva de lo dispuesto por su Constitución, cada una de las Partes se obliga a adoptar las medidas necesarias para que el cultivo y la producción, fabricación, extracción, preparación, posesión, ofertas en general, ofertas de venta, distribución, compra, venta, despacho por cualquier concepto, corretaje, expedición, expedición en tránsito, transporte, importación y exportación de estupefacientes, no conformes a las disposiciones de esta Convención o cualesquiera otros actos que en opinión de la Parte puedan efectuarse en infracción de las disposiciones de la presente Convención, se consideren como delitos si se cometen intencionalmente y que los delitos graves sean castigados en forma adecuada, especialmente con penas de prisión u otras penas de privación de libertad.

Com base nesse artigo, Bewley-Taylor e Jelsma (2011), afirmam que a Convenção Única permite uma grande flexibilidade para que os países abordem o consumo dentro de suas fronteiras, sempre guardando fidelidade ao estabelecido no artigo 4º (c). Porém, a leitura do seu conjunto, combinado com o uso do termo “mal” no início do artigo 36, a mesma obrigação “especial”, dá um direcionamento marcadamente normativo ao documento e se distancia, fundamentalmente, do enfoque centrado nas matérias-primas das convenções anteriores. Apesar de o intuito da Convenção Única ter sido criar um sistema abrangente, ela apresenta lacunas entre as obrigações estabelecidas no artigo 4º e a especificada nas disposições penais do artigo 36.

Bewley-Taylor e Jelsma (2011, p. 10), afirmam que a Convenção Única, em vez limitar-se a codificar os tratados anteriores, “estendeu as medidas de controle em várias esferas, como a produção e o consumo”. Dessa forma, a convenção ampliou seu âmbito de fiscalização, tornando-se maior que qualquer outro tratado anterior, não existindo, portanto, nela uma ruptura aos que previamente já existiam. Dessa forma, a Convenção Única trata também sobre o cultivo de plantas que são empregadas como matéria-prima para a obtenção de estupefacientes naturais. Ela não se detém apenas sobre um controle ferrenho relativo à produção do ópio, mas se estendeu também sobre a produção de palha de papoula, a folha da coca e da *Cannabis*.

Ainda de acordo com Bewley-Taylor e Jelsma (2011), um dos resultados significativos da Convenção Única foi a classificação da *Cannabis* em uma lista de controles mais estritos, colocando-a na mesma categoria da heroína. Por conseguinte, a *Cannabis*, a resina da *Cannabis* e os estratos e as tinturas de *Cannabis* foram colocadas na lista I, conjuntamente com substâncias cujas propriedades podem dar lugar à dependência, daí que sua utilização indevida apresenta um grave risco. Portanto, a *Cannabis* encontra-se sujeita as todas as medidas de controle previstas na convenção. Vale ressaltar que a *Cannabis* e a resina de *Cannabis*³ são incluídas também na lista IV, de forma conjunta com outras 15 substâncias que se encontram na lista I, aquelas consideradas especialmente perigosas, pelas “suas características nocivas, risco de uso indevido e valor terapêutico extremadamente limitado”.

Bewley-Taylor e Jelsma (2011), no artigo “Cincuenta años de la Convención Única sobre Estupefacientes: una relectura crítica”, defendem a postura de que a Convenção Única aumentou o tom de proibição, considerando que uma parte da convenção revela, em muitos sentidos, mais que outras expectativas proscritoras dos seus autores. Além disso, a Convenção

³ De acordo com a Convenção Única, “por ‘resina de cannabis’ se entiende la resina separada, en bruto o purificada, obtenida de la planta de la cannabis”.

Única pela primeira vez, de forma explícita, deu por terminados todos os usos tradicionais e quase médicos de três plantas. Assim, algumas sociedades ou grupos sociais teriam que acabar com práticas tradicionais como fumar e mastigar ópio, mastigar a folha da coca, fumar a resina ou folhas de *Cannabis* e outros usos nos chamados países em desenvolvimento onde são cultivadas essas plantas.

Por um lado, a Convenção Única fez uma equiparação *suigeneris* ao colocar em um mesmo patamar a prática de fumar a folha de *Cannabis* à de inalar cocaína ou ao igualar à mastigação da folha de coca e a uma injeção venosa de cocaína. Por outro lado, os países ricos de Ocidente tinham a intenção de impor estritos controles sobre o cultivo, produção e tráfico de estupefacientes naturais que se originavam nos países em desenvolvimento, mas não concordaram em exercer os mesmos controles fortes para suas indústrias farmacêuticas e químicas. Um representante dos Estados Unidos na convenção dizia que a luta contra o “tráfico será tanto más eficaz cuanto menos sean los países productores”. O termo muito comum na atualidade é o de “drogas ilícitas” ou “estupefacientes ilícitos”, que não é mencionado na Convenção Única, a qual somente distingue cultivo, produção, comércio e posse de lícitos e ilícitos (BEWLEY-TAYLOR; JELSMA, 2011).

No ano de 1988, após uma década do surgimento dos grandes cartéis na Colômbia, a ONU criou outro documento importante, denominado Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas. Nessa convenção, pela primeira vez na história da humanidade, um órgão multilateral como a ONU discutiu temas como confisco de bens, lavagem de dinheiro, extradição, controle de precursores químicos para a obtenção de drogas e cooperação internacional. O documento da ONU, na sua parte introdutória, reconhece que o tráfico “gera grande lucro financeiro” para grupos criminais e que propicia ameaça à estabilidade, à segurança e à soberania dos Estados.

Curiosamente, desde que essa convenção foi colocada em prática, o tráfico ilícito de drogas parece ter se intensificado e organizado em escalas internacionais, não obstante os avanços jurídicos, técnicos e policiais. Se no início do século XX, principalmente na sua primeira metade, as leis internacionais restringiram o uso de drogas somente para finalidades médicas e científicas, a partir disso, o comércio ilícito se potenciou pelos desvios ocorridos na produção legal. Quantidades de plantas e de remédios produzidos em massa, tendo como destino a indústria farmacêutica, foram revendidas no mercado negro em virtude do contrabando, excetuando a *Cannabis* produzida desde então em vários países.

No artigo 1º, “De las Definiciones”, fica estabelecido, salvo indicação expressa em contrário, que o contexto faz necessária outra interpretação, as seguintes definições se

aplicarão em todo o contexto da presente convenção. No que se refere à *Cannabis*, ficou estabelecido, no inciso b, que por “planta de *Cannabis*” se entende toda planta do gênero *Cannabis*. Dessa forma, a Convenção de 1988 considerou o gênero botânico de *Cannabis* como droga e, por conseguinte, as três espécies conhecidas no mundo: a *sativa*, a *indica* e a *ruderalis*. No entanto, não considerou que algumas das espécies (*ruderalis*) são cultivadas especificamente para fins industriais e não necessariamente para sua utilização como droga. O propósito da convenção é:

Promover la cooperación entre las Partes a fin de que puedan hacer frente con mayor eficacia a los diversos aspectos del tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas que tengan una dimensión internacional. En el cumplimiento de las obligaciones que hayan contraído en virtud de la presente Convención, las Partes adoptarán las medidas necesarias, comprendidas las de orden legislativo y administrativo, de conformidad con las disposiciones fundamentales de sus respectivos ordenamientos jurídicos internos. (CONVENÇÃO..., 1961).

A mesma Convenção das Nações Unidas estabeleceu a sua abrangência ou etapas contempladas sobre:

La producción, la fabricación, la extracción, la preparación, la oferta, para la venta, la distribución, la venta, la entrega en cualesquiera condiciones, el corretaje, el envío, el envío en tránsito, el transporte, la importación o la exportación de cualquier estupefaciente o sustancia sicotrópica en contra de lo dispuesto en la Convención de 1961, en su forma enmendada o en el Convenio de 1971 (CONVENÇÃO..., 1961).

No artigo 3º, inciso b, numeral I, da convenção, faz-se referência também à lavagem ou legalização dos bens adquiridos pela via do tráfico de drogas, conhecida também como branqueamento:

La conversión o la transferencia de bienes a sabiendas de que tales bienes proceden de alguno o algunos de los delitos tipificados de conformidad con el inciso a) del presente párrafo, o de un acto de participación en tal delito o delitos, con objeto de ocultar o encubrir el origen ilícito de los bienes o de ayudar a cualquier persona que participe en la comisión de tal delito o delitos a eludir las consecuencias jurídicas de sus acciones (CONVENÇÃO..., 1961).

A própria convenção procura estabelecer uma tipificação referente aos delitos penais que tenham suas origens no tráfico das drogas. Dessa forma, cada país signatário da convenção deverá tipificá-lo de forma interna nos seus códigos, conforme artigo 3º, inciso 2:

A reserva de sus principios constitucionales y de los conceptos fundamentales de su ordenamiento jurídico, cada una de las Partes adoptará las medidas que sean necesarias para tipificar como delitos penales conforme a su derecho interno, cuando se cometan intencionalmente, la posesión, la adquisición o el cultivo de estupefacientes o sustancias sicotrópicas para el consumo personal en contra de lo

dispuesto en la Convención de 1961, en la Convención de 1961 en su forma enmendada o en el Convenio de 1971 (CONVENÇÃO..., 1961).

Sempre na citada convenção, encontra-se prevista a figura jurídica da extradição entre os países signatários, no intuito de melhorar o combate ao narcotráfico:

Artigo 6, inciso 2 - Cada uno de los delitos a los que se aplica el presente artículo se considerará incluido entre los delitos que den lugar a extradición en todo tratado de extradición vigente entre las Partes. Las Partes se comprometen a incluir tales delitos como casos de extradición en todo tratado de extradición que concierten entre sí (CONVENÇÃO..., 1961).

Tendo em conta esses preceitos, o Estado paraguaio vem concedendo a extradição tanto de paraguaios quanto de brasileiro e pessoas de outras nacionalidades, vinculadas principalmente ao narcotráfico internacional, quando as justiças dos países cumprem com as formalidades, tanto na forma quanto no conteúdo, requeridas pela justiça do Paraguai para a concessão do pedido. Um dos quesitos para a concessão da extradição de qualquer cidadão de parte da justiça do Paraguai é que a pessoa requerida não tenha nenhuma outra pendência com a justiça do Paraguai; do contrário, ela deverá ser julgada no país e, se for condenada por este delito no Paraguai e cumprir a pena que lhe for imposta, será deportada do país ou entregue às autoridades do seu país de origem.

De acordo com Melamed (2009), o Paraguai, como membro das Nações Unidas, assumiu o compromisso de seguir certos rumos no que se refere à sua própria vida nacional, tendo em conta que os tratados são impostos para todo o mundo no que se refere ao tema das “drogas”, moldando os destinos de vários países. A penalização da cânabis, iniciada nos Estados Unidos na década de 40, impôs-se no mundo em virtude das ingerências das organizações internacionais, uma vez que foi aprovada pelo Congresso de todos os países. Na atualidade, a cânabis produzida no Paraguai, pela sua ampla demanda no mercado ilegal e apesar de seu cultivo desordenado motivado pela sua ilegalidade, oxigena a economia nacional pela lavagem de dinheiro ou pela injeção direta dos ganhos no circuito econômico.

Existem outros tratados e convênios multilaterais ou bilaterais, mas para o objetivo deste trabalho considera-se suficiente a revisão dos convênios aqui tratados para visualizar o panorama jurídico internacional sobre as drogas.

2.4 Legislação de combate às drogas no Paraguai

O Paraguai, desde a obtenção de sua independência da Coroa espanhola até a atualidade, contou com quatro constituições, antes de colocar em prática a atual Carta Magna vigente no país. Resumidamente, pode-se mencionar que a primeira constituição data de 1840, aplicada para garantir a independência do Paraguai; a segunda constituição passou a vigorar no país em 1870, após a conclusão da guerra contra a Tríplice Aliança; a terceira entrou em vigor no ano de 1940, concluída a Guerra do Chaco; e quarta constituição foi promulgada no ano de 1967, no auge da Guerra Fria. A atual constituição em vigor no Paraguai – a quinta – nasceu de uma Assembleia Nacional Constituinte, promulgada no dia 20 de junho de 1992. O seu artigo 1º estabelece a forma de governo como: “democrática, representativa, unitária e descentralizada, sendo politicamente dividido o país em 17 Departamentos [estados]”.

A constituição que regulamenta o funcionamento e o destino do país encontra-se em vigência há vinte anos. O controle e a repressão do tráfico ilícito de substâncias psicotrópicas e drogas perigosas na República do Paraguai não passaram despercebidos na Carta Magna e se encontram regulamentados no artigo 71. O referido artigo é categórico ao estabelecer:

El Estado reprimirá la producción, y el tráfico ilícito de las sustancias estupefacientes y demás drogas peligrosas, así como los actos destinados a la legitimación del dinero proveniente de tales actividades. Igualmente combatirá el consumo ilícito de dichas drogas. La ley reglamentará la producción y el uso medicinal de las mismas. Se establecerán programas de educación preventiva y de rehabilitación de los adictos, con la participación de organizaciones privadas (CONSTITUIÇÃO..., 1992).

Pela disposição constitucional, as referências às drogas são bastante abrangentes, inovadoras e recheadas de boa vontade. Nunca antes no itinerário constitucional paraguaio foi consagrado um nível supremo dessa temática: foca-se muito especialmente no combate punitivo da produção, o tráfico ilícito de estupefacientes e outras drogas perigosas, além de mencionar o combate à lavagem do dinheiro proveniente de atividades ilícitas. Esse aspecto, não obstante se encontrar estabelecido em um patamar constitucional, é muito vulnerável no país, devido à fragilidade dos órgãos de investigação: o Ministério Público e a Superintendência de Bancos. Portanto, somente com boa vontade não se chega até às metas, pois são necessárias ações e políticas públicas efetivas de combate às drogas. A prevenção do consumo encontra-se muito aquém do necessário, pois não existe um trabalho constante e regular de qualidade por parte das instituições encarregadas da temática. Contata-se que o

microtráfico é fluido em todo o território paraguaio, apresentando-se desde a capital até as cidades do interior. Da mesma forma, a recuperação das pessoas que se tornaram consumidoras – as vítimas – é um tema praticamente ignoto, uma vez que o Estado faz muito pouco, para não dizer que nada realiza. No vazio deixado pelo Estado, algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) e Igrejas Evangélicas atuam no âmbito de Asunción, realizando tarefas de acordo com as suas possibilidades. Já nas cidades do interior, não existem instituições trabalhando pela recuperação das vítimas da dependência de drogas, embora os números de usuários e viciados aumentem dia após dia. Portanto, seria necessário que o Estado cumprisse o seu dever, lembrando que esse trabalho requer dedicação, tempo, dinheiro e esforço, porque a vítima deve ficar internada no mínimo por oito meses; do contrário, ela não tem como aguentar as tentações de voltar ao consumo e, conseqüentemente, ao vício.

O artigo 71, na alínea “a”, refere-se à regulamentação pelo Congresso Nacional da produção e utilização “medicinal” das drogas. Porém, o seu conteúdo, até o presente momento, constitui-se apenas em uma expressão de boas intenções, não passa de “letra morta” no país. Persiste a necessidade de que um deputado ou senador ocupar-se em regulamentar o dispositivo constitucional por meio de uma lei. Em anos anteriores, um deputado nacional do Partido Liberal Radical Autentico (PLRA) apresentou um projeto de lei para a liberação total no país de tudo quanto se refere à *Cannabis*. Em outras palavras, liberar a produção, o comércio e o consumo de *Cannabis*, a fim de torná-la uma alternativa viável de diversificação da produção no Paraguai.

A Constituição Nacional da República do Paraguai, de 1992, criou novas e várias tarefas jurídicas para o próprio Estado, que visam ao bem-estar do cidadão, todavia muitos dos artigos não foram colocadas em prática e continuam sendo apenas letras sem efeitos objetivos no país. Mais especificamente, o artigo 71 não se encontra regulamentado na lei.

Para efeitos deste trabalho, vale mencionar, ainda que de forma breve, outras leis do Paraguai relacionadas à temática das drogas, abrangendo todos os aspectos da produção, tráfico, consumo e tratamento dos usuários. O Paraguai é signatário da Convenção Única Contra as Drogas e da Convenção de Luta Contra as Drogas e Substâncias Psicotrópicas, portanto o país assumiu o compromisso de luta contra todos os tipos de drogas consideradas ilegais. No ano de 1988, foi sancionada e promulgada no país a Lei nº 1.340, na qual se encontra baseado tudo quanto se refere às políticas de drogas no Paraguai. Essa lei trata da “Represión al Trafico Ilícito de Estupefacientes y Drogas Peligrosas y otros Delitos Conexos y establece medidas de Prevención y Recuperación de los Adictos a las Drogas”. Deve-se salientar que, como marco específico fundamental da luta antidrogas, a referida lei, em seus

10 capítulos e 84 artigos, regulamenta os múltiplos aspectos da repressão ao tráfico ilegal de substâncias estupefacientes e drogas perigosas. A bem da verdade, anterior a essa lei, certas leis e decretos faziam algumas referências à luta contra o narcotráfico. Contudo, vale notar que ela é a primeira no gênero que abrange todos os aspectos dessa temática. Até o presente, encontra-se em vigência, apesar das falhas e lacunas que possa conter. Em seu capítulo I, das disposições gerais, o inciso b define o que se entende por drogas:

Todas aquellas de origen natural o sintético que pueden producir estados de dependencia, estimulación o depresión del sistema nervioso central o que tengan como resultado alucinaciones, trastornos de la función motora y sensorial y modificar el comportamiento, la percepción o el estado de ánimo, o cuyo consumo pueda producir efectos análogos a los de cualquiera de las sustancias indicadas en el inciso a) de este artículo (Delito do Narcotráfico, artigo 1, inciso b, 1988).

A aplicação institucional da mencionada lei no Paraguai é de responsabilidade da Polícia Nacional (PN) e da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad). Institucionalmente, a PN responde ao Ministerio del Interior, em outras palavras, o ministério encarregado da seguridade interna do país. Em caso de flagrância, qualquer agente da PN tem autoridade para atuar em todos os casos previstos na sua lei orgânica, mas, quando a temática é drogas, existe o *Departamento Antinarcotico de la Policía Nacional* (Dinar), cuja função específica é a repressão e o combate a todos quantos a temática das drogas atinge. Dessa forma, observa-se que, no Paraguai, os órgãos encarregados do controle das drogas são: o Dinar, braço da Polícia Nacional, e a Senad, que operativamente depende da *Drug Enforcementt Agency* (DEA) norte-americana. Ambos os órgão de combate às drogas trabalham de forma conjunta com o Ministério Público e o Juizado de Garantia.

A Senad é uma secretaria do Estado que depende diretamente da Presidência da República, atuando de forma específica no campo das drogas. Na prática, ambas as instituições focam o combate ao tráfico ilícito das drogas, mas, nas leis de criação, encontra-se estabelecido que a luta contra as drogas deve focar não apenas o combate ao tráfico, mas deve se ocupar também de prevenção do consumo no âmbito da juventude em todo o país e, ainda, ocupar-se do tratamento e recuperação dos *adictos*, isto é, viciados, bem como lutar pela reinserção deles na sociedade.

Tanto a PN quanto a Senad realizam os seus trabalhos de forma conjunta com o Ministério Público (MP) (promotoria), representado por um agente fiscal (promotor), que atua para cada caso pelo seu setor; o MP trabalha em consonância com Juizado de Garantia, a fim de que o processo possa ser encaminhado, como se diz no âmbito judicial, com o devido processo para ambos os setores.

A lei nº 1.286/98, Código de “Procedimiento Penal”, no título II, capítulo I, artigo 52, fixa as funções conferida para esse órgão:

Corresponde al Ministerio Público, por medio de los agentes fiscales, funcionarios designados y de sus órganos auxiliares, dirigir la investigación de los hechos punibles y promover la acción penal pública. Con este propósito realizará todos los actos necesarios para preparar la acusación y participar en el procedimiento, conforme a las disposiciones previstas en este código y en su ley orgánica.

No Ministério Público da cidade de Pedro Juan Caballero, funcionam atualmente seis unidades “Fiscales Penales”, sendo que uma delas também funciona como “Unidad Penal Antinarcoica”. Em virtude do mandato constitucional, o MP é o representante da sociedade para o combate de todo tipo de delitos e crimes que impliquem ação penal pública. Portanto, o promotor em todos os casos pode atuar de ofício ou motivado por uma denúncia formal realizada por qualquer cidadão, sem necessidade de auxílio de um advogado.

Em todos os casos, incluído os das “drogas”, os promotores são os diretores de processo, em outras palavras, encarregados de juntar, de investigar, de acusar os indiciados e, finalmente, de provar diante de um tribunal que determinada pessoa é culpável de um delito ou crime. Em virtude da nova lei “Procesal Penal”, no Paraguai todo o julgamento na primeira instância realiza-se em um Juízo Oral e Público integrado por três juízes. O promotor, para cada caso que couber à sua jurisdição, dispõe de um período de seis meses para a investigação e daí seguidamente vem o período acusatório e de juízo, em processo complicado que envolve muitos e grandes interesses. Mas o promotor poderá solicitar ao Juizado de Garantia outros seis meses para seguir com o trabalho de investigação; concedido o prazo, o promotor terá tempo de um ano para acusar os indiciados.

A lei nº 879/81, Código de Organização Judicial, estabelece a figura do Ministério da Defesa Pública, mas os artigos referentes à Defensoria Pública no ano de 1982 foram modificados e ampliados pela lei nº 963, na busca de uma maior praticidade. No título “De los Defensores y Procuradores de Pobres, Ausentes e Incapaces Mayores de Edad”, no artigo 71, garante: “La Defensa de los declarados pobres, ausentes e incapaces, será ejercida por el Defensor de Pobres, Ausentes e incapaces Mayores de Edad y por los Procuradores que establezca la Ley de Presupuesto General de la Nación.”

Apesar de os advogados serem bons e terem toda a boa vontade de defender os indiciados pobres e incapazes, muitas vezes os trabalhos deles ficam muito aquém do esperado. Em primeiro lugar, pela grande quantidade de processos que devem ser atendidos em relação ao reduzido número de advogados; em segundo lugar, pelas condições de

infraestrutura e logística para poder trabalhar, uma vez que não possuem uma camionete sequer para se locomover; ainda no final de 2012, foram desalojados do prédio do Poder Judicial, especificamente em Pedro Juan Caballero.

Todos os artigos referentes à assistência legal que devem receber os jovens processados pela produção de *Cannabis* são muito importantes para o processado e suas famílias, simplesmente porque, uma vez acontecido o fato de eles serem presos, os “sócios” deles desaparecem. Na maioria das vezes, são as famílias e os pais que arcam com esse ônus na justiça. As famílias ficam desesperadas, pois, desconhecendo o funcionamento do judiciário, acabam vendendo as suas propriedades para tirar os filhos da prisão. Por outro lado, advogados inescrupulosos aproveitam-se dessa situação para tirar dinheiro das famílias. Porém, no fim das contas, os filhos são condenados com penas privativas de liberdade de muitos anos na penitenciária da cidade de Pedro Juan Caballero.

Em suma, o capítulo analisou o consumo de drogas na sociedade contemporânea, mostrando como essa problemática foi se construindo no mundo, considerando que substâncias anteriormente de livre-circulação na atualidade se encontram proibidas, partindo de princípios médico-biológicos, moralistas e legais, até chegar ao ponto de decretar a proibição do uso dessas substâncias, criminalizando o seu comércio, e ainda tratar o próprio usuário como criminoso. A proibição ou a criminalização das mencionadas substâncias se tornou internacional, considerando que, no âmbito da ONU, foram promulgadas convenções internacionais, na tentativa coibir o avanço desse problema. Baseados nessas convenções, todos os países-membros das Nações Unidas, inclusive o Paraguai, promulgaram leis consoantes a essas convenções, a fim de prevenir, mitigar ou paliar essa situação.

Assim, a Constituição Nacional do Paraguai, promulgada em 1992, e outras dispositivos legais tendem a caminhar no sentido da repressão no tocante aos entorpecentes. O Paraguai conta com uma Secretaria Nacional especializada no combate às drogas e, dentro da Polícia Nacional, funciona um Departamento Antinarcótico. Ambas as instituições realizam trabalhos de forma coordenada com o Ministério Público. Porém, observa-se uma carência significativa de programas educativos direcionados à juventude, a fim de evitar o uso. Os Ministérios da Saúde e da Educação, que poderiam atuar no problema das drogas, fundamentalmente carecem de qualquer tipo de ação. Tampouco, na prática, desenvolve-se sequer um programa alternativo que vise a substituir a cânabis por um cultivo lícito, que deveria ser um trabalho a mais da Secretaria Nacional e do Departamento Antinarcótico da PN, conjuntamente com o Ministério de Agricultura nesse aspecto.

CAPÍTULO III

JOVENS RURAIS NO CULTIVO DA *CANNABIS*

A *cannabis*, apesar de não ser uma planta originária do Paraguai, desenvolve-se e produz com relativa facilidade no país, especialmente em algumas regiões das cordilheiras da Serra do Amambay, em virtude dos fatores edáficos e climáticos favoráveis, bem como da alta capacidade de adaptação da planta aos diferentes ambientes. Tais condições conferiram um crescimento da produção de cânabis no Paraguai, que, na atualidade, é o segundo maior produtor nas Américas, ficando atrás do México, e quarto maior produtor mundial. A zona de maior produção e de melhor qualidade está situada na Região Nordeste do Paraguai, na fronteira com o estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, o que facilitou a criação de mercado ilegal baseado na *cannabis* produzida em terras paraguaias. O fato de ser uma região de fronteira seca facilitou a instalação dos grupos criminais, baseados nas grandes capitais do Brasil, que passaram a explorar a produção e o comércio ilícito da maconha e de outras drogas e fomentar os delitos conexos.

As informações sobre a chegada da planta de *cannabis* na América não são precisas. Nessa fronteira do Brasil com o Paraguai, também não existe documento que mencione quem e quando introduziu a *cannabis*, com propósitos de traficá-la. Todavia, a partir do começo da década de 80, iniciou-se a sua exploração comercial. Esse período coincide com a instalação, na fronteira Brasil-Paraguai, de grupos do crime organizado, que se aproveitaram da fragilidade do controle policial, bem como da necessidade de a população jovem rural ganhar o seu sustento e ajudar a família.

A produção de *cannabis* na região de fronteira seca entre o Brasil e o Paraguai permitiu que famílias de agricultores se incorporassem nessa atividade ilícita. Considerando que são poucas as oportunidades para os jovens das zonas rurais de obter renda para levar uma vida digna e ajudar os seus pais, muitos deles passam a produzir a maconha com a anuência dos pais, vinculados a um operador do tráfico conhecido como “sócio”. A falta de opção tem sido aproveitada pelos agentes vinculados aos grupos criminais, que lhes oferecem

oportunidades de ganhar dinheiro em maior volume que trabalhando com cultivos tradicionais. Portanto, os jovens rurais são incorporados nessa atividade, geralmente, com a anuência dos pais. Mesmo sabendo de todos os riscos e perigos que as redes de tráfico de drogas representam, os pais têm dificuldades de evitar que os filhos se envolvam como primeiro e mais fraco elo dessas redes.

Este capítulo tem por objetivo analisar as vinculações dos jovens rurais na produção de cânabis no Departamento de Amambay e as localizações dos cultivos para produzir a erva com o propósito de entregar aos “sócios”, para, dessa forma, ser encaminhada na rota do tráfico de drogas. Para compreender tal problema, procurou-se conhecer os processos que deram início à exploração mercantil da cânabis, as formas de organização do cultivo ilícito e o processamento pelo qual deve passar.

O capítulo se divide em quatro itens, iniciando com os processos históricos da chegada dessa planta na região da fronteira e sua expansão, que, posteriormente, gerou sua proibição em termos legais. O segundo item se debruça sobre a participação dos jovens rurais no trabalho agrícola propriamente para a produção da planta. O terceiro se detém na análise dos lugares onde estão localizados os cultivos da *cannabis*, o processo produtivo e as condições de vida dos jovens nos acampamentos onde se realizam tais cultivos. O último item analisa o processamento da *cannabis*, para torná-la droga pronta para o comércio e uso pelos seus consumidores.

3.1 A *cannabis* no departamento de Amambay

O cultivo da *Cannabis sativa* tem se estendido praticamente a todas as partes do mundo. Todavia, o cultivo dessa planta teria tido início na China e, a partir dali, foi se disseminando aos quatros quadrantes do planeta. Na atualidade, é cultivada na América do Norte, América do Sul, Ásia, África e, inclusive, em alguns países de Europa. Tendo em conta que a planta cresce em muitas regiões do mundo, as condições ecológicas dirigem a extensão do seu crescimento e são as responsáveis por muitas de suas transformações morfológicas. A verdadeira origem da cânabis perde-se na Antiguidade. O livro de Botânica Gray¹ atribui

¹Segundo informações da Wikipédia (2012), Asa Gray nasceu em Paris em 1810; em 1831, obteve o título de Doutor em Medicina, no entanto deixou a Medicina para se dedicar à Botânica, assumindo o cargo de professor em Harvard em 1842 (cargo que ocupou até 1873) e criando o Departamento de Botânica, que hoje leva seu

derivação grega para a palavra persa “Kanab”. A história revela que o delírio assassino dos malaios, caracterizados por condutas violentas, devia-se ao uso habitual de haxixe. Conta-se também que os líderes maometanos, que se posicionavam contra os cruzados, utilizavam serviços de indivíduos que se encontravam sob os efeitos do haxixe para cometer assassinatos secretos. O delírio produzido pela droga levou a denominar essas pessoas de “haschichin”, “hashihash” ou “hashishi”, de onde teria sua origem a moderna palavra “assassino” (MPN, 2000, p. 340).

O cultivo da *cannabis* estendeu-se por todo o continente americano para uso na elaboração de tecidos, papel e cordas, assim como na maioria das redes, velas e cordas das caravelas da época. A hipótese mais provável é de que a cânabis teria chegado ao continente americano pela primeira vez via México, conhecida na época como “la Nueva España”, poucos anos depois da conquista, trazida pelos espanhóis. O clima quente do país favoreceu a difusão da planta sem maiores restrições em todo o México, com aproveitamento da fibra têxtil, de fármacos medicinais e, não se pode deixar de mencionar, “de lazer”. A própria palavra “Marihuana” vem do México, apesar de existirem várias versões sobre sua origem etimológica. A explicação mais corrente é que, depois de ser introduzida pelos colonos espanhóis com usos na confecção artesanal de tecidos no século XVI, estendeu-se para usos medicinais e lúdicos (século XIX) e tornou-se popular com o nome de “Marihuana”, em homenagem ao nome comum das curandeiras “Maria” y “Juana”, que usavam essa erva com fins medicinais (SKY, 2012).

Não existe dúvida da origem milenar e euro-asiática da *cannabis*. Mas como ocorreu a chegada dessa planta no Paraguai? E em que momento histórico? Melamed (2009) oferece alguns indicativos sobre a entrada e expansão do cultivo no Paraguai, para sua produção, não para consumo como droga:

Podemos leer que la Ley 20, título 18 del libro IV de la Recopilación de Leyes de Indias, corroboraba lo que el emperador don Carlos y el príncipe gobernador en Ponferrada, el 13 de junio de 1545, encargan a los virreyes y gobernadores que han de sembrar y beneficiar en las Indias lino y cáñamo, ‘y procuren que los indios se apliquen a esta granjería, y entiendan en hilar y tejer lino’. También dice: ‘El 12 de enero de 1777, por Real Orden, y de acuerdo a lo establecido en la Recopilación de Indias, haga que los indios y demás castas de los Pueblos de esos Dominios se apliquen a la siembra, cultivo, beneficio del cáñamo y lino, para que estos frutos como primeras materias se pueden traer a España libres de todos los derechos de extracción y entrada en estos Reynos para fomento de las Fábricas de Lenzos,

nome, “Gray Herbarium”. Publicou vários livros para difundir o conhecimento botânico e foi um líder entusiástico na descoberta e classificação de novas espécies. Entre os muitos trabalhos de Gray sobre a Botânica, o mais conhecido é o *Manual of the Botany of the Northern United States, From New England to Wisconsin and to Ohio and Pennsylvania inclusive*. Esse trabalho, conhecido como Manual de Gray, teve um grande número de edições e ainda é referência nesse campo.

Lonas, Jarcias de que tanto necesitan, así esta Península como esos vastos Dominios'. En el mismo libro se lee que el 23 de agosto de 1796, desde Buenos Aires, 'Pedro Melo de Portugal da cuenta de la gracia concedida por Su Majestad a los vasallos que quieran emplearse en el cultivo de lino y cáñamo en la Provincia del Paraguay. La misma fue recibida por el Gobernador Intendente de la Provincia, Lázaro de Rivera, el 4 de enero de 1797 en Asunción'. Queda claro, mediante estos documentos, que el cáñamo era utilizado para la fabricación de telas y lienzos juntamente con el lino y para la elaboración de todo lo que tuviera que ver con el equipamiento de los barcos de la época. El término jarcias se refiere a las cuerdas y cabos de las embarcaciones y al conjunto de redes e instrumentos para la pesca. Las lonas servían para cubrir las mercancías transportadas y los lienzos se utilizaban para ropas y pinturas. Todo esto se hacía del cáñamo (MELAMED, 2009, p. 21).

Algumas das hipóteses sobre a chegada da *cannabis* na fronteira seca Brasil-Paraguai são seguidamente mencionadas com bases nos relatos de informantes-chave residentes nessa fronteira. Os agricultores que produzem *cannabis* utilizam com frequência o termo “sócia” ou “sócio”, para se referir à pessoa com a qual eles mantêm relações e compromissos para produzir a planta. Essas pessoas, pelo seu turno, mantêm relações e compromissos com os “patrões”, donos da produção. A primeira hipótese, conforme relato oral de uma “sócia” do tráfico que também fala em português, é de que: “*foram os colombianos os introdutores da cânabis no Departamento de Amambay, especificamente no município de Pedro Juan Caballero no início da década de 1960*”. Em um primeiro momento, os colombianos tentaram fazer cultivos na Bolívia, mas os resultados obtidos por eles foram muito baixos, pois as plântulas tiveram baixa germinação. Tendo presentes essas situações, os traficantes se dirigiram até a Serra do Departamento de Amambay, já no território paraguaio, para testar aquelas sementes da *cannabis*, e alcançaram resultados bastante alentadores aos seus interesses. Segundo o relato da mesma informante-chave: “*En esta región, obtuvieron una germinación y emergencia en porcentaje muy alto de las semillas y un crecimiento vegetativo de la planta muy alentador*”. Logo concluíram que a planta se ambientou nessa região e iniciaram, a partir daquele momento, a exploração comercial da *cannabis*.

Uma segunda hipótese, relatada por outro informante-chave, admite que a *cannabis* chegou também no início da década de 60, mas coincidente com a chegada da migração japonesa nessa parte do Paraguai. Os imigrantes japoneses chegaram em 1956, um contingente de 137 famílias de japoneses, e foram assentados no Departamento de Amambay, contratados para o cultivo do café na *Estancia Johnson, de la Compañia Americana de Fomento Economico (CAFE)*. Após três anos da chegada da migração japonesa, a CAFE quebrou e os recém-chegados tiveram que migrar para outra atividade geradora de renda. Com a quebra da CAFE, a maior parte dessas terras ficou preparada para receber cultivo, sendo estas aproveitadas para o início da produção nas redondezas da cidade de Pedro Juan

Caballero. Mas a verdade é que, no início, os migrantes orientais no Departamento de Amambay estiveram ligados fortemente ao trabalho na agricultura e, posteriormente, foram deixando-a de lado para se dedicar ao comércio, pois acumularam dinheiro suficiente para incorporar-se nesse setor. Por outro lado, essa mesma hipótese toma força no fato de que a primeira boca de fumo na cidade de Pedro Juan Caballero foi explorada por um japonês.

Uma terceira hipótese, também indicada por um informante-chave, defende que “*la marihuana llego en esta región en el año 1965, cuando nadie conocia, al menos como droga*”, pois a proibição praticamente não existia. A chegada da semente de fato aconteceu de forma fortuita, quando um avião realizou um pouso forçado a 5 km da zona urbana de Pedro Juan Caballero, no lugar hoje conhecido como *Isla Madama*. Dos ocupantes desse avião ninguém soube o que aconteceu. O fato é que o avião tinha matrícula uruguaia e teria partido do lado brasileiro, encontrava-se em rota pelo território paraguaio e dirigia-se para algum lugar do Uruguai. Com o passar dos dias, algumas pessoas chegaram até ao aparelho e, por curiosidade, perceberam que no seu interior havia alguns sacos carregados com sementes desconhecidas para todos os que estiveram no lugar.

Como ninguém conhecia aquelas sementes, recorreram a um morador da cidade de Pedro Juan Caballero, conhecido como “Gordo Barboza”, a fim de lhe solicitar sua colaboração para identificar a semente. Pelo fato de ser brasileiro, pensava-se que ele poderia reconhecer aquela semente rara. “Gordo Barboza” respondeu que não conhecia aquelas sementes e se ofereceu para levá-las até a cidade de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, onde tinha um conhecido que trabalhava em um laboratório, conhecido como “Lamparita”.

Efetivamente, “Lamparita” reconheceu as sementes como pertencentes à cânabis. Dessa forma, “Gordo Barboza”, de posse dessa informação sobre os usos da planta, incentivou as primeiras plantações comerciais dessa planta no Departamento de Amambay, na comunidade de Fortuna. “Gordo Barboza”, natural de Naviraí, MS, teria inaugurado, dessa forma, a primeira rota de tráfico de cânabis conhecida para o Brasil, a rota Pedro Juan Caballero, Paraguai, e Naviraí, Mato Grosso do Sul. Aos primórdios do tráfico, o transporte da droga foi relativamente fácil, porque a polícia, quando realizava algum tipo de controle, não conhecia e, ao perguntar de que se tratava, tinha como resposta que era “alfalfa japonesa”. Esse primeiro traficante fronteiriço de *cannabis* foi assassinado em Pedro Juan Caballero, na década de 90, na porta de sua casa, presumivelmente por ordem de um conhecido narcotraficante.

Mas, independente do que é realidade ou imaginário social sobre a introdução e expansão do plantio de cânabis, o fato é que a planta faz parte do cotidiano dos habitantes do Departamento de Amambay, devido principalmente a dois fatores: por um lado, o impulso dado pelos traficantes incentivando o cultivo e, por outro lado, as vantagens climáticas da região que facilitam uma boa produtividade. Tais condições contribuem para envolver muitas famílias de agricultores nas redes de produção e circulação dessa droga. Vale notar que essa produção raramente é realizada por produtores individuais, uma vez que quase todos os produtores encontram-se interligados a grupos de traficantes de drogas, através de um “sócio” que realiza as interconexões. As organizações criminais que vieram, sobretudo, do Brasil se instalaram nessa região paraguaia e criaram/recriaram as redes do tráfico, com o envolvimento de traficantes, autoridades, produtores de *cannabis* e diversos agentes sociais que percebem no tráfico possibilidades de ganhos econômicos e poder, bem como de manter-se no topo da hierarquia do crime organizado.

Na década de 60, a atividade ilícita na fronteira foi o contrabando do café, mas depois o tráfico de cânabis tornou-se a atividade ilegal mais lucrativa. Segundo Araujo (2012), João Morel, um reconhecido traficante da região, contratava os agricultores familiares para plantar maconha, seja em terras próprias, seja arrendadas ou abandonadas. As plantações atraíram um poderoso narcotraficante que atuava nas favelas cariocas, que passou a comprar, com vistas ao abastecimento do comércio varejista do Comando Vermelho (CV), no Rio de Janeiro. Montada essa “parceria” da rede do tráfico, as plantações de maconha no Paraguai expandiram-se de Amambay para outros departamentos: Canindeyú, San Pedro e Alto Paraná. Tais situações contribuíram para constituir o que se pode denominar o *boom* da maconha na região e o início de uma nova “Guerra do Paraguai” (ARAUJO, 2012, p. 110). No início da década de 90, o líder da favela do Rio, em uma de suas passagens por essa fronteira em Capitán Bado, estabeleceu amizade e parceria com uma família que ficou muito conhecida pela atuação no narcotráfico, que no âmbito fronteiriço recebeu o apelido “Clan”. Logo, novas relações de amizade foram estabelecidas com um tal de “Chapolim”. Posteriormente, por desconfiança, dois filhos de João Morel, que atuavam no “Clan”, foram executados na região de Capitán Bado e Coronel Sapucaia. No ano de 1994, o pai deles, João Morel, foi assassinado no presídio de Campo Grande, onde se encontrava preso por tráfico de cânabis, supostamente por ordens que saíram das favelas do Rio de Janeiro. Mas as atividades do tráfico de *cannabis* na região continuaram sob o comando de outro grupo independente e forte, encabeçado por “Lider” e “Baron”, inimigos do CV no tráfico de drogas, igualmente independente do Primeiro Comando da Capital (PCC). Em um domingo à tarde, em um jogo

de baralho, ocorreu uma chacina na periferia de Capitán Bado, supostamente ordenada pelo grupo que responde ao líder residente no Rio de Janeiro. A ideia foi matar “Líder” e “Baron”, mas eles não se encontravam no lugar. Morreram na chacina sete pessoas, um deles irmão de “Baron”. O grupo comandado por “Líder” e “Baron”, depois daquela chacina, ordenou uma vingança que resultou na morte de quatro pessoas, sendo que um dos falecidos foi um vereador municipal de Capitán Bado, de sobrenome Palácios, irmão de “Lino”, que na atualidade responde pelo líder carioca na fronteira; em outras palavras, a caçada continua (CANTALUPPI, 2010).

É importante compreender a necessidade de geração de renda no interior do Paraguai, no anseio por um Estado planejado e planejador, racionalizado, burocrático no sentido moderno. A debilidade é sintonizada na “estrategia y administración que se sintomatiza en la narco-producción, en la corrupción. Ni el Estado, ni los empresarios, ni las colonias de productores en crisis, entonces, ¿Quién gobierna el campo?” (IICA, 2011, p. 127). Observa-se um vácuo de poder, que é preenchido pela máfia organizada, a qual estimula a atividade ilícita, em um sistema de produção subordinada. Em outras palavras, os jovens agricultores trabalham em uma terra que não é deles nem de sua família; produzem, mas não têm como fixar o preço do seu produto, não têm como procurar outro comprador, pois a máfia não admite especulações, toda a sua produção deve ser entregue ao “sócio” da máfia atuante no lugar. Fraga e Iulianelli (2003, p. 125), na sua pesquisa sobre a *cannabis* no Nordeste do Brasil, destacam que, “com o vácuo dos créditos oficiais, o narcotráfico passou a fazer proposta para os pequenos agricultores cultivarem a erva”. Dessa forma, o plantio da cânabis na fronteira tornou-se um negócio muito vantajoso em relação aos cultivos tradicionais.

Mendez (2007, p. 179) atribui ao General Andrés Rodríguez a liberação do cultivo da cânabis, depois de ter tirado do poder o seu “consuegro” Alfredo Stroessner. Naquela época, negociar com *cannabis* era um negócio de pouca importância, dos “hermanos narcos”. Mas, na medida em que os governantes inescrupulosos começaram o saque do país, a pobreza começou uma escalada em espiral, atingindo a metade da população. Daí que a *cannabis* se transformou em uma alternativa viável para os agricultores, conforme destaca o autor:

En una hectárea de cannabis se puede alcanzar una rentabilidad de hasta 1.500 dólares, en tanto que en igual extensión de algodón, el ingreso libre de gastos para el agricultor a lo sumo alcanza 100 dólares. Es decir, la producción lícita era simplemente prolongar la agonía. Entre tanto, los ladrones de guantes blancos, quienes vaciaron las arcas del Estado, vivían en el Paraíso, lejos del clamor del pueblo hambreado y sin futuro. Paralelamente, los gobernantes de turno sólo mostraban ‘interés’ por el tráfico de cocaína y otras drogas, concomitantemente con los intereses de los Estados Unidos y otras naciones, que poco o nada les importa la marihuana. Además, cuando los fondos públicos menguaron a causa de

los robos al Estado, los políticos, principalmente colorados, hallaron en el cultivo y tráfico de marihuana una fuente importante de enriquecimiento fácil y fondos para la financiación de sus campañas electorales. Por todo esto crecieron el cultivo y el consumo de la marihuana en el Paraguay hasta alcanzar niveles alarmantes, descontrolados (MENDEZ, 2007, p. 179).

Destaca Mendez (2007), que, na época sendo governador do Departamento de San Pedro, Erico Ybáñez reconheceu que o aumento na produção de *cannabis* foi estimulado pelos narcotraficantes de Amambay e Canindeyú, que facilitaram as sementes aos agricultores de San Pedro. O governador se mostrou impotente diante do fenômeno da expansão do cultivo de cânabis em vastos territórios do departamento e considerou o total desinteresse do governo central, para cooperar na luta de combate ao tráfico de drogas. Em relação à atuação do governo central, o autor sentenciou:

Lejos de combatir el cultivo de la marihuana, los gobiernos colorados herederos de la dictadura de Stroessner en la práctica estimularon esta actividad, la cual resultó en una fuente importante de financiación de las campañas electorales. En el 2003, cuando estaba en su apogeo la campaña electoral que llevo a la presidencia de la Republica a Nicanor Duarte Frutos, agentes antinarcóticos detuvieron una camioneta todoterreno en Ciudad del Este, con varios kilos de marihuana en la trasera del vehículo. La mercadería estaba convenientemente tapada, como una credencial de inmunidad, por varios afiches del candidato presidente, Nicanor Duarte. El vehículo era de propiedad del diputado colorado Wildo Legal y la marihuana estaba siendo trasladada hacia el Brasil para su consumo en el carnaval de Rio de Janeiro. Legal, cobarde, atribuyó, responsabilidad a unos parientes suyos, quienes supuestamente robaron la camioneta del garaje del diputado, en la ciudad de Caaguazú. Los fiscales y los jueces ordenanzas del submundo del crimen organizado, dejaron impune al legislador, quien volvió a ganar ese año un escaño en la Cámara de Diputado por el Departamento de Caaguazú, por la lista del Partido Colorado, de Nicanor Duarte Frutos. Es decir, los colorados estaban avalando electoralmente el narcotráfico (MENDEZ, 2007, p. 181).

Durante o governo de Duarte Frutos, segundo Mendez (2007), o cultivo e a comercialização da *cannabis* foram se expandindo em quase todas as regiões do país. As aeronaves furtivas se infiltraram em qualquer parte do território nacional, como o Departamento de Ñeembucú e Caazapa. Na região, todos os dias operavam dezenas de aviões transportando cânabis e outros produtos para a Argentina. De comunidades muito distantes, onde os habitantes nunca viram um avião de perto, saíam bimotores a rumos diversos, facilitando tanto o cultivo quanto a comercialização de cânabis. Mendez também menciona o caso acontecido no município de Yby Yau:

A inicios del 2006, un humilde periodista rural de Yby Yau, Departamento de Concepción, Enrique Galeano, desapareció de la zona y huyo al Brasil. El dedo acusador de la opinión pública apuntaba al Diputado Colorado Magdaleno Silva, un desconocido funcionario de Aduanas en Pedro Juan Caballero en el pasado, quien salto a la fama cuando fue descubierto como uno de los principales soportes de la campaña electoral que llevo a Duarte Frutos a la presidencia de la Republica.

Los pobladores de Yby Yau recordaban que Silva era un humilde granjero en el pasado reciente y ganaba el sustento de su familia vendiendo leche y otros productos de la granja. De pronto, tras asumir el curul de diputado por el Departamento de Concepción, se convirtió en un magnate, en un padrino, con varios guardaespaldas que custodiaban al nuevo hombre fuerte del norte, quien se desplazaba en lujosas camionetas todo terreno. Sus propios colegas sospechaban que Silva, era un traficante de marihuana como mínimo (MENDEZ, 2007, p. 182).

Existe no campo fronteiriço do Paraguai com o Brasil uma máfia atuante “el invisible visible”? Em outras palavras, todos sabem, mas nadaé dito. Isso se torna um segredo que é de público conhecimento. O combate à produção ilícita de *cannabis* na prática é um mercado rentável para muitos, mas poucos são condenados pela justiça. Um recente trabalho publicado pelo *Instituto Interamericano de Cooperación Agrícola (IICA)* afirma:

Y lo que más me preocupa es que el gobierno actualmente verdad, no está, no le da interés a ese tema por ejemplo, Salto del Guaira está pasando zozobra económico financiera, no se vende prácticamente nada, vestidos, alimentos, porque casi el 80% se dedica a marihuana y ahora está parado. Todas las autoridades están involucradas, tenemos que ser francos, están involucradas. Y ahora vinieron los helicópteros a cosechar y gente queda en la miseria. Entonces dónde está el Gobierno central, dónde está la municipalidad que es un subgobierno, no hay nada, estamos abandonados (IICA, 2011, p. 128).

Segundo Fraga e Iulianelli (2011), no cenário mundial os estudos sociológicos e econômicos sobre o cultivo da cânabis indicam a existência de uma estreita relação entre o cultivo ilícito e o lícito. É comum observar a compensação feita pelas culturas ilícitas em relação às perdas com culturas agrícolas legais e a falta de recursos financeiros e de políticas nos lugares ou regiões onde existem cultivos da planta ilícita. Os pesquisadores salientam que a literatura internacional econômico-sociológica relativa ao cultivo da *cannabis* indica uma aproximação entre as culturas legais e ilegais em duas vertentes:

1) O êxodo para culturas ilegais representa uma medida extrema e racional, atreladas às dificuldades de sobreviver e pagar suas dívidas enfrentadas pelos trabalhadores rurais com o cultivo de produtos agrícolas tradicionais lícitos em suas regiões de origem. Entretanto, o êxodo nem sempre é definitivo, pois o envolvimento com o plantio ilícito pode ocorrer para sustentar a cultura lícita em que o agricultor está envolvido, em um sistema de policulturas; 2) A permanência na condição de trabalhador, mesmo em um plantio considerado ilegal, imprime ao trabalho uma ‘ilicitude incompleta’, isto é a prática da atividade, mesmo ilícita tem caráter produtivo e semelhante àquela de caráter lícito ao do trabalho agrícola em culturas tradicionai. (FRAGA; IULIANELLI, 2011, p. 14).

Dessa forma, pode-se compreender que o balanço dos cultivos ilícitos e os pontos em que convergem e divergem acontecem em realidades culturais e econômicas distintas. Na fronteira do Paraguai com o Brasil, na base desse lucrativo negócio, estão os agricultores familiares mais pobres, que vivem em um dos países mais pobres da América do Sul. No

Departamento de Amambay, um hectare de maconha produz em torno de uma tonelada e meia de droga pronta para consumo, volume esse que possibilita um ganho de aproximadamente 30 milhões de guaranis, equivalente, em reais, a 15 mil no câmbio de hoje. Com o clima e solo satisfatórios, a *Cannabis sativa* é capaz de produzir até três safras por ano, enquanto que o algodão *Gossypium sp* tem apenas uma produção anual. Facilmente, pode-se chegar à conclusão de que essa cultura é muito mais lucrativa que a cultura lícita. Morando em regiões remotas, em pequenos terrenos, com poucas estradas para o escoamento de qualquer produto, os camponeses, especialmente os jovens, veem na maconha tentação irresistível, a fim de obter um aumento na sua renda (ARAUJO, 2012).

O acontecido no mundo referente à produção de drogas, especialmente as de origem natural, não constitui uma exceção na história da *cannabis* no Paraguai. Agricultores familiares pobres plantam em terras pelas quais não existe compromisso de pagamento por arrendamento ou imposto, pois são terras em que, na maioria das vezes, os proprietários não residem nem sabem que suas terras são utilizadas de forma clandestina, para o estabelecimento do cultivo de *cannabis*. Os encarregados (empregados dos proprietários) dessas terras sabem da existência desse tipo de atividade, e já houve enfrentamentos que levaram à morte, inclusive para ambos os lados. Outros empregados adotam a estratégia de olhar e não denunciar, muitas vezes por temor a retaliações dos produtores de cânabis. O produto obtido nesses lugares é vendido ou entregue para os “sócios” locais do tráfico, que subsidiam, de alguma maneira, a produção e revendem a mercadoria para traficantes internacionais atuando como atravessadores.

3.2 Jovens rurais: cultivando a *cannabis*

Até as décadas de 50 e 60, o agricultor familiar paraguaio era conhecido como produtor de erva-mate, trabalhador e homem de muita honradez. Na medida em que a erva-mate foi perdendo terreno, tanto pelo avanço da fronteira agrícola quanto pela substituição pela cânabis, aquele honrado agricultor trabalhador foi envolvido pelo desejo de um ganho maior pelo rentável cultivo da maconha. Assim, a honradez teria sido trocada pela corrupção, perigos e implicações nefastas que tal atividade representa.

A paixão dos paraguaios pelo tereré, bebida tradicional da erva-mate, distingue o país até no nome científico da planta, *Ilex paraguariensis*. A erva mate produzida no Departamento

de Amambay é boa, a questão principal que se pode mencionar sem temor a equívocos que ela foi descuidada pelo próprio Estado e os agricultores e agora nem as variedades produzidas no país não são conhecidas. A partir da década de 80-90, o Paraguai ficou vinculado com a *Cannabis sativa*, especialmente quando o país se tornou um dos três maiores produtores de droga no mundo e o seu cultivo cresceu gradualmente. Na primeira década do século XXI, metade da demanda de maconha no MERCOSUL era fornecida pelo Paraguai (ARAUJO, 2012). A esse respeito, um relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) informa que a produção de *cannabis*:

Que as autoridades do Paraguai relataram que 85% da produção do país foi destinada ao mercado brasileiro, 12% ao mercado do Cone Sul e apenas 3% ao mercado paraguaio. Além disso, a forte demanda brasileira fez com que os cultivadores paraguaios contratassem agrônomos para lhes ensinar técnicas de cultivo, colheita e preparo, e a utilizar variedades mais bem adaptadas ao clima, ganhando em rendimento e potência. Com isso, os cultivadores do Paraguai têm conseguido uma produção maior e até desenvolveram uma técnica de confecção de haxixe de qualidade apreciada em toda a América Latina, principalmente no Brasil. O relatório ainda chama a atenção para o fato de que o país produz apenas 20% do que consome, importando o restante de países vizinhos, principalmente do Paraguai (UNODC, 2006, p. 168).

Motta (2008), afirma que, no Brasil, existe uma agricultura comercial da maconha e uma região “estigmatizada” pelo plantio. Mas a safra de produto só alcança o abastecimento de parte do consumo interno e, como não consegue responder à demanda total do país, importa geralmente do Paraguai:

O cultivo de maconha insere-se na dimensão de um negócio ilícito que se constitui dentro do mercado paralelo do agrobusiness do narcotráfico e que tem ramificações globalizadas. Ele faz parte de um negócio rural não exclusivamente agrícola em que se verifica um processo de integração vertical da agricultura à indústria, monopolizado por cartéis do crime organizado: no âmbito da produção, é centrado no Terceiro Mundo (países andinos no caso da coca, especialmente Bolívia e Peru na plantação, e Colômbia, na industrialização da cocaína; Paquistão, no caso da papoula, e Índia e China, na sua transformação em ópio; Brasil e Paraguai no cultivo e beneficiamento da maconha) e, no âmbito da distribuição, concentra-se no Primeiro Mundo (Estados Unidos e Europa), onde se encontra um padrão de consumo de mais larga escala (MOTTA, 2008, p. 99).

Os jovens agricultores rurais do Departamento de Amambay são ativos trabalhadores no cultivo e produção de cânabis. Eles são conhecedores dos lugares onde pode ser cultivada a mencionada planta, tendo em conta que o cultivo sempre é clandestino. Além disso, os jovens são preferidos pelos “sócios” ou operadores do narcotráfico para a execução desse tipo de trabalho pelo vigor laboral, considerando que o trabalho nesses lugares é pesado e perigoso. Ainda, os acordos de trabalho são relativamente fáceis de serem ajustados, pelo fato de que os jovens movimentam-se com agilidade de um lugar para outro, na procura de

trabalho, no próprio trabalho, na procura de alternativas ou na fuga das perseguições da polícia ou de outros agentes vinculados ou não ao tráfico de drogas.

O comprometimento dos jovens rurais gira em torno do sonho de ganhar dinheiro, de forma supostamente “fácil” e “rápida” ou, então, devido à falta de alternativas viáveis ao alcance do horizonte desses jovens. Não se pode desconsiderar que ainda existem as pressões dos grupos de sua idade para o ingresso na lida da produção de *cannabis*. Cria-se, no imaginário dos jovens rurais, a possibilidade de forjar para eles próprios um futuro melhor que o dos pais deles. Isso pode ser concretizado em algumas oportunidades, mas muitas vezes se transforma em uma realidade muito dura e completamente diferente do sonhado. Dizendo de outra forma, os jovens trabalhadores abandonam as suas famílias pelo menos uma vez ao ano, com o propósito de se dedicar ao cultivo ilícito. Justificam essas atitudes no fato de que, no Departamento de Amambay, para não dizer em todo o país, são escassas as oportunidades de trabalho no campo que possam contribuir na obtenção da autonomia os jovens. Então, a construção da autonomia pessoal e financeira dos jovens é um processo muito difícil.

Um agente social vinculado à justiça do Departamento informa que “*son agricultores de estos lugares, productores tradicionales, agricultores que trabajan para poder sobrevivir, que son mano de obra a disposición, pordiacero del campo, desempleados*”. Quase de forma exclusiva, são homens na faixa de idade entre 18 e 40 anos, embora não se possa descartar a participação de menores nesse trabalho. Todavia, em alguns acampamentos, as autoridades de intervenção detectaram roupas femininas e outros elementos de uso exclusivo das mulheres, o que leva a crer que as jovens mulheres também podem se incorporar nos trabalhos agrícolas da *cannabis* em Amambay. Para esse informante, o agricultor de *cannabis* da fronteira é assim caracterizado:

Son jóvenes que estudiaron muy poco o nada, que son ‘contratados’ por gente conocidos por ellos como ‘socio’, porque cuando nosotros les traemos presos manifiestan siempre la misma cosa, que alguien le facilito la semilla, que no saben de donde vino esa semilla, no responden, de esta forma asumen todo ellos, porque consideran mejor para ellos, más seguro antes que delatar a alguien y después tenga que pagar con vida por ese hecho. Pero también en las indagatorias, en la mayoría de las veces, estos jóvenes pasan sin decir nada para evitar contradicciones.

Já um oficial da Polícia Nacional, que participou de várias atuações na repressão das plantações de *cannabis*, define esses jovens agricultores como pobres, infelizes e ingênuos:

Cuando les sorprendemos en un campamento o le agarramos infraganti transportando la merca, detectamos que son gentes que tienen idea de lo ilícito de su trabajo, manifiestan saber que es prohibido pero desconocen la gran repercusión de este tipo de actividad. Estas personas que hacen cultivo son del último escalón en

la sociedad, que por mísera ganancia trabajan de sol a sol corriendo todo tipo de peligro. Estas gentes colaboran muy para que se pueda llegar a los 'patrones'. Ellos se declaran simples trabajadores que realizan su trabajo y a cambio de eso reciben pago en jornales, no se consideran bandidos.

Dois jovens entrevistados, por sua vez, justificam a sua atuação no trabalho ilícito desta maneira:

*Si, yo planto marihuana, porque ella permite al joven obtener dinero, para poder comprar lo que quiere los jovenes como ropa, zapato, mantener su moto, celular, entre otros. Y, lo que nos sobra, damos a nuestra madre y padre para que ellos puedan gastar en los que ellos necesiten. El trabajo no es fácil. Tenemos irnos lejos de nuestra casa, sin saber cuando hemos de volver, se pasa muchas penurias allí. Si salimos todo bien da gusto, volvemos junto a nuestros padres y nos pasamos realizando algunas mejoras en nuestra casa. Si hacemos cultivos de otras plantas, si, salimos bien no podemos vender, o ganamos muy poco dinero con ella, esta planta se paga mejor y vienen a buscar ellos (No'ono, 28 anos).
Nosotros nos consideramos trabajadores y no bandidos porque estamos trabajando, no le matamos a nadie y si la ley dice que estamos cometiendo un hecho punible sabemos de eso, pero si vamos a irnos por la ley vamos a morirnos de hambre(Luchi, 24 anos).*

Em décadas anteriores, os jovens, precisavam da autorização dos pais para sair de sua casa em um fim de semana e, nestas ocasiões, solicitavam uma pequena soma de dinheiro para os seus gastos pessoais nos momentos de diversão. Nos tempos de hoje, os jovens rurais já não se conformam com um pequeno somatório de dinheiro para um fim de semana nem querem depender tanto da autorização dos pais para ir e vir. Então, a vinculação em atividades ilícitas permite para os jovens rurais obter uma quantidade maior de dinheiro, sem depender do dinheiro tirado do bolso dos pais, para suas atividades e gastos particulares. O trabalho no cultivo da maconha é um caminho para a conquista da autonomia pessoal, mas pode representar a destruição dos vínculos sociais e familiares, bem como a falta de reconhecimento da autoridade dos pais e de respeito a eles. Dessa forma, a cânabis pode ser considerada a causa de destruição do tecido familiar.

O desejo pelo consumo se repete entre os jovens rurais da fronteira do Paraguai com o Brasil, que formam parte da rede do narcotráfico, no seu elo mais frágil, que é o da produção. Os jovens rurais do Departamento de Amambay, como elos mais frágeis da cadeia de produção da cânabis, são a ponta visível do *iceberg* de uma rede que cada vez se torna mais forte e poderosa. Esses jovens, segundo Bauman (1998), reproduzem práticas sociais verificadas por outros agrupamentos, sendo a diferença o emprego de um meio produtor de riscos sociais. Todavia, de forma simultânea, mais amplo e mais profundo é o hiato entre os que desejam e os que podem satisfazer os desejos, ou entre os que foram seduzidos e passam a atuar do modo como essa condição os leva a agir, como se espera agirem os seduzidos. O

autor afirma que se trata da sedução do mercado como grande “igualador” e grande “divisor” das relações sociais (BAUMAN, 1998, p. 55).

Um pai de família “chokokue”, que, em português, significa agricultor, lembra o dia em que seu filho lhe manifestou o seu desejo de trabalhar com a produção da cânabis e lamentou a falta de poder e de argumentos para evitar que o filho se infiltrasse em uma atividade que, algumas vezes, não permite retorno:

Un día bien de mañana en la hora del mate, me dijo de repente; papá: ‘Yo quiero probar y plantar esa planta que se vende tan caro, halla en bosque del Cerro Guazú. Acá trabajamos tanto y no nos sobra nada.’ Le respondí: ‘Voz te animas de hacer ese tipo de trabajo?’ El me dijo: ‘Me voy a trabajar, no voy irme a robarle a nadie.’ Le respondí: ‘Si esta decidido a irte tenes que cuidarte mucho por ahí, para que no te ocurra nada, de enfermedad, de que te agarre la Policía.’ Así son jóvenes de ahora quieren muchas cosas y si somos familia pobres no podemos darle todos los que quieren y, por otro lado, no tenemos como impedir que hagan esta cosa prohibida. Particularmente, no estoy de acuerdo con trabajo prohibido, pero que puedo hacer para evitar los tiempos que hoy vivimos son diferentes, yo lo que conseguí en la vida la obtuve mediante trabajo licito (Chokokue, 55 anos).

Os jovens rurais envolvidos na produção de *cannabis* atuam como se fossem funcionários dos “sócios” das redes do crime organizado. Esses jovens que se aventuram no cultivo da planta ficam submetidos a riscos de todos os tipos, pois existem vários grupos organizados operando no Departamento. Quando os grupos respondem a um só operador “sócio”, existe certa solidariedade entre os trabalhadores nos acampamentos. Mas, quando diferentes “sócios” atuam no mesmo lugar, respondendo a diferentes “patrões”, as tensões e os conflitos se estabelecem entre eles, pois há temor de que uma delação se instale nos locais de produção da cânabis. Para ilustrar essa situação, na sequência, apresenta-se o relato de um jovem envolvido diretamente na produção da *cannabis* nessa parte da fronteira Brasil-Paraguai:

Bueno, me decidí realizar este tipo de labor después de un análisis serio, considerando que existia a distancia relativamente cercano lugares ocultos para albergar cultivo de marihuana. Busque un ‘socio’ que me facilito su respaldo, que me consiguió las semillas para poder iniciar mi cultivo y me provecho mercadería que parte de ella lo lleve al campamento y otra parte lo deje en la casa de mis padres. Seguidamente, me fui al lugar elegido por una semana para construir mi rancho precario, verificar la existencia de fuente de agua y delimitar el área que de forma concreta destinaría de forma específica para realizar mi cultivo Me inicie con un pequeña área de cultivo, pues no tenía una experiencia anterior en este tipo cultivo, pero tome coraje de hacerlo por las ventajas que ofrece. Además dije: ‘Si hago cultivo de los rubros tradicionales porque no hacer este también que en la práctica no es muy diferente trabajar con esta hierva’ (Kachi, jovem rural, 26 anos).

Nas entrelinhas da fala desse jovem, percebe-se que ele já teve, antes de iniciar seu próprio cultivo, algum contato com outros agricultores (jovens ou não) que também realizam cultivos de cânabis, porque já manifesta certo grau de conhecimento das lidas da planta e das relações com os “sócios”. Pela manifestação, pode-se entender que ele não se iniciou na produção de cânabis por império de outra pessoa, mas que aderiu por iniciativa própria à agricultura da planta proibida.

No decorrer da entrevista, os jovens agricultores da cânabis demonstram domínio nos trabalhos de preparação do solo, preparação da semente, semeadura propriamente dita, sistema de plantação, densidade, falhas, germinação e emergência das plantas. Veja-se o depoimento de Luchi, um jovem rural de 24 anos de idade:

Depende del lugar. Si la siembra lo voy realizar en el bosque es decir en un lugar donde anteriormente no se realizo cultivo agrícola procedo a corpir el área, luego hecho los árboles y dejo secar por 15 días, para seguidamente quemar y esperar una lluvia para sembrar. En caso de que voy utilizar un barbecho le aplico primeramente un mata todo a una semana le meto fuego y espero la lluvia para poder sembrar. La gran ventaja tenemos cuando cultivamos en rosado es que existe la necesidad de realizar carpida durante el ciclo y cortar con machetes los rebrotes de los tocos, en los barbechos hay que realizar carpida para evitar competencia con nuestra planta y las malezas. Lo importante si uno puede variar el lugar del cultivo de un año para otro o realizar la rotación para evitar problemas en la germinación.

Os jovens entrevistados, na consecução deste trabalho, afirmam que, para o plantio, utilizam apenas a semente, sem nenhum tipo de tratamento. A possível falha que poderia apresentar relacionada à germinação é compensada pela quantidade de semente empregada. Deve-se ressaltar que, nesse ambiente, a obtenção de semente não constitui maiores problemas para aqueles que pretendem se iniciar no cultivo, pois no submundo desse negócio a semente é fornecida com facilidade entre os conhecidos do ramo. O plantio é manual, com auxílio de uma lança de madeira para perfurar a terra ou com matraca:

La siembra al inicio lo hacíamos con la mano con la ayuda una madera de punta fina (yvyra akua). Es que ella permite economía en la utilización de semilla. Pero, implica mucha pedida de tiempo, pues con esta técnica para sembrar una hectárea un operador hábil le lleva como mínimo dos o más días, con gasto aproximado de 10 até 20 kg/ha de semillas. Por tanto, a fin de ganar tiempo hoy día empleamos los implementos conocidos como ‘matraca’ o ‘rulito’, que agiliza el trabajo a pesar de gastar más semilla utilizando de 30 até 40 kg/ha (Taru, jovem rural, 23 anos).

A planta de *cannabis* é relativamente rústica e não requer tantos cuidados culturais. Relativo às virtudes da planta da *cannabis*, Conrad (2001, p. 174), apresenta a seguinte descrição:

Resistente, imune a pestes, dá estrutura ao solo e se presta de forma excelente para rotação de safras. Fibras de cânhamo já fizeram papéis importantes no controle da erosão, no reflorestamento, na erradicação de erva daninhas, no suporte do hábitat selvagem e na redução da poluição do ar e da água. As fortes raízes da planta seguram e arejam o solo para controlar a erosão e o deslizamento de lama. Isso é especialmente benéfico em áreas recentemente desmatadas. Ela cresce melhor em áreas tropicais quentes ou em climas temperados moderadamente frios. As plantas de cânhamo soltam suas folhas ao longo da estação de crescimento, adicionando uma matéria orgânica rica à camada superficial do solo. Safras de cânhamo nunca precisam de herbicidas químicos e raramente precisam de quaisquer pesticidas. De fato essa planta possui tão poucos insetos que podem ser considerados como sérios inimigos, que se diz que ela foi usada para produzir repelentes orgânicos para pestes. O cânhamo é semeado como um 'fertilizante verde' para preparar o solo para a safra seguinte. O cânhamo elimina as ervas daninhas e deixa o solo em excelentes condições para qualquer safra que se suceda, especialmente quando as ervas daninhas podem, de outro modo, vir a se tornar inoportunas.

No âmbito do Departamento de Amambay, não existem pesquisas sobre as virtudes agrônômicas da planta de cânabis, e nem poderia, haja vista a interdição legal de seu cultivo. De forma específica, o sistema de plantação empregado na fronteira, o fenômeno da germinação e emergência das plantas e a densidade na plantação dessa região são conhecidos pelos jovens agricultores rurais entrevistados, conforme seguinte comentário:

Nosotros estamos acostumbrados a tratar con plantaciones solteras, no vamos a venir tan lejos de nuestras casas para realizar un cultivo consorciado, tenemos que aprovechar e ofrecer a la planta las mejores condiciones de productividad. Sin embargo, en la actualidad estamos consorciado el cultivo con plantas de porte bajo como la sandía. En nuestro ambiente la germinación ocurre en tres días normalmente y la emergencia en cinco a seis días, depende de la calidad de la semilla y de la humedad del suelo. Sobre la cantidad de plantas por hectáreas empleada aquí lo mínimo de cinco mil plantas, hasta ocho mil. Esa cantidad depende de la época de siembra, si plantamos de octubre a febrero la densidad va ser de 2 m x 1 m que permite colocar cinco mil plantas por hectárea. Si realizamos la siembra durante los meses de marzo a agosto vamos sembrar de tal obtener tener ocho mil plantas hectárea es decir 1,25 m x 1 m (Kalo, jovem rural, 21 anos). Para nosotros, la mejor época para realizar la siembra son los meses de noviembre y diciembre, porque es la que nos da el mejor rinde. O sea, las plantas llegan a una altura moderada, con capullos desde abajo hasta arriba y bien cargadas. La siembra de los meses de setiembre y octubre crecen muy bien vegetativamente, ganan muchos en altura pero desarrollan pocos capullos y solo en la parte superior de la planta. La siembra de otoño e invierno solo producen plantas enanas de pocos capullos que tienen poco valor comercial y no cargan el hachís (No'ono).

Os jovens sabem que, para alcançar melhores resultados da produção, é necessário semear na primavera e no verão, épocas mais quentes e ensolaradas, considerando que o ciclo normal do cultivo é de 180 dias. O jovem rural Vito, 25 anos, esclarece:

Los que sembramos de octubre hasta febrero son las que nos dan los mejores resultados. Los sembrados a partir de marzo la naturaleza le apura y el ciclo se acorta, las plantas crecen menos, para salvar esta situación aumentamos la densidad por hectárea; la planta se muestra que quiere madurar más rápido antes del invierno. Las sembradas en estas épocas llamamos nosotros en la frontera de 'safrinha' y estas acumulan poco o casi nada de hachís.

Portanto, na região de Amambay, o trabalho na produção de *cannabis* é contínuo praticamente durante todo o ano. Não é fácil atingir a densidade ideal mencionada, pois exige muita habilidade e precisão do operador, mas a área com densidade muito baixa de planta não compensa, pois reduz a produtividade (Figura 2).



Figura 2 – Tipo de planta preferida: não muito alta, com muitas buchas bem carregadas
Fonte: do autor (2012).

A prática agrônômica conhecida como raleio, que consiste na eliminação de plantas germinadas em excesso, deixa, dessa forma, linear a quantidade de plantas por metro, respondendo aos interesses do agricultor, de acordo com as manifestações de um jovem produtor do Departamento de Amambay:

Nosotros realizamos el raleo después de una lluvia y cuando las plantas se encuentran en una altura aproximada de 25 cm. Pues, en este momento del crecimiento, ya es posible de observar cual de las plantas presentan mayor vigor y procedemos a eliminar las mas raquíticas, las que se presentan defecto en su formación. Todo esto en la idea de obtener un rendimiento optimo del cultivo (Taio, jovem rural, 20 anos).

É importante frisar que o raleio, juntamente com a sexagem constituem práticas de manejo muito importantes no cultivo de *cannabis*, excetuando a colheita, é claro. Isso porque, durante o ciclo do cultivo, a planta escassamente apresenta algum tipo de problema que possa requerer práticas de ataques de pragas ou de doenças ou ainda de ervas daninhas.

O interesse de quem cultiva *cannabis* são plantas fêmeas: são elas que produzem flores e acumulam o THC. Quando não são polinizadas, não geram sementes e usam energia

para produzir ainda mais princípio ativo. Portanto, reconhecer e retirar do cultivo as plantas machos são práticas conhecidas como “sexagem”, “capado” ou “desmacheado”, que consistem na eliminação do cultivo das plantas de sexos masculinos. É importante destacar que a planta de *cannabis* constitui-se em uma planta dioica: “di” significa duas, e “oica” significa casa. Sobre essa prática, um jovem apontou que nunca foi ensinado por ninguém, mesmo assim ele faz o cultivo. Veja-se a interessante declaração desse jovem rural, que produz cânabis em uma região do Departamento de Amambay:

Tenemos realizar si o si el trabajo de sexado en este cultivo, porque, de lo contrario, nuestra cultivo será sólo de planta macho. En este caso, no es de nuestro interés planta macho. Dejamos todas las plantas hembras que se fortalezcan y que produzcan flores. Las plantas machos arrancamos y dejamos ahí para que pueda pudrirse y servir de abono. A partir de los cuatro a cinco semanas de haber germinado ya podemos distinguir cual es planta hembra y cual es planta macho. Mirando, si miramos detenidamente reconocemos cual es planta hembra por su formato mas redondo que recuerda la figura de una mujer. Esta planta se parece al mamonero cada planta es hembra o es macho. Lo que yo noto es que cuando salen las plantas muy encimado hay mas planta macho (Taru).

Quando o objetivo dos jovens agricultores é a venda de *cannabis* e haxixe, a presença das plantas machos no cultivo não é bem-vinda, pois neste caso não será necessário pólen para realizar a fertilização das plantas fêmeas. Por questões naturais da planta, se existe uma plantação muito adensada, a tendência será de um número maior de indivíduos machos. Uma boa densidade de plantação, para o Departamento de Amambay, favorece a predominância das plantas fêmeas no cultivo. O manejo da densidade apropriada de plantação é requerido de parte dos jovens agricultores, pois as plantas masculinas produzem menos clorofila, daí a sua folha ser menos verde quando comparada com a das plantas fêmeas. A planta macho pode florir com menos luz, com isso se explica que menor luminosidade guarda uma relação direta com o número de plantas machos. Em condições favoráveis, em três semanas de crescimento normal, as plantas masculinas apresentam uma coloração verde mais clara, são mais altas e finas, possuem menos folhas e os galhos nascem do talo a uma distância maior uns dos outros. Entre a sexta e sétima semanas, aparecem os penachos na ponta. Nas mesmas condições, as plantas fêmeas são baixas e mais redondas, de coloração verde intensa, e os galhos nascem muito mais próximos uns dos outros (CASTILLA, 2005).

Para a colheita, na maioria das vezes, são “contratados” grupos de jovens para somar o quantitativo de mão de obra necessário para essa tarefa, inclusive jovens indígenas, assunto que será tratado no próximo capítulo. Na atualidade, os operadores do crime “sócio” não permitem que os trabalhadores da colheita abandonem o campo de cultivo de um parceiro, somente depois de ser coletado e secado tudo o que se produziu no lugar. Tal código tem

propósitos muito claros, quais sejam: evitar assaltos no momento de processar ou despachar a mercadoria pelo seu próprio grupo de ex-trabalhadores ou evitar uma delação para outros grupos para a polícia e/ou evitar uma intervenção dos organismos de repressão. Em relação à colheita, um jovem declarou:

En un ciclo normal de cultivo la cosecha tarda en llegar 6 meses. Los indicativos que nosotros tenemos en cuenta son los siguientes: el ciclo, el amarillamiento de las hojas bajas y la total liberación de los pelos (fibra de color blanco) de parte flor femenina o sea el capullo se queda libre de una especie de pelos que le recubría. Para cosechar una hectárea de marihuana necesitamos mínimamente de 8 a 10 jornaleros que estén trabajando con nosotros, trabajando con esta cantidad de gente la cosecha de una hectárea nos lleva aproximadamente 4 a 5 días (Perú, jovem rural, 27 anos).

Dependendo da encomenda feita pelos compradores das cidades aos “sócios”, a colheita é realizada, na atualidade, de duas maneiras, segundo um jovem rural entrevistado:

Iniciamos esta actividad por la mañana, una vez que se haya levantado la humedad y el rocío. Por un lado, si el pedido es para enviar marihuana normal procedemos al corte de la planta a ras del suelo y pasado 3 a 4 horas recogemos esa planta y procedemos a separar, mediante estrujado con las manos los capullos, todo esto encima de carpa negra. Dejamos en ese lugar para completar el secado, el resto de la planta ya desechamos en este momento y mediante la ayuda de un cuchillo procedemos a retirar el hachís que quedo impregnado por las manos de cada de cosecheros. Este juntamos en bolitas de forma separada porque se negocia con precio diferenciado y por unidad. En este caso, obtenemos, en un primer momento, marihuana pura y, en un segundo momento, hachís concentrado. Por otro lado, si el pedido es para preparar una carga de determinado kilos de marihuana pura impregnada de hachís procedemos a retirar de la planta el capullo con la ayuda de una tijera y procedemos a secar. Consiste en un trabajo más fino, también en este caso podemos cortar la planta de forma entera a ras y dejar secar por un tiempo y luego separar el capullo sin proceder al estrujado con las manos (Vito, 25 anos).

“Bucha” é um termo fronteiriço utilizado para denominar a inflorescência feminina que se forma à medida que as flores de desenvolvem. Elas se apertam em tal profusão que acabam ficando parecidas com um aglutinado grosso e aferroado ou um denso amontoado de pele de animal usada para casacos. É por isso que, em espanhol, usa-se o termo “cola” – que significa rabo de animal – para fazer referência aos galhos floridos superiores da cânabis. Aninhadas nas bases das pequenas folhas que ficam perto das extremidades dos galhos, as flores formam cachos densos, conhecidos também como “berlotas”.

Do cultivo de cânabis, obtêm-se a cânabis propriamente e o haxixe, que são drogas acumuladas, principalmente, nas flores e folhas das plantas fêmeas da espécie *Cannabis sativa*, ricas em THC, seu princípio ativo mais importante. A *cannabis* é o preparado de folhas e flores em si, enquanto o haxixe é a resina extraída dessas partes da planta. A *cannabis* das folhas e flores do topo da planta fêmea concentra THC de 2 até 8%. O haxixe é a resina das

flores, parte da planta que tem a maior concentração de THC, que pode variar de 5 até 20% (CONRAD, 2001).

Como qualquer outro cultivo, o momento da colheita é muito importante para os jovens rurais entrevistados, pois indica o momento em que se aproxima da comercialização da safra. Dessa forma, eles podem receber o pagamento de todos os riscos e sacrifícios que fazem parte da produção. Os jovens rurais Kachi e Leoño relatam os cuidados do processo da colheita (Figura 3):

En un día de pleno sol el secado de la marihuana se completa en un día, pero las cosechas a partir del mes de abril el secado lleva más tiempo, habiendo la necesidad de exponer al sol cada día hasta secar completamente teniendo el cuidado evitar las manchas negras en esta etapa que desvaloriza el producto. La coloración verde debe mantener en todo momento, pues el mercado consumidor así lo exige, una que se vuelva negra pierde su valor comercial en el exterior (Kachi, 26 años).

En el momento de la cosecha es importante mantener el silencio del grupo, a fin de actuar con agilidad y rapidez, en la idea de aprovechar un buen tiempo sin lluvias y los días sin neblinas que caracteriza esta región. Generalmente se trabaja en propiedades ajenas de ahí la importancia de trabajar en silencio, a fin de evitar ser descubiertos por personas extrañas a la actividad. Desarrollado en el lugar que pueden llegar al lugar si escuchan la movilización de muchas gentes y, posteriormente, como delator o intentar cometer algún tipo de asalto o robo de la mercadería (Leoño, 23 años).



Figura 3 – Secagem das buchas no meio da plantação, sobre lona de plástico negro

Fonte: do autor (2012).

Na época da colheita, depois de um dia de jornada mexendo com a planta, na hora de voltar ao acampamento, deve-se proceder à coleta do haxixe que ficou impregnado entre os

dedos das mãos e os punhos. Esse procedimento é realizado com a ajuda de uma faca sem serrilhas, raspando suavemente e acumulando-o em forma de “bolinhas”. Tal produto, na hora da comercialização, obtém um maior preço, pois constitui simplesmente a resina concentrada que se extrai da cânabis. Normalmente, ela é granular ou sólida, na forma de pequenos pedaços, e a coloração varia de amarelo-mostaço a marrom-escuro. Existe no mundo uma grande disparidade de opiniões sobre o haxixe, referentes ao fator cor/potência. Alguns dizem que as “bolinhas” mais claras são as menos concentradas em THC e que as escuras são mais ricas nessa substância (MPN, 2000).

Os agricultores do Departamento de Amambay defendem a ideia de que o haxixe em forma de bola é igual “à cânabis da qual foi extraída e que, portanto, a potência do haxixe varia” de “bola em bola” e a potência de cada “bola” depende do seu conteúdo em THC na resina da planta de cânabis em questão. Considerando as palavras de um jovem rural entrevistado nesta pesquisa sobre a produtividade e as variedades:

En años excepcionales, comportamiento del tiempo excelente y prácticas agronómicas oportunas, podemos llegar en nuestra región a una productividad de hasta 2.000 kg/ha de cânabis prensada e de 1,5 até 3 kg de hachís. Yo puedo decir que conozco bastante la práctica agrícola de la marihuana. Sin embargo, desconozco las variedades con que trabajo, puedo distinguir apenas dos tipos de planta: la ‘común’ y la ‘mentolada’. La ‘común’ fue la que primero llevo en esta frontera y también conocida como ‘tradicional’ o del tipo ‘escoba’. Posteriormente, llevo un segundo tipo de marihuana, que recibe la denominación ‘mejorada’ o ‘mentolada’. En el campo de cultivo es fácil diferenciar cada tipo por notable diferencia que presentan (Kalo).

Especula-se que essa variedade “mentolada” de *cannabis* é baseada em uma manipulação genética em laboratório, embora não exista comprovação desse fato. Poderia ter se originado de uma mutação genética, ocorrida devido a fatores como clima e solo. Somente uma pesquisa aprofundada sobre o tema poderia responder a essas questões genéticas da planta. Mas, pela experiência de chegar até aos campos de cultivo, nesta pesquisa, foi comprovada a presença dos dois tipos em uma mesma parcela. No âmbito dos órgãos de combate, PN e Senad manifestam um rendimento maior do mencionado aqui por hectare, mas isso deve ser entendido como uma forma de justificar a atuação deles.

O processo de estigmatização contra a *cannabis* funda-se na desinformação a respeito das características botânicas da planta e nas características culturais das comunidades que realizam essa prática. Um dos principais mitos relacionados com esse tipo de cultura, segundo Vidal (2010, p. 92):

É a acusação de que tais técnicas de cultivo e os novos híbridos da planta possibilitariam plantas com maiores quantidades de resina e princípios ativos,

incorrendo em maiores riscos e danos à saúde dos usuários. De fato, a produção de resina e inflorescência depende como vimos dos cuidados do cultivador e das técnicas empregadas. Porém, alguns pesquisadores afirmam que qualquer linhagem de maconha, quando bem cuidada poderá produzir muitas flores e grandes quantidades de resina. No entanto, isso não significa dizer que, por isso, as plantas sejam geneticamente modificadas, muito menos que os usuários estejam consumindo maconha de forma mais arriscada ou perigosa.

Para o autor, seria muita ousadia acreditar que os cultivadores dos tempos de hoje, em menos de cinquenta anos de contato com a planta, tenham chegado a desenvolver tecnologia de cultivo extremamente revolucionária e inovadora. É importante frisar que o pouco que os cultivadores fizeram esteve restrito ao resgate, registro, difusão e adaptação nas condições específicas do regime proibicionista vigente em cada lugar, não obstante os agricultores agregaram suas sapiências motivados pelos ganhos dos cultivos(VIDAL, 2010).

Pode-se dizer que o trabalho do jovem rural compreende desde o plantio até a colheita e a secagem na cadeia da cânabis no Departamento de Amambay. Vale frisar que a maioria dos produtores vende ou entrega sua produção em forma bruta aos “sócios” ou grupos que possuam a infraestrutura necessária para realizar a fase seguinte. Isso não quer dizer que o agricultor não possa realizar algumas etapas do processamento da *cannabis*. Para fazê-lo, teria que realizar outros tipos de negociações ou um novo “contrato” com agentes do narcotráfico.

3.3 Locais dos cultivos e a vida nos acampamentos

Na época em que se iniciavam as plantações comerciais de *cannabis* nessa parte da fronteira, foi relativamente fácil manter o cultivo na clandestinidade. Bastava investir na abertura de uma clareira no meio das grandes florestas do Amambay, que então existiam cobrindo a maior parte do território. A preparação do solo das roças de cultivo consistia em deixar a área secar para depois queimá-la. Após a primeira chuva, procedia-se à semeadura.

A partir da década 70, iniciaram-se as grandes derrubadas de floresta no país, para permitir a expansão da fronteira agrícola. Na atualidade, existe uma grande preocupação no sentido evitar que os cultivos impliquem o desaparecimento das florestas quase por completo. Então, os cultivos de maconha dos tempos atuais estão situados em lugares com topografia de difícil acesso e distantes dos locais de residência dos jovens agricultores. Na atualidade, os jovens agricultores se mobilizam em motocicletas, geralmente sem documentação ou com documentação fria. São empregados, sem qualquer vínculo trabalhista, para desenvolver a

cultura da *cannabis* nos parques nacionais, reservas legais dos grandes proprietários, comunidades indígenas e algumas outras propriedades do Estado, que até agora possuem floresta. Tendo em conta essas situações, torna-se indispensável montar um acampamento nas proximidades dos lugares onde se realizam os cultivos. Um jovem rural relatou:

Mi cultivo se encuentra distante de este lugar a 60 km. Una hora más de o menos por camino de tierra que no es tan buena al menos en época de lluvia. Antes de llegar al lugar del campamento y el cultivo vamos a pasar un arroyito que nos provee de agua para nuestro terere y bañarnos. Al fin de la jornada de cada día y por cuestión de estrategia solo atravesamos en un punto caminando sobre árboles tumbados para servir como puente. Yo prefiero construir mi campamento bien al borde mi cultivo. Ahí está nuestro llamado campamento o 'rancho'. Todo bastante simple. Como acá tenemos maderas, entonces, la cortamos y colocamos como horcones principales con una altura aproximada de tres meses y los horcones laterales de metros libres respectivamente. Les pones las tres vigas y algunas tijeras y tenemos el esqueleto del rancho y la techamos con plástico negro como techo. El largo y el ancho depende de la extensión del cultivo, lo normal como podrás observar tenemos en este lugar tres rancho y una cocina en el mismo esquema. Utilizamos aquí como silla los tocones, pedazos de madera y piedras como silla (Leño).

Consultado sobre as possibilidades de realizar o cultivo de *cannabis* perto de sua morada, nas propriedades da família, a fim de não ter que ir acampar em propriedades alheias, longe da casa, em ambiente bastante hostil, o mesmo jovem fez a seguinte declaração:

No acostumbramos localizar nuestras plantaciones cerca de nuestra casa, puede ser en otros lugares yo nose. Porque si cultivamos cerca de nuestras casas en caso de una intervención todos los mayores de edad residente en la casa son capturados y llevado preso, no solo aquel que se hace responsable. Y si nuestros padres son muy viejos y los hijos no estén en ese momento son llevados hasta que nos presentemos para que ellos puedan liberado. Las intervenciones también suelen ser aparatosa y le asusta todo a nuestra gente. Y si ocurre una intervención y tenemos una visita ellos también van pasar por malo momentos. Otra cuestión es que los vecinos por 'a' o 'b' entran en chacra del vecino, incluso los transeúnte también para cortar camino pasan por nuestros cultivos y si encuentran nuestra plantación. Puede que nos delaten, pero va dejarnos con una preocupación También si cultivamos acá cerca debemos de doblar el área para obtener una producción acorde a los que tenemos en los lugares distantes de aquí, porque tenemos que asociar con otro cultivo (Perú, jovem rural, 27 anos).

Os acampamentos são erguidos de forma precária, sempre nas proximidades dos cultivos, com paus verdes cortados na mata do lugar e acondicionados de tal forma que as vigas centrais sejam mais altas, a fim de permitir uma declividade para ambos os lados. O centro do barraco é dotado de maior altura para facilitar o escoamento da água sobre o teto de plástico negro. A dimensão do acampamento vai depender da extensão dos cultivos, que, por sua vez, determina o quantitativo de pessoas a serem alojadas durante o ciclo do cultivo. Durante o período de colheita, quando o efetivo de trabalhadores aumenta, é preciso aumentar

a área do acampamento ou aglomerar-se ainda mais, especialmente nos momentos de descanso e alimentação. Assim, as dimensões dos acampamentos são variáveis, mas devem ter, no mínimo, 3x4 metros (Figura 4).



Figura 4 –Interior de um acampamento, onde ficam alojados os produtores de cânabis
Fonte: Dinar (2012).

O jovem rural Leoño relatou, com detalhes, as dificuldades impostas pela experiência de acampar nesses lugares para produzir a planta proibida:

En la época de verano, los problemas de pasar la vida en este lugar son principalmente luchar contra los insectos, otros bichos y acomodarnos en los días de lluvia. Ya en los días de frío es muy complicado. Para poder aguantar, hacemos fogatas que se queman noches enteras que nos den calor porque nuestros ranchos no tienen paredes. Estos plásticos, con el frío, se hace mas frío todavía y los vientos del sur arrecian, estos lugares son muy fríos y las faenas son pesadas necesitamos descansar para recuperar las energías para el día siguiente. En los campamentos, nosotros nos ingeniamos para preparar nuestro lugar para dormir y descansar en nuestra hora de folga, especialmente cuando nos toca pasar en este lugar los días feriados. En ese sentido, nuestra cama preparamos con recortes de madera rollizas, unas a lado de otra, según la dimensión que necesitemos la construída con madera le llamamos 'empalizado'. Si en los bordes de los arroyos conseguimos bambú empleamos ellas para hacer nuestra cama o tarima preparada con hacha la llamamos a esto 'escarniso'. En ambos casos, colocamos sobre cabezales de madera nunca en el suelo y sobre ella colocamos nuestros colchones precarios preparados con 'espartillo' y nuestros ponchos.

Pelo relato, pode-se notar que a vida nos acampamentos exige sacrifícios. Impõe uma vida isolada do resto do mundo, onde se ouve apenas rádio a pilha, do qual os acampados nunca se desligam, pois permite ouvir músicas e as notícias do mundo, do país e do departamento. Ainda no que se refere à rotina e à ordem no acampamento, o jovem Luchi manifestou:

El que manda y da órdenes en el campamento es el dueño del cultivo. Es el que tiene trato con un 'socio', que se compromete con él para producir la droga, conocido

también como 'uru' que puede ser un joven o una persona mayor. Cada día nos levantamos tempranito, tomamos nuestro mate, el que no toma mate ya toma cosido con galleta e iniciamos la tarea del día de esta forma. A media mañana desayunamos y tomamos terere y continuamos nuestra labor hasta el medio día, para almorzar y descansar un poco por espacio de una hora y tomamos el terere de la tarde nos vamos hasta el fin del día volver bañarnos, cenar y dormir. Hace parte de nuestra rutina también en nuestro campamento de par de ropa que usamos a lo largo de una semana que lavamos los domingos y en la cabecera del cultivo dejamos al salir de este lugar. O sea, evitamos llevar por el fuerte olor impregnando por la planta. Por lo general, el 'uru' designa para cada semana un 'ranchero' para preparar la comida para los compañeros de trabajo que va rotando o en su defecto ya se tiene un personal designado específicamente para este menester.

Em relação às comidas preparadas nos acampamentos, um jovem rural entrevistado destaca:

La comida, generalmente, es muy buena a base de carne que nosotros los paraguayos no estamos acostumbrados a comer sin carne que puede ser de vaca o algún otro animal silvestres casado en este lugar como 'guazú', 'tatu', 'akuti', 'mbore' entre otros. Lo que casi siempre falta es la mandioca porque no se tiene en estos lugares y traerlo resulta muy pesado y pudre muy rápido. En su caso es reemplazado por galleta y más tarde por koquito (Perú).

Mas, quando questionado sobre o consumo de *cannabis* nos ambientes de trabalho, o jovem Perú empregou o termo “uru”, que, traduzido, significado “jefe”, sendo enfático:

En el campamento, es completamente negativo. No se consume! El 'uru' y los 'socios' prohíben, porque puede complicarnos acá. Lo que se consume en este lugar es la bebida alcohólica, a la tardecita, para matar el cansancio, pero controlado y el cigarrillo es libre también. Relativo a la presencia de las mujeres trabajando igual que nosotros nunca e visto. El trabajo agrícola de la marihuana es reservado para nosotros los varones, la única persona que puede recibir o estar acompañado de su mujer es el 'uru'.

Os trabalhadores acampados, segundo os entrevistados, sempre devem manter-se em alerta, a fim de evitar qualquer tipo de surpresa. Nesse sentido, quanto aos tipos de armas ou ferramentas disponíveis nesse lugar, destaca No'ono:

Nuestras herramientas de trabajo son: moto sierra, hachas, machetes, palas, asadas, equipos de iluminación, lámpara de gas, las carpas negras o amarillas, guadañas, tijeras, zarandas, bolsas plastilleras, piolines de nylon entre otros. Como armas o elementos de seguridad tenemos escopetas, rifles para casar animales silvestres y defendernos en eventuales caso de ataque de personas extrañas, principalmente cuando se acerca de la época de cosecha los peligros de que seamos objetos de algún ataque. En este lugar y ya ocurrió con otros trabajadores, con nosotros nunca ocurrió gracias. En caso de las fuerzas de represión la instrucción es de escaparnos dejando todo hacia atrás no intentar resistir. Tenemos todo lo referente al equipo de primero auxilio como algodón agua oxigenada, alcohol, espiral, repelente, calmante para dolor de cabeza, de estomago entre otros, suero antiofídico y como equipo de movilidad motocicletas y bicicletas.

Fraga e Iulianelli (2011, p. 28), indicam que a dinâmica do trabalho no polígono brasileiro da cânabis obedece a padrões semelhantes ao estudado no Paraguai, quando fazem a seguinte referência:

No cotidiano requisita do trabalhador rural uma cota de sacrifício, não devido à cultura da cânabis, relativamente mais simples que a de outros produtos, restringindo-se à poda e hidratação, mas pelo fato de ser ilícita. Para evitar roubos geralmente não se abandona o local de plantio durante o período do cultivo. Por isso, montam-se onde as pessoas se revezam na vigilância. O cuidado com o plantio visa mais evitar roubo ou furto de plantios por parte de outros grupos envolvidos no negócio ilícito que propriamente resistir a operações policiais. Comunmente quando a polícia descobre e reprime um plantio não há troca de tiros: procura-se fugir, abandonando o cultivo.

O período de permanência no acampamento só é mais prolongado na época da colheita. Dois jovens rurais comentaram as particularidades dessa fase do cultivo da *cannabis*:

El período más largo de permanencia en los campamentos es el momento de la cosecha. Este se inicia a partir del momento en que madura los capullos, a fin de evitar posibles saqueos que pueden ocurrir, durante este período. Cuando realmente la mies está madura, pronta para cosecha es lo se necesita la mayor cantidad de personal para que podamos aprovechar a plenitud la producción y obtener un producto bien sazonado y concentrado en THC. En esta etapa, los 'jefes' o 'uru', una vez iniciado el periodo, prohíbe la salida del campamento de los personales a su cargo para evitar cualquier tipo de situación de comprometimiento (Leoño). La marihuana no es una planta mágica como muchos piensan. Exige cuidado su producción como cualquier otro cultivo. Por tanto, durante todo el ciclo productivo, debemos de cuidarla y pasar a convivir con ella por lo menos tres días por semana en los campamentos. Un joven agricultor jefe de un área de cultivo de marihuana cuando no se encuentra en su campamento queda en casa de sus padres descansando, ejecutando algunas labores cotidianas de la casa, ya sea con los animales domésticos y en el cuidado y producción de los rubros tradicionales que sirven también para renta y abastecimiento de la familia (Vito).

Prosseguindo o tratado com os jovens produtores de *cannabis* no Departamento de Amambay, focado desta vez sobre as possibilidades de voltar a plantar no mesmo local no ano ou período seguinte, Kalo apresentou a seguinte explicação:

Según nuestra experiencia y las potencialidades agronómicas demostradas por la planta y por las necesidades de economizar tiempo y trabajo para la apertura de una nueva área. Es común entre nosotros sembrar la marihuana en el mismo terreno anteriormente cultivado. La productividad del cultivo aumenta por tres años seguidos, aproximadamente. Luego, el suelo ya se resiente y ya no mantiene la producción. No obstante, casi todos los cultivos tradicionales son considerados empobrecedores de la fertilidad de los suelos, que exige rotar con otros tipos cultivos de un periodo para otro y realizar la corrección del suelo y agregado de fertilizantes. Esa práctica de fertilizar y corregir el suelo en el ámbito de los pequeños agricultores paraguayos no existe.

Essa particularidade apresentada pela *cannabis* é o fenômeno conhecido como alelopatia positiva², que, nos últimos tempos, tem dado origem muitas pesquisas no campo da Química do Solo, no intuito de usar a planta de cânabis na prevenção, no sentido de inibir a presença de outras plantas invasoras.

Então, pode-se dizer que a utilização da mesma área para voltar a semear seguidamente *cannabis* constitui uma vantagem, tanto no sentido agrônômico quanto no sentido de poupar o agricultor da preparação de novas áreas para instalar o seu cultivo. Na avaliação de um jovem rural, a reutilização de uma mesma área de cultivo traz algumas desvantagens:

Esta práctica es ventajoso, pues se aprovecha la misma área, se re-aprovecha la utilización de las instalaciones de los campamentos convirtiendo la en semipermanente. Una vez de las desventajas de esto, es que el trabajo se vuelve muy vulnerable a las intervenciones de los organismos de combate y para los posibles asaltos y robos de otras gentes, de ahí que esta práctica no es realizada con asiduidad (Kachi).

Por causa de tais práticas de mobilidade dos cultivos, a produção da *cannabis* no Departamento de Amambay está localizada em lugares remotos, aproveitando as últimas reservas florestais existentes nos lugares de terrenos acidentados. Um jovem rural entrevistado detalha um pouco esse ponto:

En la generalidad de los casos nosotros localizamos nuestro cultivo de forma estratégica, una vez derivamos los árboles y abrimos un claro en medio de la serranía, de tal forma que el cerro podamos utilizar como escudo de protección. Los pasadizos que nos permite acceso a estos lugares sólo nosotros conocemos. Por tanto, gente que no conoce el lugar puede llegar pero le va costar bastante. El acceso no es fácil. Por otro lado, en los puntos estratégicos antes de llegar hasta este lugar son preparados los puestos de vigilancia donde son apostados los ‘campanas’ o vigilante, cuyo trabajo consiste en alertar a los que se encuentran trabajan en el interior de los cultivos del acercamiento de personas desconocidas, a fin de que puedan estar prevenidos de un posible avance hacia ellos de intrusos, armado con cohete tipo 12 x 1. Cuando de verdad el vigilante observa el avance de los no convidados al lugar dispara su arma para evitar la sorpresa en el campamento. Se busca en la medida de lo posible colocar a la ‘campana’ 1 km de distancia de los ranchos o cultivos, de tal forma que su advertencia pueda ser de utilidad. Ocurre a veces que falla la campana (Ta’io, 20 años).

A *Cannabis sativa* nessa fronteira apresenta dois fenômenos: aclimatização e naturalização. Relativo ao primeiro, sendo uma planta exótica dessa região, ela se desenvolve com a maior naturalidade, daí sua capacidade de produzir durante todo o ano. Isso significa

²Alelopatia, segundo Rice (1984), é um fenômeno que produz qualquer efeito direto ou indireto danoso ou benéfico que uma planta (incluídos micro-organismos) exerce sobre outra pela produção de compostos químicos liberados no ambiente. Esses compostos são conhecidos como aleloquímicos e podem acarretar efeitos benéficos (alelopatia positiva) ou efeitos prejudiciais (alelopatia negativa) aos organismos sucessores.

que a fisiologia da planta se adaptou nesse ambiente. Relativo ao segundo, ela se multiplica naturalmente e não requer um tratamento especial para produzir semente em todas as épocas do ano. Essa naturalização também se explica pelo fato de que, onde houve uma plantação de cânabis, nos anos sucessivos, as sementes seguiram germinando. Essas plantas originadas de sementes de anos anteriores são conhecidas como plantas “guachas”. Os leigos na matéria poderiam pensar em deixar crescer e, seguidamente, fazer a colheita. No entanto, elas não representam nenhum interesse para os cultivadores de *cannabis* pelo fato de serem bastante irregulares na sua germinação e muito heterogêneas no seu crescimento. Sobretudo, pelo *stand* que elas representam por unidade de superfície, não compensaria economicamente trabalhar com as plantas “guachas”.

No ano de 2010, aconteceu um fato curioso na propriedade da Universidad Nacional de Asunción (UNA), que se encontra localizada a 20 km da cidade de Pedro Juan Caballero, no distrito de Raúl Ocampos Rojas, mais conhecida como a comunidade de “Chiriguelo”. Ali funciona o Campo Experimental da Facultad de Ciencias Agrárias, filial de Pedro Juan Caballero, com uma extensão de 102 hectares, dos quais apenas 30 hectares são utilizados normalmente. Os restantes 72 hectares constituem uma das últimas reservas de floresta nativa de Amambay. Em uma verificação de rotina dos técnicos e funcionários, foi descoberta uma plantação de *cannabis* de aproximadamente 4 hectares, no seu ponto de colheita. O fato foi comunicado às autoridades da UNA, e eles deram a ordem aos funcionários para estabelecer contato com os cultivadores com a seguinte mensagem: “Considerando que o cultivo se encontra no seu ponto de colheita, colem tudo na brevidade do possível e abandonem o lugar e nunca mais voltem a cultivar aqui, que serão denunciados diante das autoridades de repressão.” Assim foi feito e, até hoje, não voltaram a invadir a propriedade para esse tipo de trabalho na clandestinidade.

Sendo Pedro Juan Caballero e Capitán Bado os dois municípios do Departamento de Amambay de produção ilegal de *cannabis*, é importante mencionar os principais distritos onde se produz essa planta. Referente a Pedro Juan Caballero, foram encontrados cultivos em: Estrella, Nueva Aquidabán, Portera Ortiz, Cerro Cora’i, Nueva Aurora, Victoria’i, Victoria Guazú, Cumbre, Chiriguelo, Primero de Mayo, Santa Clara, Maria Auxiliadora, Piky, Cerro Guazú, Gasory, Aceite’i, Lorito Picada, Ñandejara Puente, Mafucci, Republica, Y’ambue, Virgen de Caacupe, Fortuna, Naranja Hai, Potrero’i, Potrero Sur, entre outros. Referente a Capitán Bado, pode-se indicar os distritos de: Mariscal López, Pakola, Aguará Veve, Manta Potrero, Panadero, Asierria Kue, Cerro 21, Rincón de Julio, Bernadino Caballero e outros. Isso não significa dizer que outros distritos não mencionados estejam livres de plantações de

cânabis; nos últimos tempos, Capitán Bado se tornou quase uma zona liberada, em outras palavras, para as pessoas do lugar, não se constitui mais nenhuma novidade encontrar, na beira do caminho, plantações de *cannabis*.

3.4 Os jovens rurais no processamento da *cannabis*

A *Cannabis sativa* cresce praticamente em qualquer lugar do planeta – nesse sentido pelo menos 172 países no mundo produzem maconha ou haxixe. Essa é a maior colheita ilícita no mundo em termos de volume, mas essa estimativa é recheada de imprecisão porque a produção se dispersa. A obtenção de droga a partir dessa planta favorece o seu consumo, pois apenas requer passar por um processo físico-mecânico e já pode ser consumida, enquanto o haxixe deve passar pela secagem para ficar pronto para o consumo dos usuários e viciados. Isso também explica porque a cânabis é a droga mais barata no mercado. A cocaína que se fabrica a partir da planta, também neste caso *Eritróxila coca*, deve passar por longos processos químicos, com a utilização de grande quantidade de tambores de água, de fogo e de querosene de ácido sulfúrico para transformá-la em pasta base, realizadas nas selvas andinas. A mesma pasta base deve ser lavada com acetona e éter e, por último, com ácido nítrico, para deixá-la em ponto de “neve” ou cocaína pura. Esse refino é realizado em laboratório na selva, mas na atualidade realiza-se nas cidades, no Paraguai e no Brasil, para seguir o seu caminho para a Europa, por exemplo (MOTTA; IULIANELLI, 2000).

De acordo com Motta (2008, p. 101), do ponto de vista da produção agrícola e considerando as diferentes necessidades técnicas e orgânicas dessa planta:

O cultivo da maconha pode ser em princípio caracterizado como atividade agroindustrial, porque existem semelhanças básicas, levando-se em conta as atividades de plantio, conservação, prensagem e distribuição. Mas em relação a outras plantas criminalizadas, como a coca, existem diferenças importantes, sobretudo por fazer parte da dimensão étnica da população que a cultiva. Além disso, a maconha é consumida in natura e a coca in natura é apenas uma planta religiosa e suporte medicinal para o trabalho na altitude andina (para se tornar ‘droga’ é preciso agregar valor por um processo de transformação em cocaína o que já representa um outro produto). Com a maconha, o processo de transformação é mais simples, envolvendo apenas a prensagem da planta depois quase artesanal de secamento.

Vale a pena deter-se na análise do processamento pelo qual passa a *cannabis* no Departamento de Amambay, antes de seguir rumo aos grandes mercados da América do Sul

ou de outras partes do mundo. Poder-se-ia dizer que o processamento constitui uma segunda parte no marco da produção, considerando que a primeira parte termina com colheita e secagem da bucha e das folhas da parte superior da planta que contém THC. É importante salientar que nem todos os agricultores que produzem cânabis realizam o processamento do produto. Tal processamento geralmente é feito por outro agente mais especializado e muito especialmente por grupos que possuem a infraestrutura necessária para realizá-lo. Então, os agricultores que realizam cultivo, processamento e venda nesses lugares fazem apenas os procedimentos iniciais do processamento da *cannabis*, conforme depoimento de um jovem rural:

Todo se inicia en un buen secado anterior. Procedemos a pasar por el zarandeo para eliminar las hojas livianas que no nos sirven y separar completamente de los palitos, restos de gajos, de tallos, etc., Este es un trabajo que exige paciencia, tiempo y dedicación. Aquí es importante la participación de las mujeres ya que se realiza sentada, sin mayores esfuerzos es un trabajo más fino. Yo por prefiero procesar la marihuana antes de cultivar porque en esta parte de la cadena se gana más y de forma más rápida. Es un trabajo de especialista y cuando iniciamos no existe hora para terminar. Uno comienza y para solo cuando termina la tarea, se hace de día y de noche. Cuando el agricultor no tiene condiciones de procesar su producción lo vende en bruto una vez efectuado la cosecha y el secado. En este caso, el comprador procede a contratar un equipo especializado en prensar marihuana. Si el propio agricultor va realizar el prensado de su cosecha, se utiliza el mismo campamento. Pero si lo vende y otro grupo va realizar el prensado. La marihuana seca se traslada otro sitio en la búsqueda de mayor comodidad para prensar y evitar permanecer por demasiado tiempo en un determinado lugar que implica peligro de todo los tipos (Lopo, jovem rural, 22 años).

Nessa parte do trabalho de processamento, alguns grupos “contratam” mão de obra feminina, com o propósito de realizar o trabalho específico de limpeza, necessária antes da prensagem, principalmente quando a encomenda solicitada pelo comprador do carregamento é do tipo 2x1. Nesse caso, nenhum palito deve conter o “tijolo”. Anteriormente, para o prensado, empregava-se prensa rudimentar, adaptando-se para esse efeito as prensas de madeiras à empregada para prensar tabaco, mas perdia-se muito tempo como elas. Porém, com o passar dos anos, foram aparecendo as prensas mais modernas, graças aos engenhos dos prensadores, no intuito de perder menos tempo nessa etapa do processo. Um jovem explica o porquê da utilização de diferentes tipos no formato de prensagem, diferentes pesos e dimensões em alturas da prensagem:

Resulta que nosotros utilizamos diferentes formas de prensar respondiendo a los pedidos que los ‘patrones’ realizan a nuestros ‘socios’. Y el formato, el peso de los ‘ladrillos’ responden a cómo será realizado el transporte desde el lugar de procesamiento hasta su destino final, en su defecto si la carga seguirá destino en camioneta, kombi, camiones de carga, ómnibus otro parecido. Normalmente prensamos en la forma cuadrangular o rectangular, con peso estimativo de cada ‘ladrillo’ de entorno a los 1kg y a una altura también de acuerdo al pedido en torno

a los 3 cm. Pero, si el producto seguirá destino en avión, porque se hace vuelo de aquí hasta San Paulo en cuestión de horas, en este caso los hacemos el formato de una "torta", con un peso de 4 a 5 kg cada uno y altura de hasta 7 u 8 cm. En el caso el avión debe posar por acá cerca en un aeropuerto clandestino para cargar seguir viaje, un avión de pequeño porte es capaz de transportar hasta 500 kg de marihuana prensada. En actualidad algunos llevan en medio de la latería de los vehículos en estos casos necesitamos pensar en otro formato por lo general más largo, mas alto y menos ancho y peso variable. El secreto de este trabajo es respetar las medidas o sea adaptar nuestra horma inclusive en los mínimos detalles y sacar un "ladrillo" bien regular en peso y los bordes (Taru).

Deve-se salientar que, no Departamento de Amambay, existem vários aeroportos clandestinos em propriedades de grandes latifundiários, que são empregados como pista de pouso de aviões que efetuam o transporte de pasta base de cocaína desde a Bolívia e Colômbia para descarregar uma parte a ser refinada nessa fronteira. O reabastecimento do combustível nos aviões é necessário para que possam seguir viagem para o Brasil, porque não há como chegar até ao Paraná ou a São Paulo com voo direto desde a Bolívia com avião de pequeno porte. No momento de encher de combustível os tanques dos aviões, a pasta base de cocaína que fica na fronteira substitui-se com carregamento de *cannabis*, de tal maneira, completar a carga novamente, nos aviões, essas operações são realizadas de forma rápida e com muito sigilo e fim de seguirem viagem aos seus destinos (Figura 5).



Figura 5 – Sacos cheios de *cannabis* seca e pronta para ser prensada ou vendida em bruto
Fonte: do autor (2012).

As prensas de tabaco foram substituídas completamente na atualidade, na prensagem da *cannabis*, porque a planta deve passar por um processo de prensagem mais preciso e mais rígido que o do tabaco. Portanto, os moldes preparados com madeiras serradas estão sendo substituídos pelos moldes de ferro. Sobre as particularidades das prensas, Kachi afirma:

Nosotros preparamos nuestra propia 'quesera' con madera aserrada con moto sierra, sujetando los extremos con clavos grandes o bulones, adecuados a los formatos que vamos intercambiando a cada 24 h aproximadamente, lo hacemos también es montar dos, tres o cuatros prensa a fin de ganar tiempo, estas 'queseras' en cualquier momento se puede desarmar y ocasionar accidente al operador. Hay que trabajar con cuidado. La ventaja de las 'queseras' hecha de madera es que nosotros de inmediato la reemplazamos y seguimos adelante. Las 'quesera' de hierro vienen soldadas y si se desprenden no hay como repararlo de inmediato en este lugar y nos ocasiona pérdida de tiempo. Las queseras deben de tener una capacidad aproximada de 5 kg, que debe 'morir' en la prensa por lo menos la mitad.

“Quesera” é um termo em espanhol que se emprega no sentido de que os moldes para prensar a cânabis lembram os moldes dos queijos caseiros, ainda hoje empregados nas propriedades rurais do Paraguai. Tendo a *cannabis* seca e limpa, o próximo passo é a prensagem. Para tanto, a prensa torna-se um equipamento indispensável nos acampamentos (Figura 6). O jovem rural Vito demonstra conhecimento dos mecanismos de produção e do funcionamento de uma prensa rústica utilizada nos acampamentos:

La construcción de la prensa es relativamente simples aserramos la madera que vamos a utilizar como soporte de aproximadamente 2 m. partimos el rollo por el medio, a 25 cm. mas o menos de lo que vamos a dejar en la parte superior le hacemos una abertura para colocar en ese lugar otro pesado de madera como travesaño y hacemos una abertura en el suelo y la enterramos unos 75 cm. asegurando de que se quede bien firme, que no se mueva con la fuerza, en la parte baja utilizamos hierro de ferrovía 'riel kue' para asentar sobre ella nuestra 'quesera' lleva de marihuana picada, en este momento el prensador debe subirse encima para pisar y seguidamente tapamos con pedazo de tablón, que a su vez lleva por encima un gato con capacidad de alzar hasta 15 tn, que trabaja con el travesaño y precedemos a hacer trabajar el gato hasta donde se pueda de tal forma que volumen baje por lo menos la mitad, dejamos en esta situación por espacio aproximado de 24 h.



Figura 6 – Prensa de *cannabis* e os diferentes moldes de prensagem

Fonte: Dinar (2012).

Segundo a explicação feita por Perú, a espécie de madeira mais empregada é o Kurupa'y (*Piptademia rígida*), por ser uma madeira de fibra muito resistente e abundante em todo o Departamento de Amambay. Na cova onde é colocado esse pedaço de tora, colocam-se também pedras e procede-se a socar muito para obter a firmeza, de tal forma que não se mova quando há pressão de trabalho. “*Generalmente una prensa funciona con un gato, pues su trabajo consiste en obtener un ‘ladrillo’, que seguidamente pasará por otra prensa de mayor capacidad conocido como repressador.*” Daí que são construídas outras prensas de maior porte para realizar a repressagem da *cannabis*. O entrevistado Perú relata a engenhosidade e a arte do processo de prensagem da *cannabis*:

La re-prensa se hace con la marihuana que ya paso por el prensado inicial. O sea, es una segunda prensa construida de la misma forma que anterior solamente con un hancho y capacidad mayor. Pues, aquí, ya no utilizamos quesera pues los ‘panes’ ya están pre-formados, envuelta ya con plástico, siempre como base el hierro encima de este una tabla y nuevamente por sobre ella colocamos varios panes de marihuana prensada todo lo que queda y hancho de equipo permita, separada con tabla y pila de ‘panes’. Y así sucesivamente hasta llegar a la altura determinada que nos permite manipular el equipo. Aquí podemos utilizar gatos de con capacidad de levantar hasta 60 toneladas., lo combinamos 4 gatos de 15 toneladas, pues se puede trabajar utilizar varios gatos cosas que en el primero es complicado, aquí se tarda menos tiempo 6 a 12 h, pero es un paso necesario para que marihuana pueda salir durita, firme y como decimos nosotros bien ‘muerta’.

A prensagem e a repressagem constituem-se em fases muito importantes do trabalho no processamento da *cannabis*, pois são tarefas que exigem força e atenção, já que representam perigos. Comenta o jovem rural Kalo que, em todos os anos, alguns operadores

“preñeros” “pierden la vida o quedan con secuelas a raíz de accidentes ocasionados por estos aparatos contruídos artesanalmente, la recomendación es que este trabajo se ejecute con equipo de protección especialmente el casco, pero que nadie lleva a la práctica”. Na execução dessas atividades, pode haver desprendimentos de pedaços de madeiras que podem se direcionar diretamente para o corpo dos operadores. Nesse caso, dependendo da gravidade e da distância para a busca de socorro médico, podem tornar-se fatais (Figura 7).



Figura 7 – Equipamentos de reprensagem utilizados nos locais de trabalho
Fonte: Dinar (2012).

Alguns usuários de *cannabis* manifestam que o sabor da droga é doce, por isso lhes apetece muito. Igualmente, no submundo do narcotráfico e também no âmbito da imprensa fronteiriça, comenta-se bastante da *cannabis* tipo 2x1, com sabor adocicado. Os jovens Lopo e Kalo ajudam a entender os procedimentos empregados para tornar a *cannabis* mais palatável, especialmente para facilitar o consumo de novos usuários:

A veces se recibe el pedido de enviar marihuana enriquecida en estos casos utilizamos gaseosa, o sumo de naranja. Otros prefieren enriquecida solo con miel de abeja. Todo esto se le agrega en el momento del prensado. En estos casos la puesta a disposición de los usuarios debe ser bastante rápida, por eso se hace por pedido especiales, pues la marihuana prensada de esta forma se pudre más rápido. Sufre ataque de hongos que inutilizan la mercadería para la venta, principalmente por mal olor, por eso no se hace frecuentemente. Que se obtiene un sabor especial con este tipo de procedimiento, muy apetecible al paladar eso es indiscutible. Nosotros creemos estos tipos de pedidos llegan cuando un vendedor en las grandes ciudades quieren entrar a explorar un nuevo barrio o una nuevo sector en una ciudad. Para promocionar su mercadería utiliza la marihuana del tipo especial, a

fin de atraer nuevos consumidores o usuarios. Por otro lado, el enriquecimiento disminuye el olor de la mercadería, pero no llega a afectar su calidad, entonces enriquecido es más difícil de ser detectado por los agentes de control y combate (Lopo).

El tipo 2x1 podemos decir que es la marihuana de mejor calidad. Este tipo también se prepara en base especiales cuando los patrones brasileños ‘eu que masa pura de’ y vende más caro, porque exige mayor tiempo de dedicación y obtenemos cuando prensamos sólo y exclusivamente los capullos de la planta nada de absolutamente de resto de otra parte de la planta como hojas y menos palitos u otro cuerpo extraño (Kalo).

Tratando-se de um comércio que procura vender sua mercadoria, também existe a questão do *marketing*, que é o próximo passo nessa parte do processamento. Novamente o depoimento do jovem Kalo é elucidativo:

Terminada la fase de prensado y re-prensado, se procede a retirar los ‘panes’ de ese lugar, para a continuación embalar. Para eso utilizamos cinta de embalar común de comercio, plástico fino de diferentes colores: amarillo, verde, rojo, azul, etc. Relativo a la cuestión de darle una marca se le puede adherir después ya en ciudad para que tenga una mejor presentación. Por otro lado la envoltura que le damos es con el propósito de que la mercadería exhale menos su olor y mantenga el sabor característico, que no llegue muy flojo al mercado para su venta.

Na fronteira, fala-se de várias marcas que circulam pelo local, como: a “verdinha”, “Amarelinha”, “Maradona”, “Manga”, “Kuñata’i”, “Morena da Frontera”, “Rosa”, entre outras. Seguramente, mais marcas podem surgir, conforme vão aparecendo os compradores. Outro tema abordado pelo jovem Lopo, 22 anos, foi a conservação da mercadoria:

Una vez todo embalado nuestra idea es deshacernos de ella lo más rápido posible. Pero, a veces, por cuestiones ajenas a nuestra voluntad, no ocurre eso. Como ser los controles muy rígido de los agente de represión, mal tiempo que nos impide sacar del lugar de procesamiento, en casos estos procedemos a colocar los panes en conservadora grandes y taparla esperando el momento salir con ella con seguridad, en condiciones que no les alcancen la humedad se puede conservar por mucho tiempo, esto, si, es oneroso económicamente.

Dessa forma, este capítulo apresentou a *Cannabis sativa*, planta de utilização milenar pelos seres humanos em diferentes usos, mas que a partir da década de 80 teve a sua produção comercial intensificada na região de fronteira do Paraguai com o Brasil. Devido a seu uso ser socialmente entendido como uma droga proibida, a produção no Paraguai foi incentivada por organizações criminais que atuam à margem da lei e aproveitam as necessidades das comunidades camponesas que, muitas vezes por falta de alternativa, integram-se com esses grupos, que trabalham mediante operadores conhecidos nesse âmbito como “sócios” do tráfico. Os jovens tornam-se elos fundamentais nos processos de produção da cânabis, não obstante as péssimas condições de vida nos acampamentos e os riscos de vida, que emergem do próprio processo de trabalho, dos grupos rivais do

narcotráfico e das instituições policiais encarregadas do combate às drogas. Assim, a produção de cânabis representa, para os jovens rurais entrevistados, uma possibilidade de emancipação pessoal, mas também de risco de morte ou de prisão. Então, os jovens rurais vivem um dilema: por um lado, o sonho de integração social por meio de uma atividade que acena para uma renda tão necessária na construção da emancipação pessoal, mas, por outro lado, os riscos do trabalho ilícito são tormentos constantes, que nunca os permitem esquecer que vivem à margem da lei.

CAPÍTULO IV

JOVENS RURAIS: NAS REDES DO TRÁFICO E DIANTE DA JUSTIÇA

A produção de *cannabis*, realizada pelos jovens no Departamento de Amambay, é um trabalho repleto de riscos. Nessa atividade produtiva agem, por um lado, as redes de organizações criminais, compostas por traficantes e autoridades corrompidas e, por outro lado, a justiça que trata de reprimir e controlar o tráfico. As plantações de *cannabis* movimentam a economia, financiadas por pessoas residentes no outro lado da fronteira.

As redes do tráfico interligam, de forma íntima, agentes que atuam no Paraguai, no Brasil e em outros países. Estes dominam e coordenam desde o plantio e o processamento até o comércio de *cannabis* nessa fronteira. O problema não é apenas a ilegalidade da produção, mas o problema social que a *cannabis* gera para o Paraguai, como as perdas das culturas tradicionais, pois os ganhos permitem comprar para o consumo da família dos jovens produtores e ainda subornar as autoridades.

Muitas áreas ociosas e sem controle favorecem a atividade ilegal, sendo que as plantações podem ser feitas em fazendas alheias, às vezes de domínio público, sem que os donos saibam. Nesse ambiente, resulta relativamente fácil para os grupos criminais aliciar os jovens para o trabalho na produção de *cannabis*. As múltiplas necessidades pelas quais passam as famílias de agricultores paraguaios tornam-se o elemento facilitador do ingresso dos jovens nas redes do tráfico. Não obstante, com as leis de controle do tráfico vigentes no Paraguai, os jovens podem ser presos e condenados, agravando ainda mais a situação de pobreza e exclusão social.

Este capítulo visa a mostrar como são tecidas as relações entre os jovens rurais e os “sócios”, a fim de movimentar a produção da *cannabis* no Departamento de Amambay, considerando que essa atividade é realizada na clandestinidade. Portanto, a análise enfoca as estratégias de aliciamento dos jovens rurais na produção e transporte da droga até as cidades fronteiriças, detalhando os principais meios empregados nessa tarefa. Aqui também se realiza uma análise do problema dos jovens perante a justiça e das estratégias para prevenir ou

remediar, da melhor forma possível, o envolvimento dos jovens na produção da droga nessa fronteira, de tal forma que os jovens não caiam nas redes do tráfico.

O capítulo está organizado em quatro seções. A primeira se detém no entendimento de como os jovens são “contratados” para o trabalho de produção de cânabis pelas organizações criminais. A segunda enfoca o transporte e a comercialização de *cannabis*. A terceira analisa a situação dos jovens agricultores diante dos órgãos de repressão e justiça; e, por fim, a quarta analisa as possibilidades e estratégias para retirar a população rural jovem desse tipo de produção agrícola proibida.

4.1 Jovens rurais: envolvimento em relações perigosas

Os operadores do tráfico de fronteira “sócios” “contratam” jovens das zonas rurais para trabalharem na produção ilícita. Mas esse processo tem seus critérios de seleção. O “sócio” é acompanhado por alguém conhecido do lugar que já realiza algum tipo de atividade, a fim de ser avaliado quanto à produtividade e potencialidade e aptidão para essa atividade, segundo os critérios da rede do tráfico de maconha. Na maioria das vezes, são realizados encontros de futebol, por ser uma atividade social mais abrangente e agregadora, em que cada comunidade apresenta seu time, com o pagamento de uma pequena taxa, via de regra administrado pelo organizador do evento. Esses eventos futebolísticos são denominados de torneios “Torito”, quando o time campeão recebe como prêmio um “torito”; ou “Carnero”, quando o prêmio maior consiste em uma ovelha; ou ainda “Cerveza”, quando o prêmio principal é certa quantidade de caixas de cerveja. Tais prêmios são garantidos pelo organizador do evento, com os recursos da inscrição das equipes de futebol.

Esses eventos começam e terminam em um único dia, mas são estratégicos como ponto de partida para uma segunda etapa dos contatos pessoais, que consiste em realizar visitas nas casas dos jovens eleitos previamente, ocasião em que lhes é proposta uma parceria para ganhar dinheiro, além de outras promessas para conseguir sua adesão ao trabalho ilícito. Uma vez obtido o consentimento dos jovens rurais e o da família destes, em uma próxima oportunidade esses jovens recebem a primeira parte do acordado: a semente necessária para o início dos trabalhos de cultivo propriamente. No submundo da droga, os agentes que integram as redes do tráfico adquirem conhecimento de todos os integrantes das comunidades. Assim,

os “sócios” realizam as tratativas de forma direta com os jovens, o que torna muito mais fácil traçar as estratégias de subordinação e transitar por caminhos entre conhecidos.

Nota-se, então, que os traficantes procuram tecer relações de dependência pessoal, com os jovens e suas famílias, que são mantidos pelo sonho de obter recursos, pelo financiamento da produção e, sobretudo, pelo temor que tais vinculações com o tráfico ilegal representam. As estratégias para os contatos iniciais mencionados aqui são empregadas quando o “sócio” pretende atrair para essa atividade novos adeptos ou vai penetrando em outras comunidades para estender sua rede de produção. Vale notar que é nas comunidades rurais que os contatos são montados, no intuito de manter ativas relações amistosas, pois é nesse ambiente que as pessoas constroem suas redes de sociabilidade. Em outras palavras, o “sócio” sabe a quem procurar, e os agricultores, por sua vez, sabem a quem recorrer. Um agente social, vinculado à justiça do Departamento de Amambay, em entrevista, afirmou que não poderia indicar quem comanda na fronteira a produção de *cannabis*, mas está seguro de que:

Los patrones o financistas se mantienen fuera del lugar de producción, viven generalmente en ciudades grandes del Brasil. Son pocas veces o nunca identificados, pocas veces localizados y reprimidos menos todavía, estos jóvenes agricultores tradicionales nunca tuvieron contacto con ellos, y talvez nunca lo tendrán, para ellos son apenas presentes solo en su imaginación.

Muitas vezes, os jovens se iniciam no cultivo da cânabis após ter feito uma “pasantia” com outros produtores já experientes no ramo. Conforme expressa o jovem Kachi:

Yo me inicié de esa forma: haciendo una pasantía con otro productor. La misma consiste en una especie de estadía que se realiza en el lugar de producción de otro amigo agricultor ya con experiencia en la producción de esta planta, una vez que tome la decisión de cultivar la marihuana. La cuestión en este caso es que yo, novato en la materia, me pase un ciclo del cultivo trabajando sin percibir remuneración en dinero del agricultor experimentado. Pero sí él se fue pasándome toda su sapiencia y experiencia en el manejo del cultivo, a fin de que pueda yo después aplicar. Y de ahí en adelante ya me pude comprometer en cultivar marihuana con un socio.

A “pasantia” não constitui, necessariamente, um pré-requisito para se iniciar nessa atividade produtiva, pois o principal método de aprendizagem nesse trabalho é “aprender fazendo”, ou seja, os jovens realizam o seu cultivo e, quando sentem alguma necessidade, recorrem aos cultivadores da cânabis já experientes e da alçada de relações de confiança. Isso significa que existem apoio, colaboração e solidariedade entre os grupos que trabalham na produção dessa droga ilícita. Se, posteriormente, o novato no seu cultivo precisar de novo de alguma assessoria, o mais experiente lhe assistirá no seu lugar de trabalho, tipo de

entendimento que também é denominado de trabalho em “minga”. Para esse efeito, os interessados devem chegar até ao acampamento de outro grupo vinculado ao mesmo operador da *cânbis*. O jovem No’ono explica os cuidados necessários para a visita em um outro acampamento:

Tenemos nuestros códigos para que un productor pueda llegar hasta un otro campamento, pues la confianza personal entre nosotros es requisito de gran importancia para el establecimiento de relaciones sociales. Si no existe confianza las aproximaciones personales se vuelven muy complicadas. Unos de los requisitos es que la visita sea realizada después de las tres de la tarde y, principalmente, el visitante no puede estar portando arma de fuego. Cuando se acerca una persona armada, el visitante puede ser recibido con balas de armas como bienvenida.

Na atualidade, existem jovens produtores que realizam o cultivo da *cannabis* com certa independência. Nesse caso, uma vez realizada a colheita, o jovem procura contato com os “sócios” do tráfico fronteiriço para comercializar sua produção. Um jovem agricultor pode manejar de três até quatro hectares no período vegetativo da planta, mas a colheita demanda maior quantidade de mão de obra, da qual nem sempre os agricultores dispõem. A esse respeito, Taru deu seu testemunho:

Soy productor de marihuana. Trabajo de forma, digamos, independiente en la producción de esta planta. Cada año planto media hectáreas, porque de eso puedo dar cuenta sin problema. Soy nacido de este lugar, le conozco a la gente de este lugar y de la cultura. Trabajo también como pordiacero [diarista] para otros productores de esta planta sea en el manejo del cultivo o el procesamiento e incluso en el transporte.

No seu tempo de folga do acampamento, Taru trabalha para produzir culturas para o consumo e o abastecimento no lar materno, porque seu pai já é falecido. Vale notar que o agricultor independente corre sérios riscos, porque as pessoas que ele “contrata” para a colheita têm, à sua vista, o resultado dessa colheita e imaginam a quantidade de dinheiro que a droga pode gerar. Os jovens independentes também correm sérios riscos de serem assassinados, há inclusive notícias de que muitos jovens que foram trabalhar na roça nunca mais voltaram para casa. Por tais motivos, trabalhar vinculado com um “sócio” representa menos riscos de vida. Trabalhar nas redes de um traficante gera uma “garantia”, porque ele transmite respeito nesse âmbito. O envolvimento com a produção ilícita sem a “bênção” dos agentes poderosos do tráfico é considerado competência desleal dentro da atividade ilícita e um desafio ao crime organizado, que pode ser uma passagem adiantada para a morte. Sobre o risco de produzir *cannabis* de forma independente de um “sócio”, o jovem Taru minimizou a situação com a seguinte reflexão:

Bueno, sobre el miedo y el peligro de trabajar en la producción de marihuana sin vínculo directo con un 'socio' como casi todos lo realizan, desde el inicio. El peligro existe siempre en este trabajo en todo momento, haciendo trabajo solo o con los 'socios', entonces eso para mí no es ninguna novedad. Y, por otro, lado me siento más libre trabajando de esta manera.

Os jovens rurais, que trabalham no pesado e sob constantes riscos na roça para produzir a cânabis, não percebem grandes ganhos. Vale destacar que o que realmente gera grandes somas de dinheiro para o crime organizado é o tráfico da pasta base de cocaína. Dessa forma, a rede do tráfico de drogas atua no mercado da *cannabis* como uma atividade complementar, que aporta certos rendimentos para diversificar as atividades e salvar os gastos correntes. Como metáfora, pode-se utilizar o exemplo de um supermercado com uma padaria que funciona no seu interior. O supermercado seria o grande “negócio” do tráfico de cocaína, enquanto que a padaria no seu interior seria o “negócio” do tráfico de maconha. Dessa forma, a padaria no interior de um grande mercado evita a dispersão da clientela. É importante salientar que, nos últimos tempos, a maconha vem aumentando de preço no mercado brasileiro. Pode-se dizer que os jovens rurais, ao se vincularem à organização criminal, pactuam com um contrato não formal, no qual ficam responsáveis por dar conta dos trabalhos e entregar uma “encomenda”, no fim de um ciclo de produção. A mencionada “encomenda” já vem de agentes que recebem e distribuem a droga nos grandes mercados.

Na região de Pedro Juan Caballero e Capitán Bado, o plantio da cânabis se expandiu voltado ao mercado consumidor brasileiro, especialmente a partir da década de 80. Trabalhadores anteriormente vinculados a cultivos tradicionais migraram para o plantio dessa planta, supostamente para obter maiores ingressos monetários e melhorar a condição de vida de suas famílias. Porém, muitos jovens rurais vinculam-se aos cultivos motivados pelo consumismo, porque têm o desejo de adquirir um determinado produto, que não teriam como conseguir senão pela sua participação nesse tipo de atividade. Reconhecem, dessa maneira, que esse cultivo lhes permite, por um lado, uma melhoria na sua condição de vida, embora tenham a consciência da exposição a um maior risco e à violência gerada por essa atividade de caráter ilegal. Sobre esse particular, referindo-se à realidade do polígono da maconha no Nordeste brasileiro, Fraga (2010, p. 212) afirma que:

Tanto trabalhadores envolvidos em plantio tradicional, que entram para o plantio para sustentar suas famílias, quanto aqueles que estão no plantio por outras questões, como o acesso à planta, ingressar no rol de consumo de determinados produtos, que não conseguiriam sem sua participação na atividade, reconhecem que estar neste cultivo representa, por um lado, melhores condições de vida, mas também representa maior exposição ao risco e à violência por pertencer a uma atividade ilegal.

Os agricultores que estão envolvidos nos plantios de maconha não se diferenciam daqueles que praticam o plantio tradicional. Há casos em que os agricultores tradicionais plantam paralela ou alternativamente em períodos específicos do ano, o que não significa, logicamente, que todos os plantadores de produtos tradicionais estejam envolvidos com o plantio da maconha. É importante lembrar que o perfil do agricultor de plantios ilícitos não se diferencia daquele do de produtos tradicionais. Agricultores pobres têm dificuldades imensas em sobreviver da agricultura local e acabam encontrando no plantio da *cannabis* uma real alternativa de renda (FRAGA, 2010).

Fraga e Iulianelli (2003) compreendem que o aumento de adolescentes e jovens no tráfico de drogas demanda a consideração de dois aspectos importantes: o atrativo para sua entrada no mundo do consumismo e o papel da exploração do trabalho, como elemento de precarização nas relações sociais. Sobre a influência do consumismo nos jovens, os autores enfatizam:

É comum verificar nos jovens alinhados ao narcotráfico a sua atração por consumir produtos de grifes famosas, cujo marketing agressivo apresenta a marca como elemento de diferenciação social. Em seus depoimentos desfila uma variedade de marcas de tênis, calças e camisas, objetos de seus desejos, mas que nunca poderiam usufruir se não estivessem desempenhando atividades dentro do tráfico. Muitos declaram que sua entrada para o tráfico estava ligada ao desejo de possuir tais bens, deixando transparecer que o mercado consumista era um elemento direcionador de suas ações delituosas. Tal impulso para desempenhar tarefas no 'mercado informal de trabalho' do tráfico parece compor a vontade de diminuir o hiato existente entre o seu poder de consumo e a pressão social para consumir, para se afirmar socialmente. Não devemos, contudo, deixar de observar que tal desejo não é exclusividade desses jovens, mas compõe também um elemento demarcador das relações sociais do capitalismo desse final de milênio (FRAGA; IULIANELLI; 2003, p. 135).

Rocco (2000, p. 120) aponta que há uma hegemonização da cultura do consumo, isto é, “uma excessiva valorização da aquisição de bens materiais”. Depois de quinhentos anos, a sociedade ainda guarda similitudes com a reação dos índios diante “das quinquilharias da civilização”, trazidas pelos colonizadores-exterminadores. Os apelos ao consumo desorientam os excluídos da possibilidade de fazê-lo. A sociedade de consumo no novo modelo mundial constrói uma nova subjetividade apropriativa e transforma gerações com um sistema de valores, uma ética e uma expectativa de produção e de consumo que supervalorizam o “ter” em detrimento do “ser”. Com isso, as pessoas procuram sua identidade no patrimônio material, na ocupação de algum espaço de poder.

Para Rocco (2000), a vulnerabilidade do jovem aos encantos do modelo consumista verifica-se de forma especial. Para os jovens das camadas sociais menos abastadas, essa relação

também é perversa, porque seus desejos consumistas, na maioria das vezes, não podem ser concretizados pela remuneração do trabalho ou mesmo com os recursos de família. A sede de consumo choca-se com o período de formação de sua personalidade, com os valores sociais do trabalho e das famílias. A “vida do crime” fascina os jovens, pela possibilidade de enriquecimento fácil e rápido. Deve-se destacar o forte apelo ao consumo, em uma sociedade que “socializa os sonhos e oferece tão poucas chances reais para realizá-los” (ROCCO, 2000, p. 121). A falta de perspectiva de trabalho ou de estudos é, acima de qualquer outra, a principal causa da adesão do jovem ao crime, ciente de que as expectativas de vida do adolescente que se alista nos quadros do tráfico pode ser muito curta (ROCCO, 2000).

A relação dos jovens com os agentes da Senad é tensa, porém esporádica, pois eles não se encontram de forma permanente nos locais dos acampamentos. Eles aparecem somente para realizar os grandes operativos antidrogas e para queimar toda a plantação dos jovens, que pode ser detectada nos sobrevoos de helicópteros, conforme relato de Taio:

La gente de la Senad llega aquí para proceder al corte y a la quema de nuestro cultivo, que detectaron mediante sobre vuelo con helicópteros. Eso representa un grande perjuicio perder una cosecha, pero ellos aparecen de forma esporádica no están de forma permanente nos atormentando la vida. Cuando están haciendo su trabajo lo único que podemos hacer es rogar para que no detecten nuestro cultivo, porque si lo encuentran seguro lo van cortar todo.

As operações para a destruição dos plantios de drogas de grande envergadura realizadas pela Senad são denominadas de “Operativo Alianza” 1, 2 e assim por diante. Tais operações são efetuadas, muitas vezes, com apoio da Polícia Federal do Brasil. Recentemente, no mês de março de 2013, foi encerrado o “Operativo Novo Aliança 13”, cujos comunicados repassados pela imprensa dão conta de que foram destruídos 925 hectares de cânabis, prontos para colheita, em 12 dias de trabalho com um contingente de, aproximadamente, sessenta homens, segundo divulgado no jornal digital *Capitan Bado.com* (2013). Mas, segundo o jovem rural Kalo:

El objetivo de ellos fue de cortar las plantas en pleno punto de cosecha, en la idea de ocasionar mayores perjuicios a los 'patrones'. Pero no procedieron a quemar y una vez que ellos salieron del lugar los dueños de las plantaciones entraron en estos lugares e iniciaron tranquilamente la cosecha. Es decir no fue una pérdida total con este tipo de operativo.

Já a destruição de 925 hectares no prazo indicado pela Senad gera dúvidas, porque destruir um hectare requer muito tempo e trabalho. Todavia, a quantidade de pessoal que se encontrava executando o trabalho de campo não era bastante para garantir um resultado tão

expressivo em um curto lapso de tempo. Nesse caso, possivelmente, foi realizada uma passagem pelo cultivo para cortar as plantas de maior altura.

Um diretor de operações da Senad fez declarações à imprensa publicadas pelo jornal *Ultima Hora*, no dia 11 de maio de 2013, sobre o fato de as apreensões que foram realizadas nos últimos meses não terem danificado nem 15% do narcotráfico, apesar de terem sido apreendidas drogas de um valor de quase 700 milhões de dólares. Manifestou também o mesmo diretor que, quando voltaram com o atual ministro, a instituição se encontrava em uma situação complicada:

Que las grandes cifras pueden ser muchas veces engañosas, con relación a la cantidad de drogas incautadas en los últimos meses, y afirmó que esos números no representan una mejoría en la lucha contra el narcotráfico. Estamos mal, muy mal. Estamos en crisis con respecto al narcotráfico. Queda muchísimo por hacer y nosotros con todas las limitaciones estamos realizando todo lo que podemos y es insuficiente hasta ahora. Sobre la Secretaría Nacional Antidrogas (Senad), dijo que encontraron una institución destruida a nivel operacional y en valores cuando asumió el ministro Francisco de Vargas en junio de 2012. Una institución compleja como la Senad, sin valores, no es otra cosa que un orbe de criminales. Señaló que dentro mismo de la secretaría hay varios agentes que están vinculados con el narcotráfico, e incluso uno de esos efectivos tiene un laboratorio de procesamiento de drogas. ‘Estos son criminales, son delincuentes que entregan a la familia, gente que entiende cómo trabajamos, y no tienen perdón. Estos son narcoagentes’, aseveró. Sobre los agentes detenidos días atrás, explicó que, anteriormente, fueron trasladados a otras instituciones porque ya estaban con sospechas, pero volvieron a traerlos e iniciaron un proceso investigativo, y que gracias a ello lograron ponerles ante la Justicia e irán a la cárcel. El traslado es una práctica grosera de las instituciones de seguridad tratando no de asumir una realidad compleja, sino de borrar el problema, refirió. Así también detalló que la Senad cuenta con menos de 300 agentes para combatir el narcotráfico en todo el país(ULTIMA HORA, 2013).

Dessa forma, são evidentes as fragilidades da Senad. Vale frisar que somente entre os dias 5 e 12 de maio deste ano as forças de repressão contra as drogas no Departamento de Amambay destruíram noventa toneladas de cânabis. Deve-se mencionar que as leis que regem o funcionamento da Senad podem se prestar para os atos de corrupção utilizados pelos próprios agentes para proveito pessoal, amparando-se principalmente na ambiguidade da mencionada lei. É importante destacar que o atual diretor de operações foi destituído deste cargo na época do Presidente Lugo, mas, com a saída deste do poder, ele voltou ao mesmo cargo que ocupava anteriormente.

No caso de uma intervenção policial, a primeira opção é evadir do local e deixar tudo para trás, para não ser preso. Verdadeiramente, a prisão complica a vida não só do indivíduo, mas de toda a coletividade de trabalhadores acampados e de agentes vinculados à rede de tráfico. Além de perder tudo o que possui, o jovem aprisionado é privado de sua liberdade e estigmatizado de “marconiero”, principalmente pelos policiais. Mas o drama continua com as

investidas policiais, que passam pela extorsão de dinheiro e até pela ameaça de parar na cadeia. Os lugares de cultivo da cânabis sempre são estratégicos para a defesa, principalmente no sentido de facilitar a fuga no caso de uma intervenção policial. Esse fato é facilitado porque os agricultores também são exímios conhecedores da região e dos lugares onde podem ser estabelecidos cultivos. Por tais motivos, normalmente, os jovens agricultores voltam a semear cânabis na mesma parcela de forma seguida ou com intervalos de um ano, a fim de não levantar suspeitas.

Na atualidade, os cultivadores de *cannabis* estão recorrendo a outras estratégias de defesa de seus territórios e cultivos, que implicam maiores riscos para as autoridades de repressão efetuarem o trabalho de controle ao tráfico. Trata-se da utilização dos artefatos conhecidos como “cazabobos”, que são instalados para cercar seus acampamentos. Os “cazabobos” são bombas ou artefatos explosivos de impacto destrutivo considerável. Os noticiários recentes informam que, nos últimos procedimentos efetuados pelos policiais do Departamento Antinarcóticos, que incursionaram nas selvas, foram descobertos “cazabobos” nas abordagens de seis acampamentos (CAPITAN BADO.COM, 2013). Um comissário, que ocupa o cargo de *Jefe de Antinarcóticos*, detalha os riscos dos usos de tais artefatos explosivos:

Llegaron hasta el sitio indicado donde encontraron unas 25 hectáreas de marihuana etapa de crecimiento, pero también se quedaron sorprendidos por el hallazgo de ‘cazabobos’. Mis agentes encontraron seis artefactos de fabricación casera con perdigones de escopetas. Son ‘cazabobos’, que fueron puestos en el lugar, para que cualquiera que entre al lugar tropiece con ellos y les cause un gran daño. Estos artefactos son puestos en los montes para que sean accionados por cualquier persona extraña al lugar y también por el grupo de traficantes. En caso que sean fuerzas antidrogas las que penetren hasta el sitio al accionar uno de estos ‘cazabobos’, no solo van a herir a los uniformados, sino que también dará tiempo a que los delincuentes huyan. ‘Estos artefactos son muy peligrosos, ya que al detonar los perdigones se disparan como al salir de una escopeta y las heridas pueden llegar a ser mortales’. ‘Ahora vamos a tener que tener mucho más cuidado para entrar hasta estos sitios, ya que este nuevo accionar de los traficantes es muy peligroso’, apuntó el jefe antidrogas(CAPITAN BADO.COM, 2013).

Para o citado agente da Polícia Nacional (PN), esses jovens que se encontram trabalhando no cultivo da *cannabis* são simplesmente traficantes. É verdade que esses artefatos têm poder para ferir alguém que tome o menor contato com eles, mas o intuito desses agricultores com o seu emprego sempre foi para servir de alerta e permitir a fuga, pois ninguém quer ir parar no presídio. Um jornalista do Departamento de Amambay, residente na fronteira há cinquenta anos, destaca a crise moral que poderiam estar sofrendo os produtores de cânabis ou todas as pessoas inseridas nos trabalhos ilícitos nessa fronteira:

En nuestra ciudad, en nuestra frontera a nadie le interesa nada, al parecer se nota que no siente u observa el problema, solo cuando su familia es afectada, empieza a dar grito al cielo implorando ayuda. Existe en esta sociedad una crisis de valores, la perdida de la autoridad de los padres sobre los hijos es el principio de todo mal y para mas en nuestro país ahora no tenemos más ni el cuartel; porque para esta sociedad cultivar cannabis se constituye en una alternativa de trabajo. Los que trabajan con droga, se les considera los grandes de la frontera, trabajadores, corajudos, hombre de bien entre otros adjetivos Puedo decir con mucha propiedad que la personas tanto de la ciudad y del campo le interesa más el progreso material, no importándole el origen de las cosas, todo es el fin justifica los medios.

Sobre essa mesma questão, os jovens rurais entrevistados garantem que não sofrem maiores discriminações sociais nem são estigmatizados de “maconheiros”, a menos que sejam presos pela polícia e julgados pela justiça. O depoimento de um jovem rural é ilustrativo:

En nuestra comunidad somos bien visto, nadie nos señala, los pobladores, los vecinos nos ven como colabores con las actividades que se llevan a cabo en la comunidad cómo las fiestas patronales, día de la madre, actividades para mejorar los caminos, puesto salud y así... Pero, si pasamos por la desgracia de caernos preso las cosas cambian algunas personas nos marginan para darnos trabajo, por ejemplo. Nos tienen miedo pero esto es poca cosa y radica más por la mala propaganda que nos hacen los medios de comunicación social. Estas situaciones no nos quita el sueño. Pero los que nos afecta de grande manera es la estigma que nos tiene los agentes de la Policía Nacional, ya que en cualquier parte, cualquier día, ellos nos toman, nos chantajejan, nos extorsionan, amenazan hacer algo contra nuestros padres. Con plantarnos pruebas, nos tratan directamente de bandidos: ‘te vamos a llevar preso, les vamos a entregar al Ministerio Publico’. Todo esto es a solo efecto de quitarnos dinero. Entonces, estamos prácticamente obligados a andar con dinero porque de lo contrario podemos estar en el calabozo (Vito).

Nessas situações, os jovens retidos têm suas identidades reveladas e expostas nos jornais, rádios, televisão e outros meios de comunicação de massa. Nomes, fotos, dados pessoais e laborais tornam-se de conhecimento público. Normalmente, esses jovens sabem que serão estigmatizados socialmente, tornando a reconstrução da imagem e da identidade pessoal e laboral quase uma tarefa impossível. Sob tais riscos, o cultivo em um mesmo lugar é considerado perda de tempo e dinheiro.

Os agricultores, na época de colheita da *cannabis*, deparam-se com a necessidade de contratar serviços de outras pessoas, uma vez que é necessário contar com oito a dez pessoas para realizar a colheita de um hectare, no intervalo de uma semana, na época de primavera-verão. Já na época de outono-inverno, leva-se mais tempo. Como qualquer outro trabalho na agricultura, o fator tempo é calculado em dias para a realização de uma determinada tarefa e regulado pelo fator climático, que escapa ao controle do agricultor. Segundo outro agente social vinculado à justiça, “*toda una buena ejecución de los trabajos durante el ciclo de cultivo pueden perderse por factores climáticos en cuestión de dias u horas, de ahí la gran*

importancia de este factor incontrolable por nosotros seres humanos. Es un momento crucial!”

Realizar a colheita de *cannabis* em um dia chuvoso ou mesmo uma garoa fina implica a elevação da umidade, considerando que não são empregados secadores ou estufas para secar as folhas. Isso em qualquer época do ano; no inverno, a dificuldade é um tanto maior, pois a luz do sol chega com menor intensidade e são frequentes os dias com nevoeiros que impedem usufruir do calor da energia solar. O jovem Luchi, produtor de cânabis, afirma que, para aproveitar as boas condições climáticas, é preciso a contratação de mais trabalhadores jovens, para acelerar a colheita:

Mi cultivo actual, tengo previsto cosechar en marzo tengo 7 hectáreas para esa época necesito de varios personales para realizar mi cosecha. Tengo que aprovechar unos días de buen tiempo antes del frío y cosechar todo, esa cantidad de personal no se consigue aquí. Entonces, la estrategia recurrir a jóvenes de otro lugares mediante nuestro ‘socio’ traerles para ayudar en este trabajo y pagarle por día de trabajo. Esa forma es lo hacemos normalmente para salvar nuestra cosecha. Termina el trabajo de la cosecha ellos vuelven a sus hogares con su ganancia. Algunos vienen escondidos de sus familiares, en el submundo de las drogas nuestro ‘socio’ realiza este trabajo de juntar los jóvenes. Esto es así desde que yo me inicie en esto, es normal.

Na região de estudo, os jovens indígenas são “contratados” para trabalhar na colheita da cânabis, mas fora de seus territórios. O jovem No’ono relata:

Algunos de los agricultores prefieren mano de obra de los jovenes indígenas, especialmente para la cosecha, por el hecho de que se someten al trabajo sin exigir condiciones de seguridad, alimentación y morada. Están acostumbrados a trabajar de sol a sol, sin reclamar, toda vez que tenga un guía de parte del dueño del cultivo y muestran sumisos y obedientes en el trabajo, desde que no le falte bebida alcohólica.

Assim, os jovens indígenas tornam-se dóceis trabalhadores, que são mantidos a baixos custos nos acampamentos para acelerar os trabalhos da colheita. Os jovens trabalhadores indígenas também são convenientes aos “sócios” do tráfico; no caso de uma intervenção policial, desvinculam-se deles, uma vez que o *Estatuto de los Pueblos Indígenas del Paraguay* estabelece certas medidas protecionistas aos indígenas, mesmo sendo presos em flagrante no cultivo dessa planta. Nessas situações, os jovens serão assistidos por advogados vinculados ao Estado, enquanto os agenciadores do tráfico ficam livres por completo deles. Então, “contratar” jovens indígenas representa certas vantagens aos produtores de droga na fronteira. O jovem Lopo assinala como desvantagem nos trabalhadores indígenas:

La necesidad de dirigirlos constantemente. Caso contrario, ellos no se esmeran en el trabajo. Y otra es que ellos necesitan percibir sus haberes tan pronto termine las tareas acordadas. Ellos exigen el pago en la hora de concluir la tarea para comprar las bebidas bienes de consumo, muchas veces necesarios para la manutención. En caso del pago no se formalice, los jóvenes indígenas, por cuenta propia, se dirigen a las autoridades de represión para comunicar, con cierta precisión, sobre la existencia de cultivos o carga preparada para salir.

É importante frisar que toda delação, diante das autoridades, é premiada em dinheiro. Porém, se o delator for descoberto pelos agentes da rede do tráfico, o acerto é com a vida. Em outras palavras, um delator, se descoberto, recebe a pena máxima, que é a perda da vida, além de uma mensagem da máfia para outros possíveis delatores no cenário do crime. Esses tipos de crime são conhecidos no âmbito policial como ajuste de contas e nada mais.

Um cacique indígena da comunidade de “Guyrati”¹, Departamento de Amambay, entrevistado nesta pesquisa, revela faces do drama vivido pelos jovens indígenas:

Existen algunas comunidades en donde se estarían realizando plantaciones de marihuana, dirigidas por operadores del tráfico de la frontera. Pero no en todas las comunidades de Amambay. Considero que el mayor problema, en el ámbito de nuestra juventud indígena, es el elevado consumo de alcohol, que desencadena otros problemas, como los conflictos y peleas, que casi siempre terminan en asesinatos entre los jovenes o el suicidio que es muy arraigado entre jovenes indígenas.

Uma realidade muito crua relatada pelo cacique indígena é que as autoridades dos municípios, do departamento e do próprio país não estão tomando providências para prevenir ou remediar essa realidade. Apesar do esforço do cacique indígena, que lidera essa comunidade e ainda exerce influência espiritual sobre muitas outras, o problema do alcoolismo é generalizado em todas as comunidades do departamento e se agrava com o envolvimento dos jovens indígenas na rede de tráfico. Ainda, nas aldeias indígenas, registram-se os menores níveis de acesso a serviços básicos, educação, alimentação e saúde; nos últimos tempos, têm se registrado lares indigentes nas “zonas urbanas”, com sérios problemas de cobertura de serviços, promiscuidade, desocupação e discriminação. Em todos os casos, observa-se uma deterioração na situação social dos jovens indígenas, que se agrava pela perda do meio ambiente e da identidade indígena.

Ademais, como grande parcela das terras das comunidades indígenas do Departamento de Amambay não é trabalhada, elas podem ser invadidas pelos cultivadores da cânabis vinculados ao narcotráfico, com a instalação de cultivos de forma clandestina. Mas pode haver uma negociação dos “sócios” diretamente com os líderes das comunidades indígenas, que acenam com grandes vantagens e promessas, persuadindo-os a aceitar cultivos ilícitos de

¹ Nome fictício para fins desta pesquisa.

maconha. Os líderes indígenas, muitas vezes, acabam aceitando que os traficantes cultivem a cânabis em suas terras. Nesses casos, segundo o cacique:

Tanto las tierras como las personas residentes en ellas son 'alquiladas'. Esto significa que los jóvenes son los encargados de cuidar de la plantación, en cambio de bienes de consumo como motocicletas, celulares y cámaras fotográficas, bien como bebidas alcohólicas, pues los jóvenes indígenas aprecian un aguardiente.

O desejo de tomar bebidas alcoólicas é bem aproveitado pelos operadores “sócios” do tráfico fronteiriço para os índios cederem suas terras e trabalhadores na rede do tráfico de cânabis. No caso de uma intervenção das autoridades, os índios são instruídos para declarar que nada sabem sobre o plantio e que este surgiu sem consentimento das lideranças indígenas.

4.2 Os jovens rurais no transporte e comercialização de *cannabis*

Todos os agricultores que produzem *cannabis*, antecipadamente, sabem que precisam infiltrar-se na clandestinidade e implantar os cultivos a quilômetros dos povoados e das cidades. Sabem também que, quando a produção estiver no seu momento de ser retirada, ninguém pode sair circulando com a mercadoria livremente, em face da proibição em termos da lei. Por outro lado, nesses lugares de produção e processamento da cânabis, não se pode circular com veículos de quatro rodas, pois, via de regra, os cultivos e os lugares de processamento se encontram em propriedades alheias, onde o acesso de pessoas e veículos não é fácil. Surge, então, a pergunta: como é retirada a produção de *cannabis* dos seus lugares de produção e processamento? O jovem Luchi é quem explica:

Siempre o casi siempre, el trabajo de desalijar la marihuana de su lugar de producción y procesamiento se realiza por medio de los burreros, que significa transporte a hombro de hasta 50 kg, recorriendo las largas distancias y lugares accidentados, debido a las imposibilidades de hacerlo de otra manera por la topografía del lugar o porque el lugar no permite por ser de propiedad ajena. También los burreros son accionados cuando en un primer del transporte existe la necesidad de desviar la carga de un puesto policial. Esta faena no es liviana y puede llevar días considerando la distancia que hay recorrer y los kilos de drogas para ser movilizado y debe ser depositado en lugares que sean seguros en cuanto ambiente y personas que podrían robar la carga

Esse transporte aos ombros, portanto, muito empregado para iniciar a colocação da *cannabis* em circulação desde o seu lugar de origem até as cidades fronteiriças, onde alguns “sócios” vão armazenando-a, com a intenção de completar um carregamento que deverá ser

enviado. Nos casos em que a carga de *cannabis* for despachada de avião de algum aeroporto localizado na redondeza, as pessoas ocupadas como “burreros” devem levar a carga até o local da pista e aguardar a chegada do avião escondidas no meio dos matagais até proceder ao carregamento dessas máquinas, que deve ser em tempo *record*. Se o transporte vai ser realizado de avião no lugar de processamento, então os produtores de cânabis amontoam uma quantidade determinada de carregamento e logo o chefe do grupo dá a ordem para iniciar esse trabalho de evacuação.

Outra forma de tirar um carregamento de cânabis é a chamada “saída negociada”, que consiste em chegar com veículo o mais próximo possível dos locais de processamento da droga e daí carregá-la para seguir viagem. O jovem Kalo explica uma particularidade da saída negociada de *cannabis* no Amambay:

Para la ejecución de este tipo de transporte mínimo se necesita usar dos vehículos uno de los cuales se carga con la marihuana. Este vehículo debe haber entrado en el lugar con antelación. Si fuere posible, en el día anterior que se piensa salir con la carga, a fin de acondicionar muy bien, pues la carga debe ser bien mimetizada para no levantar sospecha el otro vehículo, en el cual se desplaza el negociador que puede ser el 'socio' u otra persona de su confianza, que en cada puesto policial viene negociando la salida de dicha carga y en el momento de salir con la carga se mantiene en frente al vehículo que trae la carga y mediante la utilización de aparatos celulares da las coordenadas al conductor del vehículo. Los 'socios', muchas veces, prefieren realizar estos pagos, para garantizar la llega de la carga a las zonas rurales, antes de arriesgar su mercadería.

Isso não significa que, para uma saída dessa natureza, tenha-se que comprar a consciência de todos os integrantes dos postos policiais. Os narcotraficantes conhecem todos os policiais e conhecem quem deve estar de serviço para poder executar sua operação de transporte de drogas. Os “sócios”, não todas as vezes, conseguem articular esse tipo de operação, pois os policiais não param por muito tempo nos postos, especialmente naqueles situados nas zonas rurais. Em outras oportunidades, esses mesmos policiais – que vendem sua consciência ao narcotráfico – realizam o transporte de drogas para as zonas urbanas, nos seus dias de folga e nos carros particulares deles. Nestes casos, os montantes da operação costumam ser muito mais volumosos.

Os agentes policiais não apenas participam do transporte da *cannabis* processada no Departamento de Amambay na fronteira com o Brasil, mas também, em muitos casos, já foram capturados, em flagrante delito, realizando esse tipo de “trabalho extra”. Um informante-chave relata esse tipo de trabalho da Polícia Nacional, quando deveria atuar no combate ao comércio ilícito da *cannabis*:

Dentro de la Policía Nacional en este tiempo todo está de 'patas hacia arriba'. Podemos explicar esto, por un lado, como lo decían nuestros abuelos que en sus épocas todos los no querían trabajar ingresaban o formaban parte del cuerpo de la policía. Pero, en la actualidad, al parecer ese vicio se repite. Es decir, todos aquellos que quieren vivir bien y sin mayores esfuerzos forman parte del cuerpo de la Policía Nacional. Con la idea firme de dar hacer su cosecha en cualquier momento. (Policial licenciado).

Não se pode generalizar tais práticas a todos os membros da Polícia Nacional. É preciso reconhecer que existem profissionais honrados, assim como em outros tempos havia bons policiais, que cumpriam com os seus deveres. Assim também hoje, dentro da fila da Polícia Nacional, pode-se encontrar alguns agentes honestos. O informante-chave também proferiu a seguinte frase relativa à PN: “*La estructura de la Policía Nacional se encuentra completamente podrida, podemos afirmar y que por lo tanto necesita de una reforma partiendo desde la raíz.*” Isso não vai ser diferente trocando a instituição apenas de nome, ou trocando os comandantes, nem trocando a cor do uniforme que os agentes vestem; as modificações devem ser muito mais profundas. A mudança precisa ser nas condutas, nos valores, na ética. O ex-policial nacional, informante-chave, relata a situação interna da instituição que ele defendia anteriormente com estas palavras:

Dentro de la Policía Nacional es imposible resistir a las presiones. Es decir, la estructura de la Policía Nacional se encuentra podrida. Entonces, el que decide ser policía y no ser corrupto ya comienza equivocándose. Pues, hay que recaudar para la corona, explicando mejor el agente debe recaudar para su jefe inmediato superior, este para el Jefe departamental, este a su vez para el Jefe de zona y este, por su lado, para el Comandante y este, seguramente, para el Ministro del Interior. Entonces, la cadena es muy larga y todos deben ser aceitada de forma permanente, para que pueda funcionar bien el engranaje policial.

O testemunho do policial licenciado é válido pela experiência acumulada por dez anos como agente da Polícia Nacional. Ele é categórico quando afirma que: “*dentro de la Policía Nacional todo se negocia*”, desde o ingresso na escola da polícia, os traslados para diferentes lugar, os assensos, as férias etc. É importante salientar que, durante o governo de Fernando Lugo, houve avanços significativos em prol da melhoria nos processos seletivos dos futuros policiais no país. Espera-se que isso siga ocorrendo.

Retomando o tema do transporte da cânabis, grande percentagem dessa droga, prensada em diferentes formas de tijolo, pães, bolos, entre outras, chega às cidades fronteiriças Paraguai-Brasil transportada em veículos pertencentes ou que se encontram a cargo de um agente da Polícia Nacional. Dessa forma, pode-se explicar por que, com tanta facilidade, toneladas de *cannabis* são colocadas à disposição dos compradores e financistas estrangeiros do outro lado da fronteira. Esse “trabalho” também é realizado com a

colaboração de agentes policiais em seus dias de folga, considerando que os veículos pertencentes a eles não são revistados nos postos de controle que os próprios colegas deles realizam. O policial licenciado afirmou: “*En otras oportunidades los agentes de policía facilitan su vehículo para el transporte y ellos hacen la cobertura. En estos casos, es más sutil las cosas. Todavía, el ‘trabajo’, la droga es transportada con el vehículo de los agentes y ellos realizando la custodia de la carga en otro vehículo.*”

Salienta-se, por outro lado, que alta percentagem dos agentes da Polícia Nacional possui um ou mais carros em seu domínio, de procedência duvidosa. No âmbito fronteiriço, tais veículos são mais conhecidos como “cabritos”, sendo que alguns são roubados diretamente em cidades brasileiras ou são produtos do famoso golpe de seguro praticado na fronteira.

Outra atuação policial vergonhosa consiste na extorsão de dinheiro no Departamento de Amambay, muito especialmente por agentes que se encontram prestando serviço no Departamento de Investigação. Via de regra, eles trabalham com informantes, infiltrados no ambiente de produção e processamento da *cannabis*, a fim de poder comunicar o local, o dia e a hora da saída de um carregamento de droga. Esses grupos de policiais geralmente executam a ação e apreendem a carga, mas todos os que estiverem acompanhando a operação seguidamente manifestam o montante de dinheiro que exigem para liberar a carga. Nesse caso, um policial fica encarregado de buscar o dinheiro enquanto os outros aguardam para a liberação da carga, estabelecendo algumas horas como prazo para o retorno com o dinheiro acordado. Se o dinheiro não chegar na hora fixada, os policiais comunicam o Ministério Público (MP) sobre essa carga.

Os policiais que atuam dessa forma quase sempre são os mesmos, e muitos já foram reconhecidos. Nestes casos, é solicitado aos “patrões” para “acabar com eles”. Daí que muitos policiais foram assassinados em Pedro Juan Caballero. De julho de 2011 até setembro de 2012, na fila da *Policía Nacional Chefatura Departamento Amambay*, foi registrada a execução de quatro membros: todos se encontravam prestando serviço ao Departamento de Investigação e eram conhecidos como arrecadadores para os superiores na hierarquia do tráfico de drogas. Quando acontece uma fatalidade dessas, os chefes manifestam não saber de nada, mas já acumularam quantidades de dinheiro dessa forma.

Também das zonas rurais do Departamento de Amambay a *cannabis* é, com frequência, transportada nos veículos de instituições públicas. Os funcionários públicos inescrupulosos aproveitam-se do fato de circular com veículos com logotipo de uma determinada instituição estatal para passar pelas barreiras policiais. Assim, na maioria das

vezes, não são revistados. Essa situação é percebida e aproveitada pelos narcotraficantes, que realizam negociações com os funcionários de determinada repartição do Estado, a fim de conseguir trânsito para suas mercadorias dos seus lugares de processamento. É conhecido pela grande maioria da população fronteiriça o fato acontecido na estrada que liga Pedro Juan Caballero à cidade de Concepción, onde o conhecido narcotraficante apelidado de “Aguara”, um guarda-costas e um funcionário da *Administración Nacional de Electricidad* (Ande), em um veículo de propriedade do Estado a serviço desta instituição, foram atacados por um grupo de sicários. Esse confronto deixou como resultado quatro mortos, porque um dos sicários também foi morto.

As bicicletas também têm sido utilizadas no transporte da *cannabis*. Evidentemente, esse meio de transporte é utilizado pelos traficantes mais pobres e menos poderosos na hierarquia do tráfico, mas nem por isso é menos eficaz. Alguns dos jovens rurais entrevistados ocupam-se dessa forma de transporte. Eles dizem que o transporte com auxílio de bicicletas serve para trasladar a droga entre as cidades fronteiriças, rumo ao território brasileiro. A estratégia do transporte é em comboio, de 10 até 15 jovens montados em bicicletas, mobilizados no horário noturno. Cada jovem carrega, aproximadamente, 50 kg da droga. Sobre esse tema, os relatos de Taru e Kalo são reveladores:

Yo me considero un multifacético en este tema. Soy agricultor, desde muy niño hago agricultura tradicional con mi papá. Después que el falleció pase a hacer cultivo de marihuana también. Soy prenero de marihuana y hago transporte de Bado a Amambay Mato Grosso do Sul de bicicleta con otros amigos. En uno de los viajes fui sorprendido en la ruta y me agarro la Policía Rodoviaria Federal. Me llevaron en la cárcel de Dourados, Mato Grosso do Sul. Estuve preso por dos años. Fue la primera vez que me estuve preso. La segunda que vez que me agarró la policía paraguaya estuve en la cárcel Regional de Amambay ocho meses. Por la experiencia de haber estado preso en el Brasil y en Paraguay no quiero volver a caerme preso, pero continúo produciendo marihuana o ayudándole a otros productores (Kalo).

Cuando realizamos transporte con bicicletas, nosotros agarramos la mercadería de una casa donde se encuentra depositada. La acondicionamos encima de la bicicleta, cubrimos, atamos y partimos. Llegado al lugar de destino, nos dirigimos al lugar combinado para entregar ya sea en una casa o al borde de la ruta donde nos espera alguien del tráfico para hacerse para tomar la carga y seguir el viaje. Si nos liberamos de nuestra carga al costado de la ruta es más fácil porque a veces llegamos a la ciudad y nos perdemos, mientras la Policía puede agarrarnos si estamos circulando de forma sospechosa en un determinado lugar (Taru).

Também existe o trabalho das pessoas conhecidas como “mulas”. No âmbito da delinquência organizada, tais agentes são “contratados” para viajar de ônibus, geralmente levando drogas, tanto para as grandes cidades brasileiras distantes da fronteira quanto para outras cidades do Paraguai. São muitas as famílias paraguaias residentes nessa fronteira que manifestam que seus filhos se encontram presos em cidades como São Paulo, Curitiba, Porto

Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e outras capitais do Brasil. Porém, é muito difícil precisar a quantidade, pois ninguém se ocupa deles, mas essas famílias devem bancar os gastos para visitar os filhos nesses lugares e pagar advogados para tentar libertá-los. Um informante-chave vinculado ao âmbito legislativo no Departamento de Amambay, em entrevista sobre essa forma de trabalho ao serviço do tráfico, declarou:

En nuestra frontera tenemos varias familias, cuyos hijos están siendo utilizados por los traficantes para transportar drogas de todo tipo como 'mulas'. Todo los conocemos al profesor de Arpa 'Cepi': su hijo estaba aventurándose había sido en este tipo de actividad y cayó preso en Minas Gerais. Que nuestros jóvenes estén metidos en este tipo de trabajo ilícito es una verdadera lástima, pues viajan llevando droga que servirá para destruir a mucha gente en dichos lugares. Por un lado y por otro lado, ellos reciben apenas una pequeña paga (misero) por ese servicio. Ellos llegan a los lugares donde van entregan su carga a la persona combinada y vuelven, ellos no traen dinero por esa mercadería que entrego. Los traficantes envían dinero por otros medios, depósitos bancarios y giros, que se realizan en las cuentas de las tantas casa de cambio que tenemos en esta frontera. Porque el volumen de dinero que se negocia detrás de los balcones es muchísima veces mayor de lo que se realiza en las cajas de dichas casas diariamente.

Nesse ambiente, a denominação de “mula” se popularizou tanto para homens quanto para mulheres que realizam esse serviço. Provavelmente, no princípio das atividades, as mulheres teriam maior participação, pois eram menos vigiadas, menos controladas. Mas, na atualidade, o controle é semelhante, não existindo diferenças no emprego de homens e mulheres. Para todos os efeitos, o conceito de “mula” lembra um meio de transporte de carga, muito utilizado em tempos remotos, mas que ganha novos significados no contexto atual de globalização das drogas.

Os jovens agricultores, ao comprometerem-se com o cultivo de *cannabis*, consideram, primeiro, a facilidade de sua venda e, segundo, que a zona é muito apta para esse cultivo. Então, eles se arriscam nessa atividade cheia de riscos. Esses agricultores enfrentam dificuldades, pois eles não têm como colocar sua produção diretamente sem intermediários “sócios” nas ruas dos grandes mercados consumidores e obter, dessa forma, maiores ingressos monetários. Também, eles não podem realizar venda a outra organização que não seja aquela com a qual mantêm compromissos e códigos de honra, posto que, se isso fosse interpretado, nesse ambiente criminoso, como deslealdade, poderia ser pago com a vida. Não existe outra forma a não ser vendê-la ao “sócio” atuante na zona. É com os sócios que se definem, no fim, os preços de venda.

Referente à comercialização da *cannabis*, o jovem rural Vito garante que, nesse momento, é preciso “*prestar mucha atención y saber negociar, para cumplir lo establecido a los pasos previos. A este momento y aquí, si nos descuidamos, podemos quedarnos con casi*

nada o con las manos sobre la cabeza, entregar todo y después no poder cobrar.” Isso não significa perder por completo a colheita, mas sim deixar de ganhar com grande parte do esforço do trabalho, o que implica menores ganhos. É comum aparecerem pessoas que queiram aproveitar-se dos jovens no momento em que dispõem da mercadoria, ou também informantes da polícia que percorrem os acampamentos nas épocas de colheita, a fim de chantageá-los com ameaças de delação. Portanto:

Hay que tener el cuidado de negociar con persona conocida y lo menos posible con persona extraña, a fin de ahorrarnos problemas. El comprador que vive en las ciudades fronteriza siempre nosotros primeramente le enviamos una muestra de la mercadería para que el pueda venir y comprar a sabiendas de la calidad del producto. Pero en el momento de la transacción siempre es verificada nuevamente la calidad de cada panes y el kilaje por supuesto (Luchi).

O gargalo se encontra, em primeiro lugar, na fixação dos preços de venda entre os compradores e os agricultores. Se for com os “sócios”, a negociação se torna mais tranquila, mas muitas vezes eles indicam outra pessoa para negociar em seu nome. Em segundo lugar, as tratativas das formas de pagamento pelo produto se tornam mais complicadas, conforme explicado pelos jovens agricultores:

Actualmente, estamos vendiendo en este lugar de por 20² a 30³ mil guaraníes por kilo. La negociación no es muy simple, porque los compradores siempre llegan en los campamentos para comprar con algunas excusas de el patrón no le deposito, todavía, el dinero y que el necesita enviarle la mercadería. Y si llegan con dinero aquí traen mitad del valor del producto, comprometiéndose a pagar todo cuando la mercadería llega a destino. Generalmente, recibimos la otra parte, porque no podemos mentir en este negocio, si uno se compromete debe cumplirla. Como parte de pagamento también solemos recibir autos, motocicletas de segunda mano, armas pero generalmente sin documento (No'ono). Si colocamos o hacemos llegar nuestra mercadería hasta la ciudad ya podemos negociar por un precio mucho mejor, pero eso implica en mayor peligro y mayor gasto en el flete, porque no cualquiera hace este tipo de flete (Kachi).

Sobre a utilização de carros roubados no Brasil, como parte do pagamento da droga, Procópio (2000, p. 156) refere-se à questão nestes termos:

A conexão entre roubo de carros e narcotráfico antigamente se fazia na fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia, onde o escambo funciona livremente. Hoje trocar carro roubado por cocaína é prática constante em qualquer cidade do Brasil. A forma de obter o carro varia: há caso em que o próprio dono leva seu automóvel para a Bolívia ou Paraguai e o troca por cocaína ou cânabis, ao mesmo tempo da queixa a polícia e entrada na papelada para receber o seguro. O Estado do Mato Grosso do Sul é o maior fornecedor de veículos automotores para escambo por cocaína na Bolívia e por cânabis no Paraguai. Um carro roubado em Campo Grande em poucas horas atravessa a fronteira com aqueles países. O escambo funciona da seguinte forma: o veículo furtado é passado ao receptor paraguaio ou

² Com a taxa de câmbio atual, significa 10 reais por quilo de cânabis seca.

³ Equivale a 15 reais por quilo, no mesmo lugar, mas de cânabis prensada.

boliviano, que o renegocia com os revendedores. A droga é entregue ao receptor que a repassa ao vendedor de automóvel no Brasil.

Relativo ao termo “troca”, um carro roubado se negocia por, aproximadamente, metade do valor de mercado no Brasil. Em 1998, um automóvel, pouco rodado, de luxo, era trocado por quilos de drogas (cocaína ou *cannabis*); se a pureza da droga for alta, rende mais dinheiro. Dependendo da adição de outros produtos para ser vendido em pequenas quantidades, o quilo de drogas chega ao consumidor com valores multiplicados. Por essa razão, compensa o negócio de dar armas roubadas em troca de drogas (PROCÓPIO, 2000). No Brasil, o tráfico é um meio atrativo para obter renda e principalmente enriquecimento ilícito, mas “os jovens envolvidos com o tráfico não recebem mais que migalhas” (ZALUAR, 1994, p. 92).

Ademais, no Paraguai, os jovens sofrem outras formas de violência, que provêm basicamente das quebras de “contrato” dos envolvidos no negócio das drogas e que são resolvidas com a força das armas. Sobre quebra de contrato, a entrevista com um jornalista do Departamento de Amambay acrescenta:

Bueno, acá el trato con los mafiosos todo sin documento. Si quieres plantar te da todo: semilla, un poco de adelanto. Si uno golpea eso se paga con la vida. Categórico, informante paga con la vida. En caso de robo, se le mata y le quinta los miembros y la cabeza. Es importante decir que el engaño se paga con la vida, porque a veces hay pedido y no hay marihuana, se envía las hojas o ‘typycha jhu’ [Sida rombifolia] prensado, porque la gente de Chile y Brasil no pueden estar sin fumar, por este motivo muchos ya murieron. A mi me consta ese tipo de hecho.

Considerando todos os riscos implicados no ciclo do plantio, colheita e comércio da *cannabis*, os jovens rurais entrevistados procuram fazer investimentos com os ganhos dessa atividade. Sobre esse tema, Perú garante que:

Los jovenes, sabemos como son nuestros pares, muy pocos somos los mesurados que invertimos bien los que hemos ganado, gastando en mejorar nuestra casa o construir un cuarto mas, comprar algún animalito para tenerlo como ahorro en caso de una necesidad que pueda presentarse, regularizar los documentos de la tierra, pagar los impuestos. De esta forma la mayoría gasta todo su dinero en poco tiempo en fiestas con mujeres, y ropas nuevas, celulares, vehículos, viajes cortos a otras ciudades, terminado el dinero rápidamente.

Ao fim do dinheiro, os jovens procuram novos meios de ingressos monetários para continuar alimentando suas necessidades e sonhos de consumo. Dessa forma, não tendo outra alternativa, precisam reiniciar o ciclo da cultura ilícita. Assim, na fronteira do Paraguai com o Brasil, a planta torna-se apreciada pelos jovens, conforme depoimento de Taru:

Yo digo que la planta tiene para nosotros que trabajamos en su producción un atractivo muy especial [risos]. Primero, por la expectativa de ganancia y, segundo, por la vitalidad que nos transmite al estar en contacto con ellas en el cultivo. Su verdor es diferente a otras plantas que yo conozco.

De acordo com a análise de Fraga e Iulianelli (2003), deve-se redimensionar a forma de observar o problema, “repelindo a redutora e simplificada” explicação baseada em culpabilizar os jovens e suas famílias pela sua inserção no mundo da ilegalidade. As explicações conservadoras insistiram sempre em colocar no indivíduo o motivo de sua entrada no mundo criminal, considerando-a como uma mera escolha. No caso particular dos jovens, muito se enfatiza no sentido de reconhecer na família desestruturada a causa da delinquência. Na atualidade, isso tem se agravado pelo individualismo, “fenômeno social deturpado por um arremedo da psicologização”, na luz do qual os indivíduos são tido como únicos responsáveis pelos seus sucessos e fracassos, “num aforismo excludente das conjunturas sociais” (FRAGA; IULIANELLI, 2003, p. 134).

Segundo Motta e Iulianelli (2000), deixando de lado a ilegalidade no contexto latino-americano, o tráfico de drogas representa um bom negócio em termos de trabalho agrícola, para o agricultor familiar, porque nesse circuito terrenos péssimos podem se transformar em aproveitáveis, como serras e florestas, que se tornam lugares estratégicos. Os negociantes das drogas, muito diferente dos governos, fornecem as sementes para as lavouras “ilícitas” e apanham a colheita, permitindo, assim, a produção de uma lavoura lucrativa sem o trabalhador jamais sair da terra, reduzindo parte da “autoexploração” do agricultor familiar, além da eliminação de despesas consideráveis de transporte e dos riscos de perda de qualidade da mercadoria. Soma-se a tudo isso a ausência de políticas agrícola e agrária para a agricultura familiar e o processo de contrarreforma no caso da América Latina, vigente desde a década de 70, que concentra ainda mais a propriedade da terra e aumenta a pobreza dos camponeses e trabalhadores rurais assalariados.

De acordo com Fraga (2000), para o caso brasileiro, a utilização pelo narcotráfico de jovens como cultivadores de maconha na zona rural, como sicários de crimes encomendados ou como vendedores de drogas no meio urbano, entre outros. O trabalho, como controle social, sempre teve como um paradoxo as necessidades de que crianças e jovens pobres tivessem de trabalhar para reforçar a renda da família. “Dessa forma, o trabalho que sempre foi utilizado como elemento formador e de prevenção ao crime, é um dos elementos mais importantes para empurrar o jovem para a atividade do narcotráfico.” (FRAGA, 2000, p. 102). Para o autor, o intuito não consiste em atribuir à atividade laboral, exclusivamente, a responsabilidade do envolvimento de jovens com o narcotráfico, mas em reconhecer essa

importante variável na análise do envolvimento dos jovens com o tráfico, bem como compreender que o trabalho deve incorporar a moral e a ética, considerando os salários e as condições precárias de trabalho. Significa não atribuir de forma exclusiva a essa variável a entrada do jovem na criminalidade; é importante, porém, não ignorá-la e compreendê-la.

4.3 Os jovens rurais diante da justiça

Todas as autoridades do Departamento de Amambay entrevistadas no decorrer deste trabalho em coro uníssono manifestaram as precariedades nas condições de trabalho e sobrevivência dos jovens agricultores da cânabis. Confluem também os argumentos de que são poucos os casos em que polícia é recebida com resistência nesses lugares e que as armas encontradas são destinadas para a casa no lugar e para a defesa contra outros tipos de possíveis agressões, e não necessariamente para coibir ações da polícia. Torna-se um paradoxo que ao jovem rural seja imposta a mesma pena auferida para aqueles que controlam essa cadeia produtiva e lucram com ela. Surge a necessidade de que a lei reconheça a realidade a que se encontra sujeito o trabalhador, principalmente pela dívida social que o Estado tem com essa população.

O único avanço no *Código Procesal Penal* paraguaio que se obteve nesse sentido é que, em juízo, pode-se alegar não entender o espanhol e, dessa forma, os juízes devem formular as perguntas em guarani. Mas o restante do processo segue da mesma forma, só se busca a verdade legal e não a verdade real.

Para Melamed (2009, p. 80), as mal chamadas “leyes” apresentam carência absoluta dos fundamentos sobre os quais deve fundar-se uma lei: “la protección de los dones individuales que Dios les dio a todos los hombres: la vida, la libertad, la propiedad y los recursos naturales para transformarlos y utilizarlos para su sustento”. Mas, no fundo, que é a lei?

Es la organización colectiva de los derechos individuales para ejercer la legítima defensa de ellos, aun con la fuerza si es necesario. Ya que ningún individuo puede usar la fuerza en contra de la persona, la libertad o la propiedad de otro individuo, entonces, la fuerza común, por la misma razón no puede en forma legal usarse para destruir la persona, la libertad o la propiedad de los individuos o de un grupo de ellos(MELAMED, 2009, p. 80).

Melamed (2009, p. 82) faz severas críticas às leis que regulam a questão das drogas no Paraguai quando declara de forma enfática:

Ha actuado en directa oposición a su propio propósito. La ley ha sido usada para destruir su propio objetivo. Ha sido aplicada para aniquilar la justicia que debió procurar, para limitar destruir derechos cuyo verdadero propósito era protegerlos. La ley puso la protección de la defensa colectiva a disposición de inescrupulosos que buscan, sin riesgo alguno, explotar a las personas, su libertad y propiedades. Ha convertido el saqueo en un derecho con el fin de proteger el robo. Y ha convertido la legítima defensa en un crimen con el objetivo de penarla.

O artigo 27 da Lei nº 1.340/1998 estabelece: “El que tuviere en su poder, sin autorización, sustancias estupefacientes, drogas peligrosas o productos que las contengan, será castigado con cinco a quince años de penitenciaría, comiso de la mercadería y cuádruplo de su valor.” Já os artigos 33 e 35 do mesmo corpo legal taxam a produção quando afirmam:

El que sembrare, cultivare, cosechare o recolectare plantas que sirvan para la fabricación de sustancias estupefacientes o drogas peligrosas y el que proporcionare dinero, inmueble, semillas o cualquier otro elemento para ello, será castigado con penitenciaría de diez a veinte años, debiendo destruirse la plantación o producción.

El propietario, arrendatario, poseedor, encargado o quien por cualquier título ejerciere la tenencia de un inmueble que a sabiendas ceda el uso del mismo para el depósito, guarda o permanencia ocasional de estupefacientes o drogas peligrosas a que se refiere esta Ley, así como de sustancias utilizables en su elaboración, transformación o industrialización será castigado con penitenciaría de diez a veinte años. La misma pena se aplicará a quien facilite cualquier medio de transporte utilizado para el tráfico prohibido por esta Ley.

No Ministério Público do Paraguai, os processos envolvendo jovens agricultores iniciam-se sempre com a acusação e solicitação de abertura de um juízo ao juiz, de parte de um promotor. Pode-se observar, na transcrição textual de um expediente e em vários outros envolvendo jovens rurais apreendidos trabalhando com cânabis, que o promotor rotula o caso como tráfico de drogas, e não como produção ou cultivo da planta:

SEÑOR JUEZ PENAL:

Policarpo Martinez⁴, Agente Fiscal en ló PENAL DE LA UNIDAD VII, asignado al caso N 00000000000 que radica en esse Juzgado, ante la Secretaria de Valentin Zarate, se dirige a Ud. De conformidad previstas en el art. 347 de Código Procesal Penal, dentro del plazo fijado por juzgado a formular la acusación contra Laku y Vencho, sobre quienes pesa la imputación de los HECHOS PUNIBLES DE POSESION Y TRAFICO DE MARIHUANA EN LA LOCALIDAD DE TRANQUERA KUE DE ESTA JURISDICCION.

Pode-se dizer também que os artigos 27, 33 e 35 da Lei nº 1.340 são os mais empregados pelos promotores para formular suas acusações contra os jovens rurais que são

⁴ Os nomes arrolados e os números dos processos judiciais também são fictícios, a fim de preservar a identidade dos envolvidos.

apreendidos nos acampamentos precários ou nos caminhos vicinais transportando cânabis. Descreve-se a seguir o teor de uma acusação de parte de um promotor de Justiça, quando qualifica legalmente o fato de dois jovens diante do juiz:

Los comportamientos realizados por los acusados Laku, se subsume dentro del tipo legal contenido en los artículos 27 y 33 de la Ley 1.340 en concordancia con el art. 67 inc. 1º numeral 2 y 31 del Código Penal y Vencho dentro de los artículos 27 y 33 de la Ley 1.340, conforme a la descripción fáctica precedentemente enunciada. El modelo de conducta en que se describe el hecho punible atribuido a los sujetos configura una acción típica, antijurídica y reprochable, por cuanto que a través de la misma haber llegado al consumidor final las sustancias estupefacientes o drogas peligrosas se hubiera puesto en peligro el bien jurídico la salud, y la integridad física de las personas.

Dessa forma, observando os processos judiciais na cidade de Pedro Juan Caballero e ouvindo os jovens agricultores nas comunidades, depara-se com duas situações muito importantes que não são consideradas no momento de julgar os casos: a flagrância, ação policial que serve como cabeça de processo, e as questões subjetivas e objetivas que acompanham esses agricultores na sua rotina no cultivo. O administrador da justiça, na hora de aplicar a lei, deve considerar não somente o estabelecido literalmente nessas situações, ou seja, não se ater exclusivamente ao aspecto objetivo da norma, tendo o cuidado de aplicar uma sentença que não seja apenas legal, mas que seja legítima, a fim de não produzir um desastre social maior do que tenta remediar.

Em outras palavras, para aplicar uma condenação, os juízes se baseiam na concretude de um fato, na gravidade do dano social ocasionado pelo fato punível, nas derivações que esse ato ocasiona e, fundamentalmente, na culpa do agente. Os magistrados da *Circuscripción Judicial del Amambay* seguem trabalhando na linha mais fácil e na postura tradicional: teoria lombrosiana, nos critérios utilizados para aplicar os efeitos da lei. Não se observa a aplicação de uma postura crítica, com sensibilidade social, fundada em outros critérios. Pode-se dizer que a postura mencionada dos juízes nessa forma de atuar se favorece pelo fato de que no Paraguai não existe progressão de pena, o que significa que o acusado sempre será julgado pelo delito ou crime cuja expectativa de pena é maior, e os outros delitos e crimes servirão como agravante ou atenuante. Partindo disso, pode-se entender que os jovens agricultores da cânabis sempre são acusados pelo MP diante do PJ como traficantes e não como produtores, pois a expectativa de pena é maior.

Macedo, Ferreira e Araujo (2010), trabalhando no polígono brasileiro de maconha, realizaram uma análise da legislação de combate às drogas e subsidiárias. Os autores perceberam a necessidade de que tanto os promotores do MP quanto os juízes no PJ deveriam

reconhecer uma situação diferente que persiste entre os agricultores e os reais donos da produção, e não como o realizam de forma corrente, classificando esses agricultores com todas as letras simplesmente como traficantes. Perpassados pela cultura da violência e pelo pacto da mídia de construir e manipular o medo, os promotores e juízes atuam recriando os estímulos e reafirmando os estigmas criados.

Para Macedo, Ferreira e Araujo (2010, p. 16), no contexto brasileiro, são limitadas as possibilidades que se apresentam no horizonte de vida dos jovens rurais, para o acesso a um trabalho que lhes renda recursos monetários físicos: “está à venda da sua força de trabalho para a produção da maconha”. Sendo o dinheiro mediador no relacionamento social, cria uma imposição aos agricultores, pelas condições objetivas de trabalho, mas carregada de uma particularidade, a de que os trabalhadores no cultivo de cânabis se sujeitam às piores condições laborais:

A situação justificante no estado de necessidade se caracteriza pela existência de um perigo, atual, involuntário e inevitável, uma vez que a perpetuação do plantio é inevitável, não determinada pelo envolvimento do trabalhador rural, considerando a falta de alternativa de acesso à renda no departamento, o que faz com que surja um exército de desocupados rurais a serviço do plantio da cânabis. Portanto, a participação de qualquer agricultor é involuntária, indiferente ao processo produtivo ilícito, uma vez que se encontra consolidado na fronteira desde a década de oitenta, entenda-se, a produção ilegal não se funda numa vontade própria. Se não existem facilitadores – sócios – da produção ilícita será que os jovens rurais a procurariam como alternativa de sobrevivência? A atualidade do perigo caracteriza-se pelo fato de sua permanência no tempo. O perigo então é caracterizado por fenômenos sociais, cuja amplitude fez com que a produção ilegal tenha conseguido a sua consolidação na fronteira seca, e que faz da agricultura do ilícito uma possibilidade limitada de sobrevivência para que os jovens rurais não permaneçam sem acesso à renda e, conseqüentemente, relegados à própria sorte, sem possibilidade de socializar. Os jovens trabalhadores rurais não poderiam plantar maconha por ela ser considerada nociva à sociedade. Porém, com a prisão do trabalhador rural se pretende tutelar a saúde pública. No entanto, este (jovem) ao se envolver com a plantação da maconha está tutelando um bem maior a vida, a sobrevivência dele próprio e o bem-estar (familiar), porque de outra maneira não teria acesso aos bens e serviços que possam lhe permitir como ser humano exercer sua liberdade e dignidade. Estamos diante de um conflito de bens jurídicos, o que obriga aos intérpretes, aos juízes, uma ponderação dos interesses em conflito (MACEDO; FERREIRA; ARAUJO, 2010, p. 18).

Percebe-se, portanto, que o trabalho no cultivo da *cannabis* se apresenta na forma de uma ilusão que toma corpo nos jovens agricultores na região de fronteira, que empregam sua força muscular no trabalho da agricultura proibida, sendo que eles não têm domínio sobre os meios do processo produtivo e que o produto final obtido desse trabalho não produz valor de uso, só valor de troca. Mas, para esses jovens, torna-se instrumento para sobreviver e acessar os meios de produção e socialização. No Departamento de Amambay, esses jovens não são

donos da propriedade dos meios de produção, portanto não se identificam com o produto obtido, pela sua manifestação abstrata e não autônoma.

Como foi destacado, o trabalho na cânabis obriga os jovens a permanecer longe de suas casas, perto dos cultivos, para não descuidar a plantação de possíveis furtos e também porque o cheiro da planta fica impregnado na roupa do agricultor. Para quem trabalha com a cânabis, existem constantes ameaças, que surgem de várias direções. Entre elas, destacam-se as repressões policiais e a própria falta de tranquilidade que esse tipo atividade proporciona. Não se pode negar os aspectos positivos dessas atividades percebidos pelos jovens rurais vinculados ao cultivo da maconha, como a obtenção de recursos financeiros. Dessa maneira, resulta condição fundamental compreender que tipo de ilicitude representa, a fim de entender seus significados e sentidos. Sobre esses aspectos, Fraga (2010, p. 189), faz a seguinte constatação para o caso brasileiro:

Ainda que seja verdadeira a existência, em alguns lugares, de uma estrutura belicosa, parte significativa dos cultivos são realizados por agricultores, muitos produzindo com suas famílias, que não fazem parte de nenhuma organização criminosa, mas apenas estão inseridos em um segmento da produção de substâncias qualificadas como ilegais. Trata-se da parte menos rentável da cadeia de produção de drogas ilegais e, geralmente, os agricultores repassam o produto para atravessadores que o dirigem para outras etapas produtivas. Portanto, a repressão contra esses agricultores e sua consequente criminalização precisam ser compreendidas no bojo de uma situação mais complexa, que envolve elementos culturais, de sobrevivência, econômicos e que precisam ser mais bem compreendidos para que possamos aprofundar estudos e pesquisas.

Um casal de agricultores, o marido com 74 anos e a esposa com 68 anos de idade, entrevistado no marco desta pesquisa, comentou a situação dramática relacionada ao fato de terem dois dos filhos na carceragem de Pedro Juan Caballero, flagrados pela polícia trabalhando com a *cannabis*. A doença e a pobreza da família teriam contribuído para que os filhospovens se vinculassem a esse tipo de trabalho, conforme relato:

Bueno, yo me quede muy enfermo y no podía mas trabajar. Tenía que irme a Asunción para hacer un tratamiento y mi esposa también tiene problema de diabetes, tiene problema en la vista. Estos dos eran nuestros hijos solteros que vivían con nosotros y me ayudaban en el trabajo en la chacra para poder mantenernos. Entonces, estábamos en esa situación. Un día de eso, llegase en nuestra casa un señor, había sido era 'socio' de la mafia fronteriza ofreciéndole trabajo a mis dos hijos con el canábis, diciendo: 'sabemos que el papá de ustedes necesita de dinero para su tratamiento por eso estamos aquí para ofrecerles una oportunidad para ganar dinero junto y poder de esa forma solventar los gastos de este tratamiento' (Chokokue, agricultor familiar, 74 anos).

Então, com a oferta de trabalho para os jovens dessa família, os sócios agenciadores estabeleceram um prazo para que os jovens pensassem na proposta. Na sequência, segundo o

chefe de família, os jovens fizeram a seguinte declaração: *“Esta es nuestra oportunidad de ganar dinero y pagar los gastos con el médico de papá, esto nos permitirá en un corto plazo juntar la plata para tu tratamiento en Asunción, la respuesta fue positiva en el sentido de aceptar el trabajo de la forma combinada.”*

Por fim, esses jovens foram “contratados” para realizar prensagem da *cannabis* e não para realizar cultivo, pois eles já eram conhecidos nesse ambiente como especialistas na tarefa de prensar, apesar de o pai manifestar que foi a primeira vez que fizeram esse tipo de serviço. Então, no dia combinado, o “sócio” deixou algum mantimento para o consumo da família e levou os filhos. O chefe da família lembra as últimas palavras dos filhos: *“terminado el trabajo, volveremos”*. No entanto, ele garante que: *“nosotros no sabíamos para que lugar se fueron, ni por cuantos días, quien lo llevo nada de eso”*. Também lembra que deram as bênçãos aos filhos e orientações para tomarem cuidado em todo momento, pois sabiam dos riscos do trabalho com a *cânabis*. Passados três dias, chegou a notícia da prisão dos jovens, conforme relato do velho agricultor:

Llego hasta el campamento donde se encontraban trabajando mis hijos, sin que ellos se dieran cuenta de nada un operativo de represión de los agentes de la Senad. Fueron capturados y llevados para Pedro Juan Caballero los dos y pero un brasileño cuyo nombre no me acuerdo en este momento.

Naquele momento, não se encontravam longe da casa deles, uma vez que estavam trabalhando somente a 28 km, na comunidade vizinha conhecida como “Ybypé”:

Y a partir de aquel día, nuestro tormento se inicio, sigue y es cada vez mucho mayor. Nosotros con edad avanzada, enfermo, necesitando de tratamiento médico permanente y ahora tenemos que manejarnos con abogados, fiscales y jueces. Lo que parecia para dias, ahora no sabemos si vamos a estar vivo, todavia, para cuando termine este caso.

Para qualquer pessoa não versada na área de Direito, torna-se difícil lidar com processos judiciais. Assim, pode-se imaginar o esforço dos agricultores que nunca na vida frequentaram ambientes dominados pela polícia, pelos advogados e pela justiça. Eles não dominam os códigos e sentem-se despreparados para um enfrentamento, sobretudo estando com a saúde fragilizada. No caso em análise, o casal de agricultores somente pensou em contratar um bom advogado para defender os filhos, a fim de evitar uma condenação, pois que seguiu conselhos de que, recorrendo à defesa de advogados do *Ministerio de la Defensa Publica*, seus filhos fatalmente seriam condenados. Com essa recomendação, o casal de velhos agricultores contratou um advogado da cidade de Pedro Juan Caballero e um profissional

residente em Asunción, no intuito de que trabalhando juntos poderiam livrar os seus filhos de uma possível condenação:

Contratamos un abogado de Asunción, quien se comprometió a trabajar en forma conjunta con este de Pedro Juan Caballero. Con la condición de evitar una condena, ese abogado estuvo aquí en nuestra casa, prometiendo que en quince días nuestros hijos saldrían en libertad y aparte de dinero agarro de aquí frutas, y un casal de patos para su cena navidad. El dinero que le dimos prestamos de usurero nos dio un monto relativamente grande y agarro como garantía los documentos de nuestra propiedad.

Mas essas promessas iniciais dos advogados não se concretizaram e o tempo dos prazos legais correu, chegando a data em que o Ministério Público deveria formular uma acusação e solicitar a conformação de um *Tribunal de Sentencia* para julgar o caso. O Código Processual Penal estabelece que o MP, ao término de seis meses, deve apresentar uma acusação formal contra as pessoas, neste caso, detidas por drogas, ou, pelo contrário, deve solicitar a sua liberdade ao juiz. Sobre esse momento, o velho agricultor, pai dos jovens, manifestou:

Fuimos avisados que antes del fin del año 2010, cerca de la Navidad, fue fijada el día para el Juicio Oral y Público del caso de nuestros hijos. Asistimos en aquel acto donde estuvieron los tres jueces para entender en el caso, el Fiscal; con la carpeta de acusación, nuestros hijos, los testigos, periodistas y muchas personas curiosas. El resultado fue un desastre para mi familia porque al fin no vimos nada del trabajo de nuestro abogado y después de una pausa el juez presidente, realizo la lectura de sentencia donde declararon culpables a nuestros hijos con una condena de ocho años de cárcel, que van a cumplir en el año 2018.

Após a sentença, o advogado que veio de Asunción voltou para a capital e não mais se preocupou em manter contato com a família e menos ainda se preocupou com a situação dos seus clientes. Nesse caso, a família ficou sem os braços que garantiam a manutenção e o abastecimento na casa, pois os pais são idosos e não têm condições físicas para trabalhar. A situação dessa família tem outro agravante: no Paraguai, não existe aposentadoria para as pessoas que não realizaram pagamento da previdência durante alguns anos. Questionado sobre a situação familiar naquele momento, o agricultor declarou:

Nuestra situación no está nada bien, pues nuestros hijos condenados a guardar reclusión por ocho años, pueden salir en libertad condicional después de cumplir un tercio de la pena que le fue impuesta. Bueno, ellos [os filhos] ya están con sentencia y nosotros nos quedamos con otra situación peor todavía porque perdimos casi todo nuestra propiedad. Nos quedamos apenas con dos hectáreas, este lugarcito donde estamos ahora, acá ya no hay espacio ni para plantar al cultivo de subsistencia, teníamos 15 hectáreas y vendimos 13 hectáreas para darles dinero a los abogados que nos engañaron todo. Ahora estamos dependiendo de la misericordia de los vecinos y de otros hijos que no viven en este lugar.

Em entrevista realizada no presídio regional de Pedro Juan Caballero, os dois jovens, filhos do casal de agricultores, confirmaram a sentença e o descaso do advogado contratado na defesa da causa:

Estamos condenados a ocho años de penitenciaría por posesión y tráfico de drogas (cannabis). Nos dieron una condena de muchos años. Nosotros decimos por el hecho de que nuestro de abogado trabajo poco para no decir otra cosa. Aquí adentro estamos bien solo no tenemos la libertad.

Os jovens conseguem estabelecer planos para depois do cumprimento da pena e da reconquista da liberdade, embora tenham consciência das dificuldades que terão para “ganhar a vida”:

El día que salgamos pensamos volver a trabajar en la chacra, únicamente, a pesar de que tierra propia ya no tenemos más. Porque no estamos preparados para realizar otro tipo de actividades fuera del trabajo agrícola. No tuvimos la oportunidad de estudiar cuando éramos niños y, por otro lado, tampoco existe esa oportunidad en este lugar de aprender algún oficio nuevo que nos prepare para poder realizar algo alternativo o complementario.

Os irmãos sonham em voltar a trabalhar na chácara, mas o problema que lhes aguarda é que a propriedade já não se encontra na mão da família, ou seja, a situação futura deles não se mostra nem um pouco alentadora, pois sem preparação escolar e sem terra para trabalhar as possibilidades ficam muito restritas para uma reinserção laboral e social. O jovem mais velho, quando foi preso, estava prestes a se casar, mas com a condenação a noiva desistiu do casamento. Diante de tantas privações, exclusões e precariedades, torna-se difícil prever o que poderá acontecer com esses jovens quando reconquistarem a liberdade. Não seria tão absurda a ideia de pensar que esses jovens, quando estiverem em liberdade, seguirão procurando serviços “pordiaristas”, isto é, “boias-frias”, assalariados na produção e processamento da cânabis nas terras de Amambay. Por um lado, se a família não tem condições de proporcionar terra, trabalho e renda aos filhos jovens e, por outro lado, se o Estado ou a sociedade não os acolherem ao retorno, certamente, os agentes do tráfico estarão de braços abertos para reinseri-los em suas redes mafiosas. A roda da vida do tráfico não para! Sempre é necessário agenciar novos produtores e consumidores de drogas.

4.4 Uma luz no fim do túnel?

Um estilo novo para se lutar contra o problema das drogas deve encontrar-se separado dos fundamentos pseudorreligiosos ou do tipo moralista, nem poderia continuar alicerçado sobre a temática proibicionista e de alarme social. O fundamento da nova forma de encarar a luta contra as drogas deve necessariamente se fundar em critérios políticos, éticos e filosóficos, no intuito de criar uma ação democrática e progressista, que no fundo possa gerar um desenvolvimento humano integral sustentável, justo e equitativo. Substituir o modelo belicoso e moralista do combate às drogas significa colocar o fenômeno humano sob o enfoque social. Em outras palavras, assumir os componentes de saúde pública e segurança desde uma perspectiva de direitos. Trocar a perspectiva de uma sociedade de tal maneira que possa coadministrar seus riscos, na ativa participação social, conjugando componentes educativos, partindo das comunidades, respeitando a condição humana, a diversidade e soberanias dos povos (ROMO, 2011).

Um chefe do Dinar Regional Amambay informa que os agricultores de *cannabis*:

Realizan este trabajo de forma temporaria de esa forma únicamente. No es que ellos se queden todo el año en los lugares de cultivo. Tiene gente que solamente cuida que llega de vez en cuando dos o tres veces por semana, para los controles culturales, hierbas dañinas, plagas y lo más importante para retirada de las plantas machos que es muy fundamental.

De fato, o trabalho segue dessa forma, mas só na época da colheita é que a permanência deles no lugar é direta, conforme depoimento do policial:

Como los jóvenes son agricultores la producción de marihuana es un trabajo a más, con la única diferencia de que en este caso la cosecha o el producto es de mucha valía. Y, mediante otra conversación con los 'socios', ellos pueden encargarse también de prensar y sacar hacia los lugares de donde se encargaran otros grupos para hacer llegar a las ciudades. Para sustituir esta actividad, necesitamos voluntad, politicamente hablando, de parte de las nuestras más altas autoridades. Así como estamos haciendo las cosas es como querer secar hielo, destruimos las plantaciones de ellos, y transcurre el tiempo y volvemos encontramos nuevamente plantaciones desarrolladas. Y llevarles preso tampoco es una solución, porque en las cárceles ellos piensan en salir y dedicarse al mismo para recuperar lo que perdieron en este tiempo.

Sobre a temática de procurar uma solução para esse problema, outro agente social vinculado ao Ministério Público no Departamento de Amambay sustenta:

Recordas! Que en el día de hoy existe un movimiento para legalizar, porque impedir su cultivo no sé? Yo creo también que la solución más fácil es dejar el cultivo de la

planta en libertad, así como ocurrió con la ley seca en los Estados Unidos, que prohibieron la bebida alcohólica, pero después tuvieron que volver atrás y liberar.

Nessa mesma linha de raciocínio, outro agente social que trabalha no âmbito da justiça complementou com as seguintes palavras:

Porque se ha comprobado suficientemente que la marihuana puede ser destinado para uso medicinal. Entonces, hagamos su producción legal y sea vendido como cualquier otro producto agrícola. Pero es claro que para que eso ocurra dependemos de un acuerdo internacional y están varios ex presidentes trabajando en ese sentido. Aquí yo hablo de forma exclusiva sobre la marihuana. No hablo de otro tipo de drogas, que inutiliza a las personas, destruye, idiotiza a la persona. Paraguay produciendo una de las mejores del mundo puede tener un rubro de alta competitividad en el mundo.

Sobre a qualidade da cânabis produzida no Paraguai, que, se fosse legalizada, seria o principal produto de exportação do país, Melamed (2009, p. 51) aponta:

La calidad del Cannabis paraguayo está fuera de toda discusión; prueba de ellos es la demanda que tiene en el mercado negro para el uso recreativo. Por citar un par de ejemplos: en la capital porteña, los consumidores se refieren al Paraguay como el imperio del norte y desde fines de la década de los 80, en Ibiza, España, uno de los centro de recreación del 'jet set' europeo, la marihuana paraguaya ha vendió desplazando a la célebre 'colombiana dorada'. Mas que les pese algunos, este es un buen 'control' de calidad y estudio de mercado a la vez que para un recurso natural podría ser uno de nuestros principales productos de exportación.

Sobre a temática de legalizar as drogas, o antropólogo brasileiro Gilberto Velho, em uma entrevista concedida no ano de 2005, por ocasião dos trinta anos da sua reconhecida obra *Nobres e anjos*, destacou:

Como tomada de posição, eu sou, por mais que eu saiba que seja uma coisa complicada, difícil, politicamente cheia de tensões e de conflitos, eu sou a favor da legalização do uso de drogas. Evidentemente, para isso ser eficaz, tem que ser uma campanha de nível mundial, a gente não vai conseguir legalizar nunca o uso de drogas no Brasil isoladamente. Agora, legalização não significa liberação. Legalização não deixa de ser uma forma de controle social, trazer para a lei. Por isso você está sublinhando um respeito à liberdade individual: se a pessoa quiser plantar a sua maconha tranquilamente tem o direito, se a pessoa tiver um cigarro de maconha na rua não pode ser presa, maltratada ou chantageada por conta disso. E, por outro lado, é um golpe na criminalidade, porque ela existe em função de ser proibido. É de um mercado negro que estamos falando. É utópico, é, mas nós temos que apresentar algum tipo de perspectiva, porque a proibição, a ilegalidade das drogas, de todas, do jeito que é, a visão policial do fenômeno, é absurda de qualquer ponto de vista. Primeiro é absurdo porque fere princípios básicos dos direitos, até dos direitos da cidadania. Segundo, porque alimenta a criminalidade. (FIORE, 2008, p. 132).

Em princípio é legalização das drogas, o que obviamente implica distinção das diferentes drogas, e como pode se lidar com cada droga. Nenhuma mais ilegal. Obviamente vai implicar diferenciar a maconha da cocaína, a cocaína do ecstasy, o ecstasy do crack. Isso terá de ser feito através de um diálogo realmente sério, partindo do diálogo com os usuários, não é só com cientistas trancados em seus laboratórios. Um trabalho científico, mas de diálogo com os usuários. Tornar

acessível uma quantidade de cada droga a um usuário sem que isso implique uma ilegalidade (FIORE, 2008, p. 134).

Existem duas possibilidades a serem colocadas em questão ao se falar em mudanças na legislação: a primeira é a descriminalização do porte pessoal de drogas; a segunda é a legalização da produção, comércio e consumo de drogas. Sobre essas duas temáticas, fala-se muito timidamente no âmbito da decisão e em alguns países de forma isolada. A ONU, como órgão reitor no mundo, não flexibilizou até o presente momento sua postura de combater as drogas só com a guerra. A Organização dos Estados Americanos (OEA), no mês de maio de 2013, recebeu um relatório de 140 especialistas, com quatrocentas páginas sobre a temática das drogas, em que se recomenda aos países estudarem a possibilidades de despenalizar o consumo de drogas. A OEA discutirá sobre a temática no mês de junho na sua reunião na Guatemala.

Rocco (2000) afirma que, referente ao consumo de drogas, permanece a existência de várias falsas polêmicas, cujo objeto principal é desviar a atenção do verdadeiro debate. Persiste a necessidade de enfrentamento sadio de ideias, que geralmente é sobreposto por simulações evasivas, sem argumento válido. A principal objetiva diminuir os efeitos embutidos na proposta de descriminalização do porte de drogas, lançando a ideia de que, com a descriminalização, qualquer pessoa poderá sair por aí muito doida, sem que as autoridades (policiais) possam intervir a respeito. É uma das arestas do “liberou geral”. Ainda, os críticos dessa ideia questionam como se poderá permitir o uso de drogas e ao mesmo tempo manter proibido o tráfico. Rocco (2000, p. 126) realiza uma esclarecimento com o objetivo de evitar as confusões:

Descriminalizar, tal como despenalizar, significa eximir de pena determinada conduta ou extraí-la do controle do Direito Penal. A descriminalização das drogas, na verdade, discrimina a conduta hoje punível de ‘adquirir, portar, trazer consigo’, para uso próprio, alguma substância ilícita. Praticamente todo o conjunto da lei permanece inalterado, com a manutenção dos sistemas de prevenção ao consumo e repressão ao tráfico. Com a descriminalização, as drogas proibidas permanecem proibidas tanto para consumo quanto para tráfico. Nesse caso, o sujeito flagrado com um cigarro de maconha na rua continuará sofrendo abordagem da autoridade pública com poder de polícia.

Descriminalizada a conduta, as providências passarão a ser reguladas pelo estabelecido no Direito Civil e Administrativo. Portanto, a pessoa flagrada com uma substância ilícita terá a droga recolhida pelo fiscal ou policial, mas poderá ser detida em caso de desacato ou resistência a autoridades e de agravantes no flagrante. Se a pessoa estiver consumindo a droga ao volante de um automóvel ou se for comprovado que esteve consumindo droga momentos

antes de dirigir, perderá a carteira por tempo determinado. Se o indivíduo possui porte de arma e se utiliza de substância ilícita, ficará sem essa autorização, e assim por diante (ROCCO, 2000).

Ainda segundo Rocco (2000), legalizar as drogas envolve aspectos distintos da descriminalização do porte de drogas para uso pessoal, pois a descriminalização foca-se apenas no consumo, afetando a questão na ponta de todo o seu movimento. Portanto, não se preocupa com o comércio. O grande problema ocasionado pelas drogas ilícitas, na atualidade, não são os efeitos diretos no usuário. Estes podem ser tratados por programas de recuperação e assistência ao dependente. Máfias transnacionais, fortemente armadas, e uma extensiva malha do crime envolvem o tráfico de drogas em todo o mundo e produzem desestabilização geral, afetando, de forma decisiva, a economia e a política de inúmeras nações. Para o autor, a legalização das drogas ilícitas não pode se reduzir à sua transformação em lícitas, mas sob um olhar simplista o será:

A maconha, a cocaína, o ácido lisérgico, a heroína, entre outras passarão por um controle distinto do atual, mas poderão ser produzidos, refinados, comercializados e consumidos. Por sua vez, a legalização não pode ser confundida com liberação, pois, apesar de acessível ao consumo, as drogas serão controladas e, dependendo do tipo, vendidas em locais restritos e credenciados. A proposta de legalizar as drogas não tem o propósito de facilitar a vida do usuário, ainda que vá reduzir algumas dificuldades atuais. Quem quer que queira adquirir uma droga legalizada não terá mais que enfrentar o traficante armado no ponto de venda e o policial achacador na saída. Também terá poucos riscos de consumir uma substância diferente – e mais prejudicial – daquela que pretender adquirir. Sob este ponto de vista, a legalização será mais benéfica ao usuário (ROCCO, 2000, p. 128).

Para Rocco (2000), legalizar as drogas é a determinação mais conveniente para a época atual, no intuito de cortar as asas do crime organizado no mundo todo. Para os usuários, acarretará benefício referente à discriminação e à mitificação; os serviços preventivos ao uso e a recuperação dos dependentes funcionarão com maior eficiência, pois garantirão a autonomia da procura – primordial aos tratamentos realizados por voluntários. Com a legalização, garante-se a qualidade da droga, fator fundamental para um bom atendimento nos casos de overdose, bem como na forma de tratar e recuperar dependentes. Comprar drogas em estabelecimentos autorizados vai permitir o incremento de programas preventivos e de recuperação, pois os usuários deverão ser cadastrados. Os dados sociais do indivíduo, tipo e quantidade de drogas que usa, o seu estado de saúde etc. irão permitir um serviço de orientação individualizada, particular e honesta, sem os moralismos puritanos das campanhas publicitárias. Os críticos da ideia de legalização das drogas afirmam que o consumo crescerá, mas o autor defende a postura de que:

Se o consumo crescerá ou não com a legalização, só há 'achismos'. Quem é contra diz que aumentará o consumo e quem é a favor diz que não. Porém pode-se dizer que o impacto de sua suposta legalização irá gerar boom no consumo, uma espécie de inchação momentânea, e voltará ao normal em seguida. Contudo, penso que o consumo crescerá continuamente enquanto permanecer o atual modelo de controle. A legalização das drogas é a melhor medida na atualidade para quebrar a espinha dorsal do crime organizado em todo o mundo. Os Estados nacionais não possuem meios para controlar a circulação de capital marginal, nem mesmo de armas e drogas. Daí, então, as organizações criminais associam-se por todos os continentes, constituindo um mercado promissor que tem como base econômica o comércio de drogas. Se dois terços desses recursos são gerados com o comércio ilícito de drogas, a legalização da atividade quebrará a infraestrutura das organizações do crime (ROCCO, 2000, p. 129).

Rocco (2000) afirma que a legalização das drogas deve ser feita de forma gradativa: criando uma escala de legalização, que inicie a experiência de controle da produção e da venda da droga mais fraca. Isso deve ser feito de maneira gradativa, pois eventuais equívocos e erros poderão ser subsanados sem grandes alardes sociais. Por outro lado, a possibilidade de legalização ainda carrega uma animada polêmica, que tem a ver com o exercício de controle da atividade no sentido de quem produz e quem vende ao Estado ou a empresa privada. O controle por parte do Estado baseia-se em outra lógica, porque não procura necessariamente o lucro. Não existe a necessidade de propaganda dos produtos; bastará, pois, a oferta de serviços, mas será preciso investir mais, pelo contrário, na informação preventiva.

Pode-se dizer que seria muito mais fácil descriminalizar o uso do que legalizar as drogas, pois a descriminalização pode ser feita a partir de uma iniciativa local, e qualquer país já poderá colocá-la na prática. Pelo contrário, com a legalização, as coisas podem se diferenciar: existem as convenções e os tratados internacionais que regulam a temática. Alguns países recentemente vêm falando da proposta de legalizar o uso medicinal da maconha, para os portadores de HIV ou mesmo o glaucoma. Se isso acontecer, a *Cannabis sativa* será retirada da relação de drogas proscritas e passará a formar parte das drogas controladas.

Um representante da justiça no Departamento de Amambay considera que as pessoas: *“trabajan en esto por las ganancias mayores que ofrece comparado con los cultivos tradicionales como algodón, maíz, sésamo, frijol. Es que el precio de venta de estos productos es superado varias veces por precio de venta de la marihuana, la diferencia es simplemente abismal”*. Para esse agente social, as políticas agrícolas e agrárias deveriam atender aos anseios dos agricultores familiares do Paraguai:

La política económica corresponde al Estado ver que cultivo es más rentable a fin de pueda cultivar eso y venderlo a los mercados internacionales y porque el agricultor no va tener posibilidad para acceder a los mercados internacionales, ni tener las información que es lo que puede cultivar y que le asegure una buena ganancia y solamente el Estado a través de sus organismos pertinentes, las

informaciones que maneje de los contactos puede orientar el trabajo de los agricultores, principalmente de los jóvenes en las tareas agrícolas. Porque esta tierra del Amambay es buena para la agricultura todo lo que se planta crece y lo que realmente hace falta un buen asesoramiento técnico efectivo y buscar rubro de alternativa puede ser, el ka'a he'e [Stevia rebaudiana] que está entrando en los mercados internacionales con buen precio y en otros países no se produce su precio por los próximos diez años está asegurada. Para que esto ocurra, el Estado debe decir esto vamos producir, implementar un sistema de crédito y asistencia técnica para estos agricultores Muy poco es lo que el Estado hace en nuestro país en pro de mejora de la calidad de los compatriotas agricultores y, principalmente, por los jóvenes. Le entrega un pedazo de tierra y nada más, no tienen agua, vivienda, sin electricidad en estas condiciones cualquiera pasa a trabajar en la ilegalidad.

O que se observa no meio rural do Departamento de Amambay é que o Estado tem deixado os agricultores familiares jogados à própria sorte. Isso facilitou a articulação dos cultivos de cânabis no sistema de produção da economia familiar, que vai se legitimando no seio das sociedades rurais. Com a progressiva participação dos agentes do narcotráfico, as sociedades rurais perdem seus costumes e tradições e adquirem novas maneiras de olhar o mundo, considerando que a chegada de mais dinheiro lhes permite imitar cada vez mais estilos de vida consumistas, anteriormente alheios a essa realidade.

Como já destacado ao longo da pesquisa, o tráfico de *cannabis* é, sem dúvidas, um trabalho que envolve importantes riscos. Mas vale questionar: por que os jovens agricultores no Departamento de Amambay que cultivam *cannabis* continuam pobres e arriscando suas vidas nessa atividade? Pode-se levantar como hipótese que esses cultivadores vinculados às organizações criminais acreditam que podem melhorar os níveis de renda. Segundo Ávila (2010), no contexto mexicano, uma pessoa aceita participar no cultivo ou transporte de droga, na expectativa de obter um ganho muito maior no futuro, bem como por considerar as suas baixas utilidades iniciais como um direito de piso no interior da organização. Esse tipo de crença é alimentado no fato de que, dentro da organização, os controles se transmitem por herança. É dizer, o filho, o primo ou o sobrinho sempre herdaram fortunas nos negócios ilícitos quando um “sócio” se aposenta, é preso na cadeia ou é morto. No Departamento de Amambay, a situação não é diferente: muitos jovens rurais, no fundo, pensam em se tornar “empresários” no ramo.

Fraga e Iulianelli (2003) observam o contato precoce com o mercado de trabalho e a necessidade que a criança tem de ajudar a contribuir na composição da renda familiar. Os contatos precoces com a responsabilidade de trabalhar, muitas das vezes em condições indignas – salários baixos, maus-tratos, insalubridade e falta de amparo legal –, induzem essas crianças e jovens a descobrirem que o trabalho que lhes era reservado não forma parte do componente de valor nem se constitui elemento de dignidade da condição humana. Essa

referência emprega-se ora para negar essas realidades, ora para aderir a ela. Os autores destacam as experiências concretas dos jovens no mundo do trabalho no contexto da cidade do Rio de Janeiro:

Muitos jovens veem que as condições de emprego a que seus pais se submetem não possibilitam o acesso ao mercado de consumo desejado. Por outro lado, consideram a escola que frequentam desinteressante, distante, percebendo que ela não lhes instrumentalizará para competir no mercado de trabalho do mundo globalizado. A maioria dos jovens pobres continua acreditando na capacidade e no papel dessas instituições, nos valores correlatos, e se sujeitam a elas, mesmo nas condições apresentadas. Todavia muitos que enveredaram pelas vias do narcotráfico não creem no papel social dessas instituições, notadamente o trabalho, em sua prática de vida. Assim submeter-se ao trabalho indigno, mas honesto, ou dedicar-se ao trabalho desonesto, perigoso, porém rendoso, parecem ser lados distintos de uma mesma realidade, produtora de subjetividades assujeitadas (FRAGA; IULIANELLI, 2003, p. 136).

O autor acredita que não existem características individuais que indiquem o jovem mais vulnerável a se vincular nos negócios das drogas nem elementos sociais para caracterizá-lo de forma categórica. Isso porque os elementos são suficientemente diversos e muitas vezes apresentam-se contraditórios. O fato de trabalhar sendo praticamente criança não pode ser considerado como pré-requisito para a formação de um “delinquente”, pois o delinquente é formado na relação: não se trata de um pré-moldado antecipadamente dado, mas surge como produto do processo de subjetivação (FRAGA; IULIANELLI, 2003).

Os jovens agricultores no Departamento de Amambay aceitam, nos primeiros anos de sua vinculação com a produção proibida, uma remuneração significativamente inferior ao que poderiam estar recebendo se se dedicassem a uma cultura lícita na região. Mesmo assim, mantêm-se ou resistem por alguns anos com rendas baixas, o que aumenta a expectativa de mudar a sua situação, a fim de superar a renda de outros trabalhos. Mas, raramente, isso se tornará uma realidade. Existe uma diferença entre uma pessoa que optou por estudar e tentar brigar no mercado de trabalho e um jovem vinculado com a produção ilícita, que não permite marcha para trás. Se aqui as rendas não respondem às desejadas, não resta alternativa ao jovem senão seguir aguentando e sonhando, antes de tentar abandonar o trabalho proibido, pois abandoná-lo não resulta muito simples, podendo significar, inclusive, a perda da vida. Sobre essa discussão, um informante-chave, vinculado à atividade parlamentar, expõe:

Existe una discusión sobre la marihuana que a mucho tiempo llama la atención de los estudiosos, que discute si ella es o debe ser considerada una droga lícita o ilícita. Pero, observando desde la óptica policita, jamás podemos pregonar su liberación en un departamento o región. Se miente mucho sobre esto de la liberación, se habla vamos a industrializar la marihuana. Pero que es lo que se

industrializa de la marihuana? Se industrializa el tallo, los gajos, las hojas, pero la droga está concentrada en la inflorescencia. Para liberar tiene que ser hecho en base a un entendimiento internacional y no de forma unilateral, lo que yo observo con esto también es que el manejo de la marihuana pararía a ser cuestión de salud pública exclusivamente y no más una cuestión policial judicial como es en la actualidad y esto significa trabajar en adecuación.

A produção de cânabis no Departamento de Amambay tem gerado problemas de ordem social, econômico-cultural, política, ecológica e de seguridade que afetam a produção dos agricultores familiares que se dedicam a essa atividade. Tais aspectos precisam ser mais bem conhecidos, a fim de propor alternativas produtivas rentáveis, que permitam substituir essa atividade ilícita. Os agricultores jovens ingressam no cultivo de *cannabis* a partir de uma decisão racional econômica, que gera uma valorização e uma significação própria sobre a produção ilícita, pela fonte de renda mais abundante para ele e sua família. A dedicação é reforçada pelo contexto da vulnerabilidade da população, pobreza e marginalidade. A dinâmica do cultivo ilícito gera um abandono paulatino das atividades produtivas lícitas, o qual produz uma quebra no sistema local de produção, que, por sua vez, gera um esquecimento das técnicas e conhecimentos sobre o manejo dos cultivos tradicionais.

O desafio de evitar ou impedir que os jovens se iniciem com esse tipo de trabalho não é questão simples de ser equacionada. Problema de maior gravidade é a construção de estratégias para retirar desse ambienteos jovens que se encontram atuando há muito tempo na atividade. Um jornalista do Departamento de Amambay, entrevistado nesta pesquisa, menciona a complexidade das condições produtivas da fronteira do Paraguai com o Brasil quando afirma:

La solución es industrializar nuestra producción pero, cuál producción? Siendo que la soja, o el maíz, producido en este lugar se destinan todo para exportación a granel. La caña de azúcar podría ser? Pero también está siendo plantado a nivel de los grandes y mas tirado para la producción del etanol que los agricultores familiares no tienen como encarar. La cuestión de la carne la misma cosa.

Na fronteira seca do Paraguai com o Brasil, um agente-chefe da Senad no Departamento de Amambay assevera que: “*actualmente se llega a cultivar 6.000 hectáreas de marihuana por año, distribuido de la siguiente manera: 4.500 hasta 5.000 hectáreas en la época normal y 1.000 hectáreas como safra de invierno*”. Em outras palavras, trata-se de volume grande de produção, que significa a ocupação de grande quantidade de mão de obra.

Os jovens agricultores da *cannabis* também foram abordados sobre as possibilidades de eles se dedicarem a um trabalho que não esteja proibido. Sobre esse ponto, vale destacar as reflexões de Kachi e Taru:

*Me dedico a plantar marihuana como para mi fuente de ganar dinero junto. Porque realizar este trabajo es arriesgado, es sacrificado, es complicado. Puede ocurrir cualquier cosa con nosotros, trabajando en los cultivos y fuera de ella. Ya paso por mi cabeza en varias oportunidades la idea de abandonar este trabajo y dedicarme a otra cosa menos comprometedor. Pero, a mudar de ramo no es fácil también. Ya ocurrió por esse motivo algún tipo de represalia contra jovenes en este lugar. La actividad en mi caso particular que puede retirarme definitivamente de esto me debe permitir ganar por lo menos 3 millones de guaraníes⁵ mensualmente. (Kachi).
El que quiera dejarse de plantar marihuana puede dejarse sin problema para él y su familia. Ocurre represalia por dejar esta actividad cuando el joven se queda con deuda con el 'socio' y no honrar esa deuda. Siempre el dinero es el problema. El Estado debe preocuparse de nosotros para que podamos dejar este trabajo prohibido. (Taru).*

As manifestações desses jovens são muito elucidativas; nota-se que, no fundo, persiste a ideia de abandonar o trabalho proibido, a fim de seguir com um trabalho lícito, desde que garanta dinheiro suficiente para eles e para ajudar a família. Tais afirmações, além de ajudarem na compreensão dos fatores que levam os jovens rurais da fronteira a se inserir na produção do cultivo ilícito da cânabis, também permitem refutar a ideia de que esse “caminho não tem retorno”, pois todas as pessoas são dotadas de capacidade para poder fazer escolhas, com base em condições subjetivas de suas condições de vida.

Refletindo sobre as opções e a escolha, elas não excluem nem escondem a decisiva influência da estrutura social nas decisões de caráter particular ou individual. Quando os jovens justificam a escolha pela produção agrícola da cânabis, deixando de lado outras formas lícitas de ganhar a vida, suas expressões são sempre norteadas pelo raciocínio e ponderação que guardam relação, necessariamente, com condições estruturais. Em outras palavras, as formas de organização da sociedade ao redor de um sistema econômico, que se alicerça na competência entre os membros das sociedades (no campo individual e nos segmentos sociais), apresentam a particularidade de que os que mais têm vínculos no mercado se apossam do Estado, com o fim de garantir seus ganhos, restringindo, dessa maneira, à grande maioria da população os direitos básicos que lhe garantiriam uma vida mais digna e mais humana (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2001).

Sobre as possibilidades de abandonar essa atividade perigosa e voltar a se dedicar a um trabalho lícito, esse mesmo jovem Taru, jovem de maior idade entrevistado no marco desta pesquisa, destacou:

La gente piensa que nosotros plantamos marihuana apenas porque somos unos sinvergüenza. Pero no es así! Nosotros plantamos marihuana porque no tenemos otra opción y varias otras situaciones que nos obligan prácticamente a comprometernos con esta actividad: En un primer momento, puedo decir que no tenemos otro rubro que explotar que nos dé un poco de dinero junto, porque la

⁵ Na atual taxa de câmbio, equivaleria a R\$ 1.500,00.

ganancia que obtenemos con marihuana no es muy grande también. Pero es un dinero que nos traen acá en este lugar, porque los grandes cultivos de soja y ahora la caña de azúcar o la ganadería, no nos dan trabajo, porque la mayor parte de sus trabajos realizan con tractores. Necesitamos de un rubro que tenga demanda y que tenga precio en el momento de la cosecha, porque ya fueron promocionadas muchas cosas aquí y nos dedicamos a producir. Pero, llega la hora de vender y no llegan los compradores. Y tiene que ser un rubro agrícola, porque desde niño me crié en la chacra antes de venir hacia este lugar de otro departamento. Ya hacia trabajo junto con mi papá en la chacra. No tengo preparación para hacer otra cosa, porque estudie muy poco: solo hasta el tercer grado. También otro problema grave con la cual tropezamos aquí como agricultores es la falta de un camino de todo tiempo, en los días de lluvia nos quedamos completamente aislados. No tenemos de donde obtener crédito para financiar algún emprendimiento. No tenemos también asistencia técnica para cualquier actividad. Lo poco que sabemos de agricultura lo aprendimos bajo sacrificio o por nuestra costilla. A mí me gustaría sí, mucho dejar de cultivar marihuana, pero para eso necesito hacer un trabajo que rinda una ganancia buena para poder ayudarle a mi familia y que me sobre también a mí para pensar en mi futuro.

Outro agricultor familiar, que tem filho na atividade de produção e processamento de *cannabis*no Departamento de Amambay, entrevistado como informante-chave desta pesquisa, analisa o que deve ser feito para enfrentar essa situação:

Creo que los jovenes tienen interés por sus estudios y el Estado apoyando tímidamente, falta mejorar las instalaciones en las escuelas, pared, pintura, colocar ventilador, entre otras mejoras, a fin de mejorar las condiciones de trabajo de los docentes. Sobre el futuro, socialmente hablando, observo que las muchachas se van todas o casi todas, a la ciudad porque se emplean y siguen su estudio de esa forma, porque no existe colegio en nuestra colonia y se quedan los varones sin posibilidades de formar pareja. Uno de los motivos de salir del lugar también es la falta de un lugar de esparcimiento, no hay actividades para los jóvenes, solo encuentro en la iglesia y algunos encuentros deportivos. Sobre el futuro económico puedo decir que observo y escucho que los jóvenes alegan falta de oportunidades para forjar su futuro. Lo ocurre con los jóvenes de ahora no quieren quemar etapas el modernismo les obliga y le incentiva a tener coraje para entrar a formar parte de trabajo ilícitos. Me acuerdo en mi época de mozo llegue a vestir el pantalón después de completar mis 20 años. A fin de evitar que nuestros jóvenes se inicien en esto o dejen, la iniciativa debe partir del Estado, educando a nuestros jóvenes. El Departamento de Amambay no tiene un colegio superior en técnica agropecuaria por ejemplo, pero que bien hace falta, porque allí se puede aprender a trabajar mejor, valorar el campo y, de esa forma, lograr el arraigo en los lugares de origen, que tengan amor por esta forma de vida. Porque tenemos un suelo muy rico: aquí lo que uno planta produce y cosechamos! Considero que la mandioca es una buena alternativa, porque mejoro el precio y el paraguayano no come su comida. Sin el acompañamiento de la mandioca y todos pueden plantar eso y todavía se puede vender por hectáreas, por liños, o por plantas e incluso se puede vender por adelantado. Por otro lado se vende y la cosecha ya queda a cargo de los compradores. Los gobiernos tienen que tener en cuenta esto para mejorar, incentivar y conseguir otro rubro para completar, por ejemplo, las cabras lecheras con la mandioca sería buena salida porque ese animal es muy rústico.

Atinente à população juvenil indígena, o cacique entrevistado no Departamento de Amambay considerou que o momento de atuar em prol de uma solução é agora e não mais

tarde e que não se pode retardar mais em colocar em prática uma saída que, no seu modo de ver, poderia ser:

Nuestras comunidades en el Amambay puedo decir que en este momento tenemos: tierra, madera, agua, personas jóvenes para trabajar y aprender. Pero, todas estas riquezas no estamos aprovechando para el bien de nuestro pueblo, por falta de otros recursos y apoyo de las autoridades. Nuestras tierras son grandes en extensión difícil de controlar todo y en todo momento. Esta razón los inescrupulosos aprovechan para entrar y robar nuestras maderas, mas buenas y ya hubo caso en que descubrimos cultivo de marihuana en territorio indígena, hecha de forma clandestina o en complicidad con determinada comunidad. Esto no es generalizado, pero es motivo de preocupación. Sí, el cultivo es la comunidad los jóvenes están ocupado ahí como mano de obra a cambio de poca paga. Hace falta que el Estado de una buena vez tome carta en el asunto fortaleciendo en primer lugar el programa Iniciación Profesional Agropecuaria (IPA). E implementar otros programas en donde puedan ocuparse los jóvenes, evitando de esta forma que los jóvenes ocupen su mente en cosas ilícitas. Pero repito debemos de actuar y hacer algo cuanto antes, para evitar que esta situación se vuelva insostenible.

Considera-se que seja possível retirar esses jovens da atividade ilegal partindo de soluções elaboradas por eles próprios, mas de forma conjunta com as instituições do Estado, no sentido de propor e colocar em prática soluções estruturais. A primeira seria tocante a terra, pois se entende que os jovens têm o desejo de viver do seu próprio trabalho, no intuito de obter sua autonomia econômica e financeira. Tal medida é de difícil objetivação no país em face do poder e do conservadorismo que se impregna na elite dirigente do Paraguai. A solução deveria partir de uma atuação organizada dos movimentos sociais, no sentido de pressionar o poder público a entregar às famílias e aos jovens rurais um pedaço de terra de domínio público, devidamente documentado. Também se deve prever a desapropriação dos grandes latifúndios, de capital nacional ou internacional, em prol do interesse da sociedade paraguaia. Considera-se que guerra não soluciona o problema. Então, o ideal seria que a sociedade organizada e o Estado articulassem uma “*revolución pacífica*”, empregando um novo modelo de colonização e povoamento do território. Essas colônias agrícolas deveriam estar constituídas de um centro urbano, que permita o lazer dos jovens, a fim de que a falta de atrativos não constitua motivo para procurá-los longe das comunidades onde vivem os habitantes. Vale destacar que não se deve focar apenas o lazer, mas também a questão da educação, da saúde, da segurança, do transporte e do trabalho digno e gerador de renda e bem-estar aos jovens rurais e suas famílias.

Os lotes de terra deveriam ser demarcados previamente à entrega aos selecionados para o programa, além de serem construídas as casas que permitam a dignidade das famílias, dotadas de energia elétrica, para proporcionar o conforto e bem-estar dos moradores e o funcionamento de algumas máquinas, que poderão ajudar os jovens no seu trabalho cotidiano.

A título de ilustração, nos últimos tempos, as residências das colonizações recebem energia elétrica que apenas dava conta do serviço de abastecimento da luz na casa: algo inadmissível em um país que detém uma parcela da maior hidroelétrica do mundo! Idealmente, as moradias deveriam receber também o serviço de água encanada, seja pelo sistema de perfurações profundas, seja pelo aproveitamento das águas dos rios e arroios, que abundantemente irrigam todo o departamento. Os caminhos internos dessas colônias deveriam ser abertos, a fim de permitir o trânsito normal das pessoas e veículos, favorecendo a interligação das cidades e vilarejos. Tudo isso será possível se o novo governo tiver sensibilidade social e vontade política para solucionar os graves problemas que afligem as populações pobres, tanto do meio urbano quanto do espaço agrário, mas que atingem, sobremaneira, as gerações juvenis.

Um projeto de tal envergadura não pode ser responsabilidade de uma instituição em particular, mas pode se tornar uma realidade com a união da sociedade civil e dos organismos do Estado. O departamento de *Desarrollo Alternativo* da Senad não tem como operar milagre, pois funciona em um cantinho no interior dessa instituição, cuja prioridade é a repressão dos cultivos. Conta apenas com três funcionários, número bastante reduzido para colocar em prática qualquer tipo de política pública no país, em prol de substituir a *cannabis* por uma produção lícita no Paraguai, que ocupa grande parte da população residente nas zonas rurais. Seja qual for a instituição que tenha a responsabilidade de executar o projeto, é preciso garantir o mercado da produção, pois este sempre foi componente muito importante.

Tendo os documentos das suas terras na mão, os jovens se sentirão importantes e úteis, desenvolvendo o desejo de trabalhar para progredir e pagar suas terras com esforço próprio. Por outro lado, o documento deve facilitar a obtenção de empréstimos com juros baixos. Para que isso seja possível, a *Agencia Financiera para el Desarrollo* (AFD) deveria atuar e cumprir o seu papel. O novo Parlamento, que tomará posse no dia 1º de julho deste ano, deverá eleger como prioridade a atualização da Carta Orgânica do *Banco Nacional de Fomento* (BNF), para que possa se tornar um banco moderno, desburocratizado, sair da obsolescência do século passado e realmente fomentar o desenvolvimento do país com a cara do novo milênio. Igualmente, o “banco dos pobres”, o *Crédito Agrícola de Habilidadación* (CAH), deve ser revitalizado para que possa atender justamente àqueles que se encontrem iniciando o trabalho agrícola.

Já os serviços de extensão rural deveriam garantir aos novos colonos uma assessoria técnica permanente, regular e, sobretudo, de qualidade para construir alternativas de desenvolvimento sustentáveis, partindo dos problemas dos agricultores e particularidades socioambientais locais. Pode-se dizer que o serviço de assistência técnica oferecida pelo

Ministério da Agricultura aumentou a quantidade de técnicos na instituição do departamento, mas não garantiu melhoria no trabalho com os agricultores familiares. A oficina de Capitán Bado nem mesmo possui um local para se estabelecer: os técnicos tratam de cumprir seu papel em um cantinho emprestado por outra instituição. Ali, então, executa-se o seu trabalho com extrema precariedade. Sobre a idoneidade dos técnicos contratado pelo DEAg, é importante destacar que os contratados, em grande medida, respondem aos critérios político-partidários e não aos institucionais. Pode-se dizer que essa orientação segue uma herança nefasta da ditadura que governou o país por mais de 35 anos, que primava pelo clientelismo político e que trazia consigo a corrupção e a ineficiência no serviço público.

Em relação aos jovens rurais que ainda não se envolveram com atividade ilícita e encontram-se com idade de assistir em uma instituição de ensino, sugere-se a criação de institutos de educação que visem à formação para o trabalho na agropecuária, de tal forma que eles possam ser formados sobre as lidas no campo. Nesses institutos, eles devem construir oportunidades de uma qualificação profissional para a inclusão social. Em primeiro lugar, os institutos educativos deveriam focar a instrução para poder melhorar a quantidade e a qualidade da produção agrícola, de frutas e legumes, tendo presente que o Departamento de Amambay se abastece dos mencionados produtos oriundos quase exclusivamente do Brasil. Na área animal, priorizar a produção de frangos, de suínos, de peixes e de leite, baseada em raças de animais adaptados às condições climáticas e ambientais da região.

Mas essas instituições não devem enfocar, de forma exclusiva, a formação dos seus alunos apenas no aspecto produtivo. Antes, devem permitir que os seus alunos tenham qualificação para agregar valor às produções locais, de tal forma que possam gerar bens mercantis com maior valor econômico e permitir uma melhor conservação. Realmente, essas instituições deveriam focar em formação técnica e prática no sentido de construir alternativas compatíveis com a realidade dos agricultores familiares, que preservem o meio ambiente e gerem renda, a exemplo da produção apícola, produção do bicho-da-seda, produção de *stevia* e outras plantas medicinais requisitadas no mundo nos dias de hoje.

Sugere-se ao novo governo que toma o mando do país em agosto que instrua os embaixadores paraguaios no sentido de que cumpram sua função diplomática, especialmente tentando colocar os produtos produzidos no Paraguai no mercado mundial, pois o país já foi citado pelos organismos internacionais como um dos países que, no século XXI, cumpririam uma função de capital importância na produção de alimentos para o mundo, pelo fato de possuir riquezas naturais a serem exploradas, energia elétrica abundante e jovens rurais necessitando de trabalho. Dessa forma, trocar-se-ia o paradoxo no qual se encontra

submergido o país: “*país rico, pero la gente muy pobre*”. Essa pobreza se observa no interior e muito especialmente nas zonas rurais, de tal forma que seguir vivendo nesse país com esse contraste nenhum habitante merece. Também se espera que esse governo coloque nos ministérios e secretarias que dependem do executivo os melhores homens e mulheres com que conta o país e que o *Ministerio de Agricultura y Ganaderia* (MAG) retome o seu papel proativo, para dar o norte do que se deve procurar obter como produção no Paraguai.

Em outras palavras, que o sistema MAG realize sua tarefa com a população, que não seja apenas uma instituição burocrática. Para colocar em prática a tão comentada e ansiada diversificação da produção em todos os rincões do país, surge a necessidade de regionalizar a produção, seja por regiões agroclimáticas, seja por departamentos, a fim de facilitar os meios e fatores de produção. Além de regionalizar o que cada lugar vai trabalhar, visando ao mercado e à obtenção de renda, deve-se também estratificar os produtores enquanto: terra para trabalhar, mão de obra, infraestrutura produtiva, entre outros. Encontra-se estabelecido na própria *Constitución Nacional*, no seu artigo 113: “El Estado fomentará la empresa cooperativa y otras formas asociativas de producción de bienes y de servicios, basadas en la solidaridad y la rentabilidad social, a las cuales garantizará su libre organización y su autonomía.”

Esse artigo deve servir para fomentar o trabalho nas comunidades rurais e a participação ativa, nessas organizações, dos jovens residentes nesses lugares, a fim de cortar de uma vez por todas do sistema cultural paraguaio o perverso individualismo. Isso porque, no sistema individual, compra-se mal, produz-se mal e ainda vende-se da pior forma, pois o volume é baixo e não se pode negociar nenhuma melhoria de preço no momento da venda. Nesse aspecto, observa-se a necessidade de um árduo trabalho, pois existem associações de produtores constituídas, mas a maioria delas não possui documentação alguma, e observa-se a necessidade de que as organizações tenham sua *Personeria Juridica*, de tal forma que exista legalmente e tenha legitimidade a sua atuação; para que uma organização do campo chegue a atingir essa condição, a tarefa não é fácil nem se obtém do dia para a noite.

A história relata que o povoamento do Departamento de Amambay iniciou-se no princípio do século passado, com pessoas provenientes de outros departamentos, sendo que no ano de 1936 foram criadas as colônias oficiais, com a entrega de lotes aos beneficiários. Mas, com a ascensão ao poder, em 1954, da ditadura militar, governando de forma exclusiva com os três “P” – “*plata para los amigos, palo para el pueblo y plomo a los enemigos*” –, e durante sua vigência, a entrega de terra não foi para os camponeses, mas para os militares amigos do poder. Na faixa de fronteira com o Brasil, era vendida para os cidadãos deste país;

na atualidade, essas terras são utilizadas pelos empresários da fronteira, conhecidos como “narcopecuaristas” e “narcoagricultores”. Como a família camponesa é constituída de numerosos filhos e os jovens não têm opção de constituir-se sujeitos, devido à falta de terra, porque a família não tem condições para lhe entregar, a única alternativa que resta a esses jovens rurais é migrar para os centros urbanos ou se incorporar na agricultura da cânabis.

Em 1994, foram entregues novamente terras aos agricultores no Departamento de Amambay, sob a iniciativa de sacerdotes católicos e não de autoridades encarregadas. A falta de terra é uma das dificuldades mais prementes para os jovens rurais se tornarem construtores dos próprios destinos. A sociedade civil organizada do país e do departamento deve exigir a limpeza da *Dirección General de Catastro*, pois existem muitas terras griladas e existem muitos agricultores com necessidade de terras para trabalhar. O Índice de Gini do Departamento de Amambay ostenta o *record* de 0,97. Em outras palavras, a distribuição de terra no departamento é extremamente injusta. Isso é patético para um país onde o *slogan* é “*En el campo esta nuestro futuro*”. Portanto, lutar pela terra representa a dignidade da vida no campo. Sem transformações na estrutura fundiária, torna-se impossível a permanência dos jovens no campo, com trabalhos dignos e lícitos. A terra, principal fator de produção na agricultura, não pode ser negada para as novas gerações, quando se deseja justiça e inclusão social.

A economia rural do país se caracteriza pela alta concentração, com unidades campesinas menores que cinco hectares, o que acarreta uma sobre-exploração da terra, com baixa produtividade que, no fim, ocasiona um aumento da autoexploração da força de trabalho da família e, particularmente, dos jovens rurais. Entende-se que os jovens rurais do departamento não depreciam seguir na vida no campo, realizando a sucessão e trabalhando nesse local, mas ninguém pretender seguir vivendo sem dignidade, em outras palavras, passar extremas necessidades, pelas quais os pais tiveram que passar.

Em suma, o capítulo apresentou algumas das artimanhas utilizadas pelos operadores do tráfico para obter a adesão dos jovens na produção de *cannabis* na fronteira do Paraguai com o Brasil. Também foi mostrado o relacionamento dos jovens com a sua comunidade e com as autoridades e o contato entre os agricultores dessa planta. Como qualquer outro produto que se origina na agricultura, a cânabis, uma vez colhida e processada, deve seguir para o seu lugar de consumo. Os jovens agricultores e seus familiares são pessoas residentes nas zonas rurais, muitos humildes que enfrentam situações de alto risco tanto para produzir, processar e transportar a cânabis quanto de serem pegos pelas forças de repressão, tendo que enfrentar verdadeiros dramas para lidar com a lei e os processos judiciais. As alternativas para

a superação da situação dramática ali vivida, embora visualizada tanto pela ótica dos jovens rurais, das famílias, das lideranças comunitárias e indígenas, quanto dos representantes do poder estatal, não são fáceis de serem implementadas, seja pelo poder das redes do tráfico, seja por falta de interesse governamental no sentido de instituir políticas públicas para os jovens e para os agricultores familiares e populações indígenas, seja pela concentração de terra, tecnologia e poder nas mãos de poucos agricultores que se ocupam das atividades produtivas lícitas no Paraguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens agricultores de cânabis padecem de muitas necessidades, mas não têm tantas esperanças de superar os problemas que vivenciam. Eles vivem em um meio social excludente, em que as possíveis alternativas de saída da produção da droga ilícita se tornam muito difíceis, uma vez que não dispõem de qualificação para realizar outros tipos de trabalhos. Nos depoimentos orais, eles demonstram certa clareza das restrições que lhes são impostas: “*no existe para nosotros futuro en la agricultura en esta frontera, sino es en la agricultura de la marihuana. Para nosotros es cuestion de sobrevivência.*” Considerando as particularidades das restrições do contexto social nas zonas rurais do departamento e as possibilidades de renda acenadas pela produção de drogas, os jovens vão construindo seus próprios caminhos em um ambiente onde a ilegalidade é corriqueira.

No decorrer do ano de 2013, as autoridades encarregadas da repressão na fronteira do Paraguai com Brasil prenderam centenas de jovens agricultores e apreenderam milhares de quilos de cânabis seca pronta para o processamento ou já processada pronta para a venda, além de haxixe e de sementes de cânabis. Procederam ainda à destruição de milhares de hectares de cânabis, em fase de colheita ou de crescimento. As autoridades queimaram mais de uma centena de acampamentos precários e destruíram cerca de oitocentas prensas artesanais. Embora isso represente golpes ao narcotráfico, com a perda de vários milhares em dólares para os financistas da produção, é importante se perguntar: o que tudo isso representa? Sobejamente, está comprovado que a repressão pela repressão representa uma medida meramente paliativa. Sem um conjunto de medidas preventivas e de estímulo ao desenvolvimento humanitário, social e econômico do Departamento de Amambay, a repressão policial passa a ser uma alternativa tópica que nunca dará respostas satisfatórias ao problema que se configura para a sociedade, no âmbito mais geral, nem para os jovens, em específico. Essa situação, de certa forma, já é reconhecida pelas autoridades da PN e da Senad, que, às vezes, precisam retornar aos mesmos lugares para proceder à destruição dos cultivos de *cannabis*.

O Paraguai, assim como acontece com tantos outros países, privilegia a repressão como política pública de combate às drogas ilícitas, mesmo que seja reconhecida sua ineficácia. Os avanços no sentido de instituir medidas preventivas, educativas e de saúde pública são muito vagarosas em face da dimensão do problema que se configura no Paraguai e

no mundo. Portanto, a repressão, sem acompanhamento de outras ações, torna-se inócua. Com o paradigma penalista em vigor, muitos jovens rurais da fronteira irão morrer de overdose, não de drogas, mas de overdose de balas de chumbo. Nesse confronto, os cidadãos comuns viram reféns da violência e da insegurança e poderão morrer mais de balas perdidas, do que propriamente do efeito das drogas.

No plano internacional, estão se gestando novas formas de enfrentamento do problema social relacionado às drogas. Na última reunião dos chanceleres dos 34 países-membros das Américas, convocada pela OEA e reunida na cidade da Guatemala, promulgou-se uma declaração com vinte princípios que pretendem colocar em prática a luta contra as drogas, a partir de 2016. O documento sugere a busca de soluções às drogas sob o enfoque da saúde pública, educação, inclusão social e impulso do desenvolvimento local e nacional. Também sugere a abordagem de novos enfoques sobre as drogas, com base no conhecimento e na evidência científica. Nessa reunião, foi reconhecido o Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM), como instrumento válido para avaliar as políticas de controle de drogas. O referido documento também indica a necessidade de incentivar o debate sobre as drogas em todos os setores da sociedade, no sentido de participar e oferecer suas experiências e conhecimentos acerca do problema, bem como fortalecer estratégias e políticas públicas. Outrossim, a declaração aponta que as políticas de drogas devem conter uma perspectiva dos direitos humanos, com enfoque de gênero; analisar e compartilhar as experiências de estratégias de redução da demanda de drogas e seu impacto na saúde, no crime, no sistema judiciário e na população carcerária; reduzir a superpopulação carcerária com a promoção do maior acesso à justiça, respeitando a proporcionalidade entre o dano e a pena, bem como apoiar alternativas à prisão, mediante o acesso à reabilitação. O conjunto das proposições da OEA pode significar avanços significativos na resolução do problema das drogas. Para a elaboração das estratégias, ficou marcada uma reunião dos chanceleres dos 34 países para o próximo ano, a fim de aplicá-la no ano de 2016.

Modificar uma lei, no intuito de encaminhar soluções ao problema, sem uma mudança do aparelho que administra a justiça, resultaria insuficiente, pois a justiça, preocupando-se mais em castigar os produtores, pequenos comerciantes de drogas, tem deixado de atender a graves violações dos direitos humanos. A pressão exercida pelas drogas tem afetado de forma considerável o funcionamento do sistema judicial, que se encontra sobrecarregado de processos e mergulhado na ineficiência e na gestão ruim. Soma-se ainda o serviço policial, que quase nunca trabalha com eficiência, realizando investigações sérias e fundadas em fatos.

O serviço de promotoria, por sua vez, parece preocupar-se mais com as relações públicas, antes de se deter a procurar uma condenação dos grandes tráficos e outros crimes graves.

O poder executivo paraguaio, por sua vez, também não cumpre com suas responsabilidades estabelecidas na Carta Constitucional. O artigo 163 da Constituição Nacional do Paraguai, numerais 2 e 4, estabelece um mandato aos governos departamentais: “Preparar el plan de desarrollo departamental, que deberá coordinarse con el Plan Nacional de Desarrollo, y elaborar la formulación presupuestaria anual, a considerarse en el Presupuesto General de la Nación”; “Disponer la integración de los Consejos de Desarrollo Departamental.” Embora desde 1992 o povo eleja o seu governador departamental, até o presente momento, o governo de Amambay não instituiu o seu plano de desenvolvimento e chegou algumas vezes a integrar um conselho de desenvolvimento departamental, mas não apresentou resultados concretos na realidade. A dificuldade dos governos departamentais radica em eles possuírem autonomia, mas não autarquia no manejo das verbas. Isso resulta em sérias dificuldades para desenvolver algum trabalho direcionado às populações juvenis das cidades ou das zonas rurais. As únicas atividades direcionadas à população juvenil no âmbito do Departamento de Amambay resumem-se à promoção de um torneio entre estudantes dos colégios secundários e entre as universidades no mês de setembro, durante a comemoração da semana da juventude.

O artigo 56 da Constituição Nacional do Paraguai tem como propósito promover a participação social da juventude ao declarar: “Se promoverán las condiciones para la activa participación de la juventud en el desarrollo político, social, económico y cultural del país.” A fim de responder a tais determinações, quase todos os ministérios criaram uma direção de juventude para dar atenção às gerações juvenis, realizando algum tipo de trabalho direcionado para os jovens nas redondezas de Asunción, deixando à deriva o resto do país. Programas ministeriais que visem a atender às necessidades e demandas da juventude rural são praticamente inexistentes. O Ministério da Agricultura tem efetuado timidamente algum trabalho direcionado aos jovens rurais, mas também nos departamentos vizinhos à capital federal paraguaia.

Os jovens rurais são também esquecidos pelos próprios pesquisadores. Na academia paraguaia, também se nota um vazio muito grande, pois quase não existem pesquisas publicadas que enfoquem os jovens residentes nas cidades e menos ainda sobre a juventude rural do país. Sugere-se, a fim de melhorar essa situação, a aprovação de uma lei da juventude no Paraguai, que crie uma secretaria que atenda à categoria juvenil, a fim de implementar políticas e programas. De nada adianta ter tantas direções de assuntos juvenis que, em termos

práticos, em nada realizam em prol da juventude. Diga-se de passagem, o projeto de criação de uma secretaria existe, mas espera-se que o novo governo, que vai tomar posse no dia 15 de agosto, impulse sua melhoria e aprovação, a fim de que se tenha uma instituição encarregada da temática juvenil no Paraguai.

O problema relacionado à incorporação da juventude na produção, processamento e comercialização de drogas ilícitas deveria ser prioritário no âmbito das políticas públicas. O modelo de política de luta contra as drogas, originada na Convenção de Haia, mostrou-se limitado, uma vez que tinha como meta acabar com as drogas, mas nunca teve sucesso. A declarada guerra contra as drogas foi um estopim no sentido de valorizar e expandir a produção e comercialização de todos os tipos de estupefacientes. Algo em torno de 500 até 800 bilhões de dólares, segundo a estimativa das Nações Unidas, é o montante do comércio internacional das drogas ilícitas. Esse dinheiro é utilizado para alimentar outros tipos de ilícitos, como guerrilhas, tráfico de armas, sequestros, golpe de Estado etc. Também são “lavados” nos paraísos fiscais, como vem ocorrendo ao redor do mundo, fruto das especulações no mercado financeiro (ROCCO, 2000).

A legalização das drogas não significa, porém, que todos os problemas ligados ao crime organizado serão solucionados; também não trará solução total às crises da dependência, mas é inegável que se constitui na medida inteligente para desestruturar as organizações criminais, de uma forma diplomática e pacífica. Portanto, a busca de soluções para os conflitos originados na produção, comercialização e consumo de estupefacientes deve apontar para a modificação do modelo de controle, descriminalizando o processo relacionado ao consumo de drogas e legalizando o processo da sua produção. Esse pode ser considerado como um dos grandes problemas a serem solucionados neste milênio. Se acontecer a legalização, os jovens rurais do Departamento de Amambay teriam de procurar outras fontes para poder ganhar a vida, sendo que a maior parte da produção de cânabis viaja para outros quadrantes do planeta, pois o seu consumo é baixo na fronteira. Neste momento, a alternativa mais viável para o Paraguai seria legalizar a produção, porque o consumo, de certa forma, já se encontra descriminalizado com ambiguidade.

Muitos países descriminalizaram o consumo. Nesse caso, a polêmica consiste em como diferenciar aquele que só consome daquele que atua no tráfico. É preciso descrever objetivamente qual é a quantidade máxima compatível com o consumo. No México, as quantidades-limite para o uso são 5 gramas para a cânabis, 0,5 grama para a cocaína e 50 miligramas no caso da heroína. Em Portugal, 25 gramas de cânabis ou 5 gramas de haxixe são considerados para consumo de dez dias. Na República Tcheca, até 15 gramas de cânabis, 1

grama de cocaína, 1,5 gramas de heroína e 4 comprimidos de *ectasy* são considerados para consumo. Outros países definem um limite de pés de cânabis que um usuário pode cultivar para consumo pessoal. Na Holanda, até 5 plantas, no Chipre 3 plantas e na Bélgica apenas uma. No caso da Argentina, a distinção não é objetiva; depende das ponderações dos policiais, promotores e juízes. No Brasil, o consumo é proibido e os usuários flagrados são tratados como traficantes. No Paraguai, o usuário pode portar até 10 gramas de cânabis e 2 gramas no caso da cocaína, heroína e outros opiáceos (ARAÚJO, 2012).

Considerando que existem, no presente momento, indícios de que possam ser modificados os tratados internacionais que são os alicerces das leis de combate às drogas no que se refere à legalização da produção e comercialização, pois o consumo recebe outro tipo de tratamento, a descriminalização do consumo é uma questão que, internamente, todos os países podem regular. De qualquer forma, torna-se impossível diminuir os problemas relacionados às drogas ilícitas sem intervir no contexto. Assim, para colocar em prática uma política efetiva de substituição de cultivo, torna-se necessário instituir políticas de promoção do desenvolvimento sustentável, integrado com uma política de desenvolvimento rural. Uma alternativa que pode tornar-se viável é subsidiar os agricultores que cultivam cânabis no intuito de incentivá-los ao abandono do cultivo ilícito na fronteira do Paraguai com o Brasil. Mas, para que isso seja efetivo, é preciso atuar no ambiente geral do desenvolvimento rural sustentável e incluyente, pois sem tais propósitos os resultados seriam parciais e novos cultivadores logo entrariam na ilegalidade. Políticas e programas desse tipo só poderão se tornar realidade se os organismos multilaterais financiarem projetos de desenvolvimento de inclusão social pelo trabalho digno e garantidor de renda às famílias dos agricultores familiares.

Em suma, no decorrer da tese, procurou-se mostrar como os jovens rurais do Departamento de Amambay se vinculam com a produção, processamento e circulação da cânabis, visando a obter sua estabilidade econômica, pessoal e familiar baseada na ilegalidade. Pode-se dizer que os jovens rurais entrevistados em Pedro Juan Caballero e Capitán Bado oscilam entre duas realidades distintas. De um lado, os jovens integram famílias de agricultores familiares, considerando a sua origem, localização de suas moradias, trabalhos e modos de vida. Os jovens, quando se encontram nas suas casas paternas, dedicam-se à produção de produtos que são destinados para o consumo e manutenção da família e para os excedentes mercantis. Mas, por outro lado, parcelas dos jovens rurais vinculam-se e estão atrelados a um mercado cujo produto principal é proibido em termos da lei. Tais trabalhos são

executados pelos jovens, sendo que os pais não participam diretamente, mas de alguma forma atuam como apoiadores.

Se este trabalho vier a se constituir em um marco para ampliar e democratizar o debate sobre as drogas na sociedade fronteiriça e no Paraguai todo, na tentativa de construir uma política de drogas mais justa e mais humana, minimamente terá chegado a cumprir sua finalidade. Isso porque, na consecução deste trabalho, foi empreendida uma longa caminhada de estudos e escritas, de conversas e de aprendizados sobre o drama dos jovens rurais inseridos na plantação da cânabis na fronteira do Paraguai com o Brasil. Nessa trajetória, teve-se a oportunidade de compreender melhor determinados aspectos de suas vidas, especialmente no que guarda relação com o envolvimento deles com esse cultivo proibido e as dificuldades para sair das redes tecidas pelos traficantes e pela corrupção de agentes estatais. Longe de pretender abranger toda a gravidade do problema do envolvimento dos jovens rurais com as drogas, os relatos dos jovens e informantes-chave foram apresentados e analisados, no intuito de compartilhá-los com a sociedade, procurando contribuir para a efetivação de um debate democrático e livre dos pré-conceitos e estereótipos que permeiam essa questão. Por fim, este trabalho não pretende trazer uma solução para a problemática da juventude rural que vive na fronteira. O intuito foi muito modesto: buscou contribuir no incipiente debate teórico sobre a juventude rural na produção da cânabis, no esforço coletivo de um maior aprofundamento dos conhecimentos sobre as relações estabelecidas entre diferentes atores envolvidos, direta ou indiretamente, com a plantação da *cannabis* no Departamento de Amambay.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Eustacio. **Apuntes sobre extensión rural**. Asunción: IICA, 2004.
- ALENCAR, C. Macedo de. **Ruralidade metropolitana: en la ruralidad en America Latina**. Avances teoricos y evidencias empiricas. Bogotá: Ed. da Pontificia Universidad Javeriana, 2008.
- ARAUJO, Tarso. **Almanaque das drogas: um guia informal para o debate racional**. São Paulo: Leya, 2012.
- ARIÈS, Philippe. **Historia social da criança e da família**. 2. ed. Tradução de Dora Flakman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ÁVILA, David. **La producción de cultivos ilícitos como estratégia de supervivência dentro de la economia campesina**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL – ALASRU, 2010.
- BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.
- BERGERON, Henri. **Sociologia da droga**. São Paulo: Ideias & Letras, 2012.
- BEWLEY-TAYLOR, David; JELSMA, Martin. **Cincuenta años de la Convención Única de 1961 sobre Estupefacientes: una relectura crítica**. Amsterdam: Transnational Institute, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- CANTALUPPI, Ramón. **Estudio sobre droga Departamento de Amambay**. 2010. 178 f. Tese (Graduación en Derecho)–Universidad Columbia de Pedro Juan Caballero, 2010.
- CAPITAN BADO.COM. **SENAD destruye toneladas de marihuana en centro de producción y acopio del Amambay**. Disponível em: <http://www.capitanbado.com/detalle.php?id_noticias=6118>. Acesso em: 20 out. 2011.
- CAPUTO, Luis. **Identidades trastrocadas de la juventud rural en el contexto de exclusión: ensayando una reflexión sobre la juventud campesina paraguaya**. Asunción: BASE-IS, 2001.
- _____. **Juventud campesina en el decênio de 1990: problemas y desafios**. Asunción: BASE-IS, 1993.
- _____. **Neocolonialismo en el campo, juventud campesina y alternativas**. Asunción: BASE-IS, 2011.

_____.: PALAU, Marieli; SEGOVIA, Diego. **Ser joven hoy: realidades y percepciones de la población paraguaya.** Asunción: BASE-IS, 2009.

CARNEIRO, Maria J. **La ruralidad en la sociedad contemporanea: en la nueva ruralidad en America Latina.** Avances teóricos y evidencias empíricas. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2008.

CASTILLA, Alicia. **Cultivo cannabis.** Buenos Aires: Vicna S. H., 2005.

CEPAL.COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE; OIJ. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE. **Panorama social da América Latina.**Santiago, 2008.

CONGRESO NACIONAL. **Carta Orgánica Ministerio Público.** Asunción, 2002.

_____.**Carta Orgánica Policia Nacional.** Asunción, 1994.

_____.**Carta Orgánica Secretaria Nacional Antidrogas.** Asunción, 1991.

_____.**Código de Organización Judicial.** Asunción, 1981.

_____.**Código Penal.** Asunción, 1997.

_____.**Código Procesal Penal.** Asunción, 1998.

_____.**Modificación y Apliación de los Alcances de la Carta Organica de la Secretaria Nacional Antidrogas.** Asunción, 1992.

_____.**Que Reprime el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Drogas Peligrosas y otros delitos afines y Eestablece Medidas de Prevención y Recuperación de Farmacodepenencias.** Asunción, 1998.

CONRAD, Chris. **Hemp: o uso medicinal e nutricional da maconha.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

CONSTITUIÇÃO Nacional do Paraguai. Asunción, 1992.

CONVENÇÃO Única sobre Estupefacientes. New York, 1961.

CRUZ NETO, Otavio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. **Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DGEEC. DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS. **Paraguay total: resultado definitivo.** Asunción, 2002.

_____.**Encuestas permanentes de Hogares.**Asunción, 2007.

DINAR. DEPARTAMENTO ANTINARCOTICO DE LA POLICÍA NACIONAL.**Informe Trimestral.** Secretaria de Prensa y Comunicación Pedro Juan Caballero, 2012.

DURSTON, Jhon. **Juventud rural en Brasil y Mexico**: reduziendo la invisibilidad. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 20., São Paulo. São Paulo, agosto/sept. 1997.

_____. **Juventud y desarrollo rural**: marco conceptual y contextual. Santiago: Cepal, 1998.

FEIXA, Carles. **A construção histórica da juventude**. São Paulo: Escrituras, 2004.

_____. **De jóvenes, bandas y tribus**. 3. ed. Barcelona: Ariel, 2006.

_____. **La habitación de los adolescentes**. Lleida: CEIC, 2005.

FRAGA, Paulo C. P. **Crimes drogas e políticas**. Ilhéus: Editus, 2010.

FRAGA, Paulo C. P. Juventude, narcotráfico e violência no Brasil: para além do rural e do urbano. In: **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FRAGA, Paulo C. P.; IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. _____. Plantios ilícitos de ‘*Cannabis*’ no Brasil: desigualdades, alternativa de renda e cultivo de compensação. **Dilemas Santiago Trimestral**, v. 4, n. 1, p. 11-39, jan./fev./mar. 2011.

FIGUEREDO, Cándido. El negocio de la marihuana. **ABC color**, Asunción, 28 oct. 2010. Policiales y Judiciales, p. 67.

IORE, Mauricio. O consumo de psicoativos como campo de pesquisa e de intervenção política. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (Org.). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: Edufba, 2008a.

_____. Prazer e risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre uso de “drogas”. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (Org.). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: Edufba, 2008b.

FOGEL, Ramon. **Realidades demográficas del Paraguay**. Asunción: Editora Internacional Asunción, 2001.

FORD MOTOR COMPANY. **Anuario para a Juventude rural das Américas**. Ford Motor Brasil, São Paulo, 1962.

GALEANO, Eduardo. **Os filhos dos dias**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GALEANO, Luis. El proceso de modernización y la cultura campesina. In: **El hombre paraguayo en su cultura**. Asunción: CEP/ENPS, 1986.

_____. **Juventud campesina hoy**. Asunción: Educar, 1985.

GILLIS, John R. **Youth and History**: tradition and change in european age relations. Nova York: Academic Press, 1981.

GONZÁLEZ CANGAS, Yanko. Boêmios e militantes: identidades juvenis no Chile: 1900-1958. In: **Jovens na América Latina**. São Paulo: Livros, 2004.

_____. Juventud rural: trayectorias teóricas y dilemas identitarios. **Nueva Antropología**, México, v. 19, n. 63, 2003.

GONZÁLEZ, J. J. La juventud rural mas alla de la crisis. In: **Juventud y sociedad: del neolítico al neón crisis social**. Zaragoza INO Reproducciones, 2004.

GONZALEZ AVIÓN, Santiago. **Notas características de la condición juvenil**. Madrid: Caritas, 1994.

GONZALEZ, Dionisio. **Catálogo de plantas medicinales (y alimenticias y útiles) usados en Paraguay**. Asunción, 1986.

GOULART, Sandra Lucia. Estigmas de grupos ayahuasqueiros. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (Org.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: Edufba, 2008.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

JARA, Ruben. **Origenes de la Capital Departamental del Amambay**. Asunción: Cerro Cora, 1999.

IICA. INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN AGROPECUARIA. **La ruralidad y los territorios agrarios del Paraguay**. Asunción, 2011.

IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. **Drogas e violência no campo: os sistemas das drogas: estrutura produtiva e usos e costumes**. Disponível em: <<http://www.koinonia.org/br/narco/artigos/htm>>. Acesso em: 6 nov. 2004.

LABATE, Beatriz; FIORE, Mauricio; GOULART, Sandra Lucia. Introdução. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (Org.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: Edufba, 2008.

LABROUSSE, Alain. **Geopolítica das drogas**. São Paulo: Desatino, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Pensament salvatge**. 62. ed. Paris: Plon, 1971.

MACEDO, Erica; FERREIRA, Allan; ARAUJO, Marcel. **Estratégias jurídicas de defesa dos trabalhadores rurais no polígono da maconha**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL – ALASRU, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIN, Joel O. B. Juventud rural: una invención del capitalismo industrial. **Estudios sociológicos**, v. 27, n. 80, p. 619-653, mayo/agosto 2009.

MELAMED, Raul. **Bendita y prohibida Cannabis sativa**. Asunción: Intercontinental, 2009.
MENDEZ, Idilio. **Los herederos de Stroessner**. Asunción: Intercontinental, 2007.

MISSE, Michel. Violência, droga e sociedade. In: **Crimes, drogas e políticas**. Ilheus: Editus, 2010.

MORINIGO, José N.; BRITZ, Edwin. Situaciones y percepciones de la juventud rural. In: **Juventud y género: percepciones en el área rural**. Red Juventud Asunción, 2001. (Red Rural de Organizaciones Privadas de Desarrollo. Serie Alternativas y Experiencias).

MOTTA, Ana Maria. **O polo sindical do submédio São Francisco: das lutas por reassentamento à incorporação do cultivo de maconha na agenda**. 2008. 238 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)– Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____.; IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MPN. MANUAL DE LA POLICÍA NACIONAL. Asunción, Ministerio del Interior, 2000.

MUÑOZ, A. P. Un nuevo lenguaje, una nueva cultura. In: **Juventud y sociedad: del neolítico al neón crisis social**. Zaragoza INO Reproducciones, 2004.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World drug report: on drugs and crime** UNODC. New York, 2008.

_____. **World drug report: on drugs and crime** UNODC. New York, 2010.

ONU. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **Monografía sobre la juventud**. New York, 2003.

OIJ. ORGANIZACIÓN IBEROAMERICANA DE JUVENTUD. **Realidades y desafíos de la juventud paraguaya: una mirada desde la situación sócio-demográfica y la orientación de las políticas públicas**. Asunción, 2009.

PALAU, Tomas; CAPUTO, Luis. Entre la exclusión y la reconstitución: la juventud campesina paraguaya en los 90. In: **Documento de trabajo 46**. Asunción: BASE-IS/Cepal, 1993.

PARDO, Rafael. Hacia um nuevo pensamiento sobre drogas. Nueve anomalías sobre el paradigma convencional. **Geopolítica das Drogas: Textos Acadêmicos**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PROCÓPIO, Argemiro. O narcotráfico no espaço social da Amazônia. In: **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Informe sobre desarrollo humano para MERCOSUR 2009-2010**. Innovar para incluir: jóvenes e desarrollo humano Pnud. Tucumán, 2010.

_____. **Informe sobre desarrollo humano para el Mercosur: Innovar para incluir**. Buenos Aires, 2008.

REGUILLO, Rossana. Dos miradas desde distintos lugares. Llanos en Llamas. Jovenes contemporáneos y mercado de riesgo entre la precariedad y el desencanto. In: **Jovenes y riesgos** ¿Unas relaciones ineludibles? Barcelona: Bellaterra, 2010.

_____. **Emergencia de culturas juveniles**: estrategias del desencanto. Buenos Aires: Normas, 2000.

_____. **Emergencia de culturas juveniles**: estratégias del desencanto. Buenos Aires: Norma, 2003.

REZENDE, Cláudia Barcellos. Identidade: o que é ser jovem? **Revista Tempo e Presença**, Cedi, n. 240, 1989.

RICE, Elroy. **Allelopathy**. New York: Press, 1984.

ROCCO, Rogerio. Organização do crime, comércio das drogas: alternativas à conjuntura. In: **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RODRIGUES, Thiago. Tráfico, guerra, proibição. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (Org.). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: Edufba, 2008.

ROMANI, Oriol. **Jóvenes y riesgos**. Barcelona: Bellaterra, 2010.

_____. **Las drogas**: sueños y razones. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1999.

ROMERO CABRERA, Juan I. La modernización agraria en el Uruguay: los jóvenes rurales, una asignatura pendiente. In: **Ruralidades latinoamericanas identidades y luchas sociales**. Buenos Aires: Clasco, 2004.

ROMO, Maria P. Retos para la legislación sobre drogas en el Ecuador. In: **Geopolítica das drogas**: textos académicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

ROSSI, Adriana. A ameaça do tráfico de drogas e a resolução dos conflitos. Da guerra à paz. In: **Crimes, drogas e políticas**. Ilhéus: Editus, 2010.

RUBIN, Gloria. La juventud en el desarrollo sustentable. Departamento de Investigaciones Sociales de la mujer Kuña Aty. In: **Población y desarrollo**. Asunción, 1999.

RUSSO, Denis. **O fim da guerra**: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas. São Paulo: Leya, 2012.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Pilar B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 2006.

SANTIAGO, Emerson. **Tráfico internacional de drogas**. 2005. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/drogas/trafico-internacional-de-drogas/>>. Acesso em: 9 out. 2012.

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude**: como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. Tradução de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SENAD. SECRETARIA NACIONAL ANTIDROGAS. **Plan nacional antidrogas**. Asunción, 2001.

_____. **Primer estudio nacional**: pacientes drogodependientes. Asunción, 2005.

_____. **Informe semestral**. Secretaria de Prensa y Estadísticas, Asunción, 2001.

SIMÕES, Júlio Assis. Prefácio. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (Org.). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: Edufba, 2008.

STP. SECRETARIA TECNICA DE PLANIFICACIÓN. **Avances sociales y econômicos**. Asunción, 2000.

_____. **Perspectivas para los compatriotas menos favorecidos**. Asunción, 2009.

STROPASOLAS, Valmir. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

SKY. **Mil años a.C. el cultivo más grande de la humanidad ya era la marihuana**. 2012. Disponível em: <<http://www.lamarihuana.com/noticias/mil-anos-antes-de-cristo-el-cultivo-agricola-mas-grande-de-la-humanidad-va-era-la-marihuana>>. Acesso em: 21 enero 2012.

TIBA, Içami. **Juventude & drogas**: anjos caídos. São Paulo: Integrare, 2007.

TRASSI, Maria de L.; MALVASI, Paulo A. **Violentamente pacífico**: desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Cortez, 2010.

ULTIMA HORA. **Director de Senad dice que no dañaron ni 15 por ciento al narcotráfico a pesar de todas las incautaciones**. 2013. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/notas/619566-Director-de-Senad-dice-que-no-danaron-ni-15-por-ciento-al-narcotrafico-a-pesar-de-todas-las-incautaciones>>. Acesso em: 11 maio 2013.

UNITED NATIONS OFFICE AND DRUGS AND CRIMES. **World Drug Report 2006**. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/worlddrug_report.html>. Acesso em: 15 fev. 2013.

VERDECCHIA, José M. **Juventud rural y formas asociativas campesinas en el Paraguay**. Centro de Paraguay de Cooperativas. Proyecto Fomento del Cooperativismo en América latina de la FAO/Fundación Conrad Adenauer. Asunción, 1985.

VIANA, Eduardo. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (Org.). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: Edufba, 2008.

VIDAL, Sergio M. S. **Cultivo de maconha no Brasil**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

WIKIPÉDIA. **Asa Gray**. 2012. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Asa_Gray>. Acesso em 15 out. 2012.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. da UFRJ, 1994.

ZAVALETA, Juan. **El éxodo de Latinoamérica**. Argenpress. Portada de Rebelión, 2006.

ZÁRRAGA, José. El papel de los jóvenes en la sociedad. In: **Juventud y sociedad. Del neolítico al neón, crisis social**. Zaragoza INO Reproducciones, 2004.

ANEXO A – Roteiro de entrevista para jovens rurais

1. Identificação?

Para começar a conversa, eu gostaria que você se apresentasse. Quem é você?

Onde você nasceu?

Quem é a sua família?

2. Sobre a sua infância

Eu gostaria de saber como foi a sua infância.

Onde você estudou? Como foi a sua escola? Você gostava de estudar?

Que brincadeiras você mais gostava de fazer?

O que você mais sente saudades da sua infância?

Você passou toda a sua infância neste lugar?

Você começou a trabalhar com que idade? Que trabalhos você fazia?

3. Juventude e trabalho

Desde pequeno o seu trabalho esteve ligado ao trabalho agrícola?

Você realiza outra atividade que não seja agrícola?

O que você acha do seu trabalho?

Você gostaria de mudar de trabalho ou pretende continuar trabalhando na agricultura?

Que tipo de trabalho você gostaria de ter no seu futuro?

O que você deveria fazer para alcançar esse trabalho que quer ter no seu futuro?
(perspectiva de futuro)

4. Juventude e escola

Você continua estudando? Ou parou de estudar?

Se parou de estudar, qual foi o motivo?

Se continua estudando, qual a importância dos estudos na sua vida? Você pretende fazer um curso técnico ou universitário?

Os jovens daqui da região continuam os estudos?

Quais são as maiores dificuldades para os jovens continuarem seus estudos?

O município ou o Estado dá algum apoio para os jovens continuarem estudando? De que forma vem este apoio?

Se tivesse a oportunidade de realizar um curso técnico de curta duração para melhorar seu trabalho neste lugar, participaria sob que tipo de condicionamento?

Quais são as principais dificuldades que enfrentam os jovens para encarar uma atividade lícita neste lugar? (os pais, a burocracia, a falta de opção, de estrada, de mercado seguro, de preparação, outros).

5. Juventude e religião

Você participa de alguma religião?

Os jovens da região também participam?

Qual é a importância de ter uma religião na sua vida?

Que tipo de ensinamentos os padres e pastores procuram ensinar aos jovens?

Os padres e pastores falam sobre o problema das drogas? O que eles falam?

Que tipo de conselhos eles dão em relação às drogas?

Existe influência religiosa na decisão de cultivar a *cannabis*? Promessas aos santos?

6. Juventude e produção de *cannabis*

Como foi que você (ou sua família) começou a produzir *cannabis*? (contatos iniciais)

Quais foram as principais razões para começar a cultivar a *cannabis*?

Quais são os compromissos que assumiu para se iniciar nesta atividade? (sigilo-honra)

Quais são os incentivos e as vantagens de produzir *cannabis*?

Quais são os problemas de produzir *cannabis*?

Quando você vai para o acampamento, como fica sua família, quem cuida dos seus pais? Outros familiares? Vizinhos? Só eles mesmos?

Quantas vezes ao ano você acampa e, a cada vez, por quantos dias ou meses?

7. Sobre a planta

Como a descreve aqui neste lugar? (característica fenotípica, altura, folha etc.)

Qual é a parte comercial mais importante da *cannabis*?

Para a produção, quantas pessoas trabalham e qual o rendimento/ha?

Qual é densidade de planta por hectare aqui? Por quê?

Que é sexado, capado, demacheado?

Como reconhecem o sexo das plantas? Em que tempo? Qual a importância disso?

8. Sistemas de produção

Qual é a época de plantar?

Como se conseguem as sementes?

Vocês produzem suas próprias sementes para a safra seguinte? Como se obtém semente?

Como se faz o plantio da *cannabis*? (ferramentas básicas, profundidade de sementeação, tempo para germinar)

Como se faz o preparo do solo?

Em que terras é melhor plantar a *cannabis*?

Onde geralmente são realizadas as plantações? (reservas florestais, propriedades dos vizinhos, propriedade da família)

Quais são os tratos culturais específicos? (capina, adubação, aplicação de agrotóxicos)

Como se faz o controle das ervas daninhas, pragas e doenças que podem atrapalhá-las?

Vocês cultivam junto com o milho, mandioca? Ou cultivam sozinha?

Como se faz a colheita? Coleta-se só a bucha primeiro? Ou a planta completa? Como se faz aqui? Por quê?

Como vocês sabem qual é o ponto de colheita?

Quais as exigências deste trabalho de colheita?

Existem diferentes variedades de *cannabis*? (ciclos, variedades)

9. Relações de produção?

A produção é familiar?

Todos os custos são por conta da família?

Pode-se produzir *cannabis* em parceria? De que forma?

Qual é custo para produzir em um hectare de *cannabis*?

Quando você não se encontra acampado, que faz? Agricultura de produtos tradicionais, quais?

Na sua terra, não cultivacannabis de forma consorciada com outras plantas legais?

No plantio consorciado qual e densidade qual é a produtividade, consorcia com que?

O plantio perto de casa é mais para produzir semente ou é comercial também? E os riscos?

10.O processamento

Como se fazem a secagem, o processamento, a prensagem, o embalado etc.?

O processamento é feito aqui mesmo na propriedade?

Como vocês aprenderam a fazer o processamento? Alguém ensinou para vocês?

Dentro da família, existem pessoas especializadas para cada etapa do trabalho?

Especificamente, o que você mais gosta de fazer no trabalho com a *cannabis*?

A planta toda é aproveitada? Talos? Folhas? Flores? Galhos? Raiz?

A planta coletada em que momento é picada?

A prensa, como ela é? Como funciona? Quem faz? De quê?

Qual é o mecanismo de funcionamento da prensa?

O tipo 2x1 é de melhor qualidade no mercado? Mas o que significa 2x1, pode explicar?

No momento de prensar, vocês agregam algum tipo de aditivo? Qual? Como? Proporção?

A mercadoria prensada e aditivada pode ser conservada por quanto tempo? E como? Em que forma ou condições?

A mercadoria prensada sem agregado se conserva mais? E como? Condições?

11.Os financiadores

Existe alguma forma de financiamento da produção de *cannabis*?

Quem empresta dinheiro para produzir *cannabis*?

Como são feitos os acordos para o financiamento?

Quais são as formas para pagar os empréstimos?

Depois que pega o empréstimo, o que o agricultor tem que cumprir?

Quais os riscos de se pegar empréstimo para cultivar *cannabis*?

12. Comercialização e venda

Como é feita a comercialização da *cannabis* na sua família? E na região?

Quais são os critérios de qualidade para o momento da venda? Critério de lugar? Marca? Produtor?

Como é feito o pagamento para a *cannabis*? Recebe tudo na hora?

Como os jovens trabalhadores são pagos?

Como o produtor recebe pela sua mercadoria se entregar seca e sem prensar?

Como o produtor recebe pela sua mercadoria se entrega prensada? O que implica isso?

13. Transporte e circulação

Como os compradores retiram a mercadoria daqui das zonas de produção?

Como o transporte é feito da zona de produção às zonas urbanas?

Quem realiza o transporte e por qual (móvel) e custo?

Quais os riscos da vida no acampamento?

Já presenciou ou vivenciou algum fato de violência por causa do cultivo da *cannabis*?

Os operativos da PN ou Senad, PF, MP são violentos? Ou como é realizado?

No caso de uma intervenção policial judicial, como atuam? Qual é dica aos acampados? Como vocês percebem a chegada de uma intervenção?

Como é a rotina nos acampamentos, duração, riscos etc.?

Quantas pessoas por acampamento? Quem manda? Tem um chefe de grupo?

Existe consumo de drogas neste ambiente?

14. Motivos para plantar *cannabis*

Qual a motivação principal dos jovens a cultivar *cannabis*?

Qual é o problema para se trabalhar com uma planta proibida? Existe algum preconceito, gozação por parte dos vizinhos e amigos? Não se sente estigmatizado?

15. Investimentos das ganâncias

Em que investe sua ganância?

O que você mais gosta de comprar?

A produção de *cannabis* lhe possibilita comprar o que você gosta?

16. Sobre as alternativas

O que deve ser feito para você trocar *cannabis* por outra atividade?

Os jovens produtores aqui são todos paraguaios?

Os jovens se iniciam nesta atividade pela iniciativa deles ou dos pais?

Quais as alternativas que deveria haver para se deixar de cultivar a *cannabis*?

O que o governo (do município, estado ou União) deveria fazer para melhorar a vida dos jovens do Paraguai?

O que o Estado faz para apoiar ou ajudar os jovens?

ANEXO B – Roteiro de entrevista para informantes-chave

1. Identificação

Em primeiro lugar, eu gostaria que o senhor se apresentasse.

O senhor nasceu aqui nesta região de fronteira?

Há quanto tempo reside aqui?

Que trabalhos o senhor desenvolveu nos últimos anos?

2. Origem e produção de cannabis nesta fronteira

O senhor poderia indicar quando e como chegou a cannabisna região?

Quem realizou a introdução e de onde foi introduzida?

Como é feita a produção de cannabis aqui nesta região?

É difícil fazer a produção de cannabis?

Porque a produção de cannabis se expandiu aqui na região?

O senhor poderia me dizer como a sociedade percebe o problema da cannabis?

3. Organização da produção da *cannabis*

Como é organizada a produção da cannabis?

Quem gerencia ou controla a produção?

Os compradores oferecem crédito aos agricultores?

Os compradores oferecem assistência técnica?

Existem códigos de honra dentro desta atividade?

Como e onde os jovens rurais se comprometem ou se envolvem na organização da produção de cannabis?

Como se dão os contatos para entrar na produção de cannabis? São os jovens que procuram ou são os comerciantes?

4. Sobre o transporte e a comercialização

Uma vez coletada e processada, como é feito o transporte da cannabis até as zonas urbanas?

Quem faz o transporte?

Como, por qual meio e o custo fica por conta de quem?

5.Os financiadores

Existe alguma forma de financiamento da produção de cannabis?

Quem é que faz o empréstimo aos agricultores?

Como são feitos os acordos para o financiamento?

Quais são as formas para pagar os empréstimos?

Quais os riscos de se pegar empréstimo para cultivar cannabis?

Existe um código de honra dentro da atividade quando envolve financiamento?

6. Os jovens rurais

Como se dá a participação dos jovens rurais na produção de cannabis?

Qual é a sua opinião: por que os jovens rurais entram na produção de cannabis?

Eles participam somente da produção ou eles se envolvem com o transporte até as cidades de fronteira?

O senhor poderia me dizer se eles só produzem ou pode acontecer de eles passarem a consumir a *cannabis*?

7.Etnia e religiosidade

Esses jovens que produzem cannabis na sua maioria são paraguaios?

Os indígenas produzem a cannabis em suas aldeias? Por quê?

Como os padres e pastores orientam a população e os jovens em relação à produção de cannabis?

Em sua opinião, o que os católicos ou os evangélicos fazem diante do problema da produção de *cannabis*?

8. Juventude e questões motivacionais

Na sua opinião, quais são as motivações dos jovens rurais para produzir cannabis?

Os riscos que acarreta esta atividade são desconsiderados pelos jovens produtores?

O senhor acha que os jovens entram na produção de cannabis por causa da ausência do Estado?

9. A vida nos acampamentos

O senhor sabe como é a vida nos acampamentos? Poderia descrever?

As mulheres jovens rurais participam nos acampamentos?

Poderia indicar se existe consumo de drogas nos acampamentos?

10. Alternativas

O que deve ser feito para evitar que os jovens rurais se iniciem na produção de *cannabis*?

Aqueles que já produzem cânabis, o que deveria ser feito para que eles troquem de atividades?

De onde devem surgir as iniciativas de alternativas em sua opinião?

11. Investimentos dos ganhos de partes dos jovens produtores

O senhor sabe em que os jovens investem o dinheiro da produção da *cannabis*? Em roupas e objetos valorizados? Em bens imóveis? (compra de fazenda e propriedades rurais) Investem em bens de luxo? (carros e motocicletas, celulares, festas) Investem em bens imóveis nas cidades? (construindo casa para alugar)

ANEXO C– Roteiro de entrevista com os pais, mães e avós dos jovens rurais

1. Identificação

Num primeiro momento, o senhor poderia se apresentar?

Nasceu em que parte do país?

Há quanto reside neste lugar?

Como foi o seu início neste lugar?

Sempre esteve ligado ao trabalho agrícola, que produz nos últimos anos?

Sua família, como está composta?

2. Sobre sua terra e o lugar

Quais as principais atividades produtivas aqui desta comunidade?

Quais são as maiores dificuldades e problemas aqui desta comunidade?

O senhor é proprietário desta terra? Há quanto tempo?

A produção de cannabis neste local acarretou melhoria para a comunidade, para as famílias ou para quem? Como observa isso?

3. Técnica de trabalho

Como o senhor faz para produzir na sua terra?

Quais são as principais tecnologias que o senhor utiliza em suas lavouras?

Para produzir na sua terra, o senhor recebe assistência: técnica, creditícia, de saúde de alguma instituição?

Você utiliza só mão de obra da sua família? Paga trabalhadores ou diaristas? Troca dias de serviço? Participa de mutirão?

Os seus filhos moram todos aqui e trabalham com você ou realizam o trabalho fora da suas propriedades?

4. Sobre a chegada da *cannabis* neste lugar

Quando e como chegou a cannabis neste lugar?

Quais as mudanças que o senhor observa com a chegada da cannabis?

O senhor, o que pensa da cannabis, pensou em produzir alguma vez?

O senhor poderia me explicar como se produz a cannabis?

Quem da sua família lhe ajuda a cultivar a cannabis?

Quando um jovem decide cultivar cannabis, como é tratado isso na família?

5. Transporte

Como é feito o transporte da cannabis?

Quem faz o trabalho de transporte da cannabis?

Quais os perigos de fazer o transporte da cannabis ?

Os custos de transporte são repassados ao senhor?

6. Motivação

Qual são os principais motivos para se produzir a cannabis?

Quais são os principais perigos para se produzir a cannabis ?

A polícia persegue ou ameaça os agricultores?

7. Alternativas

O que o governo deveria fazer para reduzir a produção de *cannabis*?

8. Os jovens e a produção de cânabis

Porque os jovens produzem cânabis?

A decisão de produzir cannabis parte dos jovens ou é dos pais?

Quais os trabalhos que os jovens fazem na produção de cannabis?

Eles ajudam a plantar? Colher? Processar? Transportar? Vender?

Os jovens que produzem cânabis vivem nas casas dos pais ou nos acampamentos?

Como os jovens que produzem cannabis são remunerados?

Os jovens ganham muito com a cannabis?

Em que os jovens investem suas ganâncias?

9. Sobre a juventude

O que poderia ser feito para evitar que os jovens se iniciem na produção da *cannabis*?

Quais as oportunidades de trabalho que os jovens têm aqui nesta comunidade? Para os moços? E para as moças?

Quais são atividades da comunidade de que os moços participam? Quais são as atividades da comunidade de que as moças participam?

Como o senhor vê os jovens que produzem *cannabis*?

Como o senhor vê os jovens que não produzem *cannabis*?

Como observa o futuro com cânabis ou sem elas e por quê?



Cannabis do tipo comum: alta, poça bucha.



Cannabis do tipo mentolado